



Comissão Pastoral da Terra
Goiânia, abril de 2005

Conflitos no Campo Brasil

2 0 0 4

Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2004

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, nº 35, 1º andar - Centro - 74030-090

Caixa Postal 749 - 74001-970

Goiânia-GO

Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405

Endereço eletrônico: cptnac@cultura.com.br

Sítio: www.cptnac.com.br

cptnac@cptnacional.org.br

A **Comissão Pastoral da Terra** é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB.

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, abril de 2005

Conflitos no Campo - Brasil 2004. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso] - [Goiânia]: CPT Nacional - Brasil, 2004.
228 páginas.

Anexado na **Geodados**

Coordenação

José Batista Gonçalves Afonso

Antônio Canuto

Cássia Regina da Silva Luz

Documentaristas CPT Nacional

Adma Lourenço de Melo Rocha

Cássia Regina da Silva Luz

Inez Ethne Gontijo Neiva

Múria Carrijo Viana

Endereço eletrônico:

cptdoc@cultura.com.br

Documentaristas Regionais

Maria Gorete Barbosa de Oliveira (Amazonas)

Anna Maria Rizzante Gallazzi (Amapá)

Célio Lima Silva (Acre)

Lucimone Maria de Oliveira (Goiás)

Eliana Santos (Mato Grosso)

Graciete Rodrigues da Silva - Nordeste (AL, PB, PE e RN)

Ivonete Duarte de Moraes (Santa Catarina)

Maria das Graças Braga Santana (Paraná)

Luiz Antônio Pasinato (Rio Grande do Sul)

Dácio Alves Pereira (Araguaia/Tocantins)

Marcilene Aparecida Ferreira (Minas Gerais)

Marcos Lemke (Rondônia)

Maria Alves Lima (Ceará)

Pedro Albuquerque da Costa Marinho/Joilson José Costa (Maranhão)

Laudiane Barbosa de Sousa (Piauí)

Raimunda Regina Ferreira Barros (Pará)

Ralf Weissenstein (Roraima)

Roberto Carlos de Oliveira (Mato Grosso do Sul)

Roseilda Cruz da Conceição (Bahia)

Juvenal Rocha (Espírito Santo/Rio de Janeiro)

Clipagem de Jornais

Gelsa Gonçalves de Melo

Thays Pereira Oliveira

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo Unesp

Programa DATACT

Fabiano de Moura Parente

Analista de Sistema (Universidade Salgado de Oliveira)

Diagramação

Rony Ribeiro

Seleção de Fotos

Maristela Nunes Vitória

Revisão

Secretaria Nacional

Foto da Capa

Ary Souza

Cartografia:

Prof. Anderson Antônio da Silva;

Prof. Eduardo Paulon Girard e

Prof. Matuzalem Bezerra Cavalcante

(Geógrafos - Unesp)

Dedicatória

Aos auditores do Ministério do Trabalho
Eratóstenes de Almeida Gonçalves,
Nelson José da Silva,
João Batista Soares.
Ao funcionário
Ailton Pereira de Oliveira,
assassinados no cumprimento de sua missão,
em Unaí, MG.

Aos acampados de Felisburgo,
Iraguiar Ferreira da Silva,
Joaquim José dos Santos,
Juvenal Jorge da Silva,
Miguel José dos Santos
Francisco Nascimento Rocha
semeadores de sementes, semeados no chão da
Terra Prometida

E a todos os trabalhadores e trabalhadoras e lideranças que com seu sangue regaram as sementes
da esperança, da justiça e do direito.

Sumário

Apresentação	7
A vida além dos números	9
Tabela Quadro comparativo (1995-2004)	12
Povos indígenas: mais de 500 anos de violência	14
Tabela Conflitos por terra: Situações	18
As causas da violência no campo: terra, renda e poder	34
Tabela Conflitos por terra: Ocorrências	40
Conflitos no campo brasileiro e a economia das drogas: anotações sobre o Polígono da Maconha, 1985-2004	70
Tabela Ocupações	84
Geografia das ocupações e violência	94
Tabela Acampamentos	102
Tabela Violência contra a ocupação e a posse	105
Conflitos pela água	
A celeuma dos bonés	108
Tabela Conflitos pela água	112
Barragens: Uma nova forma de gerar a exclusão social	115
Trabalho escravo	
Os compadres da Casa-Grande	118
Tabela Trabalho Escravo	125
Conflitos trabalhistas	
Conflitos trabalhistas: A violência da superexploração e do desrespeito	132
Tabela Conflitos Trabalhistas	134
Violência contra a pessoa	
Tabela Violência contra a pessoa	138
Tabela Violência contra a pessoa: detalhamento	139
Geografia da Violência contra a Pessoa no Campo Brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação	142

Tabela Assassinatos.	157
Tabela Tentativas de assassinato.	159
Tabela Ameaçados de morte	162
Manifestações-2004.	170
Tabela Manifestações-2004	174
Guatemala y Brasil... compartiendo la construccion de experiencias conjuntas.	195
A criação de um banco de dados de conflitos no campo guatemalteco	197
Notas emitidas pela CPT e outros documentos	
Funcionários públicos vítimas do trabalho escravo.	202
Juiz Federal revoga prisão do fazendeiro Branquinho	203
Carta sobre a reserva Indígena Raposa Serra do Sol	205
Carta da 17ª Assembléia da CPT.	206
“Açúcar com gosto de sangue”	209
Bispo de Caxias, MA, e padre impedidos de prestar assistência a posseiros expulsos	211
“Mudam o Direito em Veneno”	212
Metodologia.	214
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	219
Fontes de Pesquisa	225
CPT no Brasil	227

Apresentação

Estamos completando, com esta edição, 20 anos de publicação ininterrupta de “Conflitos no Campo Brasil”, e pensávamos que nesta apresentação se poderia dar destaque a este fato. Porém, em plena atividade de conclusão de pesquisas dos conflitos e de processamento dos dados, fomos surpreendidos pela triste notícia do assassinato de Ir. Dorothy Stang, na distante e praticamente desconhecida Anapu, no Pará.

Este assassinato provocou uma gigante onda de indignação nacional e internacional. Qual uma verdadeira *tsunami*, esta tragédia atingiu o Planalto Central, invadiu o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. Tomou conta das redações dos jornais e dos estúdios das TVs e das rádios. E seus abalos se sentiram em todo o mundo. A morte de Irmã Dorothy irrompeu com a força da ressurreição. Sua ação, humilde e desconhecida, pequena e quase isolada, multiplicou-se por todos os cantos do Brasil, conquistando corações e mentes e ganhou as dimensões do mundo e do tempo. E nos atingiu em cheio, obrigando-nos a praticar o que se chama de anacronismo - ao tratarmos dos conflitos e da violência em 2004, aparece como figura de destaque, ela, que tombou em 2005.

Este assassinato provocou Ana Maria Rizzante Galazzi, da CPT Amapá, a analisar a violência sofrida pelas mulheres de modo especial entre os ameaçados de morte. Por trás dos frios números das estatísticas, o texto tenta mostrar a vida que pulsa em busca de dignidade e liberdade.

A morte de Irmã Dorothy e vários outros assassinatos, nos primeiros meses de 2005, simplesmente são decorrência da violência que se vive neste País, ao longo dos anos. Uma permanente violência que já faz parte da própria estrutura do campo brasileiro que afeta a vida dos camponeses e agride irresponsavelmente o meio ambiente. Num primeiro momento, os conflitos e a violência estavam ligados ao latifúndio, depois foram alimenta-

dos pelo processo de modernização da agricultura brasileira e hoje pelo agronegócio. A leitura atenta dos textos desta publicação nos ajudará a entender esta trajetória dos conflitos e da violência.

Apesar de, em 2004, os assassinatos, 39, representarem uma queda expressiva, de 46,6%, em relação a 2003, 73, o ano foi especialmente violento, marcado por dois brutais massacres em Minas Gerais. O dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, e de cinco sem-terra em Felisburgo. Estes massacres também causaram comoção nacional, mas, depois de toda poeira levantada, não se sentiu qualquer alteração na realidade agrária brasileira, dando razão ao professor Plínio de Arruda Sampaio¹ quando afirma que o Governo Federal, anos atrás, criou um “kit” de providências destinadas a administrar as crises provocadas por massacres de posseiros, sem-terra, seringueiros e indígenas. O governo Lula herdou esta metodologia e a aplica. Segundo ele, o “kit massacre” inclui declarações indignadas do presidente e seus ministros; presença dos ministros da área no local do incidente, promessa de punição “implacável” aos criminosos; prisão de três ou quatro suspeitos (logo soltos por falta de provas); e anúncio de “factóides” destinados a dar à opinião pública a impressão de que o Governo está agindo energicamente. A vida média de um “kit massacre” é de 15 a 20 dias, período em que o fato ocupa as páginas nobres dos grandes jornais. Depois é engavetado até o massacre seguinte”.

Os massacres de Minas levaram Frei Gilvander, assessor da CPT, e Marcelo Rezende, ex-presidente do Incra, a analisar a realidade agrária do Estado de Minas Gerais que provocou tais tragédias. Em parte, pode-se também atribuir a estes massacres o crescimento no número de manifestações, 712, um aumento de 49,3% sobre o ano anterior.

A violência, em 2004, é analisada também por outros ângulos e a partir de outros atores sociais. Jean Pierre Leroy, relator nacional para o Direito

1. Artigo publicado na Folha de São Paulo, em 24/02/05, intitulado “O Kit massacre”

Humano ao Meio Ambiente, nos conduz a uma reflexão sobre os conflitos e a violência envolvendo os índios e seus territórios. Jorge Atilio Silva Iulianelli, de Koinonia, abre um novo campo, ao analisar a situação dos trabalhadores rurais da região do Submédio São Francisco, no Polígono da Maconha, que acabam sendo tratados e penalizados como traficantes.

Quando a transposição do rio São Francisco tenta ser empurrada goela abaixo dos brasileiros e brasileiras, contra a opinião abalizada de técnicos e cientistas e daqueles que convivem no dia-a-dia com o grande “rio da integração nacional”, os conflitos em torno à água crescem e são graves, sobretudo os relacionados à construção de barragens. De 8 conflitos registrados em 2002, passou-se a 20, em 2003, e agora, em 2004, a 60. O governo tem mostrado muita determinação em desapropriar áreas que são entregues a empresas particulares para a construção de barragens, e que, quase sempre, atingem famílias humildes. Não tem mostrado, porém, a mesma disposição em desapropriar áreas para a Reforma Agrária.

O que os números de 2004 deixam claro é que os conflitos e a violência no campo brasileiro se mantêm em patamares elevados. Em 2004 foram registrados 1.801 conflitos, o maior número destes 20 anos de pesquisa, envolvendo 1.083.232 pessoas (número só inferior a 2003 e 1998). Isto significa, como bem ressalta o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, no seu texto desta edição “em média, no Brasil, o equivalente a um, em cada 29,4 habitantes de nossa área rural, esteve envolvido em conflitos rurais em 2004”. A análise mostra ainda que os índices de conflitividade são maiores onde se dá a expansão do agronegócio, notadamente nos três Estados da região Centro-Oeste.

Os dados de 2004 também mostram crescimento na violência do poder privado, quanto ao número de famílias expulsas, 5,4% maior que em 2003.

Mas é a violência do Poder Público, do Judiciário, que tem aumentado em intensidade nestes dois anos do governo Lula. Um aumento de 10,8% no número de prisões, 421 presos, e de 5,5% no de famílias despejadas, 37.220, o maior número desde que a CPT começou a efetuar os registros. Uma família, em cada 5,8 envolvidas em conflitos, recebeu ordem de despejo. “É como se o Poder Judiciário tivesse caminhado na direção contrária ao recado que veio das urnas nas eleições de 2002”, afirma o prof. Carlos Walter.

A grilagem de terras e principalmente o avanço do agronegócio, tanto da soja e de outros grãos, quanto da pecuária e do setor madeireiro, estão por trás de muitos conflitos e de grande parte do trabalho escravo, como frisa Leonardo Sakamoto, no texto Os Compadres da Casa-Grande, “tanto o capital nacional quanto o internacional que têm investimentos no setor agropecuário da região Norte têm evitado se manifestar sobre a erradicação do trabalho escravo... Os governos federal e estadual temem madeireiros, pecuaristas e o restante do agronegócio, mas têm apenas compaixão por ribeirinhos, pequenos produtores rurais e moradores de reservas de exploração sustentável”, afirma.

Com esta edição de Conflitos no Campo Brasil - 2004, está se abrindo um novo espaço, o do intercâmbio de experiências, começando agora entre a CPT e a Pastoral da Terra Interdiocesana da Guatemala. Dois textos abrem o caminho deste intercâmbio e nos introduzem no conhecimento da realidade agrária guatemalteca.

A morte de Ir. Dorothy escancarou a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo e as pessoas que os apóiam. Com a divulgação dos dados da violência, a CPT pretende chamar a atenção da opinião pública e das autoridades para a necessidade premente de se realizar uma profunda Reforma Agrária, única maneira de combater as causas geradoras desta mesma violência.

Goiânia, 17 de abril de 2004

A Coordenação Nacional



Foto: João Ripper

A vida além dos números

Anna Maria Rizzante Gallazzi

CPT Amapá - Páscoa de 2005

cptap@uol.com.br

Adelaide, Dorcelina, Ana, Luciana, Rose, Urana, Maria e agora Dorothy...

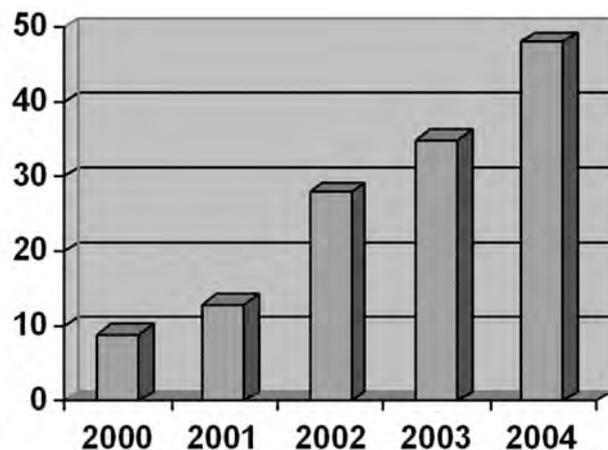
Quando chegou a notícia do assassinato de Dorothy, violento, covarde, impiedoso, a revolta, a raiva, a indignação cresceram e, com elas, um sentimento de impotência, de fracasso. Era só o que eu conseguia repetir à amiga Rosinha de Belém, que me deu a notícia: "Não adianta, eles sempre conseguem".

Por trás do rosto e da história de Dorothy surgem os rostos, os nomes, as histórias e as vidas de tantas mulheres que a cada ano estão no caderno de conflitos da CPT, vítimas de violência.

São vidas que foram ficando pelos caminhos, transformadas em memória, em compromisso, em bandeiras de nossa luta e nossa militância. Saudade e dor que o tempo não suaviza, só torna mais real a compreensão da perda.

De todos os dados trazidos pelos cadernos de conflitos, só analisei um: é o que nos fala das ameaças de morte contra as mulheres, pois é o dado que melhor reflete a intensidade dos conflitos, por ser indicativo de uma realidade contínua.

Uma primeira constatação: nos últimos cinco anos houve um crescimento significativo das ameaças de morte contra mulheres. Das 133 ocorrências registradas nestes cinco anos, nove foram em 2000; 13 em 2001; 28 em 2002; 35 em 2003 e 48 em 2004.

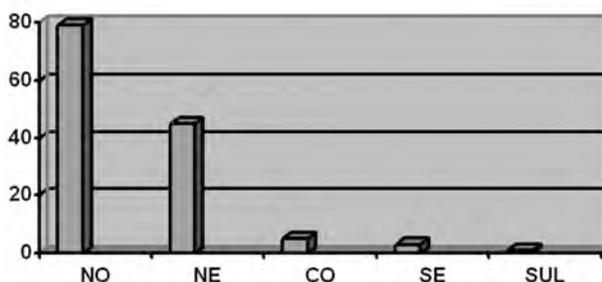


Entre 2000 e 2004 esta violência aumentou mais de 500%.

É um dado importante que reflete o crescimento da presença, da força e da participação das mulheres nos conflitos, pois só é ameaçada quem representa uma ameaça.

Uma segunda informação nos diz que as mulheres ameaçadas de morte são, sobretudo, as que atuam nas regiões Norte e Nordeste: 79 foram as ocorrências na região Norte (60%); 45 na região Nordeste (34%).

Nas demais regiões há poucas ocorrências deste tipo: 1 na região Sul, 3 na região Sudeste e 5 na região Centro-Oeste. E nestas regiões as ocorrências registradas foram em 2003 e 2004.



Vale a pena nos perguntar o porquê desta diferença. Talvez alguém saiba responder.

São mulheres de todas as idades. Mas só conhecemos a idade de 36 delas. E impressiona o equilíbrio entre as mulheres ameaçadas que exercem algum tipo de liderança (62) e as mulheres trabalhadoras rurais (71). É uma verdadeira fraternidade nesta luta pela justiça, sem distinção de idade ou de tipo de serviço.

Ao analisar estes números, porém, meu pensamento e preocupação correram imediatamente para as companheiras de vida e de luta: Jane e Kátia, que ficaram lá em Anapu; Maria Aldenir, aqui, tão próxima de mim, nas Ilhas do Marajó, há três anos na lista das ameaçadas, por sua coragem em denunciar os criminosos e a violência; dona Carmita, ameaçada com seus netos, porque testemunhou a morte do esposo; Maria da Conceição, que nunca mais pôde voltar à sua casa e ao seu trabalho de professora,

no interior, por causa das ameaças contra o esposo José: bíblica família exilada na cidade, há três anos!

É nestas mulheres que penso freqüentemente e, depois do assassinato de Dorothy, mais intensamente. Penso em suas, em nossas vidas, marcadas pelo compromisso com a causa dos trabalhadores rurais. Penso em nossas vidas de mães, esposas, filhas, irmãs, vidas de mulheres com suas relações e afetos, junto e além da militância.

Vida que tabelas, números e gráficos nunca conseguirão registrar, mas que é a realidade mais rica e mais doída destas vidas vitimadas e ameaçadas de muitas maneiras, às vezes por anos a fio.

Como medir a angústia e o sofrimento das crianças e dos jovens que perderam suas mães? Como calcular o impacto da perda da mãe para suas famílias? Quem ocupa seu lugar? Quem acompanha o crescimento das crianças, as crises da adolescência, as conquistas e sonhos dos jovens? Quem ampara os filhos e filhas mais velhos que engolem a dor e assumem, antes do tempo, a responsabilidade da casa e o conforto dos pequenos?

Onde esposos irão procurar carinho, apoio, incentivo?

Como tabular a fadiga dos irmãos e irmãs que, além do sofrimento da perda, assumem os cuidados redobrados com sobrinhos e sobrinhas e com os pais, alquebrados pela perda violenta de uma filha ou de um filho?

Como registrar a vida pessoal e familiar das mulheres que sofrem tentativas de assassinato, ou violências, ou estão ameaçadas?

Não dá para quantificar a angústia, o medo, o desassossego, as muitas coisas deixadas de lado, para tentar evitar perigos e riscos e a preocupação com a violência que pode alcançar nossos filhos e companheiros, enquanto nos esforçamos para viver com serenidade, oferecendo um cotidiano o mais possível normal, para não atrapalhar vivências, relacionamentos, estudos, projetos.

Para além de qualquer tabela resiste a vontade de oferecer às famílias uma vida tranqüila, no esforço de conciliar o empenho da militância com o cotidiano da casa e da comunidade, sem oprimir com angústias e medos e sem descuidar das precauções necessárias e possíveis.

E sem sentir-se heroínas!

Quantas vezes compartilhei com trabalhadoras rurais do Pará e Amapá esta angústia, dita com lágrimas nos olhos e sorriso nos lábios, por quem já decidiu, em seu coração, que não largará da luta e, ao mesmo tempo anseia, com todas as forças, que por causa desta decisão nada aconteça aos que estão próximos! A possibilidade de nos encontrar, compartilhar, desabafar, nos descobrir irmãs nas mesmas preocupações e dúvidas, nos deixava mais fortes, mais aliviadas, mais decididas a continuar.

E quanto carinho, preocupação, cuidados com as mulheres mais sofridas e em situação de maior risco! Junto com isso a celebração, a festa, os cantos, as brincadeiras, para aliviar o coração e continuar a vida.

É a estes aspectos da vida que gostaríamos de dar visibilidade, trazer à luz o alcance da violência na vida e nas famílias de tantas amigas e companheiras, irmãs no compromisso e na luta. “Gente que ri quando deve chorar e às vezes não vive, apenas agüenta”.

Tenho essas mulheres como referência de meu compromisso militante e do desafio prazeroso de ter uma família.

Que a difícil tarefa de, a cada ano, listar nomes e dados, não seja agravada pela dor de encontrar novos nomes entre as assassinadas e ameaçadas.

O imenso carinho e cuidado que Dorothy tinha pelas companheiras da Transamazônica e por seus filhos e filhas, sejam agora escudo e proteção para mulheres e homens que crescem pela força de suas raízes.

Quadro comparativo (1995-2004)¹

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Conflitos de Terra*										
Nº de Conflitos	440	653	658	751	870	556	681	743	1.335	1.398
Assassinatos	39	46	29	38	27	20	29	43	71	37
Pessoas Envolvidas	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710
Hectares	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399
Trabalho Escravo										
Nº de Conflitos	21	19	17	14	16	21	45	147	238	236
Assassinatos		4	1			1	4	1		2
Pessoas Envolvidas	26.047	2.487	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075
Conf. Trabalhistas**										
Nº de Conflitos			49	56	28	33	25	22	97	107
Assassinatos			1	5			1		2	
Pessoas Envolvidas			24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202
Outros***										
Nº de Conflitos	93	78	12	279	69	50	129	14	20	60
Assassinatos	2	4		4						
Pessoas Envolvidas	36.581	451.157	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104	14.352	48.005	107.245
Total										
Nº de Conflitos	554	750	736	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801
Assassinatos	41	54	30	47	27	21	29	43	73	39
Pessoas Envolvidas	381.086	935.134	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	1.083.232
Hectares	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

*O número de Conflitos é a soma das ocorrências de Conflitos por Terra (752), Ocupações (496) e Acampamentos (150).

**Conflitos Trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e a casos de superexploração do trabalho.

*** Outros: até 1996 estão incluídos os conflitos Trabalhistas. Após 1996 registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Conflitos pela Água, Sindicais, em Áreas de Garimpo.

***Em 2004, está registrado a soma dos Conflitos pela Água(60).

1. Nesta edição estamos corrigindo alguns dados do Quadro Comparativo.

Na edição passada o número de conflitos por terra registrado foi 659, quando o correto é de 1335.

Dos 73 trabalhadores assassinados em 2003, dois ocorreram em conflitos trabalhistas.



**Povos indígenas:
mais de 500 anos
de violência**

Foto: João Ripper

Jean-Pierre Leroy

Coordenador do Programa “Brasil Sustentável e Democrático” da Fase. Relator nacional para o direito humano ao meio ambiente (Projeto Relatores da Plataforma DhESCs) para os anos 2003-2004

Não se faz aqui um levantamento de “casos” que dêem conta das questões abordadas. São notas que mal descortinam um pouco das terríveis violências sofridas pelos povos indígenas. As missões que realizei junto aos Cinta Larga e aos Xavante, os contatos feitos com os Tremembé, no Ceará, e com os Xucuru, no Recife, por ocasião de outras missões nesses Estados, me deram a coragem de apresentar esse depoimento e essas reflexões. Elas visam mostrar a necessidade de considerar as violências no campo, tão diversas, como uma única violência; e a estender a solidariedade a todos os oprimidos, a todos os invisíveis, a começar pelos povos indígenas que só saem das páginas dos livros de história para as páginas policiais, de óbitos ou das trapalhadas do poder público.

Em abril de 2004, a opinião pública foi sacudida pela notícia da morte violenta de 29 garimpeiros ocorrida na área da Terra Indígena Roosevelt, na Grota do Sossego, dia 7 de abril. Os garimpeiros que descobriram esse filão de diamantes tinham dado esse nome porque os Cinta Larga, donos da Terra Indígena e que haviam expulsado no início de 2003 os garimpeiros, não conheciam essa mina e estes poderiam lavrar em paz. Os índios reconheceram ter matado efetivamente os garimpeiros na defesa do seu território e das suas riquezas. É preciso lembrar a longa história de genocídio desse povo, cujo território atraía e atrai a cobiça dos garimpeiros de ouro e de diamante e dos madeireiros. Somente no perímetro de Espigão D'Oeste, município no qual se situa a aldeia Roosevelt, já ocorreram, segundo a indigenista Maria Inês Hardgreaves, seis assassinatos contra os Cinta Larga entre 1999/2000. A última vítima foi o jovem Moisés Cinta Larga, assassinado com dois tiros nas costas na divisa da TI Roosevelt em 14 de abril.

A exemplo da TI Cinta Larga, a Terra dos Yanomami sofreu nos últimos anos uma violenta invasão de garimpeiros em busca do ouro. Embora essa invasão tenha sido reprimida, ainda em 2004, os garimpeiros assassinaram um funcionário da Funai.

Além do seu subsolo, outros recursos e a própria terra dos povos indígenas são cobiçados. Há 40 anos, os Xavante da Terra Marãiwatséde (conhecida então como a fazenda Suiá-Missu) foram forçados a se exilar para deixar lugar a fazendeiros. Quando, por ocasião da Rio 92, começou a se preparar o seu retorno e se demarcou a sua Terra, a divulgação da notícia foi suficiente para provocar uma invasão. Embora a Terra Marãiwatséde fosse homologada, os Xavante acamparam dez meses na beira da estrada até que a justiça lhes reconhecesse o direito de re-ocupar uma pequena parte da sua terra, em agosto de 2004. Em diversas ocasiões, os posseiros da Terra Indígena montaram acampamento na mesma estrada, separados dos Xavante apenas pelas polícias militar e federal. Foram meses de tensão e hostilidade. Políticos e outras pessoas com interesses nas terras dos Xavante mobilizaram a população local contra índios, convocando os moradores das cidades e da zona rural para se unirem contra os Xavante. Os meios de comunicação da região, como as rádios de São Félix do Araguaia e Alto da Boa Vista, foram utilizados para disseminar o terror entre a população e jogá-la contra os índios. Houve ameaças de morte a Dom Pedro Casaldáliga (bispo de São Félix do Araguaia), a funcionários da Funai e manifestações de protesto, como a pichação da Igreja de Alto da Boa Vista com expressões de “bispo traidor”, “queremos padre verdadeiro” e uma faixa na estrada dizendo: “a Prelazia é a favor da fome do povo”.

Segundo o Cimi, o grupo ligado a Gilberto Resende, que é conhecido na região do Araguaia como “Gilbertão”, seria responsável, ao menos

em parte, por essas manifestações. Gilbertão se autodenominaria dono da Suiá-Missu e teria registrado em cartório uma área de 168 mil hectares, coincidentes com a área dos índios. Ele tem a má fama de grileiro de terras, “testa de ferro” de empresários do agronegócio da soja e do algodão, comprador de pequenas posses que depois “expande e vende”.

Os posseiros, pequenos trabalhadores rurais, são usados na linha de frente dos fazendeiros e dos políticos. Cortam e queimam pontes, bloqueiam estradas. Criam um clima de ódio aos índios e de terror para estes. Em outubro de 2004, como consequência dos conflitos entre índios e posseiros, dois jovens Xavante (um de 16 e outro de 18 anos) foram atingidos por disparos de armas de fogo enquanto andavam no interior da Terra Indígena. Ambos sobreviveram. As investigações do caso, conduzidas pela Polícia Civil de Água Boa e acompanhadas pela Polícia Federal, não foram concluídas¹.

É no município de Pesqueira, no Pernambuco, que estão situadas as terras do povo Xukuru. Apesar de estas já serem demarcadas e homologadas, e apesar do reconhecimento histórico da ocupação das terras da Serra do Ororubá pelos Xukuru, as terras ainda não foram inscritas no cartório de registro imobiliário, em razão de uma ação de suscitação de dúvida de titularidade interposta pelo próprio cartório. Apesar das águas nascerem nas suas terras, sofrem com a dificuldade de acesso a essa água. Outro fato que ameaça os Xukuru é a posse de mais de 55% (cinquenta e cinco por cento) do território indígena por fazendeiros. A permanência dos posseiros é motivo de conflito e impede o gozo pleno da terra pelos índios. Algumas lideranças não podem circular livremente sobre o seu terri-

tório, sob pena de perderem a vida², como aconteceu antes com outros³.

Os povos Indígenas Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana que habitam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na já longa história de omissão e pusilanimidade do Estado, viveram, em 2004, dolorosos e escandalosos episódios de violência. Em janeiro de 2004, frente às declarações do Ministro da Justiça sobre a iminente homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, “os rizicultores da Raposa Serra do Sol, sete empresários que, a despeito da área já demarcada, encorajados pelos governantes locais, há cerca de uma década ocupam áreas crescentes da Terra Indígena com suas lavouras, com o apoio, explícito ou indireto, de políticos, governantes e elites locais, decretaram na cidade de Boa Vista um verdadeiro estado de sítio”⁴. Os políticos locais trataram, ao longo dos anos, de incentivar a ocupação da TI e a criação no seu interior, de novos municípios. No final de novembro 2004, quatro aldeias da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foram invadidas por fazendeiros. Os invasores destruíram e incendiaram dezenas de casas, postos de saúde e escolas, além de ferir um índio à bala.

No Litoral Leste do Ceará, no município de Itaipoca, os índios Tremembé viram apicuns e manguezais, áreas de coleta de mariscos e de pesca essenciais à sua vida e reprodução, começando a ser invadidas por projetos de carcinicultura e suas terras, seus caminhos e suas cacimbas, de onde tiram água para beber, serem cercadas na perspectiva de empreendimentos turísticos. Já receberam ameaças diretas.

Esses tristes episódios chamam a atenção sobre a histórica situação de abandono tanto dos povos indígenas quanto dos pobres garimpeiros e possei-

1. Ver Relatório da relatoria para o direito humano ao meio ambiente sobre a missão ao Mato Grosso, em agosto de 2004.

2. Ver Relatório da relatoria para o direito humano à alimentação, terra rural e água, sobre a missão realizada no Pernambuco.

3. Em 1992 foi assassinado o filho do pajé da aldeia de Cana Brava. Em 1993 foi assassinado o advogado Geraldo Rolim, que patrocinava a causa indígena. Em 1998 houve o assassinato do grande líder Xucuru, o Cacique Chicão. Em 2001 foi assassinado Chico Quelé. Em 2003 morreram dois jovens índios, Nilson e Milsinho.

4. Vincenzo Lauriola. O Governo Lula, Roraima e a Raposa Serra do Sol: do vazio político ao retrocesso do Estado de direito. Artigo capturado na internet em dezembro 2004.

ros. Por trás das disputas pelo garimpo na Terra Indígena Cinta Larga, a própria polícia federal identificou pessoas donas de maquinário e contratantes de garimpeiros e contrabandistas do diamante. A leitura da imprensa de Rondônia, mostrando - e apoiando - quem estava insuflando o conflito, não deixa muitas dúvidas sobre os interesses que atizavam o fogo. Quanto aos anônimos garimpeiros mortos na Terra Indígena Cinta Larga e aos de Roraima, precisaria percorrer a sua possível trajetória de filhos de camponeses maranhenses, expulsos da terra, que acharam mais promissor o garimpo do que o trabalho escravo e que se acabam como “bucha de canhão” de uma guerra de conquista que não é a sua.

O mesmo poderia ser dito dos posseiros que formam a massa de manobra de políticos e grileiros. Estes estão pouco interessados pelo futuro dos posseiros, mas precisam garantir seus votos e esperam, cinicamente, que, em nome da ameaça do drama humanitário que representaria a saída desses posseiros da Terra Indígena, os fazendeiros continuem na Terra Indígena e ampliem seus domínios. Os políticos locais de Alto da Boa Vista, onde se situa a Terra Indígena Marãiwatséde, defendem os posseiros que impediram o Incra de proceder ao recenseamento dos posseiros para o seu futuro assentamento. Mas nenhum político se bateu pela sorte dos posseiros que saíram da área de Urubu Branco quando essa foi declarada Terra Indígena, acampados a 100 quilômetros, no município de Canabrava do Norte, à espera da terra prometida chamada ironicamente Projeto de Assentamento Liberdade.

Com esses comentários, não se pretende colocar no mesmo pé de igualdade “brancos”

pobres e povos indígenas. Se todos são vítimas de um modelo de desenvolvimento perverso, o genocídio perpetrado contra os povos indígenas tem mais de 500 anos. Além do genocídio físico ainda em curso, procede-se a um genocídio cultural perverso, pois no final, este vai destruir esses povos tão seguramente quanto as balas. Estrangulam-se esses povos quando vivem debaixo do terror, impedidos de se locomover livremente; quando o acesso a seus recursos de água, caça, pesca, terra lhes é tolhido ou negado; quando fica claro que dificilmente o Estado lhes estenderá a mão. Não vimos o prefeito de Alto da Boa Vista (MT) afirmar o seu poder acima do governo federal? É “um arroteiro, entre os principais líderes dos motins de janeiro, já indiciado pela justiça, hoje candidato a prefeito de Pacaraima, outro município criado - com procedimentos de dúvida legalidade - dentro da Terra Indígena São Marcos, que, ao comentar as últimas declarações do ministro da Justiça, que mais uma vez confirma a intenção presidencial de homologar a Raposa Serra do Sol em área única, afirma: “O Lula está fora desse processo. A nota do ministro é ridícula. O Lula vai sair do poder e nós vamos ficar aqui. E o PT vai junto com ele” (Folha de Boa Vista, 31/08/2004). Aqui também, outras populações que se tornaram tradicionais, tais como os ribeirinhos e os extrativistas, terminam compartilhando esse mesmo destino.

Se a violência, sob as suas múltiplas formas, é uma só, a luta deve ser travada e os projetos de cada um, construídos em alianças para um Brasil que resgate a sua magnífica diversidade e o sonho da igualdade.



Foto: João Laet

Conflitos por terra: Situações

Conflitos por terra: Situações

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Acre			
Bujari	Ramal da Judia	412	
Bujari	Ramal Espinhara/Faz. Bela Aliança/Agrop. Vale do Antimary L	400	21143
Bujari	Ramal Abib Cury	50	270
Manoel Urbano	Seringal Porto Seguro	40	0
Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre/Capatará	356	7500
Porto Acre	Seringal Tocantins	40	
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Cachoeira	9	60000
Rio Branco	Fazenda Terra Santa	150	
Sena Madureira	Seringal Mercês	1000	139000
Senador Guimard	P. A. Seringal Benfica	127	5100
Subtotal:		10	2524
Alagoas			
Água Branca	Fazenda Chupete	150	1702
Água Branca	Fazenda Cobras	50	564
Atalaia	Fazenda Ouricuri	680	900
Atalaia	Faz. São Macário	80	380
Atalaia	Fazenda São Sebastião/Us. Ouricuri	480	480
Batalha	Fazenda Rosário	120	900
Delmiro Gouveia	Fazenda Garrote	50	1800
Maragogi	Fazenda Santa Rita	50	200
Maragogi	Fazenda Cana Brava	50	
Maragogi	Acampamento Manhoso	106	
Maragogi	Faz. Buenos Aires	100	
Maragogi	Fazenda Junco/Us. Central Barreiros	180	409
Maragogi	Fazenda Aquidabam	50	1200
Maragogi/ Porto de Pedras	Faz. Boa Vista	50	880
Murici	Fazenda Bolo	150	600
Palmeira dos Índios	Área da Tribo Xucuru-Kariri	180	800
Pão de Açúcar	Fazenda Facão	180	650
Piranhas	Fazenda em Piranhas	100	450
Porto de Pedras	Fazenda Lucena	32	393
Porto de Pedras	Fazenda São Domingos	60	
São Brás	Faz. Carvalinho/Cavalinho	130	348
São Luís do Quitunde	Faz. Papuan	70	800
Traipu	Fazenda Raio do Sol	180	500
União dos Palmares	Faz. Sta. Maria/Serra	100	
União dos Palmares	Fazenda Salinas	150	
União dos Palmares	Quilombo dos Palmares	80	
Viçosa	Fazenda São Luiz	100	
Subtotal:		27	3708
Amapá			
Amapá	Fazenda Itapoã	85	45000
Calçoene	Grilagem Bela Vista		14071
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira/Grilagem		427
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais/Grilagem		320
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem		15079
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira/Grilagem		428
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor/Grilagem		482
Ferreira Gomes	Chácara do Céu/Grilagem		399
Itaubal do Piriirim	Retiro São João/Areia Branca	1	400
Itaubal do Piriirim	Retiro São Francisco/Areia Branca	1	50
Macapá	Jardim das Acácias/Grilagem		452
Macapá	Assentamento do Corre Agua	34	4000
Macapá	Chácara Fabel/Grilagem		363
Macapá	Fazenda Chaparral/Grilagem		434
Macapá	Retiro São Cristóvão/Grilagem		498
Macapá	Retiro Nova Esperança/Grilagem		492
Macapá	Retiro São Francisco/Grilagem		493
Macapá	Retiro Boa Vista/Grilagem		385
Macapá/ Itaubal do Piriirim	Áreas em Itaubal e Macapá	50	10000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Macapá/ Porto Grande	Amcel/Porto Grande	87	7500
Mazagão/ Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	23	800
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	8	400
Pracuúba	Retiro Santo André/Grilagem		158
Pracuúba	Retiro São Jorge/Grilagem		99
Santana	P.A. Matão do Piaçacá	10	500
Tartarugalzinho	Aporema	6	2000
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem		2499
Subtotal:		27	305
Amazonas			
Anamã	Com. N. Sr ^a . Nazaré/Igarapé do Caju/Lago Joriá	278	
Apui	Assentamento Jumacari		
Coari	Divino Espírito Santo do Angelim/Rio Urucu	12	
Coari	Comunidade Dom Bosco/Lago Tracajá	19	
Coari	Ananidê Costa do Juçara	3	
Iranduba	Gleba Igarapé do Bode	19	
Iranduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	22	
Itacoatiara	Lago do Serpa	5	110
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	116	
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	2	
Manacapuru	Área no Entronc. da Rod. Manoel Urbano com a AM-315	3	2
Manacapuru	Manairão	450	12000
Manaquiri	Comunidade do Aruanã	25	
Manaquiri	Terras de Várzea	2	
Manaus	Rio Urubu	270	25000
Manaus	Comunidade do Uberê/Lt 73		
Tapauá	Comunidade Barreirinha	10	
Tapauá	Comunidade Itaboca	20	
Tapauá	Comunidade Tambaquizinho	24	
Tapauá	Comunidade Pupunha	40	
Tapauá	Comunidade Macapá	30	
Tapauá	Comunidade Tauamiri	24	
Tapauá	Comunidade Enseada	50	
Tefé	Estrada da Missão	7	
Subtotal:		24	1431
Bahia			
Alagoinhas	Fazenda Conceição da Água Boa	150	600
Alcobaça	Faz. da Empresa Aracruz Celulose	150	1000
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	300	613
Barreiras	Fazenda Carlota	110	
Bom Jesus da Lapa	Área Quilombola Campo Grande I	600	
Bom Jesus da Lapa	Comunidade Quilombola Nova Batalhinha	100	7091
Brumado	Fazenda Poção	5	30
Buritirama	Comunidade Brejão	23	
Buritirama	Fazenda Curimatá	300	150000
Cachoeira	Acampamento Carlos Lamarca	100	
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	400	706
Camaçari	Faz. Sta. Maria/Cerâmica Sta. Maria	120	
Casa Nova	Acampamento Esperança	150	
Casa Nova	Faz. São José/São Victor	130	1500
Eunápolis	Fazenda Candelária I	45	
Eunápolis	Fazenda Monte Sinai	36	
Eunápolis	Tribo Pataxó Hã-hã-hae/Faz. Barreirinha	70	1000
Eunápolis	Fazenda Provisão	80	1195
Eunápolis	Fazenda Santa Maria	80	1716
Gandú	Fazenda Coqueiros	50	
Gongogi	Fazenda São Jorge	80	
Guaratinga	Fazenda Caravelas I	150	1200
Ibiquera	Fazenda Munduri	98	
Ipiaú	Fazenda Dois Amigos	25	1000
Iramaia	Acampamento Nova Canudos	600	
Iramaia	Fazenda Baratinha	200	800
Itabuna	Fazenda Conjunto Vitória	200	175
Itabuna	Acampamento Resistência Negra	400	
Itajuípe	Fazenda Rapa Pau	60	700
Itamaraju	Acampamento Anita Garibaldi	100	
Itamaraju	Fazenda Pedra Bonita	100	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco	20	
Juazeiro	Acampamento em Juazeiro	150	
Juazeiro/ Remanso	Fazenda Sobrado	80	5000
Jussari	Acamp. Belo Monte/Faz. Arizona	50	
Malhada	Quilombos Pau D'arco/Parateca/Faz. Bauru	600	
Maraú	Fazenda Rio Preto	2	500
Maraú	Fazenda São José	600	630
Marcionílio Souza	Fazenda Meu Cantinho/Boa Nova	49	
Mata de São João	Faz. Ouro Negro/Acamp Recanto da Paz	250	
Monte Santo	Fazenda Maravilha	40	
Muquém de São Francisco	Fazenda Simpatia do Vale	81	4500
Nova Redenção	Fazenda Pilões	174	1200
Pau Brasil	Tribo Pataxó Hã-hã-hae/Faz. Taquari	22	
Porto Seguro	Tribo Pataxó Hã-hã-hae/Faz. Santa Luzia	35	1000
Porto Seguro	Fazenda Água Fria/Veracel	3000	3000
Queimadas	Fazenda Tiririca/Rio do Peixe	70	
Santa Bárbara	Acampamento Antônio Conselheiro	100	
Santa Cruz Cabralia	Fazenda Vale da Purificação	40	
Santo Amaro	Fazenda Nossa Srª. do Socorro	200	3500
São Sebastião do Passé	Acampamento Recanto da Paz	250	
São Sebastião do Passé	Faz. Ipanema/Coribe Agropecuária Ltda.	100	447
Teixeira de Freitas	Acampamento 20 Anos do MST	400	
Ubaitaba	Fazenda Sorocaba	52	223
Uruçuca	Fazenda Independência	200	477
Subtotal:		55	11577
Ceará			
Antonina do Norte	Acampamento Patativa do Assaré	50	
Aracati	Assentamento Zumbi	2	
Aracati	Fazenda Maisa	120	3700
Beberibe	Fazenda Massaranduba	105	4046
Canindé	Fazenda Xinauquê	240	13000
Chorozinho	Faz. Marami/Marambaia/Acamp. Menino Jesus	400	
Ipaumirim	Fazenda Cheirosa	51	900
Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	250	100
Quixeramobim	Fazenda Boa Água	115	1600
Tamboril	Fazenda Pelado	120	600
Subtotal:		10	1453
Distrito Federal			
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	350	
Subtotal:		1	350
Espírito Santo			
Conceição da Barra	Área da Bahia Sul Celulose	85	
Mucurici	Fazenda Genilde	70	735
Nova Venécia	Faz. Barra do Cristalino/Acamp. Madre Cristina	500	2685
Ponto Belo	Assent. Otaviano de Carvalho/Faz. Ipiranga	194	1132
São Mateus/ Conceição da Barra/ Aracruz	Aracruz/Vila do Riacho/Caieiras Velhas	1200	138000
Subtotal:		5	2049
Goiás			
Alto Paraíso de Goiás	Fazenda Esusa	300	
Bom Jardim de Goiás	Faz. Palmital/Perdizes	150	11000
Caiapônia	Assentamento Cachoeira Bonita	1	
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmares	2100	9000
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	130	900
Chapadão do Céu	Faz. Alto Formoso/Acamp. Teixeirainha	120	8000
Corumbá de Goiás	Fazenda Boa Vista	70	152
Estrela do Norte	Faz. São Paulo/Pau-a-Pique	120	780
Faina	Fazenda São Sebastião	60	
Flores de Goiás	Faz. Ilha Bela/Acamp. Dorcelina Folador	200	
Formosa	Fazenda Toca da Raposa	200	1200
Formosa	Faz. Barreirão/Taperão	50	
Formosa	Fazenda Tropicália	20	
Formosa	Fazenda Escarocada	50	
Formosa	Assentamento Vigilândia	50	16660
Goianira	Acamp. às Margens da GO-060	50	
Iaciara	Faz. Friboi/Eldorado	600	13000
Itaberaí	Fazenda São João	100	
Itaberaí	Fazenda Santo Antônio	40	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Itaberai	Fazenda São José II	60	370
Itapaci	Fazenda Santa Luzia	115	
Itapaci	Fazenda Araraquara	20	784
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	100	1800
Itapuranga	Acampamento Vitória do Nativo/GO-156	40	
Itarumã	Fazenda Uvá	120	
Jandaia	Assentamento Paulo Freire	94	
Jaraguá	Fazenda São Francisco	2	1454
Jaraguá	Fazenda Coterra	180	1000
Jaraguá	Faz. Tomé Pinto/Área de Experimentação da UFG	20	97
Jataí	Fazenda Sertãozinho	250	3100
Jataí	Fazenda Paraíso	100	18330
Mineiros	Assentamento Babilônia	28	
Mossâmedes	Faz. Bom Jardim/Acamp. Belchor Fortaleza	22	
Nova Crixás	Fazenda Primavera	150	4000
Paraúna	Fazenda São Luís	120	2200
Planaltina	Fazenda Engenho	45	
Planaltina	Fazenda Lagoinha	45	4700
Planaltina	Fazenda Conceição	30	
Professor Jamil	Assentamento Rochedo	26	963
Quirinópolis	Fazenda Furnas	300	5000
Santa Helena de Goiás	Fazenda Santa Helena	43	
Santo Antônio de Goiás	Faz. Stª. Rita da Serra/Acamp. Dom José Gomes	400	1300
Uruaçú	Fazenda Baronesa II	63	
Vila Propício	Fazenda São João	105	7048
Subtotal:		44	6889
Maranhão			
Açailândia	Área Próxima à Toca da Raposa	30	1000
Açailândia	Toca da Raposa	110	4000
Alcântara	Base Espacial	372	64000
Aldeias Altas	Povoado Jaburu	2	
Alto Alegre do Maranhão	Pov. São José/Mucura/Faz. Santa Luz	26	1300
Alto Parnaíba	Faz. Inhuma/Brejinho/Brejo da Onça/Pov. Barra do Pureza	10	3200
Amarante do Maranhão	Faz. Lorena Saco Grande/Acamp. Curitiba	100	150
Araioses	Área do Prefeito de Água Doce do Maranhão	50	
Araioses	Ilha do Bananal	56	1500
Arari	Povoado Belém/Barreiro	5	18
Arari	Fazenda Dólar de Prata	46	800
Arari	Gleba Data Santa Inês	73	458
Balsas	Fazenda Bom Jesus	4	200
Balsas	Fazenda São José	37	1414
Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	12	7000
Balsas	Fazenda Lagoa Preta	21	938
Balsas	Comunidade Vão da Salina	28	
Barra do Corda	Gleba Ourives/Irmandade	330	12000
Benedito Leite	Data Espinho	29	30000
Boa Vista do Gurupi	Fazenda Lagoa dos Patos	75	
Brejo	Faz. Boa Vista/Funil/Alto Bonito/Pacuti/Stª. Tereza	60	1000
Brejo	Gleba Saco das Almas/Vila das Almas	1	
Cajari	Corral das Varas/Atalaia	63	200
Caxias	P. A. Buriti do Meio/Pov. Santa Rosa	54	55
Codó	Povoado Barro Branco	50	2800
Coquelândia	Acamp. às Margens da Estrada do Arroz	420	
Coroatá	Fazenda Tatajuba	25	1740
Coroatá	Fazenda Agrojaiza	2	
Fernando Falcão	Cacimba Três/Faz. Palotina	72	
Governador Nunes Freire	Fazenda Carcará	33	952
Grajaú	Fazenda São Gregório	75	1894
Imperatriz	Faz. Grapiá/Tucunaré	65	4900
Imperatriz	Fazenda do Grupo Celmar	600	
Itapecuru Mirim	Faz. Santa Maria/Pov. Cigana	120	
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	33	200
Itapecuru Mirim/ Santa Rita/ Anajatuba	Sítio do Meio/S. João da Mata/Mata dos Pires	150	
Lago Verde	Cipoeiro/Pov. Santa Luzia	2	97
Lago Verde	Pov. Nova Conquista/Faz. Marfim	100	4000
Loreto	Povoado Sonhêm	30	
Magalhães de Almeida	Faz São Jorge/Data St Agostinho/Gleba Cipoal2	55	3821

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Matões do Norte	Faz. Cantanhede/Stª. Catarina Formiga/Ass. Cabanagem	83	6000
Matões do Norte	Povoado Marajá	20	800
Monção	P. A. Camacaoca	100	10800
Monção	Ocup. do Incra/Pov. Camacaoca e Outros	100	
Nina Rodrigues	P. A. Mangueira/Pov. Vila Boa Esperança	38	12000
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Lagoinha	40	400
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Jejo	23	1680
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Vamos Vendo	42	1750
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Barreiro do Mato	42	1750
Parnarama	Data Jenipapo/Faz. Poço dos Cachorros	71	1200
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Barra da Vereda	30	1200
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Buriti - Canas	86	4100
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Chapadinha	10	4100
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Patos	25	4100
Parnarama	Data São Domingos/Faz. Santo Antônio	42	1750
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	70	4500
Parnarama	Fazenda Escondido	25	1200
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	42	1363
Parnarama	Data Tanque/Fazendinha	33	5000
Pastos Bons	Fazenda Boa Esperança	28	4210
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	102	4600
Pindaré Mirim	Povoado Alto da Cruz	25	19
Pinheiro	Pov. Benfica/Olho D'Água/Ribeirão de Baixo	35	300
Riachão	Faz. Sucupira/Pau Furado	107	6616
Riachão	Faz. Couro Danta/Coro Danta	10	1200
Riachão	Canto do Gaspar/Pequi/Bacuri	23	
Sambaíba	Fazenda Candeias	7	4834
Santa Rita	Fazenda Escalada	250	328
São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	50	2426
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Manô/Barroco e Simão	123	5000
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Faz. Taboa	70	7437
São Raimundo das Mangabeiras	Pov. Lago Verde/Data Ipoeira	2	14000
Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Faz. Brasília/Data S. Pedro	19	275
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	180	14000
Timbiras	Faz. Cit/Pov. Sardinha	100	4000
Timbiras	Povoado São Benedito	2	1000
Tuntum	Fazenda Tuntum	2	
Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	42	1930
Vargem Grande	Saco do Piauí	2	100
Zé Doca	P. A. Campo Verde/Faz. Morada Nova/Colone	15	300
Subtotal		80	5542
Mato Grosso			
Cáceres	Fazenda Santa Amélia	774	2380
Cáceres	Assentamento Precatas	60	
Cáceres	Faz. Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	800	35842
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	400	
Canabrava do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	40	38000
Castanheira	Faz. Vale do Seringal/Acamp. Vale do Seri	46	17000
Chapada dos Guimarães	Acamp. do Ribeirão do Itambé	250	
Chapada dos Guimarães	Estrada da Faz. Cachoeira Rica	250	15500
Confresa	Chácara Parreira	200	
Confresa/ Santa Terezinha	Aldeia Tapirapé/Urubu Branco	300	
Cuiabá/ São Vicente	Fazenda Bonfim	250	8700
Guiratinga	Acamp. Vale do São Lourenço	2	
Ipiranga do Norte	Assentamento em Ipiranga do Norte	1	
Jaciara	Faz. Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	350	8900
Juina	Área em Filadélfia	42	1554
Juruena	Fazenda Jurumé/Apiaká		
Nortelândia	Faz. Barreirão	224	8000
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	500	13627
Nova Lacerda	Fazenda Águas Claras	250	
Nova Olímpia	Fazenda Maior	680	2500
Nova Olímpia	Fazenda Norte Sul	400	2500
Nova Olímpia	Faz. Monte Alegre/Acamp. Oziel Pereira	1100	5500
Pedra Preta	Faz. Sto. Antônio do Jurique/Antônio Tavares	200	3500
Peixoto de Azevedo	Área Indígena Menkragnoti/Kaiapó	400	
Poconé	Assentamento Carrijo	280	4700

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Querência	Gleba Coutinho União	122	20000
Rio Branco	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Cate	360	1920
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	260	6500
Santo Antônio do Leverger	Faz. São Bento/Gleba Resistência	157	2800
São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Aldeia Marãiwatsedê	150	165000
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	600	12000
Sinop/ Cláudia	Faz. Panorama/Continental/Acamp. Nova Aliança	150	
Sorriso	Assentamento Santa Rosa I e II	230	49000
Sorriso	Assent. Jonas Pinheiro/Poranga	108	8100
Sorriso/ Nova Ubiratã	Assent. Boa Esperança I/Gleba Entre Rios	161	45000
Tangará da Serra	Assent. Antônio Conselheiro/Faz. Tapirapuã	150	37000
Tapurah	Acamp. ao lado da Faz. Santo Antônio	20	
Tapurah/ Itanhangá	Assentamento Itanhangá		116000
União do Sul	Fazenda Golbaro	200	
Vila Bela da Santíssima Trindade	Assassinato de José Lopes Sobrinho	1	
Subtotal:		40	10488
Mato Grosso do Sul			
Anastácio	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	100	1200
Angélica	Fazenda Santa Rosa	200	
Bataguassu	Fazenda Porto Seguro	140	484
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	350	1200
Brasilândia	Reassentamento Porto João André	15	
Caarapó	Faz. Ypiutã/Aldeia Guyraroka	850	11400
Caarapó	Área em Caarapó/Acamp. 1º de Agosto	1000	
Campo Grande	Acamp. às Margens do Anel Rodoviário/Oziel Alves	70	
Campo Grande	Acamp. na Chácara do Dep. Pedro Teruel	70	10
Campo Grande	Faz. Pedregulho/Acamp. no Parque dos Poderes	30	
Campo Grande	Acamp. às Margens da BR-060/Km 10	73	
Corumbá	Posse de Paulo Vieira	13	
Dourados	Fazenda Campo Belo	350	900
Dourados	Área a 15 Km de Dourados		
Dourados	Acamp. às Margens da BR-163	100	
Iguatemi	Fazenda São Jorge	200	
Iguatemi	Fazenda Chaparral	250	
Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	300	2892
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	750	19000
Ivinhema	Gleba Piraveve/Empresa Someco	50	
Ivinhema	Acamp. Zumbi dos Palmares/As Margens da BR-376	200	
Ivinhema/ Novo Horizonte do Sul	Fazenda Vista Alegre	220	
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	250	2600
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São Sebastião	104	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São Miguel	103	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Paloma	105	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Mato Sujo	102	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Glassuri	115	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Guaraporé	120	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São José	110	
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São Pedro	106	
Japorã/ Iguatemi	Sítio Zé Lago	85	
Jardim	Fazenda Figueira/Aurora	350	11200
Juti	Fazenda Caiçara	160	1400
Navirai	Fazenda Rio Brilhante	150	1800
Navirai	Faz. Nova Esperança/Acamp. na BR-487	145	2400
Nioaque	Fazenda Rolinha	100	2400
Nova Alvorada do Sul	Faz. São João/Acamp. Nova Conquista	140	3600
Ponta Porã	Fazenda Itamarati II	600	24500
Ponta Porã	Acamp. Próximo à Faz. Tapera	60	
Ponta Porã	Área em Ponta Porã	100	
Sidrolândia	Fazenda Boa Vista	500	1200
Subtotal:		42	8836
Minas Gerais			
Almenara/ Bandeira	Fazenda Marobá	200	3165
Araguari	Fazenda Bocaina/Acamp. Irmãos Neves	15	
Bambuí	Faz. Velha/Cerradão/Acamp. Margarida Alves	50	5000
Betim	Faz. São Geraldo /Acamp. 2 de Junho	200	230
Betim/ São Joaquim de Bicas	Faz. Coqueiro/Várzea dos Coqueiros	150	150
Buritis	Fazenda Dalel Aparecida	90	948

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Campina Verde	Faz. Córrego Fundo/Acamp. Nova Esperança	107	2736
Campo Azul/ Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	250	2800
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	50	6000
Canápolis	Faz. Pirapitinga do Campo	650	17100
Congonhas	Acamp. da Associação Nossa Família	5	
Esmeraldas	Faz. Salgada/Casa Grande	150	845
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	100	2400
Frei Inocêncio	Fazenda Casa Branca	200	900
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	260	2880
Grão Mogol	Parque Estadual de Grão Mogol	142	33343
Gurinhata	Fazenda Piedade	200	300
Itamarandiba	Fazenda Barbado	13	602
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	120	6000
Jequitai	Fazenda Correntes	2	
Juvenília	Fazenda Dois Rios	200	20000
Limeira do Oeste	Acamp. na Entrada da Faz. Reunidas Reserva S/A	500	
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	6	
Manga	Assent. Japoré/Faz. Lagoa D'Anta	101	6590
Manga	Fazenda Japorema	50	1200
Manga	Faz. Beirada	80	2300
Manga	Fazenda Marilândia	50	1000
Manga	Fazenda Santa Fé/Acamp. Vanessa	120	
Montes Claros	Faz. Canoas		
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	90	2600
Montes Claros	Fazenda Cana Brava	160	1000
Montes Claros/ Pirapora	Fazenda Guiné	70	2484
Palmópolis	Faz. Conjunto Boa Sorte/Acamp. Pe. Josimo	150	
Pará de Minas	Faz. Limeira/Acamp. Olga Benário	400	380
Paracatu/ Unai	Complexo Barreirinha/Acamp. Índio Galdino	250	9000
Patrocínio	Fazenda Floresta Salitre	40	3000
Periquito	Faz. Confinamento/Pedra Corrida/Acamp. Liberdade	40	16000
Periquito	Fazenda Baixa da Carlota	20	
Pirapora	Área do Aeroporto	150	1800
Pirapora	Fazenda Cocal	50	912
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	80	3800
Presidente Kubitschek	Fazenda Barreto	24	1200
Rio Pardo de Minas	Faz. Olhos D'Água/Comunidade Vereda Funda	60	5233
Rosário de Limeira	Projeto de Mineração/Mineradora Rio Pomba	1200	6000
Santa Cruz do Escalvado/ São Sebastião de Sober	Hidrelétrica de Candonga	165	
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	300	20000
São José da Safira/ Frei Inocêncio	Fazenda Tabocal	100	586
Teófilo Otoni	Fazenda Ministério	150	100
Tumiritinga	Faz. Califórnia/Assent. 1º de Junho/Cachoeirinha	82	3016
Uberaba	Fazenda Saudade	30	
Uberlândia/ Tupaciguara	Fazenda São Domingos	100	2300
Unai	Fazenda Campinas/Acamp. Tamboril	29	
Unai	Faz. Vargem Bonita de Cima I/Acamp. Florestan Fernandes	200	1570
Vazante	Fazenda Lavado	24	
Veríssimo	Faz. S. José do Rio do Peixa	180	723
Subtotal:		55	8205
Pará			
Abel Figueiredo	Gaúcha	90	9000
Acará	Fazenda Recreio	60	2125
Afuá	Região das Ilhas	30	3000
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	4	736
Altamira	Boca do Igarapé Estragado e Piracui	7	
Altamira/ Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	50	22000
Anapu	PDS Esperança	2	
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	153	3000
Baião	Fazenda Carioca	60	4600
Baião	Faz. Amapá II	2	2500
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baía do Sol	50	800
Bom Jesus do Tocantins	Acampamento na BR-222	80	
Breu Branco	Fazenda Água Azul II	120	
Capitão Poço/ Mãe do Rio	Fazenda Dois Irmãos	40	
Conceição do Araguaia	Assentamento Marrecas/Prata/Tubarão	18	2340
Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Côco	32	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Cumarú do Norte	Assentamento Hermínio Brito/Erminio/Serra Azul	2	4356
Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	1	40000
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano	1100	12500
Itaituba	Ocupação do Ibama/14 Comunidades	2000	
Itaituba	Comunid. Jacarezinho e outros	4	
Itupiranga	Fazenda Rio Bonito	17	920
Itupiranga	Faz. Hidroservice/Boa Esperança	42	31140
Mãe do Rio	Fazenda Reunidas	400	5444
Marabá	Assentamento Estrela Dalva	63	
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	140	
Marabá	Fazenda Bandeirantes	47	5000
Marabá	Faz. Cigana/Acamp. Quilombo dos Palmares	80	3000
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	184	3200
Marabá	Ameaça de morte de Antônio Gomes	1	
Marabá	Faz. São Raimundo/P. A. José Pinheiro	150	5639
Marabá	Fazenda Nova Olinda/Acamp. Pe. Josimo	70	2500
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Arapari	60	3000
Mosqueiro	Fazenda Baía do Sol	250	9000
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	400	22000
Nova Ipixuna	Fazenda Tinelli	80	
Novo Progresso	Gleba Curuá	2	
Novo Repartimento	P. A. Redenção	2	
Ourilândia	Tribo Caiapó/Pedral		
Pacajá	Assentamento Arapari I	1	
Paragominas	Vale do Jurupi/Colônia Providência	157	
Parauapebas	Gleba Ampulheta/Projeto Carajás	80	210000
Parauapebas	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	150	1200
Parauapebas	Ameaçados de morte em Parauapebas	6	
Parauapebas	Ameaça de morte de Francisco "Índio"	1	
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Fazenda Rio Verde	300	3000
Parauapebas/ Marabá/ Rondon do Pará/ Castanhal	Ameaças de Morte	11	
Placas	Reserva Indígena Cachoeira Seca	1	
Porto de Moz	Reserva Extrativista Verde para Sempre	2	1289
Redenção	Fazenda Santa Tereza	107	14520
Rondon do Pará	Assassinato de Ribamar Francisco dos Santos	1	
Rondon do Pará	Assentamento José Dutra	1	
Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	100	6000
Rondon do Pará	Ameaçados de morte em Rondon do Pará	4	
Rondon do Pará	Faz. Tulipa Negra	60	300
Rondon do Pará	Faz. Paraíso/Acamp. Campos Dourados	130	3630
Santa Bárbara do Pará	Fazenda da Denpasa	921	
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Elisa	30	
Santa Maria das Barreiras	P. Assentamento Codespar	1	115000
Santa Maria das Barreiras	Faz. Forkilha/Assent. Agropec	4	
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	Fazenda Pouso Alegre/Inajaporá	400	
Santarém	Assentamento Corta-Corda	30	
Santarém	Assentamento Piá Moju	43	
São Félix do Xingu	Faz. Bom Jardim	4	
São Félix do Xingu	Assentamento Lindoeste/Fazenda Flor da Mata	20	11770
São Félix do Xingu	Fazenda Comanche/Comaxim	64	4850
São Félix do Xingu/ Anapu	Faz. Santa Maria-Reunidas	15	
São Félix do Xingu/ Redenção	Tribo Caiapós/Aldeia Crocaimoro	1	
São Francisco do Pará	Faz. Urucuzal/Acamp. Rosa Luxemburgo	250	2200
São João do Araguaia	Fazenda Landi	70	
São João do Araguaia	Acampamento Ponta de Pedras	140	
Sapucaia	Fazenda Lourenço	25	
Tailândia	Assassinato de Epitácio Gomes da Silva	1	
Tucuruí	Comp. Caripé/Acamp. Nova Aurora/São Carlos	500	
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	80	
Subtotal:		75	9604
Paraíba			
Alagoa Nova	Barragem de Camará	58	
Aparecida	Fazenda Santa Clara/Extrema	80	
Aparecida	Faz. Guritiba/Canal da Redenção	580	6000
Areia	Engenho Bonfim	21	161
Aroeiras	Barragem Acauã	800	
Cajazeiras	Fazenda Minadouro	50	550

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Curral de Cima	Faz. Jardim	39	1001
Esperança	Fazenda Riacho Amarelo	120	430
Ingá/ Juarez Távora	Assent Novo Horizonte/Quirino/Olindino/Caiçara	20	
Jacaraú	Faz. São José	300	222
João Pessoa	Faz. Ponta de Gramame	38	400
Paulista	Fazenda Pachicú/Paxicú	36	1253
Pedras de Fogo	Faz. Santa Emilia	20	100
Pedras de Fogo	Engenho Novo/Mata de Vara	20	
Pitimbu	Engenho Palmeira	22	147
Pombal	Fazenda Roncador	26	1000
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	29	500
Santa Teresinha	Fazenda Sudene	120	10000
São João do Cariri	Fazenda Agreste	50	
São José da Lagoa Tapada	Fazenda Sarapó	70	
Sobrado	Faz. Antas	85	939
Sousa	Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa	400	
Subtotal:		22	2984
Paraná			22703
Abatiá	Acampamento no Trevo de Abatiá	40	
Antonina	Agropecuária São Rafael	50	
Balsa Nova	Acampamento na BR-277	130	
Bandeirantes	Acampamento na PR-518	204	
Bandeirantes	Fazenda Nomura	26	
Barbosa Ferraz	Fazenda Muquillão	80	
Campo Mourão	Acampamento na BR-369	40	
Cândido de Abreu	Faz. Laguiche	160	2863
Candói	Fazenda Bananeiras	200	900
Candói	Hidrelétrica Sta. Clara e Fundão	12	
Candói	Fazenda Campo Real	650	3000
Candói	Faz. Caracu/Assent. Sta. Clara	92	989
Cascavel	Fazs. 4R/Refopas/Cajati Semente/Complexo Cajati	1200	6000
Centenário do Sul	Faz. de cana-de-açúcar em Centenário do Sul	150	394
Cidade Gaúcha	Fazenda dos Arnos	70	800
Clevelândia	Fazenda Cachoeira	2	
Colorado	Fazenda da Barra	83	
Congonhinhas	Fazenda Serra Grande	30	
Espigão Alto do Iguaçu	Faz. Solidor	36	700
Foz do Iguaçu	Acampamento às margens da BR-277	130	
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	400	1197
Guarapuava	Fazenda Matão	70	1500
Guaraqueçaba	Fazenda Bom Jesus/Área do Ibama	10	
Honório Serpa	Fazenda Pinho Fleck/Olvepar	300	500
Icaraima	Fazenda São Paulo	56	1643
Icaraima	Fazenda Monte Azul/Agrop. Café no Bule	60	1372
Iretama/ Barbosa Ferraz	Fazenda Junqueira	8	88
Jundiá do Sul	Fazenda Itambé	100	411
Lapa	Fazenda Serrito	120	2125
Lapa	Fazenda Água Vermelha	30	
Laranjal	Fazenda Bandeirantes	120	
Laranjal	Fazenda Cristo Rei	280	390
Laranjal	Fazenda Cristo Redentor	280	
Laranjeiras do Sul	Fazenda Lambari	50	25000
Lindoeeste	Fazenda Santa Lúcia/Planas	30	109
Luiziana	Fazenda Baronesa dos Candiais II	180	960
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	250	2160
Nova Laranjeira	Fazenda Santa Lúcia	40	774
Ortigueira	Fazenda Copramil	20	
Palmas	Áreas da Tribo Kaingangue	153	7344
Palmeira	Fazenda Cherubin	27	503
Piraquara	Área da Faculdade Espirita	10	
Ponta Grossa	Estação Experimental Monsanto	30	43
Ponta Grossa	Estação Experimental da Embrapa	2	1250
Pontal do Paraná	Área no Balneário da Prefeitura	60	
Quedas do Iguaçu	Fazenda Campo Novo	100	390
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	100	167
Quedas do Iguaçu	Fazenda Acalanto	45	186
Ramilândia	Fazenda Boito	200	411

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Reserva do Iguaçu	Faz. Fundão/Paiol de Telha	30	1600
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Bom Jardim Pau D'alto	400	960
Ribeirão do Pinhal	Fazenda São Benedito	100	300
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Santa Maria	80	320
Rio Bonito do Iguaçu	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	100	1331
Rio Bonito do Iguaçu	Assentamento Marcos Freire	1	
Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Várias áreas da empresa Araupel S/A	150	25000
Santa Inês	Fazenda Altamira	16	348
Santa Izabel do Ivaí	Faz. Nossa Senhora de Fátima	80	
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	300	
São João do Caiuá	Fazenda São Fabiano	30	
São José dos Pinhais	Estação Ecológica do Cambuí	50	
Subtotal:		61	7553
Pernambuco			94028
Agrestina	Faz. Chata	125	3000
Água Preta	Fazenda Divisão	150	
Água Preta	Fazenda Barra do Cassuipe	70	1200
Água Preta	Fazenda São Joaquim	70	
Águas Belas	Fazenda Quixabeira	70	1500
Águas Belas	Fazenda Logradouro	80	
Águas Belas	Faz. Salobre	70	1200
Alagoinha/ Belo Jardim	Faz. Santa Rosa	266	1200
Aliança	Engenho Belo Horizonte	42	350
Aliança	Engenho Sirigi/Us. Aliança	65	500
Aliança	Engenho Água Branca/Usina Aliança	30	
Amaraji	Usina União Bonfim	150	
Amaraji/ Cortês	Engenho Meia Légua	30	674
Araripina	Fazenda Milagre	50	
Arcoverde	Faz. Experimental do IPA/Acamp. Serra das Varras	55	
Arcoverde/ Sertânia	Fazenda Harmonia	266	5500
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	30	3613
Belém de Maria/ Barra de Guabiraba	Engenho Sítio do Meio	230	556
Belém de São Francisco	Fazenda Forbaza	170	1200
Belém de São Francisco	Faz. Quixaba	50	1000
Betânia	Fazenda Riachão	150	2000
Bodocó	Faz. Estaca	60	1500
Bodocó	Fazenda Alvorada/Odorila	50	2200
Bodocó	Fazenda Serra da Matinha	48	
Bonito	Fazenda Baé Pandi	100	
Bonito	Fazenda Uberaba	70	500
Bonito/ Cortês	Engenho Baé/Bagé	300	
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Baraúna	38	
Buenos Aires/ Escada	Engenho Criméia	43	800
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Olinda Velha	44	
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Universo	44	
Cabo de Santo Agostinho	Fazenda Brilhante/Us. Liberdade	200	1200
Canhotinho	Fazenda Santa Quitéria	40	
Canhotinho	Fazenda Jatobá	80	
Canhotinho	Engenho Gruta Nova	150	580
Canhotinho	Fazenda Betania	20	
Capoeiras	Engenho Roçadinho	125	
Caruaru	Acamp. às Margens da BR-104/Eng. Mandacaru	90	
Caruaru	Fazenda Braúna/Baraúna	90	1200
Caruaru	Fazenda Serraria	80	600
Caruaru/ São Caitano	Fazenda Aparecida	266	600
Catende	Associação Tabaiaré/Us. Catende	1	
Cupira	Fazenda Major Bastos/Rastros	92	1200
Escada	Fazenda Alegria	350	520
Escada	Engenho Caçuá/Cassuá/Us. Barão	400	1500
Escada	Engenho Cabronema	70	400
Escada/ Caruaru/ Primavera	Engenho Conceição	350	
Flores	Engenho Corina	50	
Gameleira	Engenho Pereira Grande	150	
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	200	
Garanhuns	Quilombo Castainho	107	40
Garanhuns	Fazenda Paulista	100	1360
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	150	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Glória do Goitá	Fazenda Boa Esperança	100	480
Goiana	Fazenda Boa Vista/Acamp. Capa Cigana	20	150
Goiana	Engenho Mirandinha	60	
Granito	Fazenda Colinas	45	
Gravatá	Fazenda Cocal	70	600
Iati	Fazenda Juçara/Jussara	70	
Iati	Fazenda Cachoeirinha II	60	270
Ibimirim	Fazenda Pedra D'Água	90	
Ibirajuba	Fazenda Lagoa Velha	150	3000
Inajá	Fazenda Pajeú	120	
Inajá	Sítio Formigão	48	
Inajá	Fazenda Boi Cajú	1000	21000
Ipojuca	Engenho Gaiapo/Gaipió	100	242
Ipojuca	Engenho Atalaia	60	500
Itacuruba	Fazenda Anjico	40	
Itacuruba	Fazenda União	42	
Itacuruba	Fazenda Serrinha	40	
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	100	400
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Colônia/Us. Colônia	120	
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Penaduba	400	
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Camarço	60	
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Muribequinha		
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Penaduba Grande/Penadubinha	150	
Jaboatão dos Guararapes/ Moreno	Eng. Poço Dantas/Lagoa Dantas		1800
João Alfredo	Fazenda Mumbuca	150	1700
Jucati	Fazenda Santa Maria/Marta	150	
Jurema	Fazenda Banheiro	40	800
Lagoa do Carro	Fazenda Soledade	80	
Lagoa dos Gatos	Engenho Brejinho	200	1465
Lagoa dos Gatos	Fazenda Bom Jesus	180	1500
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	60	960
Lajedo	Fazenda Pereira I e II	270	766
Moreno	Assentamento Herbert de Souza	147	
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela	280	930
Palmares	Engenho Mãe de Deus	180	
Palmares	Engenho Limão	90	
Palmares	Fazenda Chapéu de Couro	140	
Panelas	Fazenda Riacho do Mel	120	2500
Panelas	Fazenda Poço/Mocó	140	1800
Panelas	Engenho Angelim	100	
Passira	Fazenda Varame	120	800
Passira	Sítio da Prefeitura	180	
Passira	Fazenda Canaã	180	800
Passira	Fazenda Dependência	80	
Passira	Fazenda Carcará	130	
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	160	366
Pedra	Fazenda Riacho Novo/Pedra Pintada	65	264
Pesqueira	Fazenda Santa Maria	750	
Pesqueira	Fazenda Roçadinho	200	200
Pesqueira	Fazenda Gravatá	267	650
Pesqueira	Faz. Lagoa do Félix/Feliz	180	800
Petrolândia	Fazenda Rancharia	60	
Petrolândia	Fazenda Umbuzeira	80	
Petrolina	Fazenda Malha Grande/Malhada	450	
Petrolina	Fazendas Terra Fria	110	1400
Petrolina	Fazenda Izaclândia	150	
Petrolina	Faz. Caraibas	60	1800
Petrolina	Faz. Boa Esperança		
Petrolina	Fazenda Dan	430	
Poção	Fazenda Lagoa Cercada	267	1200
Pombos	Fazenda Riachão	120	820
Quipapá	Engenho Serra Verde	100	
Quipapá	Engenho Belo Monte	300	735
Quipapá	Engenho Estreito/Us. Água Branca	200	580
Quipapá	Fazenda Pelada	300	
Rio Formoso	Fazenda Sítio Novo	130	
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	4000	16800

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área	
Salgueiro	Fazenda Tabuleirinho	30	1200	
Salgueiro	Fazenda Monte Alegre	80	2000	
Santa Cruz	Fazenda Cacimba da Galça	80	2000	
Santa Cruz	Fazenda Mandassaia	83		
Santa Cruz	Fazenda Baixa Grande	45	300	
Santa Cruz do Capibaribe	Faz. Garrote	170	4000	
São Benedito do Sul	Engenho Periperi/Usina Água	150	600	
São Benedito do Sul	Engenho Soberano/Água Branca	150	700	
São Bento do Una	Fazenda Rancho Velho	48		
São Bento do Una	Quilombo Serrote do Gado Brabo	370	2500	
São Caitano	Fazenda Santa Isabel	100	1200	
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	120	2000	
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	40	2045	
São José da Coroa Grande	Faz. Buenos Aires	25	950	
São José da Coroa Grande	Fazenda Queimados	25	650	
São José da Coroa Grande	Engenho Murim	155		
São José do Belmonte	Fazenda Boqueirão	100		
São José do Belmonte	Fazenda Olho D'Água	63		
São José do Egito	Fazenda Bonfim	120	1300	
São Lourenço da Mata	Engenho Tiúma/Us. Tiúma	60		
São Lourenço da Mata	Engenho General/Usina Tiúma	800		
Serra Talhada	Fazenda Catolé	110		
Serra Talhada	Fazenda Três Irmãos	115		
Serra Talhada	Área do IPA	150		
Serra Talhada	Fazenda Carnaíba/Carnaúba	30	800	
Serra Talhada	Área do Dnocs	115	1200	
Serra Talhada	Fazenda Paulista	30	1000	
Serrita	Fazenda Paada/Sussuarana	180		
Sertânia	Fazenda Desmatação	267	1000	
Sertânia	Fazenda Pedra Grande	267	2000	
Sirinhaém	Engenho Jaguaraba	144		
Surubim	Área da Embrapa	80		
Tacaimbó	Fazenda Santa Maria	102	900	
Tamandaré	Usina Central Barreiros	30	8000	
Tamandaré/ Barreiros	Engenho Rebouças/Us. Central Barreiros	90		
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	280	600	
Subtotal:		156	25322	142716
Piauí				
Altos	Fazenda Aracati	60	400	
Altos	Roça Velha	45		
Altos	Fazenda Corte do Meio	40	700	
Altos	Faz. Funil/Acamp.Nossa Esperança	400	1700	
Altos	Fazenda Belo Horizonte	31	600	
Angical do Piauí	Faz. Mocambo/Mucambo	45	2260	
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	24	517	
Bom Jesus/ Santa Filomena	Áreas em Bom Jesus e Santa Filomena	96		
Buriti dos Lopes	Canto da Cruz	20	1200	
Buriti dos Lopes	Assentamento Josué de Castro	100	1422	
Buriti dos Lopes	São Caetano	60	2000	
Buriti dos Lopes	Assentamento Cutias	52	966	
Buriti dos Lopes	Fazenda Ilha do Caburé	75		
Campo Largo do Piauí/ São João do Arraial	Tabocal Grande	26	1000	
Campo Largo do Piauí/ São João do Arraial	Fazenda Costa	100	6000	
Currais	Assentamento Laranjeiras	70	2000	
Esperantina	Faz. Coité/Tabocal Grande/Acamp.Guerreira Trindade	105	2300	
Esperantina	Vereda do Anacleto	24	1241	
Esperantina	Nova Conquista	26	850	
Joaquim Pires	Fazenda Santana	40	2400	
Joaquim Pires	Fazenda Papagaio	40	3000	
Luzilândia	Lagoa do Piauí/Área do Dnocs/Bela Vista/Palmares	260	6000	
Madeiro	Murici	83	1800	
Miguel Alves	Mato Seco	9		
Miguel Alves	Marinho Bandeira	32	950	
Morro do Chapéu do Piauí	Feijão	32	3000	
Morro do Chapéu do Piauí	Comunidade Barreiro	23	700	
Palmeirais	Pov. Stª.Tereza/Faz.Lagoa do Mato/Acamp. José Consciência	90	800	
Parnaíba	Assentamento Lagoa do Prado	70	1000	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Parnaíba	Monte Alegre	4	967
Parnaíba	Baixa do Aragão	30	40
Parnaíba	Assentamento Cajueiro	54	874
Parnaíba	Tab. Litorâneo/Ilha do Tabuleiro/Dnocs/Massa Machado	60	2000
Porto	Gleba Fernando	22	33
Queimada Nova	Comunidade Serra Grande	56	
Queimada Nova	Com. Quilombola Sumidouro	26	
São Raimundo Nonato	Barragem da Onça/Petrônio Portela	18	
Sigefredo Pacheco	Fazenda Baixa	23	1175
Teresina	Data São José do Junco/Chapadinha	250	1860
Teresina	Faz. Gandu/Data Stª. Teresa/Pov. Lagoa da Mata	300	720
Subtotal:		40	2921
Rio de Janeiro			
Araruama/ São Vicente de Paula	Faz. Sobara/Acamp. Anita Mantuano/Terra Nova	200	1700
Barra Mansa	Faz. do Salto	54	960
Campos dos Goytacazes	Faz. São Benedito e Motto dos Canudos	120	480
Campos dos Goytacazes	Faz. Santa Helena/Acamp. Goytacazes	170	470
Campos dos Goytacazes	Fazenda Desejo e Azurara	130	630
Campos dos Goytacazes	Faz. Cambahyba/Acamp. Ozziel Alves	410	3502
Campos dos Goytacazes/ São João da Barra	Fazenda Caroara	80	1200
Carapebus	Faz. Sto. Antônio/Acamp. União da Conquista II	80	1500
Carapebus	Faz. Boa Sorte/Acamp. João Batista Soares	150	2500
Mangaratiba	Área da Cia. de Desenvolvimento do Sahi	20	
Mangaratiba	Fazenda Santa Justina/Acamp. Olga Benário	400	850
Mangaratiba	Faz. Praia do Saco/Acamp. Mangaratiba	430	
Pinheiral	Fazenda Confiança	150	
Pirai	Fazenda Aimorés	150	630
Quatis	Quilombo Santana	19	828
Rio de Janeiro	Aldeia do Imbuhy	32	
São João da Barra	Faz. Caetá e Cedro/Acamp. Mário Lago	250	1800
Valença	Fazenda Vargas Capoeirão	120	320
Subtotal:		13	2965
Rio Grande do Norte			
Apodi	Fazenda da Emparn	230	500
Apodi	Sítio do Padre	120	3500
Apodi	Fazenda Caiçara	50	
Areia Branca	Fazenda Dunas	300	7000
Assu	Fazenda Frulinorte	40	
Assu	Fazenda Galiléia/Frunorte	80	2600
Baraúna	Faz. Florêncio	40	1675
Governador Dix-Sept Rosado	Fazenda Oito	200	
Mossoró	Faz. Angicos I e II	200	1585
Mossoró	Faz. Baixa das Caraúbas	30	
Poço Branco	Fazenda Opção	70	900
Subtotal:		11	1360
Rio Grande do Sul			
Alegrete	Acamp. às margens da RS-377/Área Particular	80	
Carazinho/ Almirante Tamandaré do Sul	Fazenda Agropecuária Sazão	90	2300
Coqueiros do Sul	Acamp. no Pov. Xadrez/Próximo à Faz. Guerra	50	8900
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	700	9000
Cruz Alta	Fazenda Bom Sossego	100	750
Engenho Velho	Faz. Brigada Militar/Serrinha	40	
Nova Santa Rita	Faz. Santa Rita/Montepio/Acamp. na BR-386	350	1700
Pelotas	Área do Gov. Fed. Monte Bonito/Acamp. BR-290	12	170
Pinheiro Machado	Acamp. Derrubando o Latifúndio/BR- 293	240	
Pontão	Faz. Bugre/Tribo Caingangues	300	
Porto Alegre	Reserva Morro do Osso/Tribo Cainguangues	70	57
Sananduva	Faz. de Jovani Miola/Tribo Caingangues	130	100
São Gabriel	Complexo Southal/Marcha Sepé Tiaraju	260	13222
São Luis Gonzaga	Acamp. às Margens da BR-285/km 584	150	
Subtotal:		14	2572
Rondônia			
Ariquemes	Fazenda da Empresa Porto Franco	40	
Buritis/ Cujubim	Sering. Novo Mundo/Faz. na Linha C- 20/Acamp. Sol Nascent	350	49000
Cabixi	Faz. Cotrasa/Pontal do Cabixi	100	
Cacoal	Área da Máquina São Paulo	500	57000
Candeias do Jamari	Patronato Agrícola do Menor Oswaldo Souza/Pamos	120	72

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Chupinguaia	Fazenda São Domingos	130	2400
Espigão do Oeste	Fazenda Ipê	200	
Ji-Paraná	Área Próxima ao Aeroporto José Coletto	80	1500
Machadinho d'Oeste	Gleba São Francisco	30	99000
Nova Mamoré	Área em Jacinópolis	180	1500
Nova Mamoré	Acampamento Asprorio	160	
Parecis	Fazenda Barroca	50	
Pimenteiras	Fazenda Bom Futuro	58	1200
Theobroma	Faz. Limajuti/Stª. Bárbara/TD Assunção	37	35000
Theobroma	Fazenda Seringal	30	
Subtotal:		15	2065
Roraima			
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	100	1678800
Subtotal:		1	1678300
Santa Catarina			
Abelardo Luz	Aldeia Toldo Embu		1965
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	200	2400
Catanduvas	Área na Estrada de Pedra Lisa	1	
Chapecó	Aldeia Toldo Chimbangue/Sede Trentim	80	1963
Doutor Pedrinho/ José Boiteux	Aldeia Bugio/Duque de Caxias	80	
Imbituba	Comunidade de Areias da Ribeira	75	245
Palma Sola	Fazenda Caldatto	50	7500
Passos Maia	Fazenda Passos Maia	60	720
Ponte Serrada	Área da Chapecó Alimentos	50	419
São Cristóvão do Sul	Faz. Faxinal do Paulista/Acamp. 17 de Abril	450	578
São José do Cerrito	Fazenda Linda Vista	200	950
Saudades/ Cunha Porã	Aldeia Guarani do Araçá'i	30	2721
Subtotal:		12	1276
São Paulo			
Álvares Machado	Acamp. na Estrada da Amizade/Rod. Júlio Budisk	250	
Americana	Fazenda Salto Grande	150	174
Andradina	Fazenda Timboré	199	1800
Araçariquama	Faz. Iris/Matarazzo	150	370
Avaré	Fazenda São Gonçalo	200	1800
Bauru/ Aimorés	Horto Florestal/Acamp. Terra Nossa	240	
Birigüi/ Brejo Alegre	Assentamento São José I	30	5000
Boa Esperança do Sul	Fazenda Jatobá	2	110
Brotas	Fazenda em Brotas	30	
Buri	Estação Experimental do Instituto Biológico	150	363
Buri	Fazenda União	150	
Caiuá	Fazenda Três Sinos	20	
Caiuá/ Presidente Venceslau	Fazenda Santa Rosa	20	
Cajamar	Fazenda São Luiz	80	100
Castilho	Acamp. diante da Faz. São Luiz	10	1005
Castilho	Fazenda Primavera	2	
Castilho	Acamp. Terra Livre/Faz. Três Barras/Abrigo	115	
Castilho	Faz. Itapura/Acamp. Nova Conquista	300	2133
Castilho	Fazenda Santa Cruz	10	1000
Castilho/ Nova Independência	Fazenda Ipê	250	
Coroados	Fazenda São Bento	24	448
Euclides da Cunha	Fazenda Ponte Branca	25	12000
Gália	Faz. Boi Bravo/Acamp. Margarida Alves	60	
Gália/ Garça	Acamp. às Margens da SP-331/Rod. Dep. Victor Maida	130	
Iaras	Fazenda Consulta	150	2045
Iaras	Fazenda Rio Pardo	500	
Iaras/ Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	500	2662
Iporanga	Quilombo Maria Rosa e Vizinhos	12	
Itu/ Mairinque	Fazenda Policom	250	
José Bonifácio	Fazenda São Bernardo	90	
Macaubal	Fazenda Alecrim	60	770
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	350	5200
Marabá Paulista	Fazenda Santo Antônio do Prata	220	
Matão/ Silvânia	Assentamento Horto	150	
Mirandópolis	Fazenda Primavera	112	1806
Mirante do Paranapanema	Faz. Santo Antônio do Mirante	2	520
Mirante do Paranapanema/ Santo Anastácio	Acamp. na SPV-029	280	
Murutinga do Sul	Fazenda Santa Cristina	40	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Narandiba	Fazenda São Domingos	450	2100
Panorama	Fazenda Campo Belo	2	
Pereira Barreto	Fazenda Mesquita	40	501
Piqueroibi	Fazenda Fortaleza	2	
Pirapora do Bom Jesus	Faz. Mian/Matarazzo	450	955
Piratininga	Fazenda Candeias	36	
Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	50	300
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	300	2013
Presidente Epitácio	Fazenda Alvorada	20	
Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	60	1000
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	85	3300
Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio	20	
Presidente Epitácio	Fazenda Santa Maria	20	
Presidente Epitácio/ Caiuã	Acampamento Meire Orlandini	250	
Presidente Venceslau	Assentamento Primavera 2	1	
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	120	665
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco	80	
Promissão	Agrovila Reunidas/Santa Bárbara	800	17000
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	400	1780
Sandovalina	Sítio Beira Rio	2	
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	300	3200
Sandovalina	Acampamento na Fazenda Municipal	750	15
Sandovalina	Faz. Santa Fé/Margarida Alves	160	1320
Sandovalina	Usina Hidrelétrica de Taquaruçu	300	108
Santo Anastácio	Fazenda Santa Terezinha	70	3773
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda Aracanguá	15	730
São Carlos	Fazenda da Granja do Rei Frango	2	
Sumaré	Horto Florestal/Sumaré 2/Terra Sem Males	150	450
Suzanápolis	Faz. Tapir/Acamp. 7 de Setembro	200	2906
Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	150	436
Taubaté	Fazenda do Una/Votorantim	150	504
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	80	960
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	180	758
Subtotal:		71	11008
Sergipe			
Boquim	Fazenda Garangau	200	
Canindé de São Francisco	Projeto Jacaré Curituba	700	3500
Canindé de São Francisco	Fazenda Santa Rita	220	
Estância	Fazenda Colina do Sol	100	
Estância	Fazenda Forte	136	
Gararu	Fazenda Garacu	52	
Indiaroba	Acamp. Santa Rita do Gavião/Faz. Sem Nome	37	
Indiaroba	Fazenda Taipu	150	
Itabi	Fazenda Campo Grande	52	
Lagarto	Fazenda Lombo	120	2000
Lagarto	Fazendas Barra I e II	180	
Monte Alegre	Fazenda Monte Alegre	150	
Nossa Senhora da Glória	Fazenda Lagoa do Bom Nome	216	
Nossa Senhora da Glória	Fazenda Riachão	114	
Poço Redondo	Fazenda Riacho Largo	180	
Riachuelo	Projeto Jacarecica 2	58	1300
Riachuelo/ Malhador	Acampamento Mário Lago	600	
São Cristóvão	Área da Escola Agrotécnica	250	800
Subtotal:		18	3515
Tocantins			
Alvorada	Acampamento Esperança da Terra	61	
Aragominas	Barra do Ribeirão do Muricizal	50	1652
Araguaína	Acampamento Levinha	46	
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	60	1200
Araguatins	Acamp. 1º de Junho/Faz. Estrela e Novo Mundo	50	
Araguatins	P. A. Aronca	1	
Augustinópolis	Faz. do Rubão/Indiana II/Acamp. Solidário	68	
Carmolândia	Acamp. Vilmar mendes/Faz. Uirapuru	200	
Couto de Magalhães	Acamp. Bom Jesus/Faz. Sousa	40	
Couto de Magalhães	Acampamento Dom Bosco	94	
Couto de Magalhães	Acamp. Nova Vitória/Faz. Santa Vitória	80	
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	40	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Darcinópolis	P. A. Amigos da Terra	1	
Palmeirante	Fazenda São José	24	
Palmeirante	Faz. Stº Antônio/Gleba Najjar	22	1129
Pequizeiro	P. A. Progresso	20	
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	29	9239
Wanderlândia	Acampamento Zé Pereira	150	
Subtotal:		18	1036
Total:		952	137978

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

As causas da violência no campo: terra, renda e poder

Frei Gilvander Moreira

Frei e padre carmelita, assessor da CPT, CEBI, MST, CEBs e professor de Exegese e Teologia Bíblica

Marcelo Resende

Geógrafo, membro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Primeiro presidente do INCRA no Governo Lula e ex-presidente do Instituto de Terras de Minas Gerais no Governo Itamar Franco.

Ao iniciar o ano de 2004, no dia 28 de janeiro, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram executados, no município de Unai/MG, em uma emboscada, quando cumpriam suas funções de investigar denúncias da existência de trabalhadores submetidos a condições análogas à da escravidão. Dos acusados de serem os mandantes do assassinato, Norberto Mânica encontra-se preso. Seu irmão, Antério Mânica, foi eleito prefeito em Unai, conseguiu alvará de soltura e responde o processo em liberdade. Eles são os maiores produtores de feijão da América Latina. Os quatro fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, covardemente assassinados, foram vítimas do agronegócio e de quem é suspeito de praticar trabalho escravo.

No dia 03/05/04, 200 policiais expulsaram as 14 famílias da comunidade de São Sebastião do Soberbo, município de Santa Cruz do Escalvado, da área onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Candonga. A ação violenta que destruiu tudo para atender ao consórcio formado pelas empresas Vale do Rio Doce e Alcan Alumínios do Brasil provocou traumas “irreversíveis” nas pessoas vítimas do desrespeito e da prepotência. A expropriação de famílias atingidas por bar-

ragens é comum em Minas Gerais e em todo o Brasil.

Dia 20 de novembro de 2004, dia da Consciência Negra, cerca de 18 jagunços, liderados pelo fazendeiro e empresário Adriano Chafik Luedy, invadiram o Acampamento Terra Prometida, em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha. Assassinar covardemente Iraguiar Ferreira da Silva (23 anos), Miguel José dos Santos (56 anos), Francisco Nascimento Rocha (62 anos), Juvenal Jorge da Silva (65 anos) e Joaquim José dos Santos (65 anos). Todos os tiros foram à queima-roupa. Feriram outras 20 pessoas sem-terra, inclusive uma criança de 12 anos levou um tiro no olho. Atearam fogo no acampamento, reduzindo a cinzas 65 barracas, inclusive a barraca da escola, onde 51 adultos faziam, todas as noites, o curso de alfabetização.

Os trabalhadores sem-terra deste acampamento vinham recebendo ameaças há mais de dois anos, desde o dia 1º de maio de 2002, quando ocuparam o latifúndio, que é, parcialmente, de terras devolutas, não arrecadadas pelo Estado. Inúmeros Boletins de Ocorrência foram registrados na delegacia local. A Comissão Pastoral da Terra - CPT -, em 24/09/2004, fez uma representação junto à Secretaria de Segurança Pública, alertando que oito jagunços estavam há dois dias dentro do acampamento, mas as autoridades não tomaram medidas para evitar a tragédia.

Estes fatos ganharam repercussão nacional e internacional mas não são isolados. Eles se inserem no bojo dos 112 conflitos no campo mineiro, registrados pela CPT em 2004. Estes conflitos além dos nove assassinatos acima referidos, foram responsáveis por 32 tentativas de assassinato, 27 ameaças de morte, 24

torturados, 75 presos e 56 feridos. Em 25/11/2004, a CPT de Minas entregou ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa de Minas Gerais um dossiê denunciando a existência de milícias armadas atormentando a vida dos 18.000 camponeses sem-terra acampados em Minas Gerais. A CPT/MG também registrou 26 ataques de jagunços a acampamentos nos anos de 2003 e 2004.

Todo esse agravamento da situação no campo mineiro merece uma reflexão mais profunda e precisa ser contextualizado. Por trás dos números estão fatos que revelam a estrutura agrária e os conflitos na luta pela terra e pela água, existentes em Minas Gerais. Eles são a ponta de um iceberg que nos interpela. O processo de Reforma Agrária está lentíssimo, enquanto o agronegócio com monoculturas e a implantação descontrolada de barragens, acolitado pelas mineradoras, avança em alta velocidade sobre o solo mineiro.

O Estado de Minas Gerais foi sede da capital brasileira Vila Rica ainda no século XVIII, em um processo de acúmulo das riquezas forjado desde o “descobrimento”, com o genocídio de nossos ancestrais. Os mais de cem povos indígenas que habitavam o território mineiro hoje estão resumidos a apenas sete povos com áreas de reservas. A exploração também atingiu nossos irmãos de sangue negros, que alimentaram com suor e vida a ganância e opulência da nobreza Lusitana. Neste período, a resistência dos quilombos alterou uma correlação de forças que obrigou uma das mais tardias ações do Colonialismo no mundo - a libertação dos escravos com a Lei Áurea de 1888 e o aprisionamento das terras, antevisto por meio da Lei de Terras de 1850. Os tratados que foram firmados, como o de Tordesilhas, em 1494, permitiram que aqueles que nunca haviam pisado no Brasil pudessem ser donos da terra. As Capitâneas Hereditárias, que nos dividiram em 15 glebas, originaram mais de 6.000 sesmarias

nas Capitâneas de Porto Seguro e Espírito Santo que abrangiam o mapa de Minas Gerais hoje, registradas no arquivo público mineiro. Destas, apenas 350 foram reconhecidas pela Coroa, de acordo com a primeira Lei de Terras, de 1850. Isto porque a legislação da época exigia que as sesmarias, concedidas em usufruto, tivessem uma função social. Este fato é importante porque as demais terras deveriam ter sido devolvidas para a Coroa - ato que possivelmente originou o termo “terra devoluta”.

Neste período, todas as posses de terras sesmarias, ou qualquer outra forma de ocupação, deveriam ser regularizadas pelo Estado. Assim, nasce o conceito de propriedade privada, que promoveu a mercantilização territorial. De lá para cá, inúmeros decretos possibilitaram aos ocupantes de terras devolutas (ou grileiros) acumularem riqueza e poder. Assim surgiu o coronel, o latifundiário e o agronegócio. Resguardado cada momento histórico, todas essas categorias trataram de promover a violência no campo, ceifando vidas humanas, destruindo o meio ambiente, concentrando renda, aumentando seus lucros e o tamanho de suas áreas.

O coronelismo em Minas foi responsável por uma hegemonia política conservadora que detém grande parte do poder do Estado, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Isso inclui o controle do Palácio da Liberdade, de prefeituras, cartórios, delegacias, tribunais e até cemitérios. No lugar dos camponeses, com sua agricultura de subsistência e de abastecimento do mercado interno, chega a cultura do boi, enchendo extensas áreas de capim.

O latifúndio nasce à revelia da lei, na apropriação das terras dos pequenos posseiros, que são expulsos ou mortos. Isso coloca o Brasil no segundo lugar do ranking dos países com maior concentração de terras. Uma só propriedade no Brasil possui área maior

do que o Estado de Sergipe. Minas segue a regra nacional, com alta concentração fundiária. Esta estrutura é mantida através da criação da União Democrática Ruralista (UDR), com grande força em Minas Gerais. A UDR estimula a ação de pistoleiros contra trabalhadores rurais. Porém, conta com alto grau de impunidade e se organiza de forma institucional, representada no Legislativo pela Bancada Ruralista.

Atualmente, o latifúndio possui novos contornos. Com medo da desapropriação de seus imóveis improdutivos, se esconde na propaganda do agronegócio. Em Minas, o chamado agronegócio surge com a imposição de uma política agrícola que pregava a “modernização” do campo. O objetivo era permitir que grandes empresas estrangeiras introduzissem insumos químicos no mercado brasileiro, obtendo grandes lucros e nos tornando dependentes de um “pacote” tecnológico imposto. Assim, nasce a Jica (Japan International Cooperation Agency) com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado - Prodecer - promovendo as atividades do complexo agroindustrial. O ecossistema do cerrado deu lugar a extensas áreas de monoculturas do café, da cana-de-açúcar, da soja e dos maciços homogêneos do eucalipto. Este processo gerou exclusão social, destruição do meio ambiente e concentração de renda.

Da monocultura do café e da cana-de-açúcar surge o bóia-fria, que se submete a longas jornadas de trabalho, sem carteira assinada e sem segurança no seu transporte até às áreas de trabalho. As extensas plantações de soja contaminam com agrotóxicos as nascentes dos córregos e rios. São também responsáveis pelo confinamento dos pequenos agricultores nos grotões das encostas do Chapadão. A destruição é tamanha que hoje não existe mais nenhuma faixa contínua de cerrado. Neste ritmo, o cerrado pode desaparecer em apenas trinta anos. Em Minas existem, apro-

ximadamente, um milhão de hectares de terras plantadas com eucalipto, sendo boa parte delas devolutas.

Ao mesmo tempo, temos hoje em Minas 18.000 famílias acampadas. Em 2004, a meta do governo federal era de assentar 4.500 famílias no Estado. Entretanto, segundo dados do Incra, só foram assentadas 2.697 famílias, sendo que boa parte das desapropriações é saldo do governo FHC. Essa situação tende a se agravar na medida em que a Secretaria Extraordinária de Assuntos para a Reforma Agrária e a Secretaria Nacional de Reordenamento Agrário anunciaram o Plano Estadual de Crédito Fundiário, que visa atingir 3.500 famílias em 2005/2006. Esse programa concorre com o instrumento de desapropriação e tem sido alvo de inúmeras denúncias de irregularidades em nível nacional com 80 denúncias por escrito e 27 inquéritos sendo investigados pelo Ministério Público.

Segundo dados do Incra, baseados em declarações dos proprietários, existem no Brasil 54.761 imóveis rurais classificados como “grandes propriedades improdutivas”, portanto desapropriáveis, que somam nada menos que 120 milhões de hectares (uma Europa inteira parada).

Após estudos sérios, em parceria com universidades federais, o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, o ITER, chegou à conclusão de que existem aproximadamente 11.000.000 (onze milhões) de hectares de terras devolutas em Minas Gerais (cerca de 1/3 do território do Estado), quase todas elas gridadas por fazendeiros, reflorestadoras (na verdade, eucaliptadoras) e grandes empresas. Nas décadas de 70 e 80 do século XX, grandes extensões de terras devolutas foram repassadas para grandes empresas em convênios firmados entre o ITER e aquelas empresas, que hoje as usam, quase que exclusivamente, na monocultura de eucalipto. Muitos destes convênios estão vencidos. Muitas

outras terras devolutas foram invadidas por grileiros, fazendeiros e empresas. Resgatar as terras devolutas e destiná-las à Reforma Agrária é um desafio urgente.

Em Minas Gerais, o agronegócio anda de braços dados com as mineradoras e com as empresas da monocultura do eucalipto. Por agronegócio, entende-se a produção em larga escala, feita em grandes extensões de terra - latifúndio -, com alta tecnologia, o uso indiscriminado de agrotóxico e, às vezes, mão-de-obra em condições análogas à escravidão. Após devastar 90% do cerrado, a monocultura de eucalipto resseca a terra, seca nascentes, escorraça os pássaros, expulsa os sitiantes que são obrigados a vender suas pequenas propriedades por falta d'água. Só na região de Curvelo, dezenas de emas foram mortas por defensivos agrícolas. Na região de Unaí, onde é forte a monocultura do feijão, do milho e da soja, após a pulverização de herbicidas, feita por aviões em vôos rasantes, balaios e mais balaios de pássaros mortos podem ser recolhidos, vítimas dos herbicidas altamente tóxicas, tais como o Roud up. Há muitos municípios, em Minas Gerais, onde a monocultura do eucalipto já invadiu 70% do seu território.

Em 1995, dois anos antes de morrer (e ressuscitar), Manuelzão, o grande inspirador de João Guimarães Rosa, homem do cerrado, ao ser interrogado se o mundo estava melhorando, respondeu com toda a sua sabedoria: "50 anos atrás não tinha asfalto rasgando o cerrado. As estradas eram de chão batido. A gente via fileiras de caminhões de feijão, milho, arroz e mandioca indo para a capital para matar a fome do povo lá de Belo Horizonte. Hoje, 50 anos depois, a estrada está asfaltada e o que a gente vê? Um caminhão atrás do outro, carretas e mais carretas cheias de carvão indo para a região de Belo Horizonte para matar a fome das caldeiras das siderúrgicas. Queimaram quase todo o cerrado. Pensam que eucalipto é salvação pra tudo. Quem

ganha com a devastação do cerrado? Desrespeitar o cerrado é desrespeitar o próximo, a Deus e a si mesmo."

O Estado é conivente com a iníqua estrutura fundiária reinante hoje no Brasil. Grande parte dos conflitos de terra em Minas se dá em cima de terras devolutas. Além das demandas das famílias sem terra, existem no Estado 146 áreas de remanescentes de quilombos aguardando regularização. O governo de Minas fala, mas, na prática, não tem uma firme decisão política de resgatar as terras devolutas. O governo federal tem se limitado às desapropriações a conta-gotas para acalmar os conflitos mais acirrados. O Poder Judiciário tem sido extremamente generoso na manutenção do direito de propriedade só para 5% da população. Ainda não internalizou a função social da propriedade. Dezenas de despejos foram autorizados por liminares de reintegração de posse, o que tem resultado na expulsão de milhares de famílias de acampamentos. Sem casa, sem terra e sem trabalho, o povo vaga como um pássaro sem ninho para repousar.

O Estado de Minas Gerais poderia ser também chamado de Águas Gerais, porque minas de água, e de minério, é o que tinha demais nas gerais. Ainda tem, mas milhares de nascentes têm sido dizimadas nos últimos anos. Minas Gerais ainda é considerada a caixa d'água do Brasil. No entanto, vive-se um paradoxo. Minas tem 70% da mineração do país. No quadrilátero ferrífero em torno de Belo Horizonte está 70% da mineração de Minas. Se não for mudado o projeto de desenvolvimento, ora em curso, profundamente depredador do meio ambiente, anti-social e concentrador de riquezas em poucas mãos, se não forem acolhidos os clamores, as reivindicações e as denúncias dos sem-terra, dos pequenos produtores, dos atingidos por barragens de hidrelétricas - 40.000 famílias, só em Minas Gerais -, se não for mudado o modelo de mineração irracional e a opção

pelas monoculturas, principalmente a de eucalipto, o Estado dos mineiros poderá mudar de nome. Poderá ser chamado de Crateras Gerais, ou Desertos Gerais ou Cemitérios Gerais. Cemitérios de nascentes, de córregos, de veredas, de rios e de pessoas.

As denúncias de violência contra trabalhadores rurais, apresentadas pela CPT, têm origem no poder do latifúndio e do agronegócio, e em uma política dos governos federal e estadual que, a exemplo de governos anteriores, privilegia as oligarquias rurais, em detrimento daqueles para quem a terra é seu meio de vida. Porém, o Estado, desde o seu primórdio, foi constituído de forma a não defender os interesses daqueles que mais necessitam, quando sua principal função deveria ser a garantia da justiça e da igualdade social.

O sr. Miguel José dos Santos (56 anos), um dos assassinados do acampamento Terra Prometida terminaria a 4ª série em 2005. Pendurado no corpo do sr. Joaquim José dos Santos (65 anos), outro dos assassinados, foram encontrados dois embornais, um com milho e outro com feijão. Ele tinha semeado durante a manhã toda. Veio almoçar, participou da reunião da coordenação do acampamento, mas antes de voltar para continuar plantando, foi barbaramente assassinado. Seu Joaquim, um semeador de sementes não-transgênicas, foi semeado na Terra Prometida. Os mártires do acampamento Terra Prometida não foram sepultados, mas plantados. Deles irá nascer uma Minas Gerais mais solidária, fraterna e humana. É isso que todos os que lutam por justiça esperam. É com isso que todos sonham.



Foto: João Ripper

Conflitos por terra: Ocorrências

Conflitos por terra: Ocorrências

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Acre					
Bujari	Ramal Espinhara/Faz. Bela Aliança/Agrop. Vale do Antimary Ltda	21/04/2004	400	21143	Litigio
Bujari	Ramal Abib Cury	03/05/2004	50	270	Litigio
Bujari	Ramal da Judia	09/03/2004	412		Litigio
Manoel Urbano	Seringal Porto Seguro	18/06/2004	40		Sem informação
Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre/Capatará	18/05/2004	356	7500	Indefinida
Porto Acre	Seringal Tocantins	19/06/2004	40		Litigio
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Cachoeira	16/07/2004	9	60000	Sem informação
Rio Branco	Fazenda Terra Santa	21/07/2004	150		Sem informação
Sena Madureira	Seringal Mercês	29/10/2004	1000	139000	Litigio
Senador Guiomard	P. A. Seringal Benfica	17/02/2004	127	5100	Desapropriada
Subtotal:		10	2584	233013	
Alagoas					
Atalaia	Faz. São Macário	28/04/2004	80	380	Sem informação
Maragogi	Fazenda Junco/Us. Central Barreiros	07/09/2004	180	409	Sem informação
Maragogi	Acampamento Manhoso	28/12/2004	106		Sem informação
Palmeira dos Índios	Área da Tribo Xucuru-Kariri	29/01/2004	180	800	Não desapropriável
Porto de Pedras	Fazenda Lucena	13/02/2004	32	393	Desapropriada
União dos Palmares	Quilombo dos Palmares	09/12/2004	80		Não desapropriável
Viçosa	Fazenda São Luiz	03/04/2004	100		Em desapropriação
Subtotal:		7	758	1982	
Amapá					
Amapá	Fazenda Itapoã	30/12/2004	85	45000	Grilada
Calçoene	Grilagem Bela Vista	31/03/2004		14071	Grilada
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/01/2004		15079	Grilada
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais/Grilagem	31/05/2004		320	Grilada
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira/Grilagem	31/05/2004		427	Grilada
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor/Grilagem	31/05/2004		482	Grilada
Ferreira Gomes	Chácara do Céu/Grilagem	31/05/2004		399	Grilada
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira/Grilagem	31/05/2004		428	Grilada
Itaubal do Piririm	Retiro São Francisco/Areia Branca	31/07/2004	1	50	Sem vistoria
Itaubal do Piririm	Retiro São João/Areia Branca	31/07/2004	1	400	Sem vistoria
Macapá	Assentamento do Corre Água	30/12/2004	34	4000	Assentamento
Macapá	Chácara Fabel/Grilagem	30/12/2004		363	Grilada
Macapá	Jardim das Acácias/Grilagem	31/12/2004		452	Grilada
Macapá	Retiro São Cristóvão/Grilagem	31/12/2004		498	Grilada
Macapá	Fazenda Chaparral/Grilagem	31/12/2004		434	Grilada
Macapá	Retiro Nova Esperança/Grilagem	31/12/2004		492	Grilada
Macapá	Retiro São Francisco/Grilagem	31/12/2004		493	Grilada
Macapá	Retiro Boa Vista/Grilagem	31/12/2004		385	Grilada
Macapá/ Itaubal do Piririm	Áreas em Itaubal e Macapá	18/10/2004	50	10000	Grilada
Macapá/ Porto Grande	Amcel/Porto Grande	03/12/2004	87	7500	Nenhuma
Mazagão/ Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	31/08/2004	23	800	Sem vistoria
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	31/03/2004	8	400	Assentamento
Pracuúba	Retiro São Jorge/Grilagem	31/10/2004		99	Grilada
Pracuúba	Retiro Santo André/Grilagem	18/03/2004		158	Grilada
Santana	P.A. Matão do Piaçacá	30/03/2004	10	500	Assentamento
Tartarugalzinho	Aporema	30/12/2004	6	2000	Nenhuma
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	31/10/2004		2499	Grilada
Subtotal:		27	305	107729	
Amazonas					
Anamá	Com. N. Sr ^a . Nazaré/Igarapé do Caju/Lago Joriá	09/04/2004	278		Litigio
Apuí	Assentamento Jumacari	30/06/2004			Desapropriada
Coari	Comunidade Dom Bosco/Lago Tracajá	10/05/2004	19		Sem informação
Coari	Ananidê Costa do Juçara	25/03/2004	3		Sem informação
Coari	Divino Espírito Santo do Angelim/Rio Urucu	30/07/2004	12		Sem informação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Irlanduba	Gleba Igarapé do Bode	04/07/2004	19		Indefinida
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	30/06/2004	22		Desapropriada
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	116		Litígio
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	5	110	Litígio
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	30/07/2004	2		Sem informação
Manacapuru	Manairão	30/12/2004	450	12000	Litígio
Manacapuru	Área no Entronc. da Rod. Manoel Urbano com a AM-315	31/08/2004	3	2	Sem informação
Manaquiri	Comunidade do Aruanã	30/06/2004	25		Sem informação
Manaquiri	Terras de Várzea	30/07/2004	2		Sem informação
Manaus	Rio Urubu	30/01/2004	270	25000	Não desapropriável
Manaus	Comunidade do Uberê/Lt 73	30/12/2004			Sem informação
Tapauá	Comunidade Itaboca	30/12/2004	20		Sem informação
Tapauá	Comunidade Tambaquzinho	30/12/2004	24		Sem informação
Tapauá	Comunidade Pupunha	30/12/2004	40		Sem informação
Tapauá	Comunidade Barreirinha	30/12/2004	10		Sem informação
Tapauá	Comunidade Macapá	30/12/2004	30		Sem informação
Tapauá	Comunidade Tauamiri	30/12/2004	24		Sem informação
Tapauá	Comunidade Enseada	30/12/2004	50		Sem informação
Tefé	Estrada da Missão	23/07/2004			Litígio
Tefé	Estrada da Missão	23/09/2004	7		Litígio
Subtotal:		25	1431	37112	
Bahia					
Alcobaça	Faz. da Empresa Aracruz Celulose	09/05/2004	150	1000	Sem vistoria
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	22/01/2004			Vistoriada
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	02/04/2004			Vistoriada
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	04/05/2004			Vistoriada
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	10/07/2004	300	613	Vistoriada
Bom Jesus da Lapa	Área Quilombola Campo Grande I	26/04/2004	600		Não desapropriável
Bom Jesus da Lapa	Comunidade Quilombola Nova Batalhinha	08/07/2004	100	7091	Em desapropriação
Brumado	Fazenda Poção	05/10/2004	5	30	Litígio
Buritirama	Fazenda Curimatá	01/12/2004	300	150000	Indefinida
Buritirama	Comunidade Brejão	31/08/2004	23		Sem informação
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	19/03/2004			Sem vistoria
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	28/04/2004			Sem vistoria
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	05/08/2004			Litígio
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	23/08/2004	400	706	Litígio
Camaçari	Faz. Sta. Maria/Cerâmica Sta. Maria	02/03/2004	120		Indefinida
Casa Nova	Faz. São José/São Victor	26/04/2004			Litígio
Casa Nova	Faz. São José/São Victor	07/06/2004	130	1500	Litígio
Eunápolis	Fazenda Santa Maria	21/05/2004	80	1716	Litígio
Eunápolis	Fazenda Provisão	21/05/2004	80	1195	Em desapropriação
Gongogi	Fazenda São Jorge	26/12/2004	80		Sem vistoria
Ibiquera	Fazenda Munduri	18/03/2004	98		Em desapropriação
Ipiaú	Fazenda Dois Amigos	20/12/2004	25	1000	Em desapropriação
Itabuna	Fazenda Conjunto Vitória	03/12/2004	200	175	Desapropriada
Itajuípe	Fazenda Rapa Pau	14/12/2004	60	700	Litígio
Itamaraju	Fazenda Pedra Bonita	28/02/2004	100		Sem vistoria
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco	09/04/2004	20		Sem informação
Juazeiro/ Remanso	Fazenda Sobrado	07/06/2004	80	5000	Litígio
Jussari	Acamp. Belo Monte/Faz. Arizona	22/12/2004	50		Não desapropriável
Malhada	Quilombos Pau D'arco/Parateca/Faz. Bauru	09/07/2004			Não desapropriável
Malhada	Quilombos Pau D'arco/Parateca/Faz. Bauru	26/11/2004	600		Não desapropriável
Maraú	Fazenda São José	13/07/2004	150	630	Sem informação
Marcionílio Souza	Fazenda Meu Cantinho/Boa Nova	07/05/2004	49		Desapropriação Suspensa
Nova Redenção	Fazenda Pilões	11/05/2004	140	1200	Litígio
Pau Brasil	Tribo Pataxó Hã-hã-ae/Faz. Taquari	06/03/2004	22		Não desapropriável
Porto Seguro	Fazenda Água Fria/Veracel	08/04/2004	3000	3000	Litígio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Queimadas	Fazenda Tiririca/Rio do Peixe	21/10/2004	70		Indefinida
Santo Amaro	Fazenda Nossa Srª. do Socorro	19/04/2004	200	3500	Vistoriada
Uruçuca	Fazenda Independência	19/04/2004	200	477	Desapropriada
Subtotal:		38	7432	178533	
Ceará					
Aracati	Assentamento Zumbi	21/07/2004	2		Desapropriada
Chorozinho	Faz. Marami/Marambaia/Acamp. Menino Jesus	18/11/2004	400		Sem vistoria
Quixeramobim	Fazenda Boa Água	22/07/2004	115	1600	Sem vistoria
Subtotal:		3	517	1600	
Distrito Federal					
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	04/11/2004	350		Litigio
Subtotal:		1	350	0	
Espírito Santo					
Conceição da Barra	Área da Bahia Sul Celulose	28/05/2004	85		Litigio
Ponto Belo	Assent. Otaviano de Carvalho/Faz. Ipiranga	23/03/2004	194	1132	Litigio
São Mateus/ Conceição da Barra/ Aracruz	Aracruz/Vila do Riacho/Caieiras Velhas	21/09/2004	1200	138000	Litigio
Subtotal:		3	1479	139132	
Goiás					
Alto Paraíso de Goiás	Fazenda Esusa	03/03/2004	300		Litigio
Bom Jardim de Goiás	Faz. Palmital/Perdizes	21/04/2004	150	11000	Vistoriada
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp, Palmares	27/07/2004			Sem vistoria
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmares	30/07/2004	2100	9000	Sem vistoria
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	01/03/2004	130	900	Litigio
Chapadão do Céu	Faz. Alto Formoso/Acamp. Teixeira	30/07/2004	120	8000	Litigio
Corumbá de Goiás	Fazenda Boa Vista	15/01/2004	70	152	Sem vistoria
Estrela do Norte	Faz. São Paulo/Pau-a-Pique	22/04/2004			Vistoriada
Estrela do Norte	Faz. São Paulo/Pau-a-Pique	23/04/2004			Vistoriada
Estrela do Norte	Faz. São Paulo/Pau-a-Pique	05/08/2004	120	780	Vistoriada
Faina	Fazenda São Sebastião	14/02/2004	60		Litigio
Flores de Goiás	Faz. Ilha Bela/Acamp. Dorcelina Folador	06/05/2004	200		Vistoriada
Formosa	Assentamento Vigilândia	22/04/2004	50	16660	Desapropriada
Formosa	Fazenda Tropicália	22/04/2004	20		Sem informação
Formosa	Fazenda Toca da Raposa	04/11/2004	200	1200	Litigio
Formosa	Faz. Barreirão/Taperão	22/04/2004	50		Sem informação
Formosa	Fazenda Escarocada	22/04/2004	50		Sem informação
Iaciara	Faz. Friboi/Eldorado	19/04/2004	600	13000	Em desapropriação
Itaberaí	Fazenda São José II	21/04/2004	60	370	Desapropriação Suspensa
Itaberaí	Fazenda São João	04/02/2004	100		Litigio
Itapaci	Fazenda Araraquara	13/05/2004	20	784	Sem informação
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	05/09/2004			Desapropriação Suspensa
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	13/09/2004	100	1800	Desapropriação Suspensa
Itapuranga	Acampamento Vitória do Nativo/GO-156	22/03/2004	40		Sem informação
Jandaia	Assentamento Paulo Freire	08/11/2004	94		Desapropriada
Jaraguá	Fazenda São Francisco	17/06/2004	2	1454	Sem informação
Jaraguá	Faz. Tomé Pinto/Área de Experimentação da UFG	22/06/2004	20	97	Sem informação
Jataí	Fazenda Paraíso	22/07/2004	100	18330	Indefinida
Jataí	Fazenda Sertãozinho	26/07/2004	250	3100	Sem informação
Mineiros	Assentamento Babilônia	23/09/2004	28		Litigio
Mossâmedes	Faz. Bom Jardim/Acamp. Belchor Fortaleza	04/11/2004	22		Sem informação
Nova Crixás	Fazenda Primavera	12/08/2004	150	4000	Sem informação
Paraúna	Fazenda São Luis	08/09/2004	120	2200	Vistoriada
Planaltina	Fazenda Lagoinha	10/02/2004	45	4700	Sem vistoria
Planaltina	Fazenda Conceição	05/03/2004	30		Litigio
Planaltina	Fazenda Engenho	04/05/2004	45		Litigio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Professor Jamil	Assentamento Rochedo	01/02/2004	26	963	Desapropriada
Quirinópolis	Fazenda Furnas	28/04/2004	300	5000	Vistoriada
Santo Antônio de Goiás	Faz. Stª. Rita da Serra/Acamp. Dom José Gomes	02/09/2004			Desapropriação Suspensa
Santo Antônio de Goiás	Faz. Stª. Rita da Serra/Acamp. Dom José Gomes	08/10/2004	400	1300	Desapropriação Suspensa
Uruaçu	Fazenda Baronesa II	25/09/2004	63		Sem vistoria
Vila Propício	Fazenda São João	03/02/2004			Desapropriação Suspensa
Vila Propício	Fazenda São João	13/10/2004	105	7048	Desapropriação Suspensa
Subtotal:		43	6340	111838	
Maranhão					
Açailândia	Toca da Raposa	04/02/2004	110		Vistoriada
Açailândia	Toca da Raposa	01/12/2004	110	4000	Vistoriada
Açailândia	Área Próxima à Toca da Raposa	30/06/2004	30	1000	Sem vistoria
Alcântara	Base Espacial	02/02/2004	372	64000	Litigio
Aldeias Altas	Povoado Jaburu	21/01/2004	2		Sem informação
Alto Alegre do Maranhão	Pov. São José/Mucura/Faz. Santa Luz	18/11/2004			Litigio
Alto Alegre do Maranhão	Pov. São José/Mucura/Faz. Santa Luz	19/11/2004	26	1300	Litigio
Alto Parnaíba	Faz. Inhuma/Brejinho/Brejo da Onça/Pov. Barra do Pureza	30/01/2004	10	3200	Sem informação
Araioses	Ilha do Bananal	12/01/2004	56	1500	Litigio
Araioses	Área do Prefeito de Água Doce do Maranhão	05/05/2004	50		Litigio
Arari	Gleba Data Santa Inês	08/12/2004	73	458	Litigio
Arari	Fazenda Dólar de Prata	19/01/2004	46	800	Sem informação
Arari	Povoado Belém/Barreiro	30/04/2004	5	18	Sem vistoria
Balsas	Fazenda Lagoa Preta	01/12/2004	21	938	Litigio
Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	30/09/2004	12	7000	Litigio
Balsas	Fazenda São José	30/06/2004	37	1414	Sem informação
Balsas	Fazenda Bom Jesus	29/02/2004	4	200	Sem informação
Balsas	Comunidade Vão da Salina	30/06/2004	28		Sem informação
Barra do Corda	Gleba Ourives/Irmandade	06/04/2004	330	12000	Litigio
Benedito Leite	Data Espinho	30/10/2004	29	30000	Sem informação
Boa Vista do Gurupi	Fazenda Lagoa dos Patos	28/07/2004	75		Litigio
Brejo	Faz. Boa Vista/Funil/Alto Bonito/Pacuti/Stª. Tereza	30/11/2004	60	1000	Sem informação
Brejo	Gleba Saco das Almas/Vila das Almas	18/03/2004	1		Litigio
Cajari	Corral das Varas/Atalaia	01/10/2004	63	200	Litigio
Caxias	P.A. Buriti do Meio/Pov. Santa Rosa	12/04/2004	54	55	Desapropriada
Codó	Povoado Barro Branco	03/03/2004	50	2800	Sem vistoria
Coquelândia	Acamp. às Margens da Estrada do Arroz	12/01/2004	420		Sem informação
Coroatã	Fazenda Agrojaiza	23/11/2004	2		Desapropriada
Coroatã	Fazenda Tatajuba	12/08/2004	25	1740	Sem informação
Fernando Falcão	Cacimba Três/Faz. Palotina	16/02/2004	72		Litigio
Governador Nunes Freire	Fazenda Carcará	15/06/2004	33	952	Litigio
Grajaú	Fazenda São Gregório	06/04/2004	75	1894	Em desapropriação
Imperatriz	Fazenda do Grupo Celmar	27/06/2004	600		Sem informação
Imperatriz	Faz. Grapiá/Tucunaré	23/01/2004	65	4900	Sem informação
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	10/08/2004	33	200	Litigio
Itapecuru Mirim/ Santa Rita/ Anajatuba	Sítio do Meio/S. João da Mata/Mata dos Pires	17/03/2004	150		Litigio
Lago Verde	Pov. Nova Conquista/Faz. Marfim	12/02/2004	100	4000	Litigio
Lago Verde	Cipoeiro/Pov. Santa Luzia	12/02/2004	2	97	Litigio
Loreto	Povoado Sonhém	15/11/2004	30		Sem informação
Magalhães de Almeida	Faz São Jorge/Data St Agostinho/Gleba Cipoal2	20/01/2004	55	3821	Desapropriada
Matões do Norte	Povoado Marajá	19/08/2004	20	800	Sem informação
Matões do Norte	Faz. Cantanhede/Stª. Catarina Formiga/Ass. Cabanagem	17/11/2004	83	6000	Desapropriação Suspensa
Monção	P.A. Camacaoca	21/07/2004	100	10800	Indefinida

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Índigena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
			26								
			300							300	
			400								
		400									
		63									
		105									
			105								
20	348	4903	1633	120	20	120	0	0	0	1282	
Maranhão											
									110		
									110		
							30				
	372										
	2				1						Assassinato
											Tentativa de
											Assassinato
	26									26	Intimidação
	10										
	56										
	50										Ameaça de Morte
	73									73	Tentativa de
											Assassinato
	46										
	5										Ameaça de Morte
			21							21	
	12										
	37										
	4										
	28										
	330						330				
	30										
	75			75		75					Prisão
	60										
			1	1							Prisão
	63										
									54		
	50					1					
							420				
	25										
	72										72
											33
			75								75
		600									Prisão
			65								
	33			1		2					33 Tentativa de
											Assassinato
	150				150						150 Intimidação
	100										100 Ameaça de Morte
			2								
	30										
								55			55
			20								
		83									
									100		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Monção	Ocup. do Incra/Pov. Camacaoca e Outros	21/07/2004	100		Desapropriada
Nina Rodrigues	P. A. Mangueira/Pov. Vila Boa Esperança	06/02/2004	38	12000	Desapropriada
Parnarama	Data Tanque/Fazendinha	23/05/2004	33	5000	Sem vistoria
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	30/10/2004	42	1363	Sem informação
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Vamos Vendo	10/10/2004	42	1750	Sem informação
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Jejo	25/11/2004	23	1680	Sem informação
Parnarama	Data Jenipapo/Faz. Poço dos Cachorros	01/11/2004	71	1200	Sem informação
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Barra da Vereda	30/07/2004	30	1200	Sem informação
Parnarama	Fazenda Escondido	01/10/2004	25	1200	Sem informação
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Buriti - Canas	02/01/2004	86	4100	Sem informação
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Chapadinha	30/01/2004	10	4100	Sem informação
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Patos	05/01/2004	25	4100	Sem informação
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Lagoinha	30/01/2004	40	400	Sem informação
Parnarama	Data São Domingos/Faz. Santo Antônio	01/11/2004	42	1750	Litigio
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	02/01/2004	70	4500	Sem informação
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Barreiro do Mato	15/11/2004	42	1750	Sem informação
Pastos Bons	Fazenda Boa Esperança	31/01/2004	28	4210	Sem informação
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	09/04/2004			Litigio
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	05/09/2004			Litigio
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	20/09/2004			Litigio
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	19/11/2004			Litigio
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	26/11/2004	102	4600	Litigio
Pindaré Mirim	Povoado Alto da Cruz	06/08/2004	25	19	Sem vistoria
Pinheiro	Pov. Benfica/Olho D'Água/Ribeirão de Baixo	05/01/2004	35	300	Litigio
Riachão	Canto do Gaspar/Pequi/Bacuri	29/03/2004	23		Sem informação
Riachão	Faz. Couro Danta/Coro Danta	30/07/2004	10	1200	Litigio
Riachão	Faz. Sucupira/Pau Furado	30/06/2004	107	6616	Vistoriada
Sambaíba	Fazenda Candeias	30/12/2004	7	4834	Sem informação
Santa Rita	Fazenda Escalada	25/01/2004	250	328	Sem informação
São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	22/01/2004			Vistoriada
São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	19/04/2004	50	2426	Vistoriada
São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroão e Simão	10/09/2004	123	5000	Sem vistoria
São Raimundo das Mangabeiras	Pov. Lago Verde/Data Ipoeira	30/11/2004	2	14000	Sem informação
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Faz. Taboa	30/01/2004	70	7437	Vistoriada
Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Faz. Brasília/Data S. Pedro	30/08/2004	19	275	Litigio
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	30/08/2004	180	14000	Em desapropriação
Timbiras	Faz. Cit/Pov. Sardinha	28/07/2004	100	4000	Desapropriação Suspensa
Timbiras	Povoado São Benedito	06/12/2004	2	1000	Em desapropriação
Tuntum	Fazenda Tuntum	01/11/2004	2		Sem informação
Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	10/09/2004	42	1930	Não desapropriável
Vargem Grande	Saco do Piauí	28/07/2004	2	100	Sem informação
Zé Doca	P. A. Campo Verde/Faz. Morada Nova/Colone	02/06/2004	15	300	Desapropriada
Subtotal:		85	5432	285755	
Mato Grosso					
Cáceres	Faz. Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	20/05/2004	800	35842	Litigio
Cáceres	Assentamento Precatas	15/01/2004	60		Sem informação
Cáceres	Fazenda Santa Amélia	06/04/2004	774	2380	Sem informação
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	17/08/2004	400		Litigio
Canabrava do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	09/03/2004	40	38000	Litigio
Castanheira	Faz. Vale do Seringal/Acamp. Vale do Seri	03/09/2004	46	17000	Desapropriada
Chapada dos Guimarães	Acamp. do Ribeirão do Itambé	01/06/2004	250		Litigio
Chapada dos Guimarães	Estrada da Faz. Cachoeira Rica	05/03/2004	250	15500	Litigio
Confresa	Chácara Parreira	16/01/2004	200		Litigio
Confresa/ Santa Terezinha	Aldeia Tapirapé/Urubu Branco	24/03/2004	300		Litigio
Cuiabá/ São Vicente	Fazenda Bonfim	03/05/2004	250	8700	Litigio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Guiratinga	Acamp. Vale do São Lourenço	01/09/2004	2		Litígio
Ipiranga do Norte	Assentamento em Ipiranga do Norte	01/09/2004	1		Desapropriada
Jaciara	Faz. Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	10/05/2004			Litígio
Jaciara	Faz. Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	27/09/2004	350	8900	Litígio
Juína	Área em Filadélfia	23/11/2004	42	1554	Litígio
Juruena	Fazenda Jurumê/APIaká	16/07/2004			Sem informação
Nortelândia	Faz. Barreirão	19/01/2004	224	8000	Desapropriada
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	02/05/2004	500	13627	Litígio
Nova Lacerda	Fazenda Águas Claras	08/03/2004	250		Desapropriação Suspensa
Nova Olímpia	Faz. Monte Alegre/Acamp. Oziel Pereira	26/01/2004	1100	5500	Litígio
Nova Olímpia	Fazenda Norte Sul	05/08/2004	400	2500	Litígio
Pedra Preta	Faz. Sto. Antônio do Jurique/Antônio Tavares	14/02/2004	200	3500	Litígio
Peixoto de Azevedo	Área Indígena Menkragnoti/Kaiapó	30/04/2004	400		Sem informação
Poconé	Assentamento Carrijo	08/09/2004	280	4700	Desapropriada
Querência	Gleba Coutinho União	22/02/2004	122	20000	Desapropriada
Rio Branco	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Cate	26/01/2004			Litígio
Rio Branco	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Cate	31/01/2004			Litígio
Rio Branco	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. José Ten Cate	02/03/2004	360	1920	Litígio
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	03/01/2004	260	6500	Litígio
Santo Antônio do Leverger	Faz. São Bento/Gleba Resistência	25/06/2004	157	2800	Litígio
São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Aldeia Marãiwatshedé	19/08/2004	150	165000	Litígio
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	17/01/2004	600	12000	Litígio
Sinop/ Cláudia	Faz. Panorama/Continental/Acamp. Nova Aliança	29/01/2004	150		Litígio
Sorriso	Assentamento Santa Rosa I e II	08/06/2004	230	49000	Litígio
Sorriso	Assent. Jonas Pinheiro/Poranga	18/10/2004	108	8100	Desapropriada
Sorriso/ Nova Uiratã	Assent. Boa Esperança I/Gleba Entre Rios	03/09/2004	161	45000	Desapropriada
Tangará da Serra	Assent. Antônio Conselheiro/Faz. Tapirapuã	01/09/2004	150	37000	Desapropriada
Tapurah	Acamp. ao lado da Faz. Santo Antônio	10/06/2004	20		Sem informação
Tapurah/ Itanhangá	Assentamento Itanhangá	01/09/2004		116000	Desapropriada
Vila Bela da Santíssima Trindade	Assassinato de José Lopes Sobrinho	22/09/2004	1		Sem informação
Subtotal:		41	9586	629023	
Mato Grosso do Sul					
Anastácio	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	22/03/2004	100	1200	Sem informação
Angélica	Fazenda Santa Rosa	11/04/2004	200		Sem informação
Bataguassu	Fazenda Porto Seguro	21/04/2004	140	484	Sem informação
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	11/08/2004			Sem vistoria
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	20/11/2004	350	1200	Sem vistoria
Brasilândia	Reassentamento Porto João André	30/11/2004	15		Indefinida
Caarapó	Área em Caarapó/Acamp. 1º de Agosto	31/03/2004	1000		Sem informação
Campo Grande	Acamp. às Margens do Anel Rodoviário/Oziel Alves	14/01/2004	70		Não desapropriável
Campo Grande	Faz. Pedregulho/Acamp. no Parque dos Poderes	09/02/2004	30		Não desapropriável
Corumbá	Posse de Paulo Vieira	10/05/2004	13		Litígio
Dourados	Fazenda Campo Belo	10/02/2004	350	900	Sem informação
Iguatemi	Fazenda São Jorge	15/02/2004	200		Sem informação
Iguatemi	Fazenda Chaparral	22/01/2004	100		Sem informação
Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	29/04/2004	300	2892	Sem vistoria
Ivinhema	Acamp. Zumbi dos Palmares/Às Margens da BR-376	21/04/2004	200		Não desapropriável
Ivinhema/ Novo Horizonte do Sul	Fazenda Vista Alegre	04/04/2004	220		Sem vistoria
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	14/01/2004	250	2600	Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São José	05/02/2004	110		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São Miguel	14/01/2004	103		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Paloma	14/01/2004	105		Sem informação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Mato Sujo	14/01/2004	102		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Glassuri	14/01/2004	115		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Guaraporé	05/02/2004	120		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São Sebastião	05/02/2004	104		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Fazenda São Pedro	05/02/2004	106		Sem informação
Japorã/ Iguatemi	Sítio Zé Lago	05/02/2004	85		Sem informação
Jardim	Fazenda Figueira/Aurora	01/12/2004	350	11200	Sem informação
Juti	Fazenda Caiçara	03/03/2004	160	1400	Sem informação
Navirai	Faz. Nova Esperança/Acamp. na BR-487	01/04/2004	145	2400	Vistoriada
Nioaque	Fazenda Rolinha	01/03/2004	100	2400	Vistoriada
Nova Alvorada do Sul	Faz. São João/Acamp. Nova Conquista	13/04/2004			Desapropriada
Nova Alvorada do Sul	Faz. São João/Acamp. Nova Conquista	14/04/2004			Desapropriada
Nova Alvorada do Sul	Faz. São João/Acamp. Nova Conquista	21/11/2004	140	3600	Desapropriada
Sidrolândia	Fazenda Boa Vista	29/03/2004	500	1200	Sem informação
Subtotal:		34	5883	31476	
Minas Gerais					
Araguari	Fazenda Bocaina/Acamp. Irmãos Naves	27/01/2004	15		Litígio
Betim/ São Joaquim de Bicas	Faz. Coqueiro/Várzea dos Coqueiros	23/07/2004	150	150	Sem vistoria
Buritis	Fazenda Dalel Aparecida	10/04/2004	90	948	Litígio
Campina Verde	Faz. Córrego Fundo/Acamp. Nova Esperança	21/09/2004	107	2736	Sem informação
Campo Azul/ Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	17/04/2004	250	2800	Sem informação
Canápolis	Faz. Pirapitinga do Campo	27/05/2004	650	17100	Litígio
Congonhas	Acamp. da Associação Nossa Família	12/08/2004	5		Litígio
Congonhas	Acamp. da Associação Nossa Família	27/10/2004	5		Litígio
Esmeraldas	Faz. Salgada/Casa Grande	18/08/2004	150	845	Desapropriada
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/07/2004			Litígio
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	100	2400	Litígio
Frei Inocência	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	14/06/2004	260	2880	Litígio
Frei Inocência	Fazenda Casa Branca	26/04/2004	200	900	Litígio
Grão Mogol	Parque Estadual de Grão Mogol	01/02/2004	142	33343	Não desapropriável
Gurinhata	Fazenda Piedade	11/04/2004	200	300	Em desapropriação
Itamarandiba	Fazenda Barbado	05/06/2004	13	602	Indefinida
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	21/01/2004	120	6000	Litígio
Jequitaiá	Fazenda Correntes	29/10/2004	2		Sem informação
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	25/05/2004	6		Sem informação
Manga	Faz. Beirada	14/11/2004	80	2300	Litígio
Manga	Fazenda Santa Fé/Acamp. Vanessa	21/01/2004	120		Litígio
Manga	Fazenda Japorema	15/07/2004	50	1200	Litígio
Manga	Assent. Japoré/Faz. Lagoa D'Anta	28/06/2004	101	6590	Desapropriação Suspensa
Montes Claros	Faz. Canoas	07/06/2004			Sem informação
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer	25/03/2004	90	2600	Desapropriada
Montes Claros	Fazenda Cana Brava	20/05/2004	160	1000	Litígio
Montes Claros/ Pirapora	Fazenda Guiné	25/03/2004	70	2484	Litígio
Palmópolis	Faz. Conjunto Boa Sorte/Acamp. Pe. Josimo	30/06/2004	150		Litígio
Pará de Minas	Faz. Limeira/Acamp. Olga Benário	10/10/2004	400	380	Litígio
Paracatu/ Unai	Complexo Barreirinha/Acamp. Índio Galdino	06/06/2004	250	9000	Litígio
Patrocínio	Fazenda Floresta Salitre	30/04/2004			Litígio
Patrocínio	Fazenda Floresta Salitre	20/08/2004	40	3000	Litígio
Periquito	Faz. Confinamento/Pedra Corrida/Acamp. Liberdade	31/08/2004	40	16000	Litígio
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	05/02/2004	80	3800	Desapropriação Suspensa
Pirapora	Fazenda Cocal	24/03/2004	50	912	Sem informação
Presidente Kubitschek	Fazenda Barreto	05/06/2004	24	1200	Não desapropriável
Rio Pardo de Minas	Faz. Olhos D'Água/Comunidade Vereda Funda	26/11/2004	60	5233	Não desapropriável

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Rosário de Limeira	Projeto de Mineração/Mineradora Rio Pomba	13/07/2004	1200	6000	Sem informação
Santa Cruz do Escalvado/ São Sebastião de Soberbo	Hidrelétrica de Candonga	03/05/2004	165		Litígio
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	26/04/2004			Litígio
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	22/08/2004			Litígio
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	16/09/2004	300	20000	Litígio
São José da Safira/ Frei Inocêncio	Fazenda Tabocal	22/09/2004	100	586	Litígio
Tumiritinga	Faz. Califórnia/Assent. 1º de Junho/Cachoeirinha	10/09/2004	82	3016	Desapropriada
Uberaba	Fazenda Saudade	23/04/2004	30		Litígio
Unai	Faz. Vargem Bonita de Cima II/Acamp. Florestan Fernandes	12/11/2004	200	1570	Sem vistoria
Unai	Fazenda Campinas/Acamp. Tamboril	16/11/2004	29		Sem informação
Vazante	Fazenda Lavado	28/01/2004	24		Sem informação
Veríssimo	Faz. S. José do Rio do Peixa	20/08/2004	180		Litígio
Veríssimo	Faz. S. José do Rio do Peixa	20/08/2004		723	Litígio
Subtotal:		50	6540	158598	
Pará					
Abel Figueiredo	Gaúcha	10/09/2004	90	9000	Sem informação
Acará	Fazenda Recreio	21/05/2004	60	2125	Em desapropriação
Afuá	Região das Ilhas**	27/02/2004	30	3000	Nenhuma
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004			Indefinida
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	29/07/2004			Indefinida
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	05/10/2004	4	736	Indefinida
Altamira	Boca do Igarapé Estragado e Piracui	27/12/2004	7		Litígio
Altamira/ Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	18/01/2004			Litígio
Altamira/ Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	21/02/2004	50	22000	Litígio
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004			Litígio
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	21/01/2004			Litígio
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	27/02/2004			Litígio
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	28/02/2004	153	3000	Litígio
Anapu	PDS Esperança	29/05/2004	2		Desapropriada
Baião	Faz. Amapá II	20/01/2004	2	2500	Desapropriada
Baião	Fazenda Carioca	16/01/2004	60	4600	Sem vistoria
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baía do Sol	18/12/2004	50	800	Desapropriada
Bom Jesus do Tocantins	Acampamento na BR-222	30/07/2004	80		Não desapropriável
Breu Branco	Fazenda Água Azul II	16/01/2004	120		Sem vistoria
Conceição do Araguaia	Assentamento Marrecas/Prata/Tubarão	15/01/2004	18	2340	Sem vistoria
Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Côco	08/07/2004	32		Sem informação
Cumaru do Norte	Assentamento Herminio Brito/Erminio/Serra Azul	30/10/2004	2	4356	Desapropriada
Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	22/04/2004	1	40000	Desapropriada
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano	22/04/2004	1100	12500	Sem vistoria
Itaituba	Comunid. Jacarezinho e outros	16/09/2004	4		Sem informação
Itaituba	Ocupação do Ibama/14 Comunidades	04/03/2004	2000		Sem informação
Itupiranga	Faz. Hidroservice/Boa Esperança	07/08/2004	42	31140	Sem vistoria
Itupiranga	Fazenda Rio Bonito	07/12/2004			Sem vistoria
Itupiranga	Fazenda Rio Bonito	20/12/2004	17	920	Sem informação
Marabá	Assentamento Estrela Dalva	06/06/2004	63		Desapropriada
Marabá	Faz. São Raimundo/P. A. José Pinheiro	30/01/2004	150	5639	Desapropriada
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	17/09/2004	184	3200	Sem vistoria
Marabá	Fazenda Bandeirantes	28/01/2004			Litígio
Marabá	Fazenda Bandeirantes	11/11/2004			Em desapropriação
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	47	5000	Em desapropriação
Marabá	Ameaça de morte de Antônio Gomes	30/01/2004	1		Sem informação

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
	1200										
		20		20		20	20				Ferimento
		300									
		300								300	Tentativa de Assassinato
			300								
			100					82			
			30								
	200			38						200	Intimidação
	29										29 Ameaça de Morte
24				24	24	24					24 Intimidação
			180								
							180				
224	2197	1311	2530	117	165	48	461	37	0	2287	
Pará											
90							90			90	Intimidação
		60		60		60		60			Intimidação
10	20				15	20	30				Ameaça de Morte
							4				4 Ameaça de Morte
1				2	1		4	4			4 Intimidação
							1				1 Tentativa de Assassinato
7							7				7 Intimidação
50				50			50				50 Intimidação
50				50		50	50				50 Tortura
	153										153 Tentativa de Assassinato
											3 Tentativa de Assassinato
							5				5 Tentativa de Assassinato
	153			153		153					153 Prisão
							1				1 Assassinato
							2				2 Ameaça de Morte
	60						60				60 Omissão/Convivência
50				4				50			50 Tentativa de Assassinato
	70			80		80	80	80			80 Intimidação
							120				Omissão/Convivência
18				18	18	18		18			18 Prisão
32							32				32 Intimidação
											2 Assassinato
								1			1 Ameaça de Morte
			1100								
	4										Intimidação
	2000						2000				Omissão/Convivência
42				42		42	42				42 Prisão
	17							17			17 Prisão
	17						17				Tortura
	63										Ameaça de Morte
											1 Ameaça de Morte
			184								Intimidação
	47										47 Ameaça de Morte
	13							47			13 Tentativa de Assassinato
							47				47 Ameaça de Morte
							1				1 Ameaça de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	08/05/2004	400	22000	Desapropriada
Novo Progresso	Gleba Curuá	03/07/2004	2		Sem informação
Novo Repartimento	P. A. Redenção	30/03/2004	2		Desapropriada
Ourilândia	Tribo Caiapó/Pedral	06/06/2004			Não desapropriável
Pacajá	Assentamento Arapari I	28/02/2004	1		Desapropriada
Paragominas	Vale do Jurupi/Colônia Providência	03/07/2004	157		Em desapropriação
Parauapebas	Gleba Ampulheta/Projeto Carajás	30/01/2004	80	210000	Desapropriada
Parauapebas	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	08/03/2004			Sem vistoria
Parauapebas	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	22/10/2004	150	1200	Em desapropriação
Parauapebas	Ameaçados de morte em Parauapebas	30/01/2004	6		Sem informação
Parauapebas	Ameaça de morte de Francisco "Índio"	30/01/2004	1		Sem informação
Parauapebas/ Marabá/ Rondon do Pará/ Castanhal	Ameaças de Morte	30/01/2004	11		Sem informação
Placas	Reserva Indígena Cachoeira Seca	21/07/2004	1		Litígio
Porto de Moz	Reserva Extrativista Verde para Sempre	30/12/2004	2	1289	Desapropriada
Redenção	Fazenda Santa Tereza	15/01/2004			Sem vistoria
Redenção	Fazenda Santa Tereza	28/07/2004			Sem vistoria
Redenção	Fazenda Santa Tereza	29/07/2004	107	14520	Sem vistoria
Rondon do Pará	Faz. Tulipa Negra	30/01/2004	60	300	Litígio
Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	13/07/2004	100	6000	Litígio
Rondon do Pará	Assentamento José Dutra	30/01/2004	1		Desapropriada
Rondon do Pará	Assassinato de Ribamar Francisco dos Santos	06/02/2004	1		Sem informação
Rondon do Pará	Ameaçados de morte em Rondon do Pará	30/01/2004	4		Sem informação
Santa Maria das Barreiras	Faz. Forkilha/Assent. Agropec	20/01/2004	4		Desapropriada
Santa Maria das Barreiras	P. Assentamento Codespar	01/02/2004	1	115000	Desapropriada
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Elisa	29/01/2004	30		Litígio
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	Fazenda Pouso Alegre/Inajaporã	05/05/2004			Litígio
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	Fazenda Pouso Alegre/Inajaporã	11/06/2004			Litígio
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	Fazenda Pouso Alegre/Inajaporã	21/06/2004	400		Sem vistoria
Santarém	Assentamento Corta-Corda	01/11/2004	30		Desapropriada
Santarém	Assentamento Piá Moju	01/11/2004	43		Desapropriada
São Félix do Xingu	Assentamento Lindoeste/Fazenda Flor da Mata	19/01/2004	20	11770	Desapropriada
São Félix do Xingu	Faz. Bom Jardim	24/06/2004	4		Litígio
São Félix do Xingu	Fazenda Comanche/Comaxim	10/06/2004	64	4850	Sem vistoria
São Félix do Xingu/ Anapu	Faz. Santa Maria-Reunidas	16/04/2004			Litígio
São Félix do Xingu/ Anapu	Faz. Santa Maria-Reunidas	29/05/2004			Litígio
São Félix do Xingu/ Anapu	Faz. Santa Maria-Reunidas	02/06/2004	15		Litígio
São Félix do Xingu/ Redenção	Tribo Caiapós/Aldeia Crocaimoro	01/05/2004	1		Não desapropriável
São Francisco do Pará	Faz. Urucuzal/Acamp. Rosa Luxemburgo	19/02/2004	250	2200	Sem vistoria
Sapucaia	Fazenda Lourenço	13/01/2004	25		Sem vistoria
Tailândia	Assassinato de Epitácio Gomes da Silva	23/03/2004	1		Sem informação
Tucuruí	Comp. Caripé/Acamp. Nova Aurora/São Carlos	16/01/2004	500		Sem vistoria
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	16/01/2004	80		Em desapropriação
Subtotal:		78	6322	341985	
Paraíba					
Alagoa Nova	Barragem de Camará	17/08/2004	58		Litígio
Aparecida	Faz. Guritiba/Canal da Redenção	25/05/2004	580	6000	Sem informação
Aparecida	Fazenda Santa Clara/Extrema	06/01/2004			Sem vistoria
Aparecida	Fazenda Santa Clara/Extrema	14/01/2004	80		Sem vistoria
Areia	Engenho Bonfim	07/07/2004	21	161	Litígio
Aroeiras	Barragem Acauã	25/01/2004	800		Desapropriada
Cajazeiras	Fazenda Minadouro	12/05/2004	50	550	Sem vistoria
Curral de Cima	Faz. Jardim	02/11/2004	39	1001	Em desapropriação
Esperança	Fazenda Riacho Amarelo	20/04/2004			Sem vistoria
Esperança	Fazenda Riacho Amarelo	28/05/2004			Sem vistoria

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Esperança	Fazenda Riacho Amarelo	19/08/2004	120	430	Sem vistoria
Ingá/ Juarez Távora	Assent Novo	02/11/2004	20		Em desapropriação
	Horizonte/Quirino/Olindino/Caiçara				
Jacaraú	Faz. São José	16/11/2004	300	222	Sem informação
João Pessoa	Faz. Ponta de Gramame	16/11/2004	38	400	Sem informação
Pedras de Fogo	Engenho Novo/Mata de Vara	16/11/2004	20		Sem informação
Pedras de Fogo	Faz. Santa Emília	16/11/2004	20	100	Sem informação
Pitimbu	Engenho Palmeira	16/11/2004	22	147	Sem vistoria
Pombal	Fazenda Roncador	17/10/2004	26	1000	Sem informação
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	03/03/2004			Litígio
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	29/03/2004			Litígio
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	27/04/2004	29	500	Litígio
Sobrado	Faz. Antas	02/11/2004	85	939	Em desapropriação
Subtotal:		22	2308	11450	
Paraná					
Abatiá	Acampamento no Trevo de Abatiá	10/05/2004	40		Não desapropriável
Antonina	Agropecuária São Rafael	24/05/2004	50		Sem vistoria
Balsa Nova	Acampamento na BR-277	09/06/2004	130		Não desapropriável
Bandeirantes	Fazenda Nomura	07/05/2004			Vistoria Suspensa
Bandeirantes	Fazenda Nomura	09/12/2004	26		Vistoria Suspensa
Barbosa Ferraz	Fazenda Muquidão	05/05/2004	80		Sem vistoria
Candói	Faz. Caracu/Assent. Sta. Clara	08/01/2004			Sem informação
Candói	Faz. Caracu/Assent. Sta. Clara	18/05/2004			Sem informação
Candói	Faz. Caracu/Assent. Sta. Clara	25/06/2004			Sem informação
Candói	Faz. Caracu/Assent. Sta. Clara	22/09/2004	92	989	Sem vistoria
Candói	Fazenda Bananeiras	23/10/2004	200	900	Vistoriada
Candói	Hidrelétrica Sta. Clara e Fundão	23/07/2004	12		Indenização
Candói	Fazenda Campo Real	02/08/2004			Indefinida
Candói	Fazenda Campo Real	02/09/2004	240	3000	Indefinida
Cascavel	Fazs. 4R/Refopas/Cajati Semente/Complexo Cajati	09/08/2004	240	6000	Vistoriada
Clevalândia	Fazenda Cachoeira	31/01/2004	2		Sem vistoria
Colorado	Fazenda da Barra	05/05/2004	83		Sem vistoria
Congonhinhas	Fazenda Serra Grande	09/02/2004	30		Litígio
Espigão Alto do Iguaçu	Faz. Solidor	07/04/2004	36	700	Em desapropriação
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	31/07/2004			Litígio
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	02/08/2004	400	1197	Litígio
Guarapuava	Fazenda Matão	25/08/2004			Em desapropriação
Guarapuava	Fazenda Matão	28/10/2004	20	1500	Em desapropriação
Guaraqueçaba	Fazenda Bom Jesus/Área do Ibama	30/03/2004			Não desapropriável
Guaraqueçaba	Fazenda Bom Jesus/Área do Ibama	14/04/2004	10		Não desapropriável
Honório Serpa	Fazenda Pinho Fleck/Olvepar	28/01/2004		500	Sem vistoria
Icaraíma	Fazenda São Paulo	09/08/2004	56	1643	Sem vistoria
Jundiá do Sul	Fazenda Itambé	01/08/2004			Sem vistoria
Jundiá do Sul	Fazenda Itambé	12/08/2004	70	411	Sem vistoria
Lapa	Fazenda Água Vermelha	19/04/2004	30		Sem vistoria
Lapa	Fazenda Serrito	16/12/2004	120	2125	Indefinida
Laranjal	Fazenda Cristo Rei	04/02/2004	280	390	Sem informação
Laranjal	Fazenda Cristo Redentor	16/06/2004	150		Sem informação
Laranjal	Fazenda Bandeirantes	07/07/2004	120		Vistoriada
Laranjeiras do Sul	Fazenda Lambari	07/04/2004	50	25000	Em desapropriação
Lindoeste	Fazenda Santa Lúcia/Planas	23/07/2004	30	109	Sem vistoria
Luiziana	Fazenda Baronesa dos Candiais II	16/08/2004	180	960	Em desapropriação
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	15/06/2004			Sem informação
Manoel Ribas	Fazenda Três Marias	25/08/2004	250	2160	Sem informação
Ortigueira	Fazenda Copramil	20/02/2004	20		Sem informação
Palmeira	Fazenda Cherubin	16/09/2004	27	503	Sem vistoria
Piraquara	Área da Faculdade Espirita	20/02/2004	10		Não desapropriável
Ponta Grossa	Estação Experimental Monsanto	21/09/2004	30	43	Sem informação
Pontal do Paraná	Área no Balneário da Prefeitura	23/09/2004	60		Litígio
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	29/04/2004	50	167	Sem vistoria
Quedas do Iguaçu	Fazenda Campo Novo	29/04/2004	50	390	Sem vistoria
Ramilândia	Fazenda Boito	02/08/2004	200	411	Sem vistoria
Reserva do Iguaçu	Faz. Fundão/Paiol de Telha	15/09/2004	30	1600	Em desapropriação
Ribeirão do Pinhal	Fazenda São Benedito	10/05/2004	100	300	Sem vistoria

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Bom Jardim Pau D'alho	29/07/2004	120	960	Em desapropriação
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Santa Maria	31/05/2004	80	320	Litígio
Rio Bonito do Iguaçu	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	30/04/2004			Litígio
Rio Bonito do Iguaçu	Fazenda Laranjeiras/Rio Bonito	09/11/2004	100	1331	Litígio
Rio Bonito do Iguaçu	Assentamento Marcos Freire	25/03/2004	1		Desapropriada
Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Várias áreas da empresa Araupel S/A	03/04/2004			Vistoriada
Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Várias áreas da empresa Araupel S/A	14/07/2004	30		Em desapropriação
Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Várias áreas da empresa Araupel S/A	16/09/2004	150	25000	Desapropriada
Santa Inês	Fazenda Altamira	05/05/2004	16	348	Sem vistoria
Santa Izabel do Ivaí	Faz. Nossa Senhora de Fátima	08/01/2004	80		Sem vistoria
Santa Maria do Oeste	Fazenda Sonda	16/06/2004	300		Vistoriada
São João do Caiuá	Fazenda São Fabiano	08/09/2004	30		Sem vistoria
Subtotal:		61	4511	78957	
Pernambuco					
Aliança	Engenho Sirigi/Us. Aliança	03/08/2004	65		Desapropriada
Aliança	Engenho Sirigi/Us. Aliança	06/09/2004	50	500	Em desapropriação
Aliança	Engenho Belo Horizonte	07/06/2004	42	350	Vistoriada
Amaraji	Usina União Bonfim	19/12/2004	150		Sem informação
Arcoverde	Faz. Experimental do IPA/Acamp. Serra das Varras	08/03/2004	55		Sem informação
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	03/12/2004	30	3613	Sem vistoria
Bonito	Fazenda Uberaba	15/03/2004	70	500	Sem vistoria
Buenos Aires/ Escada	Engenho Criméia	16/11/2004	43	800	Desapropriada
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Universo	11/06/2004	44		Vistoriada
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Olinda Velha	11/06/2004	44		Vistoriada
Caruaru	Acamp. às Margens da BR-104/Eng. Mandacaru	21/12/2004	25		Sem vistoria
Catende	Associação Tabaiaré/Us. Catende	18/03/2004	1		Desapropriada
Escada	Fazenda Alegria	30/07/2004	350	520	Sem informação
Escada/ Caruaru/ Primavera	Engenho Conceição	29/07/2004	70		Sem vistoria
Garanhuns	Quilombo Castainho	01/03/2004	107	40	Litígio
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	18/05/2004	200		Litígio
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	18/04/2004	150		Sem vistoria
Goiana	Fazenda Boa Vista/Acamp. Capa Cigana	19/08/2004	20	150	Sem vistoria
Ipojuca	Engenho Gaiapo/Gaipió	10/02/2004	100	242	Desapropriada
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	13/04/2004	60	400	Sem vistoria
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	26/05/2004			Sem vistoria
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	01/06/2004			Sem vistoria
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	15/06/2004			Sem vistoria
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	24/07/2004			Sem vistoria
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	05/08/2004	60	960	Sem informação
Moreno	Assentamento Herbert de Souza	21/03/2004	147		Desapropriada
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela	13/07/2004	280	930	Em desapropriação
Passira	Fazenda Dependência	17/05/2004	80		Sem vistoria
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	30/05/2004			Sem vistoria
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	05/11/2004			Sem vistoria
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	23/11/2004			Sem vistoria
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	17/12/2004	160	366	Sem vistoria
Pedra	Fazenda Riacho Novo/Pedra Pintada	06/08/2004	65	264	Litígio
Petrolândia	Fazenda Rancharia	16/06/2004			Sem vistoria
Petrolândia	Fazenda Rancharia	20/08/2004	60		Sem vistoria
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	03/12/2004			Litígio
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	11/12/2004	4000	16800	Litígio
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	26/11/2004	120	2000	Sem vistoria
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	26/11/2004	40	2045	Sem vistoria
São José do Egito	Fazenda Bonfim	29/05/2004	120	1300	Vistoriada
Tamandaré	Usina Central Barreiros	15/12/2004	30	8000	Em desapropriação
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	07/06/2004			Vistoriada
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	17/10/2004	280	600	Em desapropriação

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistagem	Violência contra a pessoa
120		80									Ferimento
		30									
		100									
		150									Assassinato
		30									Prisão
		34									Prisão
		16									
		80									
		300									Ferimento
		30									
140	432	3647	1486	165	0	165	10	124	0	513	
Pernambuco											
			50				65			65	Intimidação
							42	50			Omissão/Convivência
150		55								150	Intimidação
	30										Prisão
		70								30	Assassinato
							43	43			Prisão
							44				Omissão/Convivência
							44				
25				25							25 Tentativa de Assassinato
											1 Assassinato
		350									
		70									Prisão
	107						107				Omissão/Convivência
	200						200				Omissão/Convivência
150										150	Intimidação
		20						20			
							100	100			Omissão/Convivência
		60					60				
		60									60 Intimidação
	60				60						60 Intimidação
		60					60				Intimidação
							147				147 Assassinato
		280					280				
80											80 Tentativa de Assassinato
160											160 Tentativa de Assassinato
		160		160		160					Intimidação
	160										160 Seqüestro
		65		65							160 Assassinato
		60									Intimidação
60											60 Prisão
											5 Ameaça de Morte
	4000			1							4000 Intimidação
		120		120		120		120			120 Humilhação
		40		40		40		40			40 Humilhação
							120				Omissão/Convivência
		30						30			Omissão/Convivência
							300				Humilhação
	280			280		280					280 Intimidação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Subtotal:		43	7118	40360	
Piauí					
Altos	Faz. Funil/Acamp.Nossa Esperança	29/04/2004	400	1700	Sem vistoria
Altos	Fazenda Belo Horizonte	05/01/2004	31	600	Sem vistoria
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	19/11/2004	24	517	Em desapropriação
Bom Jesus/ Santa Filomena	Áreas em Bom Jesus e Santa Filomena	08/03/2004	96		Sem informação
Buriti dos Lopes	Fazenda Ilha do Caburé	16/06/2004	75		Litigio
Buriti dos Lopes	Canto da Cruz	10/11/2004	20	1200	Vistoriada
Buriti dos Lopes	Assentamento Josué de Castro	05/11/2004	100	1422	Desapropriada
Buriti dos Lopes	São Caetano	15/07/2004	60	2000	Vistoriada
Buriti dos Lopes	Assentamento Cutias	02/07/2004	52	966	Desapropriada
Campo Largo do Piauí/ São João do Arraial	Tabocal Grande	22/06/2004	26	1000	Em desapropriação
Campo Largo do Piauí/ São João do Arraial	Fazenda Costa	23/06/2004	100	6000	Em desapropriação
Currais	Assentamento Laranjeiras	03/05/2004	70	2000	Desapropriada
Esperantina	Faz. Coité/Tabocal Grande/Acamp.Guerreira Trindade	31/07/2004	105	2300	Vistoriada
Esperantina	Vereda do Anacleto	30/07/2004	24	1241	Vistoriada
Esperantina	Nova Conquista	10/11/2004	26	850	Sem informação
Joaquim Pires	Fazenda Papagaio	29/07/2004	40	3000	Litigio
Joaquim Pires	Fazenda Santana	02/08/2004	40	2400	Sem vistoria
Luzilândia	Lagoa do Piauí/Área do Dnocs/Bela Vista/Palmars	13/03/2004	260	6000	Litigio
Madeiro	Murici	27/07/2004	83	1800	Vistoriada
Miguel Alves	Mato Seco	28/05/2004	9		Litigio
Miguel Alves	Marinho Bandeira	06/01/2004			Sem vistoria
Miguel Alves	Marinho Bandeira	28/10/2004	32	950	Sem vistoria
Morro do Chapéu do Piauí	Comunidade Barreiro	09/11/2004	23	700	Vistoriada
Morro do Chapéu do Piauí	Feijão	01/11/2004	32	3000	Vistoriada
Parnaíba	Tab. Litorâneo/Ilha do Tabuleiro/Dnocs/Massa Machado	26/05/2004	60	2000	Litigio
Parnaíba	Baixa do Aragão	28/05/2004	30	40	Litigio
Parnaíba	Monte Alegre	01/07/2004	4	967	Vistoriada
Parnaíba	Assentamento Lagoa do Prado	08/11/2004	70	1000	Desapropriada
Parnaíba	Assentamento Cajueiro	05/07/2004	54	874	Desapropriada
Porto	Gleba Fernando	14/11/2004	22	33	Litigio
Queimada Nova	Com. Quilombola Sumidouro	31/07/2004	26		Não desapropriável
Queimada Nova	Comunidade Serra Grande	10/02/2004	56		Sem informação
São Raimundo Nonato	Barragem da Onça/Petrônio Portela	15/02/2004	18		Sem informação
Sigefredo Pacheco	Fazenda Baixa	12/07/2004			Vistoriada
Sigefredo Pacheco	Fazenda Baixa	24/08/2004	23	1175	Vistoriada
Teresina	Data São José do Junco/Chapadinha	23/04/2004	250	1860	Sem informação
Teresina	Faz. Gandu/Data Stª. Teresa/Pov. Lagoa da Mata	29/06/2004	300	720	Sem vistoria
Subtotal:		37	2641	48315	
Rio de Janeiro					
Barra Mansa	Faz. do Salto	23/08/2004	54	960	Desapropriada
Campos dos Goytacazes	Faz. Cambahyba/Acamp. Oziel Alves	29/09/2004	410	3502	Desapropriação Suspensa
Campos dos Goytacazes	Faz. São Benedito e Motto dos Canudos	18/10/2004	120	480	Em desapropriação
Campos dos Goytacazes	Fazenda Desejo e Azurara	17/04/2004	130	630	Em desapropriação
Campos dos Goytacazes	Faz. Santa Helena/Acamp. Goytacazes	05/04/2004	170	470	Litigio
Campos dos Goytacazes/ São João da Barra	Fazenda Caroara	30/03/2004	80	1200	Sem informação
Mangaratiba	Fazenda Santa Justina/Acamp. Olga Benário	23/03/2004	400	850	Litigio
Mangaratiba	Área da Cia. de Desenvolvimento do Sahi	15/04/2004	20		Litigio
Pinheiral	Fazenda Confiança	03/11/2004	150		Litigio
Pirai	Fazenda Aimorés	20/11/2004	150	630	Em desapropriação
Quatis	Quilombo Santana	11/04/2004	19	828	
Rio de Janeiro	Aldeia do Imbuhy	01/07/2004	32		Litigio
São João da Barra	Faz. Caetá e Cedro/Acamp. Mário Lago	14/07/2004	250	1800	Litigio
Subtotal:		13	1985	11350	

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indigenagem	Pistolagem	Violência contra a pessoa
625	4837	1560	50	691	60	600	1672	403	0	5753	
Piauí											
			400								
			31								
	25										
	96									96	
	75										
							20				
							100				
							60				
							52				
	26						26				
	100						100				
	70										
			105		105						
							24				
							26				
			40							40	Assassinato
	40									260	Ameaça de Morte
	260										
			83								Ameaça de Morte
		9									
	32			5		5					
5				5							32
							23				
							32				
	60										
			30								
							30				
							4				
							70				
							54				
	22				22	22				22	Intimidação
	26										
							56				
	18										Ameaça de Morte
	23				4						Ameaça de Morte
											Intimidação
	250									250	
			300								
5	1123	9	989	10	131	27	677	0	0	700	
Rio de Janeiro											
			410				54	54			Ferimento
		120									Prisão
	130									130	Intimidação
80			170								
			400								
			20								
		150									
							150				Intimidação
							19				
			32								
			250								
80	130	270	1282	0	0	0	223	54	0	130	

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Rio Grande do Norte					
Baraúna	Faz. Florêncio	13/11/2004			Em desapropriação
Baraúna	Faz. Florêncio	08/12/2004	40	1675	Em desapropriação
Mossoró	Faz. Angicos I e II	02/04/2004	200	1585	Desapropriada
Poço Branco	Fazenda Opção	08/06/2004	70	900	Sem vistoria
Subtotal:		4	310	3160	
Rio Grande do Sul					
Carazinho/ Almirante Tamandaré do Sul	Fazenda Agropecuária Sazão	22/04/2004	90	2300	Litigio
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	15/05/2004			Sem vistoria
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	12/08/2004			Sem vistoria
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	04/09/2004	700	9000	Sem vistoria
Cruz Alta	Fazenda Bom Sossego	15/04/2004	100	750	Sem vistoria
Engenho Velho	Faz. Brigada Militar/Serrinha	25/05/2004	40		Sem informação
Nova Santa Rita	Faz. Santa Rita/Montepio/Acamp. na BR-386	20/06/2004	350	1700	Em desapropriação
Pontão	Faz. Bugre/Tribo Caingangues	16/01/2004	300		Litigio
Sananduva	Faz. de Jovani Miola/Tribo Caingangues	21/08/2004	130	100	Sem vistoria
São Gabriel	Complexo Southal/Marcha Sepê Tiaraju	26/06/2004	260	13222	Sem informação
Subtotal:		10	1970	27072	
Rondônia					
Buritis/ Cujubim	Sering. Novo Mundo/Faz. na Linha C-20/Acamp. Sol Nascente	23/08/2004	350	49000	Litigio
Cabixi	Faz. Cotrasa/Pontal do Cabixi	30/10/2004	100		Sem informação
Cacoal	Área da Máquina São Paulo	04/09/2004	500	57000	Sem informação
Candeias do Jamari	Patronato Agrícola do Menor Oswaldo Souza/Pamos	12/08/2004	120	72	Sem informação
Chupinguaia	Fazenda São Domingos	08/06/2004	130	2400	Indefinida
Espigão do Oeste	Fazenda Ipê	05/04/2004	200		Vistoriada
Ji-Paraná	Área Próxima ao Aeroporto José Coletto	01/07/2004	80	1500	Litigio
Machadinho d'Oeste	Gleba São Francisco	28/04/2004	30	99000	Sem informação
Nova Mamoré	Acampamento Asprorio	01/06/2004	160		Sem informação
Nova Mamoré	Área em Jacinópolis	19/06/2004	180	1500	Litigio
Parecis	Fazenda Barroca	11/03/2004	50		Sem vistoria
Pimenteiras	Fazenda Bom Futuro	04/02/2004	58	1200	Litigio
Theobroma	Faz. Limajuti/SP, Bárbara/TD Assunção	13/07/2004			Litigio
Theobroma	Faz. Limajuti/SP, Bárbara/TD Assunção	06/08/2004	37	35000	Litigio
Theobroma	Fazenda Seringal	09/08/2004	30		Vistoriada
Subtotal:		15	2025	246672	
Roraima					
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	03/09/2004	100		Não desapropriável
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	23/11/2004	23	1678800	Não desapropriável
Subtotal:		2	123	1678800	
Santa Catarina					
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	04/11/2004	200	2400	Litigio
Abelardo Luz	Aldeia Toldo Embu	16/02/2004		1965	Não desapropriável
Catanduvas	Área na Estrada de Pedra Lisa	02/04/2004	1		Litigio
Chapecó	Aldeia Toldo Chimbanguê/Sede Trentim	26/03/2004	80	1963	Não desapropriável
Doutor Pedrinho/ José Boiteux	Aldeia Bugio/Duque de Caxias	16/08/2004	80		Não desapropriável
Imbituba	Comunidade de Areias da Ribeira	30/03/2004	75	245	Litigio
Palma Sola	Fazenda Caldatto	21/12/2004	50	7500	Em desapropriação
São Cristóvão do Sul	Faz. Faxinal do Paulista/Acamp. 17 de Abril	20/04/2004			Litigio
São Cristóvão do Sul	Faz. Faxinal do Paulista/Acamp. 17 de Abril	02/11/2004	450	578	Litigio
Saudades/ Cunha Porã	Aldeia Guarani do Araçá'i	23/03/2004	30	2721	Não desapropriável
Subtotal:		10	966	17372	
São Paulo					
Álvares Machado	Acamp. na Estrada da Amizade/Rod. Júlio Budisk	17/05/2004	250		Litigio
Americana	Fazenda Salto Grande	28/02/2004	150	174	Litigio
Andradina	Fazenda Timboré	20/04/2004			Desapropriada
Andradina	Fazenda Timboré	12/06/2004	199		Desapropriada
Andradina	Fazenda Timboré	16/06/2004		1800	Desapropriada

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Araçariquama	Faz. Iris/Matarazzo	22/07/2004	150	370	Litígio
Avaré	Fazenda São Gonçalves	05/04/2004	200	1800	Litígio
Bauru/ Aimoreés	Horto Florestal/Acamp. Terra Nossa	12/03/2004	240		Litígio
Birigüi/ Brejo Alegre	Assentamento São José I	31/10/2004	30	5000	Litígio
Buri	Fazenda União	30/04/2004	150		Sem informação
Buri	Estação Experimental do Instituto Biológico	02/12/2004	150	363	Não desapropriável
Caiuá	Fazenda Três Sinos	03/05/2004	20		Sem informação
Caiuá/ Presidente Venceslau	Fazenda Santa Rosa	03/05/2004	20		Litígio
Cajamar	Fazenda São Luiz	14/10/2004	80	100	Litígio
Castilho	Acamp. Terra Livre/Faz. Três Barras/Abrigo	08/11/2004	115		Sem informação
Castilho	Faz. Itapura/Acamp. Nova Conquista	16/12/2004	300	2133	Litígio
Castilho/ Nova Independência	Fazenda Ipê	08/04/2004	250		Desapropriação Suspensa
Coroados	Fazenda São Bento	28/06/2004	24	448	Litígio
Euclides da Cunha	Fazenda Ponte Branca	25/08/2004	25	12000	Litígio
Iaras	Fazenda Rio Pardo	12/11/2004	500		Litígio
Iaras/ Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	01/02/2004			Litígio
Iaras/ Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	09/03/2004			Litígio
Iaras/ Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	16/11/2004	500	2662	Litígio
Iporanga	Quilombo Maria Rosa e Vizinhos	24/05/2004	12		Não desapropriável
Itu/ Mairinque	Fazenda Policom	24/06/2004	250		Litígio
José Bonifácio	Fazenda São Bernardo	16/05/2004	90		Litígio
Macaubal	Fazenda Alecrim	02/06/2004	60	770	Litígio
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	23/04/2004			Litígio
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	15/05/2004			Litígio
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	11/08/2004	350	5200	Litígio
Matão/ Silvéria	Assentamento Horto	25/05/2004	150		Desapropriada
Mirandópolis	Fazenda Primavera	15/04/2004			Litígio
Mirandópolis	Fazenda Primavera	29/04/2004	112	1806	Litígio
Murutinga do Sul	Fazenda Santa Cristina	14/07/2004	40		Litígio
Narandiba	Fazenda São Domingos	28/04/2004	450	2100	Sem informação
Pereira Barreto	Fazenda Mesquita	11/02/2004	40	501	Desapropriação Suspensa
Pirapora do Bom Jesus	Faz. Mian/Matarazzo	27/05/2004	450	955	Litígio
Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	05/05/2004	50	300	Litígio
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	85	3300	Litígio
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	23/04/2004			Litígio
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	06/05/2004			Litígio
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	24/07/2004	300	2013	Litígio
Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	19/04/2004			Litígio
Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	24/06/2004	60	1000	Litígio
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco	17/05/2004	80		Sem informação
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	05/05/2004	120	665	Em desapropriação
Presidente Venceslau	Assentamento Primavera 2	27/11/2004	1		Desapropriada
Promissão	Agrovila Reunidas/Santa Bárbara	14/08/2004	800	17000	Desapropriada
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	19/04/2004			Litígio
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	29/07/2004			Litígio
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	29/10/2004			Litígio
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	26/11/2004	400	1780	Litígio
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	07/08/2004			Litígio
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	17/12/2004	300	3200	Litígio
Sandovalina	Usina Hidrelétrica de Taquaruçu	07/08/2004	300	108	Litígio
Sandovalina	Faz. Santa Fé/Margarida Alves	20/04/2004	160	1320	Sem informação
Sandovalina	Acampamento na Fazenda Municipal	13/02/2004	750	15	Litígio
Santo Anastácio	Fazenda Santa Terezinha	18/04/2004	70	3773	Litígio
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda Aracanguá	09/04/2004	15	730	Litígio
Sumaré	Horto Florestal/Sumaré 2/Terra Sem Males	20/01/2004	150	450	Desapropriada
Suzanápolis	Faz. Tapir/Acamp. 7 de Setembro	05/04/2004	200	2906	Em desapropriação
Taubaté	Faz. Sta. Terezinha/Acamp. Manoel Neto	16/05/2004			Litígio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Taubaté	Faz. Sta. Terezinha/Acamp. Manoel Neto	02/06/2004			Litígio
Taubaté	Faz. Sta. Terezinha/Acamp. Manoel Neto	19/06/2004	150	436	Litígio
Taubaté	Fazenda do Una/Votorantim	01/06/2004	150	504	Litígio
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	12/01/2004	80	960	Litígio
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	18/08/2004	180	758	Litígio
Subtotal:		67	9758	79400	
Sergipe					
Canindé de São Francisco	Projeto Jacaré Curitiba	07/11/2004	700	3500	Desapropriada
Indiaroba	Acamp. Santa Rita do Gavião/Faz. Sem Nome	19/10/2004	37		Não desapropriável
Lagarto	Fazendas Barra I e II	12/12/2004	180		Sem informação
Monte Alegre	Fazenda Monte Alegre	07/01/2004	150		Litígio
Riachuelo	Projeto Jacarecica 2	25/11/2004	58	1300	Litígio
Riachuelo/ Malhador	Acampamento Mário Lago	23/11/2004	600		Litígio
São Cristóvão	Área da Escola Agrotécnica	15/09/2004	220	800	Litígio
Subtotal:		7	1945	5600	
Tocantins					
Aragominas	Barra do Ribeirão do Muricizal	18/10/2004	50	1652	Sem informação
Araguaína	Acampamento Levinha	01/07/2004			Sem informação
Araguaína	Acampamento Levinha	01/08/2004	46		Sem informação
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	10/10/2004	60	1200	Litígio
Araguatins	P. A. Aronca	20/05/2004	1		Desapropriada
Augustinópolis	Faz. do Rubão/Indiana II/Acamp. Solidário	09/08/2004	68		Sem informação
Couto de Magalhães	Acamp. Bom Jesus/Faz. Sousa	15/08/2004	40		Sem informação
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	12/06/2004	40		Litígio
Darcinópolis	P. A. Amigos da Terra	20/05/2004	1		Desapropriada
Palmeirante	Faz. Stº Antônio/Gleba Najar	24/03/2004	22	1129	Em desapropriação
Palmeirante	Fazenda São José	25/03/2004	24		Litígio
Pequizeiro	P. A. Progresso	20/05/2004	20		Sem informação
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	01/02/2004			Litígio
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	01/09/2004			Litígio
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	06/10/2004	29	9239	Litígio
Wanderlândia	Acampamento Zé Pereira	30/06/2004	150		Sem informação
Subtotal:		16	551	13220	
Total:		752	91773	4721524	

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
		150									
	150		150								
		150									
			80								
							512	512			
85	361	6878	2339	0	0	15	867	1312	0	1275	
Sergipe											
							700				
		37	37	37							Intimidação
			180								Intimidação
		150				58					
		600		600							
		220		220	220						Intimidação
0	0	1007	217	857	278	0	700	0	0	0	
Tocantins											
		50				50					50 Intimidação
	46						46				46 Intimidação
				1							Intimidação
		60									Prisão
											1 Ameaça de Morte
	68										Ameaça de Morte
		20		20		20					20 Intimidação
			40						40		Ameaça de Morte
											1 Ameaça de Morte
		22									22 Intimidação
24				24		24					Ameaça de Morte
13	7			4		4	20	20			20 Ameaça de Morte
		29		29	29	29					Prisão
29			29								29 Intimidação
	29										29 Tentativa de Assassinato
											Intimidação
				11		11					
66	192	139	69	89	79	88	66	20	40	218	
3063	26579	37220	22762	4276	3071	3226	14465	5428	1180	23132	

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Conflitos no campo brasileiro e a economia das drogas: anotações sobre o Polígono da Maconha, 1985-2004

KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço

Este texto foi elaborado por Jorge Atilio Silva Iulianelli, Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, professor de Filosofia da Educação na Universidade Estácio de Sá (RJ) e por Érika Macêdo, Bacharel em Direito e colaboradora do programa.

Recentemente uma telenovela chamou a atenção sobre a região do Submédio São Francisco. Mesclando a história de uma migrante nordestina que se torna uma empresária comercial na Baixada Fluminense, conclui a peça de dramaturgia apresentando hidrelétricas, Movimento dos Sem Terra e a cidade de Belém do São Francisco, no sertão pernambucano. O destino daquelas paragens, porém, tem vida nos noticiários por um outro motivo: o Polígono da Maconha. É assim que tem sido apresentada pela imprensa nacional a região que no Nordeste mantinha altas taxas de produção de *cannabis sativa* nos últimos 20 anos.

É incomum que se reflita sobre violência no campo e economia política das drogas. Estas questões são, em geral, tratadas sem uma identificação das inter-relações existentes. O tema da violência no campo, como os Cadernos de Conflitos têm apresentado, está ligado às lutas fundiárias, trabalhistas e agrícolas dos camponeses. Os principais agentes da violência são o Estado - por meio do Judiciário e dos seus outros poderes repressivos que usam do exercício do monopólio da violência - e o poder privado dos latifundiários e do agronegócio, como demonstrou Carlos Walter em referência ao Centro-Oeste brasileiro (2004).

O tema da economia política das drogas é apresentado em muitas dimensões. Uma delas é a da circulação de montantes de dinheiro no circuito internacional da ordem de 400 trilhões

de dólares. Outra dimensão é a dos conflitos urbanos associados ao narcotráfico. De um lado, existe no Brasil a assustadora cifra de 600 mil homicídios entre 1979-2001, provocados, sobretudo pelas lutas por domínio territorial. Por outro lado, a própria questão do domínio territorial e dos aparatos organizados para a manutenção dessa atividade produtiva e comercial feita ilícita, também chama a atenção sob o nome de crime organizado. Ainda, por fim, se trata da questão da saúde dos usuários dessas substâncias qualificadas como ilícitas e o tratamento imoral que a legislação lhes tem oferecido.

Aparentemente essas duas temáticas cobririam zonas intangíveis. Entretanto como o demonstrou uma das primeiras estudiosas sobre o tema no Brasil, Ana Maria Motta Ribeiro (2000), a violência no campo tem uma outra face, essa provocada pela ilicitude da cadeia produtiva das drogas. Essa autora notou, em pesquisa sobre a Reforma Agrária na América Latina, que a questão agrária está totalmente vinculada à economia política das drogas na América do Sul. Sobretudo considerando-se a produção de folhas de coca nos países amazônico-andinos. Conquanto o Brasil não participe na mesma dimensão da questão produtiva, a presença de áreas de produção de *cannabis sativa* deixa as populações indígena e camponesa no País em situações muito semelhantes àquelas dos vizinhos países amazônico andinos.

1. A América Latina e o Brasil: militarização da política de drogas; criminalização de indígenas e camponeses e ecocídio.

O Brasil apresenta uma situação bastante peculiar na América do Sul. O País tem um papel decisivo em questões regionais, tais como as ligadas ao tema da segurança regional. Nos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo brasileiro investiu na criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (aéreo e naval). O principal investimento foi o Sivam, que acabou tendo a concorrência ganha pela Raytheon, companhia de radares estadunidenses. No governo Fernando Henrique, a disponibilidade dos sistemas amazônicos de vigilância para os países amazônico-andinos ainda não tinha se estabelecido totalmente. Foi o governo Lula quem tornou disponível aos governos de Uribe (Colômbia), Mesa (Bolívia) e Toledo (Peru) esses Sistemas de Vigilância.

Foi, também, durante o governo Lula que se aprovou, no Brasil, a Lei do Abate. Por meio dessa lei fica permitido aos caças da Aeronáutica, após todas as iniciativas para dissuadir que aeronaves sem plano de vôo anunciado permaneçam no ar, abatê-las. Segundo o juiz Maiorovich, com essa medida fica aprovada no Brasil a pena de morte. Por meio de uma medida administrativa, desde que a aeronave não conduza idosos ou crianças, fica permitido que os ocupantes de uma aeronave que não obedeça às instruções do Comando Aéreo sejam abatidos.

Essas medidas colocam o governo Lula em meio à estratégia militarizada conhecida como guerra às drogas que é alimentada na região pelo governo de Washington. Até mesmo se cunhou a ideologia do narcoterrorismo que estaria, juntamente com os governos populistas

de esquerda, segundo o Comando Sul do Exército dos Estados Unidos da América, colocando em risco a segurança interna dos Estados Unidos. Em meio a essa situação os governos dos países amazônico-andinos têm recebido ajudas financeira e militar para o combate, sobretudo, ao plantio de coca. Há o caso extremo dos acordos de extradição pelos quais os governos desses países remetem seus cidadãos para serem julgados por crimes de narcotráfico nos Estados Unidos. Apenas a Colômbia já enviou até março deste ano de 2005, 260 cidadãos colombianos (13/3/2005)¹.

O enrijecimento legal e da repressão são medidas previstas para a redução da oferta e da demanda de substâncias qualificadas como ilícitas. Porém, essas ações são absolutamente contrapostas aos aspectos culturais, econômicos e políticos que a folha de coca responde, de forma diferenciada, nestes três países amazônico-andinos citados. A coca é um arbusto de um a três metros que cresce em altitudes entre 500 a 2000 metros acima do nível do mar. É cultivada em pequena escala por algumas tribos da Amazônia no Brasil, na Colômbia e no Peru. No Peru, a coca tem sido utilizada como um ingrediente vendido em sua quase totalidade à Coca-Cola. A coca está presente nesta região antes mesmo do alvorecer da cultura incaica, como demonstram vários registros arqueológicos (há registros que datam de 2500-1800 a.C.)².

Na Bolívia e no Peru se manteve, mesmo depois da criminalização da folha de coca pelas convenções da ONU de 1961, 1971 e 1988, uma produção legal da folha de coca. Essa produção se destina ao consumo tradicional, o chamado *alkulico*, ou *mambeo* ou *chacheo*, e à venda para a Coca-Cola como aromatizante natural³. O processo de criminalização da folha de coca, entretanto, terminou por estigmatizar os camponeses e indígenas que as produziam legalmente

1. El Espectador, Colômbia, edição de 13 de março de 2005.

2. A coca está presente nas culturas antigas em regiões do Equador, Peru, Bolívia, Colômbia e Panamá.

3. HURTADO, Jorge. Museo de la coca. Bolívia: Museo Coca, 1996.

naqueles países. Por outro lado, houve uma forte reação política em ambos os países. No caso boliviano, o movimento cocalero fez emergir como liderança nacional Evo Morales, que capitaneia o Movimento al Socialismo, e é um candidato à Presidência da República daquele País. No Peru, o movimento cocalero fez avançar para além das organizações cuzqueñas aquelas de Tingo María, que após a prisão e incomunicabilidade do cocalero Nelson Palomino passaram a ser conduzidas por Nancy Obregón. Estes camponeses e indígenas, a todo instante se vêem confrontados com insinuações da presença de terroristas em seus movimentos, como atualmente no Peru se cogita da presença de senderistas.

Essas insinuações reforçam a política de Washington para a região. Esta política é mais dirigida para o governo de Uribe. Neste caso, o aporte financeiro e militar é muito maior. Agregou-se à criminalização dos camponeses plantadores de folha de coca a dos grupos indígenas da região de Popayán (Colômbia). Como medida para a eliminação das áreas de plantio, se tem efetivado uma política de substituição de plantio que erradica uma monocultura - a da coca - e se coloca outra, como os eucaliptais nos bosques de Nariño. Os ingressos econômicos para os camponeses não são compensatórios. Independente da aceitação ou não da substituição de cultivo se erradica a área de plantio de coca por meio de fumigação aérea. Joga-se na área de plantio um veneno químico chamado glisofato. Essa ação traz graves danos à vida humana (cegueira, má-formação de fetos) e ao meio ambiente (exterminio de culturas e plantas nativas, deformações genéticas de sementes, poluição de lençóis freáticos e rios). Na região do Madalena há indícios que até mesmo os rios que alimentam a Amazônia brasileira, além de indígenas que vivem no território brasileiro, tenham sido afetados por este veneno.

Essas ações do governo colombiano deveriam trazer como um dos seus resultados a redução da demanda em países consumidores, como os Estados Unidos. Segundo a Controladoria de Drogas daquele País, entretanto, muito embora se reconheça que houve uma redução da área de cultivo na Colômbia da ordem de 40%, se verifica que a isso não correspondeu nenhum prejuízo econômico para o comércio varejista da droga. Com efeito, em 2001 o grama da droga custava em média US\$ 22.00 e em 2003 estava a US\$ 24.00.⁴ Não houve, pois, efeito significativo. Por outro lado, em termos ambientais e da saúde humana os efeitos foram muito nocivos para os colombianos.

No Brasil, muito embora se discutam as questões da segurança regional, nada se tem discutido sobre os efeitos nocivos à saúde indígena e hídrica na Amazônia brasileira que as fumigações na Colômbia oferecem. Até mesmo, não há estudos atuais sobre o papel da coca-epadu para as culturas indígenas amazônicas - antes mesmo que venham políticas proibicionistas, repressivas e militarizadas para essas populações. Porém, o mais grave é a necessidade de um estudo pormenorizado do impacto ambiental das fumigações.

A situação brasileira, entretanto, é bastante distinta daquela dos países amazônico-andinos no que se refere à questão da participação da produção agrícola de substâncias qualificadas como ilícitas. O principal produto que é produzido no Brasil, neste caso, é a *cannabis sativa*. O Brasil sequer é o principal produtor desta substância na América Latina. A produção de *cannabis*, em geral, é para o atendimento do autoconsumo nacional. Porém, conforme o Instituto Carlos Éboli, de São Paulo, a maior parte da *cannabis* comercializada no Centro Sul do País, provém, principalmente do Paraguai.

Entre 1985-2005 a produção de maconha no Brasil percorre um circuito que está no eixo

4. El Colombiano, Colômbia, 9 de março de 2005.

entre o sul da Bahia e os arredores de Belém do Pará. Nessa produção estão envolvidos camponeses empobrecidos e populações indígenas, como é o caso dos Guajajara, no Maranhão, Tembé, no Pará e Truká, em Pernambuco. A ação do Estado brasileiro diante deste cultivo, conforme a atual lei 6368 é repressiva: produzir maconha - portar, transportar, distribuir, consumir, induzir ao consumo - é crime. Nesse sentido, a lógica do Estado na América Latina, em relação ao cultivo dessas substâncias qualificadas como ilícitas é de criminalização de camponeses e indígenas.

Como mencionamos nos casos dos outros países, uma abordagem sobre essa questão exige olhares de diferentes naturezas. É necessária uma perspectiva histórica e, sobretudo referente às relações socioeconômicas e políticas em jogo. Não se trata de identificar como criminosos, os cultivadores e como legítimo braço defensor da lei, o Estado. Há uma construção social que desqualifica lideranças sociopolíticas e tradições culturais milenares. Porém, como observamos não é possível manter generalizações nessas apreciações. Do que apreciamos, a relação entre economia política das drogas e violência no campo não está fora do debate latino-americano.

2. Circulação das drogas qualificadas como ilícitas nas áreas camponesas brasileiras

No Brasil, a presença de substâncias qualificadas como ilícitas no campo não se restringe à *cannabis*. Nem os usos são restritos ao entretenimento pessoal e coletivo. Há usos medicinais e rituais - como no caso da *cannabis*, para o primeiro tipo de uso, na região do Submédio São Francisco, no tratamento de asma, e no segundo tipo, entre os Guajajara, conforme registros antropológicos (Henman: 1986). No caso da cocaína os registros são muito recentes. Há indicativos de presença de plantio de coca-epadu nos anos 1970, especialmente na Amazônia.

Nos anos 1980, aparecem suspeitas de uso de cocaína entre canavieiros no interior de São Paulo, região de Ribeirão Preto e Bauru. Não há muitos registros referentes à presença de opiáceos, muito embora, uma Comissão Parlamentar Externa, sobre o Polígono da Maconha, em 1997, indicasse a possível presença de heroína na região do Submédio São Francisco. Isso nos leva a uma exploração da presença das substâncias qualificadas como ilícitas nas zonas rurais do Brasil.

Há duas presenças que são notadas. A primeira é relativa ao circuito produtivo, o cultivo. A segunda se refere ao circuito comercial, aquele das vias de transporte e do consumo. Em ambos os casos, as questões pertinentes ao processo de comercialização são significativas. Assim, o que faremos nesses parágrafos seguintes é oferecer algumas informações qualificadas sobre esses processos econômicos, esses circuitos, e como eles se combinam com elementos das culturas locais, perfazendo, muitas vezes, dramas trágicos para a vida das populações das classes subalternas. Há que se buscar notar como as populações rurais são vulnerabilizadas nesse processo. Numa dupla ordem de fatores. O primeiro proveniente da organização do agronegócio do ilícito - que nasce com a ilicitude. E o outro condizente com os processos repressivos conduzidos pelo aparelho repressivo do Estado - as forças policiais e o sistema judiciário.

Em relação ao cultivo note-se que praticamente se restringe à *cannabis sativa*, uma produção voltada para o consumo nacional. Existe uma dúvida razoável. Ao analisarmos a magnitude dos dados da Polícia Federal referente às apreensões de gramas de maconha, pode-se deduzir que, ou a maior parte da maconha consumida no Brasil (6,8% da população brasileira consome maconha) advém de fora do País - do Paraguai, como se tem notado, desde 2002, referente ao consumo na cidade de São Paulo; ou a notificação de erradicação registrada pela Polícia Fede-

ral não corresponde a uma devastação das áreas de plantio, como se alardeia. Efetivamente, conforme as informações do Departamento de Polícia Federal, a maior área de cultivo ainda é a região Nordeste. E entre 2000 e 2003 nota-se uma queda constante na quantidade de pés erradicados.

Em 2003, no Nordeste, foram apreendidos 642 kg de maconha, especialmente nas capitais, e erradicados 1,8 milhão de pés de maconha, sobretudo no Submédio São Francisco, mas, também, no Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba. A Polícia Federal e a Secretaria Nacional Anti-Drogas - que alterou seu nome, por pressão do Ministério da Saúde e de setores da Sociedade Civil para Secretaria Nacional de Política de Drogas (Senad) - argumentam que as operações de erradicação do plantio de maconha têm sido bem-sucedidas. Com efeito, há um decréscimo dos pés de maconha erradicados entre 1999-2003, caindo de três milhões para 1,8 milhão.

É necessário indicar, além do plantio, outras modalidades de presença das substâncias qualificadas como ilícitas em outras zonas rurais no Brasil. Existem três áreas prioritárias para essa percepção. Primeiramente, a região Norte apresenta particular importância. Tanto pelas zonas fronteiriças com alguns dos principais produtores de coca, como Peru e Colômbia, como pela natureza estratégica da região Amazônica.

Em segundo lugar, existem indícios da presença de cultivo de maconha nas fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, na região do Mato Grosso, Centro-Oeste brasileiro, ainda que a Polícia Federal identifique a procedência da produção como sendo o Paraguai. Essa é também uma região em que se supõe haver um novo aumento na escala da produção de maconha. Ou seja, na região em que aumenta a violência no cam-

po, provocada pelo agronegócio, conforme o relatório da CPT, também crescem a produção e circulação de maconha.

Finalmente, em terceiro lugar, na região Sudeste, no interior de São Paulo, Ribeirão Preto e Bauru, há indícios de estímulo ao uso de substâncias qualificadas como ilícitas para indução de maior produtividade entre os canavieiros.⁵ Note se que, conforme dados divulgados pelos próprios usineiros, a produtividade nessa região, nos últimos dez anos, mais do que triplicou.

3. Polígono da maconha e um pouco mais: uma outra face da violência no campo

O objetivo não exaustivo deste texto deixará de aprofundar alguns temas. Precisamos, porém, mencionar alguns pontos. Historicamente a produção de *cannabis sativa* no Brasil teve início no século XVI, e difundiu-se mais a partir do século XVIII entre as populações bantas. Tal cultivo se dava de forma mais contínua na região Nordeste do Brasil, ainda que presente em todo o território. Na verdade, a primeira proibição do consumo de maconha fazia referência ao pito de diamba, nome dado pelos bantos ao cigarro de maconha. Atualmente se sabe que ao longo do rio São Francisco existiam essas plantações desde o século XVIII. Isso explica que na região do Submédio São Francisco se reconheçam usos medicinais, como a aplicação das folhas às costas, ou chá de infusão, para a cura da asma; e recreativos, como o encharque da raiz de maconha em cachaça.

Além disso, a pesquisa antropológica revelou que entre o povo indígena Guajajara o costume do plantio e do hábito de fumar maconha

5. Neste último caso, registro entrevista com três fontes: um professor de universidade pública do RJ que fez pesquisas na região (fev, 2003); uma pessoa ligada à Pastoral dos Migrantes (out, 2003); e uma liderança sindical rural da região (maio, 2004). As três fontes informaram a existência de consumo de crack e cocaína por canavieiros, e suspeitam da ingerência de fazendeiros dos canaviais na distribuição dessas substâncias, para aumentar a produtividades dos camponeses.

foi introduzido pela convivência entre estes e os escravos fugitivos no Estado do Maranhão. Ainda hoje este uso se mantém, além de ter permissão prevista em lei. No entanto, o consumo da maconha se desenvolveu mais comercialmente nos centros urbanos, em especial após a década de 1970. A nova demanda pelo produto, aliada à repressão ao ingresso deste, provindo de outros países como México e Paraguai, somando-se às situações de desigualdade social no campo, ampliaram a escala de produção em regiões nordestinas. Ao final dos anos de 1980, a repressão ao cultivo no Maranhão intensificou-se, que adicionada a outros fatores econômicos, fez com que a produção de alta escala migrasse para a região do Submédio São Francisco.

Nossa hipótese é que além da migração do crime⁶ há uma migração geográfica da atividade ilícita interrompida. No caso do cultivo de substâncias qualificadas como ilícitas há que se considerar que essa é uma atividade laboral e produtiva, na qual existe exploração do trabalho humano, faz parte do modelo do capitalismo agrário - portanto há geração de mais valia à base da exploração da mão-de-obra camponesa. A repressão no Maranhão, em 1985, levou o cultivo de maconha em alta escala migrar para as áreas fronteiriças de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Esta região geográfica é marcada por histórias de violência social e resistência popular. Canudos e o Cangaço fazem parte do imaginário social constituinte da região. Além disso, no ciclo de disputas políticas de 1930-1950, formaram-se enclaves de poder familiar que até hoje mantém disputa. As origens das disputas remontam a mitos etiológicos românticos, de disputas interfamiliares por noivas. Não apenas isso, mas o domínio territorial e de poder local explicam as guerras entre Benvidos e Araquãs, em Belém do São Francisco, e entre

os Novaes e os Ferraz, em Floresta - ambas cidades sertanejas pernambucanas. Este caldo cultural de violência deixou as famílias em disputa e seus satélites na ilegalidade, algumas parcelas delas constituíram bandos criminosos. O resultado é que a esses litígios agregou-se o controle de áreas de cultivo de maconha. Conflitos até então enfrentados com peixeira passaram a ocorrer com o uso de AR-15.

Nos anos de 1970, essa região esteve no centro do projeto dos governos militares de criação de infra-estrutura energética. Conforme relatórios governamentais, a Hidrelétrica de Itaparica foi o maior investimento do governo federal no interior do Nordeste. Essa obra se dava após o desastre sócioambiental da construção de Sobradinho que expulsou 70 mil famílias da região. Em Itaparica os camponeses se organizaram e exigiram terra por terra na beira do lago. Para isso constituíram um Pólo Sindical (dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco) que reunia 13 sindicatos dos Estados da Bahia e Pernambuco. Em 1986, o Pólo conquistou um acordo inédito de realocação para 6 mil famílias em projetos irrigados. A área conquistada, entretanto, estava no centro do, assim chamado, Polígono da Maconha.

Foram conquistados 11 projetos para agricultura irrigada. Nos primeiros momentos não houve conflito entre os irrigantes que recém se instalavam em agrovilas e os plantadores de maconha que estavam dispersos - e na ilegalidade. Muito embora, já em 1987 fosse assassinado Manequinha, liderança rural da região de Juazeiro. No geral, estabelecia-se a lei do silêncio. Entre 1986-1997 apenas 40% dos projetos estavam em funcionamento. Os camponeses desses projetos de irrigação sobreviviam com uma verba de manutenção temporária. Porém, a ociosidade de experimentados camponeses e de seus filhos os tor-

6. Como descreve Castels, uma atividade criminosa reprimida leva seus agentes a atuarem em outro tipo de atividade criminosa.

nava mão-de-obra potencial (exército de reserva) para o plantio da maconha.

Ao redor de 1990, as crises do escândalo da mandioca e a queda dos preços da cebola, ainda durante o governo Collor, levaram alguns camponeses a aderir ao cultivo da maconha. A repressão à circulação de maconha importada fazia com que a produção do Submédio São Francisco abastecesse, também, conforme as informações da Polícia, o Centro Sul. Não havia nenhuma pesquisa referente a consumo de drogas no Brasil. A única existente foi realizada pelo Centro Brasileiro de Investigações sobre Drogas, em 2002, e identificou que 6,9% da população brasileira consome maconha.

O desemprego, as disputas territoriais dos grupos que controlavam as áreas de plantio e a repressão policial ao plantio criaram uma situação social de insegurança pública muito tensa na região. De fato, em pesquisa publicada em 1994, se identificava que uma ameaça às lutas dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da base do Pólo Sindical era a presença do plantio da maconha na região. Nos anos de 1990, os gerentes das áreas de plantio fazem pressão por mais mão-de-obra. Isso leva lideranças de trabalhadores rurais a um confronto político.

No ano de 1997 a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Deputados, conduzida pelos deputados Luiz Piauhilino e Fernando Ferro, realiza em Santa Maria da Boa Vista uma audiência. Uma das recomendações da CPI era o aumento da repressão aos bandos que controlavam o plantio - denominados à época, por presunção de relacionamentos com o Comando Vermelho, de Comando Caipira. Fulgêncio Manoel da Silva, liderança sindical, fica marcado para morrer neste processo. É ameaçado entre março e julho. Em outubro é assassinado por um rapaz de 15 anos, filho de uma reassentada.

O extermínio de lideranças camponesas é um epifenômeno do aumento da violência na região. As principais vítimas são jovens, do sexo masculino, entre 15-34 anos (a faixa etá-

ria de maior incidência de mortes é entre 20-34 anos). As taxas de morte por homicídio nas cidades dessa região eram inferiores a 40 no início dos anos de 1980, sobem para 50 em meados daquela década, atingem 147 em 1997, e medeiam entre 50 e 80 nos anos subsequentes até hoje:



Fonte: DATASUS, organização do gráfico pelo autor.

Por outro lado, a participação como mão-de-obra no cultivo da maconha pode significar um ingresso até 20 vezes superior ao cultivo lícito da cebola, por exemplo. A atração econômica da atividade pode ser a explicação para a participação em processo social tão perigoso. A 5ª. Região do Ministério Público do Trabalho estimava até 2003 a participação de 40 mil agricultores na atividade, dentre os quais 10 mil crianças e adolescentes. Não há, entretanto, nenhuma pesquisa mais concreta sobre o tema.

A *cannabis* é um arbusto. Essa planta necessita de muito sol e água, seu cultivo exige dois regadios diários. O tempo comum da cultura é de três meses até o seu florescimento - para a colheita. Ao que se sabe na região do Submédio São Francisco este cultivo ocupa áreas entre um e seis hectares. Devido a ilegalidade do cultivo, as áreas escolhidas são remotas, em ilhas do São Francisco, ou em brenhas da caatinga de difícil acesso. Em geral, são áreas não muito próximas das estradas. Os proprietários dessas áreas não confirmam uma cooperação ativa na cessão da área para plantio. Até porque isso implica a expropriação

sumária da área para fins de Reforma Agrária. As poucas expropriações que ocorreram de Jungman até Rosseto não geraram novos espaços para Reforma Agrária. Até porque os camponeses temem represálias dos grupos controladores do plantio.

Os relatos que obtivemos descrevem três formas de cooptação da mão-de-obra para o cultivo. Os controladores do plantio buscam camponeses interessados no ganho acima da média, e com relações de amizade e parentesco com outros envolvidos no cultivo. Outros ingressam porque são convidados pelos controladores, por terem alguém que os conheça. Finalmente, existe o caso de trabalho forçado, como o caso de um lavrador que passeava de bicicleta próximo a uma área de cultivo e foi forçado a permanecer três meses recluso na área de cultivo.

As condições de trabalho no cultivo são extenuantes. Além da tensão devido às disputas territoriais dos grupos que controlam o plantio, e da repressão policial, o cotidiano se dá em condições bastante adversas. Os camponeses não têm acomodações para descansar ou preparar alimentação. Não podem construir casa e fazer fogo é uma atividade de risco. Os camponeses, em geral, não cumprem o papel de vigilância da área. Por conseguinte, há pessoas armadas que permanecem na área. A atividade é concluída com a colheita, prensagem e pesagem dos tabletes de maconha. Após isso, o produto é transportado para fora das áreas de plantio que podem, ou não, voltar a ser usadas. Existem relatos da presença de crianças a partir dos 10 anos de idade. Não coletamos informações que indiquem presença de mulheres neste cultivo. Porém, em Petrolina se registrou que vinculada à área de plantio existe prostituição infantil.

Em 2004, o banco de notícias de Koinonia registrou nove notícias relativas à questão drogas e campo. Havia cinco informações referentes a áreas de plantio, três sobre o Estado do Pará e duas sobre o Estado da Bahia. Em relação ao Estado do Pará uma das notícias se referia ao plantio de maconha na comunidade indígena dos Tembê. Esta notícia indica que um lavrador, pai de 11 filhos, é plantador de maconha naquela área há 11 anos.⁷ Sobre a Bahia, numa notícia se informava que no município de Barra foram erradicados 250 mil pés de maconha, numa propriedade de seis hectares, na qual trabalhavam 20 pessoas.⁸

Considerando-se que o registro da propriedade fosse o padrão, e mantendo a estimativa da 5ª. Região do Ministério Público do Trabalho, haveria no Submédio São Francisco 12 mil hectares ocupados com o cultivo da maconha, ou então, se considerarmos a estimativa de área cultivada feita pela Polícia Federal (3.650 ha), haveria 12.200 trabalhadores envolvidos neste cultivo no País.

4. Aspectos jurídicos do envolvimento de camponeses com os cultivos qualificados como ilícitos

A política desenvolvida pelo Estado privilegia o modelo da repressão e despreza as consequências de sua política. Afinal não dá para desprezar a migração do plantio para outras áreas e os índices de violência, furtos contra o patrimônio e mortalidade infanto-juvenil. Portanto, o sucesso de sua operação não pode se limitar ao *quantum* de maconha apreendida, nem ao número de trabalhadores rurais presos. Além disso, as inúmeras dificuldades operacionais - como a irregularidade fundiária, a burocratização do acesso aos créditos, a dificuldade de se localizar o proprietário, o

7. O Liberal, Pará, Edição de 03/09/2004.

8. OESP, São Paulo, Edição de 1º./10/2004.

tamanho das áreas, etc - fazem com que a implementação da reforma agrária enquanto projeto alternativo ao ingresso do trabalhador no narcoplantio, não seja bem-sucedido.

Nesse sentido, o que representa a aplicação da lei que define como sendo traficante aquele que semeia a erva proibida? Será sua aplicação capaz de afetar as leis da oferta e da demanda que esse comércio envolve? Será que a estratégia da polícia de atribuir prejuízo financeiro é alcançada? Para quem?

Para pensar a produção e a distribuição de drogas no mundo, temos que refletir sobre as relações de dominação e dependência entre centro e periferia ou entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O que se pode verificar através da divisão internacional do trabalho, nos padrões de acumulação na escala nacional mundial e nos próprios meios de produção, distribuição e repressão.

A legislação vigente está centralizada nas leis nº. 6.368/76 e 10.409/02, que vão dispor sobre o sistema de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes que causem dependência física ou psíquica. Estão relacionadas ao direito material e processual, respectivamente. De forma subsidiária, aplica-se o código penal (decreto-lei nº 2.848/40), o código de processo penal (decreto-lei nº 3.931/41), a lei de execuções penais (lei nº 7.210/84). Há que se fazer ainda, menção à lei de crimes hediondos (lei nº 8.072/90), que enquadra o crime por tráfico ilícito nesta categoria e determina que a pena será integralmente cumprida em regime fechado, sem progressão de regime.

Atualmente está em tramitação no Senado Federal um projeto de lei (PL) número 7134/02, que institui nova política de drogas. O consumo ainda é crime, na medida em que a autoridade policial continua a exercer o seu poder de polícia na repressão àquele que porta ou consome, conduzindo o usuário para a Delegacia, e lá qualificando, sob

critérios técnicos (natureza e quantidade da substância apreendida, local e condições em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente), o sujeito como usuário ou traficante. Além disso, o PL aumenta o rol de categorias criminalizadas, criando a figura do usuário-difusor, aumenta a pena pelo crime de tráfico, e continua a considerar o trabalhador rural preso no cultivo, embora em condições degradantes de trabalho, como traficante.

Infelizmente a apresentação da realidade vivida pelos trabalhadores, seguida de proposta de emenda substitutiva ao artigo que define como tráfico aquele que semeia ou cultiva (art. 32, II), no Fórum Permanente de Políticas de Drogas na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, presidido pelo Dep. Carlos Minc do PT, não foi suficiente para se iniciar uma frente política no Congresso e atribuir um tratamento diferenciado ao trabalhador rural, que por condições objetivas e subjetivas, se sujeita às piores formas de trabalho, no cultivo da maconha, e é o principal penalizado, senão o único, pela Política de Erradicação de Maconha no Submédio do Rio São Francisco. A anistia, proposta pelo deputado federal Fernando Gabeira é vedada constitucionalmente, pelo artigo 5º, XLIII.

Tal fato nos faz refletir do porquê da ilicitude, imposta pela política proibicionista, se opor e até preceder a qualquer direito, da história regional - e até ancestral - do alimento, do trabalho, da possibilidade de socialização e da dignidade da pessoa humana.

A aplicação discricionária da letra da lei acaba por gerar efeitos contrários ao objetivado. As próprias formalidades não são respeitadas. A polícia atua através do flagrante, ou seja, detecta, chega e prende quem está na área, normalmente trabalhadores rurais, que não apresentam nenhum tipo de resistência, segundo relato de autoridades policiais.

Através da descrição do local, das condições em que se desenvolveu a ação criminosa, das circunstâncias da prisão, da conduta, da qualificação e dos antecedentes, a autoridade policial coatora será a responsável pela tipificação atribuída ao trabalhador rural preso e pela classificação do delito, com a indicação da quantidade e natureza do produto. O inquérito policial e o relatório técnico produzido ao final irão permitir ao Ministério Público a formação de seu convencimento e a individualização da conduta de cada agente. Ocorre que os procedimentos não são respeitados, podendo o trabalhador rural, preso numa dessas operações, assim permanecer indefinidamente.

Essa situação nos remete a um outro problema: a ausência do direito de defesa. Desse modo, ocorrem os flagrantes de visível discriminação social da máquina judiciária e processual, que privilegia os bem assessorados e joga na vala comum os desassistidos financeiramente. A Constituição Brasileira, no artigo 5º, LXXIV, determina ao Estado a obrigação de prover assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos e os artigos 133 e 134 o papel do advogado e da Defensoria Pública na administração da justiça.

Portanto, é responsabilidade do Estado produzir meios para o exercício pleno da ampla defesa e do contraditório. O juiz da região de Floresta diz que em sua jurisdição, na maioria das vezes nomeia um defensor aposentado, que oferece os serviços gratuitamente. E que em outros casos homologa os advogados contratados pela Prefeitura. O fato é que as entrevistas realizadas indicam uma cultura de 'troca de favores' entre os trabalhadores presos e os financiadores das roças de maconha: o sustento da família em troca de um advogado, a prisão e o silêncio.

Há que se atentar ainda, para a forma como se desenvolvem as operações de erradicação. Cidadãos que estejam próximos às áreas de

plântio que forem descobertas, ou mesmo os trabalhadores envolvidos na produção, são forçados a trabalhar para a polícia no momento da erradicação. Esta se desenvolve a partir da queimada. Os pés são cortados, empilhados e então queimados. A incineração, primeira alternativa da lei para a erradicação, não ocorre. Não há consulta ou autorização judicial, não há comunicação à Senad e o Ministério Público não é ouvido. E ainda, não há qualquer discussão dos efeitos dessa queimada para o meio ambiente, e menos, se não haveria a possibilidade de utilização do material apreendido para outras finalidades, como a indústria têxtil ou mesmo de farmacêuticos, tendo em vista suas diversas propriedades.

A lei estabelece alternativas ao Ministério Público e ao juiz para não classificar os trabalhadores como traficantes, reconhecendo a situação diferenciada existente entre eles e os reais donos da produção. Entretanto, tanto o Ministério Público quanto os juízes optam por reproduzir o modelo tradicional e excludente da lei, que privilegia a manutenção de domínio dos territórios (em seu sentido mais amplo), servindo apenas como instrumento de controle das classes marginalizadas.

O Estado, ao proibir o cultivo da *cannabis sativa* objetiva salvaguardar a saúde pública, esse é o bem jurídico tutelado com o proibicionismo. Os trabalhadores rurais, ao se envolverem com o plântio buscam a sobrevivência, a melhoria mínima das condições de vida. Temos um conflito da lei com a realidade social. O que a lei determina como sendo proibido é o que permite ao trabalhador rural ter acesso aos meios de produção do campo, é saída para sua sobrevivência e de sua família.

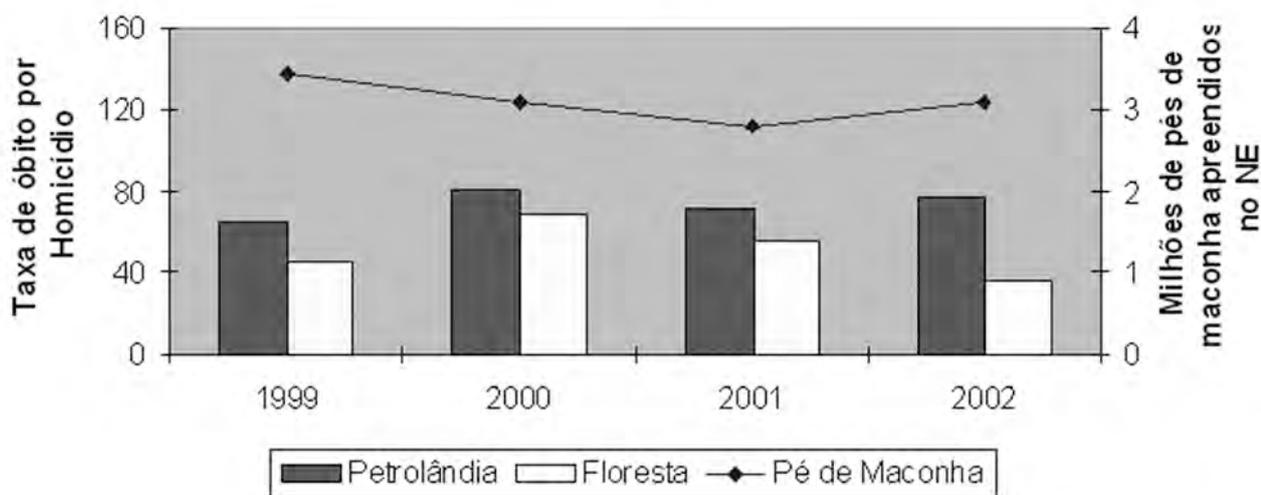
Considerações finais

Nossa reflexão indica que é urgente que se reflita, também, sobre essa face da violência no campo. A economia política das drogas implica

vários processos sociais que têm como agentes e vítimas principais da violência, pessoas das classes subalternas. A noção que indica ser a política proibicionista e repressiva a mais eficiente para a solução do tema parece estar equivocada. Em relação ao cultivo da maconha, há quarenta anos

São Francisco, na maioria camponeses e pararurais. Além de serem vítimas e agentes da violência, esses jovens encontram no plantio da *cannabis* uma alternativa econômica, um elemento que agrega adrenalina, um fortalecedor simbólico do poder. A adesão a este traba-

Relação entre taxas de óbitos por homicídio e operações da Polícia Federal



o Estado brasileiro erradica as áreas de plantio e detém camponeses. O único efeito que se percebe é o incremento dos níveis de homicídio na região quando se intensifica a repressão e a sua diminuição quando ela diminui.

Tomando como exemplo duas cidades do sertão pernambucano, Petrolândia e Floresta e comparando com a quantidade de pés de maconha erradicados pela Polícia Federal, podemos cogitar da relação entre a queda da quantidade de pés erradicados e da taxa de homicídios nestas cidades. Essa relação seria ainda mais precisa se os dados de erradicação fossem exclusivamente referentes às duas cidades. Se utilizássemos a taxa de morte por homicídio para toda a região teríamos a mesma curva coincidente.

Entre 1980-1995 foram assassinados 1.348 jovens entre 15-29 anos na região do Submédio

lho representa a busca de não repetir a história de vida dos pais e a superação da desigualdade social. Conjuntamente a esse fator de risco há a criminalização dessa mão-de-obra.

Um outro elemento a ser destacado é o fato da criminalização ser extensiva aos camponeses da região. Ocorre que a incursão policial penaliza a qualquer camponês que esteja circulando próximo à área de plantio. Por conseguinte, há uma situação de violência que se generaliza e cria insegurança para todos os camponeses na região do Submédio São Francisco pelo simples fato da existência de áreas de plantio de maconha e da repressão que a elas se destina. O risco de morte é ainda maior quando se trata de lideranças sindicais que desejam se contrapor às exigências do cultivo da maconha.

Como o que pudemos notar é a expansão do circuito de plantio, além da presença de

diversas outras modalidades de circulação e consumo de substâncias qualificadas como ilícitas em outras áreas rurais no Brasil, temos que concluir que a mera repressão é absolutamente ineficaz. Sem dúvida, o controle dos níveis de violência é urgente e necessário. Porém, está claro que a superação da violência não se dará exclusivamente pela ação repressiva do Estado - por meio do Judiciário e dos aparelhos de repressão. Ações preventivas, sócioeducativas e geradoras de emprego e renda são necessárias. Sobretudo é necessário que se discutam os fundamentos do proibicionismo e suas conseqüências perversas. Enquanto isso não é feito, populações indígenas e camponesas ficam reféns das ações cruéis do Estado e dos agentes privados dessa violência criminal.

Para a legislação vigente no Brasil os camponeses envolvidos no cultivo de maconha são criminosos. Porém, como disse um policial militar: “eles são uns pobres”. Na verdade, quem cultiva está em situação análoga de um produtor integrado. Sabe-se que quem oferece a área para o cultivo recebe remuneração por isto. A atividade se ajusta ao modelo de uma empresa agrícola. É uma agroindústria com as relações laborais irregulares - além de ser qualificada como ilícita. Insumos, instrumentos e provisão são garantidos pelos con-

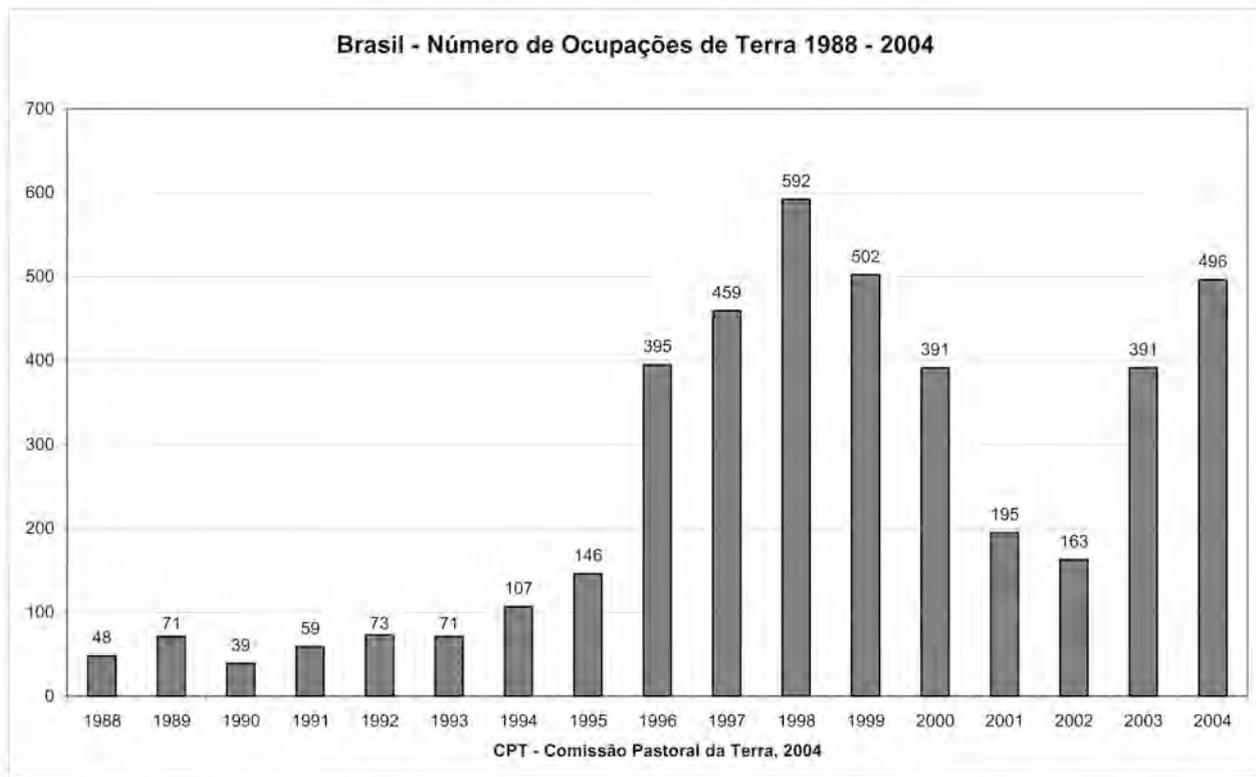
tratantes. Resta aos camponeses a exploração como trabalhadores agrícolas.

Diferente de outras ações criminais - como assalto ou furto - esta é uma atividade produtiva - ou de serviço no caso do comércio varejista urbano. Nelas, como nas demais ações econômicas do capitalismo, se gera mais valia. Nessa condição de trabalhador rural explorado o camponês é biomassa elaborada na máquina fundiária. A terra não é para ele, neste caso, recurso fundamental. No processo produtivo em que estão envolvidos, aos camponeses cabe a menor parte dos ganhos no circuito. Ainda, os pequenos proprietários, que recebem pela cessão da terra, ficam com uma parte pequena. São peças da engrenagem.

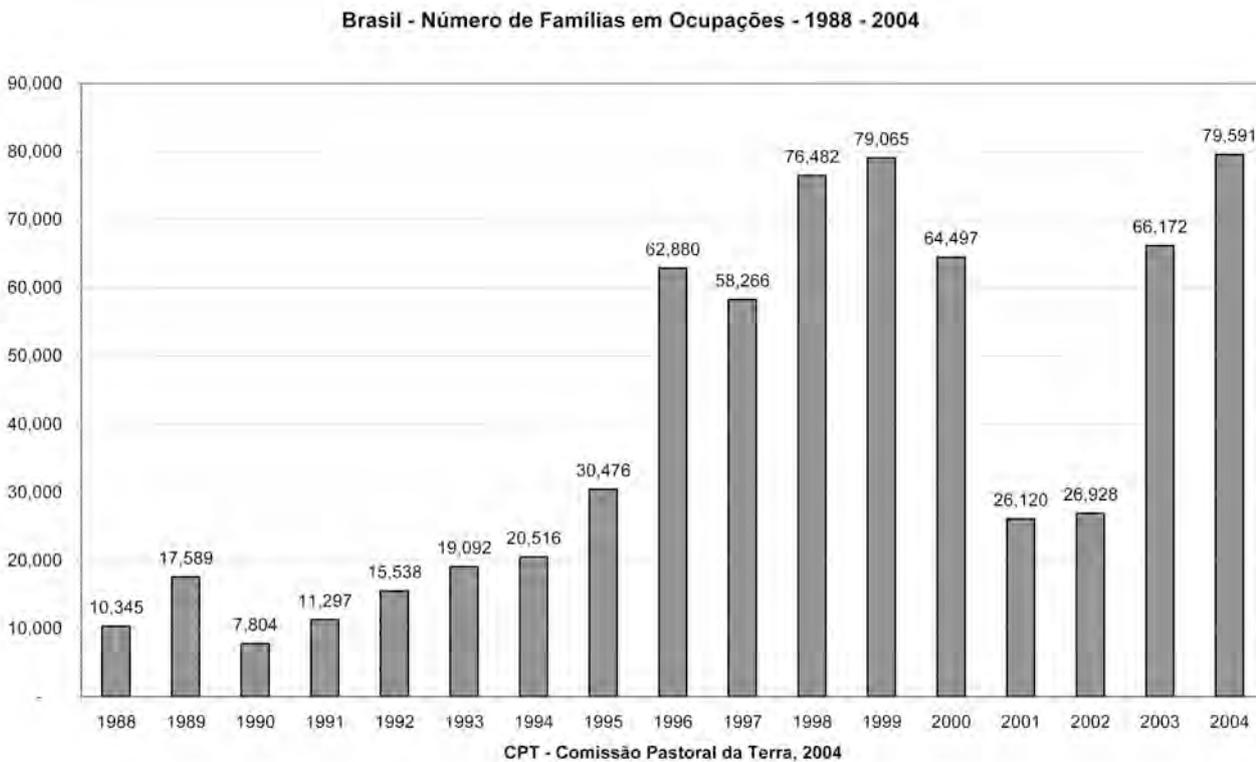
Esses camponeses cometem o crime de realizar uma atividade que *a priori* foi criminalizada, mesmo que a atividade produtiva do plantio da *cannabis* anteceda, no Submédio São Francisco, a lei que a criminaliza. Enfim, cabe maiores investigações sobre essa face oculta da violência no campo no Brasil. É do maior interesse da população afetada que se viabilizem os meios para a superação da violência na região, a descriminalização de indígenas e camponeses e ações de política agrícola e agrária que permitam alternativas viáveis para os camponeses no Brasil.

Bibliografia:

- Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei no. 7134 de 2002, Senado Federal PLS 115/2002.
- FRAGA, Paulo César Pontes. “Juventude, violência e narcotráfico no Brasil: para além do rural e do urbano” in IULIANELLI, Jorge Atilio S. e RIBEIRO, Ana Maria Motta. Narcotráfico e violência no campo. RJ: Dp&a, 2000.
- HENMAN, Anthony e PESSOA Jr., Osvaldo (orgs.). Diamba sarabamba. Ground, 1986.
- IULIANELLI, Jorge Atilio S. e RIBEIRO, Ana Maria Motta. Narcotráfico e violência no campo. RJ: Dp&a, 2000.
- IULIANELLI, Jorge Atilio S. et al. Uma guerra sem sentido - drogas e violência no Brasil. RJ: TNI, 2004.
- MALAGUTTI, Vera. Difíceis ganhos fáceis. RJ: Zahar, 2000.
- PIERSON, D. O homem do Vale do São Francisco. v.3. RJ: Cia. Editora Nacional, 1956.
- ROBINSOS, Rowan. O grande livro da cannabis. RJ: Zahar, 1999.
- ROCCO, Rogério. “A cannabis no Brasil” in ROBINSOS, Rowan. O grande livro da cannabis. RJ: Zahar, 1999. pp. 114-128.
- SCHIRAY, Michel e GUILHEM, Fabre (orgs.) Final Reporto n Brazil, China, Índia and México - Globalisation, Drugs and Criminalization. Genebra: Unesco, CD-Rom, 2002.
- SOUZA, Jailson e URANI, André. Children in Drug Trafficking: A Rapid Assessment. Genebra: ILO, 2002.



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional



Foto: João Ripper

Ocupações

Ocupações

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Acre					
Bujari	Ramal Espinhara/Faz. Bela Aliança/Agrop. Vale do Antimary Ltda	21/01/2004			STR
Bujari	Ramal Espinhara/Faz. Bela Aliança/Agrop. Vale do Antimary Ltda	13/10/2004	21143	400	Fetacre
Rio Branco	Fazenda Terra Santa	21/05/2004		150	CUT
Subtotal:		3	21143	550	
Alagoas					
Água Branca	Fazenda Cobras	29/04/2004	564	50	CPT
Água Branca	Fazenda Chupete	01/11/2004	1702	150	CPT
Atalaia	Fazenda Ouricuri	03/04/2004	900	680	MST
Atalaia	Fazenda São Sebastião/Us. Ouricuri	03/04/2004	480	480	MST
Batalha	Fazenda Rosário	21/05/2004	900	120	MST
Delmiro Gouveia	Fazenda Garrole	09/11/2004	1800	50	MST
Maragogi	Fazenda Aquidabam	26/08/2004	1200	50	MST
Maragogi	Faz. Buenos Aires	26/08/2004		100	MST
Maragogi	Fazenda Santa Rita	26/08/2004	200	50	MST
Maragogi	Fazenda Cana Brava	29/08/2004		50	MST
Maragogi/ Porto de Pedras	Faz. Boa Vista	29/08/2004	880	50	MST
Murici	Fazenda Bolo	07/05/2004	600	150	MST
Pão de Açúcar	Fazenda Facão	21/05/2004	650	180	MST
Piranhas	Fazenda em Piranhas	19/04/2004	450	100	MST
Porto de Pedras	Fazenda São Domingos	30/04/2004		60	CPT
São Brás	Faz. Carvalinho/Cavalinho	19/03/2004	348	130	MST
São Luis do Quitunde	Faz. Papuan	14/05/2004	800	70	MST
Traipu	Fazenda Raio do Sol	16/04/2004	500	180	MST
União dos Palmares	Faz. Sta. Maria/Serra	07/05/2004		100	MST
União dos Palmares	Fazenda Salinas	24/04/2004		150	CPT
Subtotal:		20	11974	2950	
Bahia					
Alagoinhas	Fazenda Conceição da Água Boa	18/04/2004	600	150	MST
Alcobaça	Faz. da Empresa Aracruz Celulose	07/05/2004	1000	150	Fetag/BA
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	03/01/2004			MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	25/03/2004			MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	07/04/2004			MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	13/10/2004	613	300	MST
Barreiras	Fazenda Carlota	14/03/2004		110	MST
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	18/03/2004			MLT
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	03/05/2004			MTL
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	23/08/2004	706	400	MLT
Camaçari	Faz. Sta. Maria/Cerâmica Sta. Maria	02/03/2004		120	SI
Casa Nova	Faz. São José/São Victor	21/04/2004	1500	130	MST
Eunápolis	Fazenda Santa Maria	20/04/2004	1716	80	Fetag/BA
Eunápolis	Fazenda Provisão	30/04/2004	1195	80	Fetag/BA
Eunápolis	Fazenda Candelária I	01/04/2004		45	MST
Eunápolis	Tribo Pataxó Hã-hã-hae/Faz. Barreirinha	25/06/2004	1000	70	Índios
Eunápolis	Fazenda Monte Sinai	20/04/2004		36	Fetag/BA
Gandu	Fazenda Coqueiros	13/12/2004		50	MST
Gongogi	Fazenda São Jorge	24/12/2004		80	Ceta
Guaratinga	Fazenda Caravelas I	01/04/2004	1200	150	MST
Ibiquera	Fazenda Munduri	18/02/2004		98	SI
Ipiaú	Fazenda Dois Amigos	13/12/2004	1000	25	MST
Iramaia	Fazenda Baratinha	21/05/2004	800	200	MST
Itabuna	Fazenda Conjunto Vitória	15/11/2004	175	200	MST
Itajuípe	Fazenda Rapa Pau	25/11/2004	700	60	MST
Itamaraju	Fazenda Pedra Bonita	15/02/2004			MST
Itamaraju	Fazenda Pedra Bonita	05/03/2004		100	MST
Maraú	Fazenda São José	04/01/2004			MST
Maraú	Fazenda São José	10/07/2004	630	600	MST
Maraú	Fazenda Rio Preto	31/01/2004	500	2	MST
Marcionílio Souza	Fazenda Meu Cantinho/Boa Nova	07/05/2004		49	SI

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Mata de São João	Faz. Ouro Negro/Acamp. Recanto da Paz	29/02/2004		250	MST
Monte Santo	Fazenda Maravilha	30/06/2004		40	SI
Muquém de São Francisco	Fazenda Simpatia do Vale	03/08/2004	4500	81	Ceta
Nova Redenção	Fazenda Pilões	18/04/2004	1200	174	MST
Porto Seguro	Fazenda Água Fria/Veracel	04/04/2004	3000	3000	MST
Porto Seguro	Tribo Pataxó Hã-hã-hae/Faz. Santa Luzia	21/06/2004	1000	35	Índios
Queimadas	Fazenda Tiririca/Rio do Peixe	20/10/2004		70	Ceta
Santa Cruz Cabralia	Fazenda Vale da Purificação	30/04/2004		40	Fetag/BA
Santo Amaro	Fazenda Nossa Srª. do Socorro	05/04/2004	3500	200	MST
São Sebastião do Passé	Faz. Ipanema/Coribe Agropecuária Ltda.	02/05/2004	447	100	MST
Ubaitaba	Fazenda Sorocaba	18/11/2004	223	52	Ceta
Uruçuca	Fazenda Independência	10/04/2004	477	200	MLT
Subtotal:		43	27682	7527	
Ceará					
Antonina do Norte	Acampamento Patativa do Assaré	10/11/2004		50	MST
Aracati	Fazenda Maisa	29/03/2004	3700	120	MST
Beberibe	Fazenda Massaranduba	24/12/2004	4046	105	STR
Canindé	Fazenda Xinauquê	30/09/2004	13000	240	CPT/ MST/ STR
Ipaumirim	Fazenda Cheirosa	22/04/2004	900	51	MST
Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	25/04/2004	100	200	MST
Quixeramobim	Fazenda Boa Água	15/07/2004	1600	115	MST
Tamboril	Fazenda Pelado	02/05/2004	600	120	OTC
Subtotal:		8	23946	1001	
Espírito Santo					
Conceição da Barra	Área da Bahia Sul Celulose	23/05/2004		85	MST
Mucurici	Fazenda Genilde	13/05/2004	735	70	Fetaes
Nova Venécia	Faz. Barra do Cristalino/Acamp. Madre Cristina	18/04/2004	2685	500	MST
Ponto Belo	Assent. Otaviano de Carvalho/Faz. Ipiranga	22/02/2004	1132	95	MST
Subtotal:		4	4552	750	
Goiás					
Alto Paraíso de Goiás	Fazenda Esusa	03/03/2004		300	MST
Bom Jardim de Goiás	Faz. Palmital/Perdizes	14/04/2004	11000	150	MST
Caiapônia	Assentamento Cachoeira Bonita	18/03/2004		1	Fetaeg
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmares	20/07/2004	9000	2100	MST
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	29/01/2004	900	130	MST
Chapadão do Céu	Faz. Alto Formoso/Acamp. Teixeirainha	26/07/2004	8000	120	MST
Corumbã de Goiás	Fazenda Boa Vista	15/01/2004	152	70	MST
Estrela do Norte	Faz. São Paulo/Pau-a-Pique	31/03/2004			MST
Estrela do Norte	Faz. São Paulo/Pau-a-Pique	26/07/2004	780	120	MST
Faina	Fazenda São Sebastião	30/01/2004		60	MST
Flores de Goiás	Faz. Ilha Bela/Acamp. Dorcelina Folador	01/05/2004		200	MST
Formosa	Assentamento Vigilândia	12/04/2004	18660	50	Contag
Formosa	Fazenda Tropicália	12/04/2004		20	Contag
Formosa	Fazenda Toca da Raposa	25/10/2004	1200	200	MST
Formosa	Faz. Barreirão/Taperão	12/04/2004		50	Contag
Formosa	Fazenda Escarocada	12/04/2004		50	Contag
Iaciara	Faz. Friboi/Eldorado	08/04/2004	13000	600	Fetadef
Itaberaí	Fazenda Santo Antônio	11/06/2004		40	MST
Itaberaí	Fazenda São João	29/01/2004		100	MST
Itapaci	Fazenda Araraquara	03/05/2004	784	20	MST
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	21/08/2004			MLST
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	11/09/2004	1800	100	MLST
Itarumã	Fazenda Uvá	15/06/2004		120	MTL
Jaraguá	Fazenda São Francisco	17/06/2004	1454	2	SI
Jaraguá	Fazenda Coterra	14/06/2004	1000	180	ADT*
Jaraguá	Faz. Tomé Pinto/Área de Experimentação da UFG	18/06/2004	97	20	Fetaeg
Jataí	Fazenda Paraíso	13/07/2004	18330	100	MTL
Jataí	Fazenda Sertãozinho	22/07/2004	3100	250	MTL
Nova Crixás	Fazenda Primavera	06/08/2004	4000	150	Fetaeg
Paraúna	Fazenda São Luís	04/09/2004	2200	120	Fetaeg
Planaltina	Fazenda Engenho	07/05/2004		45	Contag
Quirinópolis	Fazenda Furnas	28/04/2004	5000	300	MTL
Santo Antônio de Goiás	Faz. Stª. Rita da Serra/Acamp. Dom José Gomes	22/08/2004	1300	400	MST
Uruaçu	Fazenda Baronesa II	15/09/2004		63	Fetaeg
Vila Propício	Fazenda São João	02/01/2004			Fetaeg
Vila Propício	Fazenda São João	23/09/2004	7048	105	Fetaeg

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Subtotal:		36	106805	6336	
Maranhão					
Amarante do Maranhão	Faz. Lorena Saco Grande/Acamp. Curitiba	02/06/2004	150	100 MST	
Imperatriz	Fazenda do Grupo Celmar	25/06/2004		600 MST	
Itapecuru Mirim	Faz. Santa Maria/Pov. Cigana	17/04/2004		120 MST	
Santa Rita	Fazenda Escalada	25/01/2004	328	250 SI	
Subtotal:		4	478	1070	
Mato Grosso					
Cáceres	Faz. Ressaca/Manacá/Acamp. Lourival Abick	05/04/2004	35842	800 MST	
Cáceres	Fazenda Santa Amélia	05/04/2004	2380	774 MST	
Jaciara	Faz. Mestre/Triângulo/Usina Pantanal	20/09/2004	8900	350 MST	
Nova Olímpia	Fazenda Norte Sul	10/05/2004	2500	400 MST	
Nova Olímpia	Fazenda Maior	10/05/2004	2500	680 MST	
União do Sul	Fazenda Golbaro	13/04/2004		200 MST	
Subtotal:		6	52122	3204	
Mato Grosso do Sul					
Anastácio	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	25/02/2004	1200	100 CUT	
Angélica	Fazenda Santa Rosa	28/03/2004		200 MST	
Bataguassu	Fazenda Porto Seguro	21/04/2004	484	140 Fetagri	
Bonito	Fazenda Aruanã/Mutum	06/08/2004	1200	350 MST	
Brasilândia	Reassentamento Porto João André	30/04/2004		15 SI	
Caarapó	Área em Caarapó/Acamp. 1º de Agosto	30/03/2004		1000 MST	
Caarapó	Faz. Ypiutã/Aldeia Guyraroka	11/09/2004	11400	850 Índios	
Dourados	Área a 15 Km de Dourados	18/04/2004		MST	
Dourados	Fazenda Campo Belo	09/02/2004	900	350 Índios	
Iguatemi	Fazenda Chaparral	07/01/2004		250 Índios	
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	10/11/2004	19000	750 MST	
Ivinhema	Gleba Piraveve/Empresa Someco	17/12/2004		50 MST	
Ivinhema/ Novo Horizonte do Sul	Fazenda Vista Alegre	03/04/2004		220 MST	
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	06/01/2004	2600	250 Índios	
Jardim	Fazenda Figueira/Aurora	26/11/2004	11200	350 MST	
Juti	Fazenda Caiçara	20/02/2004	1400	160 FAF	
Navirai	Fazenda Rio Brilhante	26/07/2004	1800	150 Índios	
Nioaque	Fazenda Rolinha	01/03/2004	2400	100 CUT	
Ponta Porã	Fazenda Itamarati II	05/10/2004	24500	600 MST	
Ponta Porã	Área em Ponta Porã	11/02/2004		100 Índios	
Sidrolândia	Fazenda Boa Vista	28/03/2004	1200	500 MST	
Subtotal:		21	79284	6485	
Minas Gerais					
Almenara/ Bandeira	Fazenda Marobá	16/04/2004	3165	200 MST	
Bambuí	Faz. Velha/Cerradão/Acamp. Margarida Alves	12/04/2004	5000	50 MST	
Betim	Faz. São Geraldo /Acamp. 2 de Junho	11/06/2004	230	200 MST	
Betim/ São Joaquim de Bicas	Faz. Coqueiro/Várzea dos Coqueiros	23/07/2004	150	150 MST	
Buritis	Fazenda Dalel Aparecida	10/04/2004	948	90 SI	
Campo do Meio	Faz. Ariadópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	16/04/2004	6000	50 MST	
Canápolis	Faz. Pirapitinga do Campo	28/04/2004	17100	650 Contag/ Fetaemg/ MTL	
Esmeraldas	Faz. Salgada/Casa Grande	12/08/2004	845	150 MST	
Frei Inocência	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	09/06/2004	2880	24 MST	
Frei Inocência	Fazenda Casa Branca	18/04/2004	900	200 MST	
Gurinhata	Fazenda Piedade	11/04/2004	300	200 MTL	
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	10/10/2004	6000	120 MST	
Juvenília	Fazenda Dois Rios	03/04/2004	20000	200 LCPNM	
Manga	Faz. Beirada	31/08/2004	2300	80 SI	
Manga	Fazenda Marilândia	15/07/2004	1000	50 LCPNM	
Manga	Fazenda Japorema	11/07/2004	1200	50 LCPNM	
Montes Claros/ Pirapora	Fazenda Guiné	24/03/2004	2484	70 LCPNM	
Palmópolis	Faz. Conjunto Boa Sorte/Acamp. Pe. Josimo	23/07/2004		150 MST	
Pará de Minas	Faz. Limeira/Acamp. Olga Benário	10/03/2004	380	400 MST	
Patrocínio	Fazenda Floresta Salitre	30/05/2004	3000	40 LCPCO	
Periquito	Fazenda Baixa da Carlota	07/04/2004		20 OTC	
Pirapora	Fazenda Cocal	24/03/2004	912	50 MST	
Pirapora	Área do Aeroporto	23/03/2004	1800	150 MST	
Rio Pardo de Minas	Faz. Olhos D'Água/Comunidade Vereda Funda	03/05/2004	5233	60 OTC	
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	30/03/2004		ACRQBC	

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	25/07/2004			ACRQBC
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	14/09/2004			ACRQBC
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	16/09/2004	20000	300	ACRQBC
São José da Safira/ Frei Inocêncio	Fazenda Tabocal	08/08/2004	586	100	MST
Teófilo Otoni	Fazenda Ministério	09/05/2004	100	150	MST
Uberaba	Fazenda Saudade	22/04/2004		30	MST
Uberlândia/ Tupaciguara	Fazenda São Domingos	26/04/2004	2300	100	MTL
Vazante	Fazenda Lavado	20/01/2004		24	STR
Veríssimo	Faz. S. José do Rio do Peixa	07/06/2004	723	180	MLST
Subtotal:		34	105536	4288	
Pará					
Abel Figueiredo	Gaúcha	30/05/2004	9000	60	STR
Capitão Poço/ Mãe do Rio	Fazenda Dois Irmãos	27/04/2004		40	STR
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano	17/04/2004	12500	1100	MST
Itupiranga	Fazenda Rio Bonito	02/12/2004	920	17	STR
Mãe do Rio	Fazenda Reunidas	21/05/2004	5444	400	MST
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	30/04/2004	3200	140	STR
Marabá	Fazenda Nova Olinda/Acamp. Pe. Josimo	31/03/2004	2500	70	STR
Marabá	Faz. Cigana/Acamp. Quilombo dos Palmares	28/02/2004	3000	80	STR
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Arapari	15/06/2004	3000	60	Felagri/PA
Mosqueiro	Fazenda Baía do Sol	28/04/2004	9000	250	MST
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Fazenda Rio Verde	20/02/2004	3000	300	STR
Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	09/06/2004	6000	100	STR
Rondon do Pará	Faz. Paraíso/Acamp. Campos Dourados	06/06/2004	3630	130	STR
Santa Bárbara do Pará	Fazenda da Denpasa	16/04/2004		921	MST
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	Fazenda Pouso Alegre/Inajaporã	05/05/2004		400	STR
São Félix do Xingu	Fazenda Comanche/Comaxim	10/06/2004	4850	64	CPT
São Félix do Xingu/ Anapu	Faz. Santa Maria-Reunidas	30/03/2004		3	OTC
São João do Araguaia	Fazenda Landi	14/06/2004		70	Felagri/PA
Sapucaia	Fazenda Lourenço	09/01/2004		25	OTC
Subtotal:		19	66044	4230	
Paraíba					
Aparecida	Faz. Guritiba/Canal da Redenção	24/05/2004	6000	580	CPT
Aparecida	Fazenda Santa Clara/Extrema	03/01/2004		80	CPT
Cajazeiras	Fazenda Minadouro	23/04/2004	550	23	CPT
Esperança	Fazenda Riacho Amarelo	11/02/2004	430	120	MST
Paulista	Fazenda Pachicú/Paxicú	11/03/2004	1253	36	CPT
Santa Teresinha	Fazenda Sudene	24/03/2004	10000	120	MST
São João do Cariri	Fazenda Agreste	03/01/2004		50	CPT
São José da Lagoa Tapada	Fazenda Sarapó	03/01/2004		70	CPT
Sousa	Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa	24/05/2004		400	CPT
Subtotal:		9	18293	1479	
Paraná					
Antonina	Agropecuária São Rafael	31/03/2004		50	MST
Bandeirantes	Fazenda Nomura	03/05/2004			MST
Bandeirantes	Fazenda Nomura	31/10/2004		26	MST
Barbosa Ferraz	Fazenda Muquillão	30/03/2004		80	MST
Cândido de Abreu	Faz. Laguiche	21/06/2004	2863	160	MST
Candói	Fazenda Bananeiras	05/04/2004	900	200	MST
Candói	Fazenda Campo Real	01/08/2004	3000	650	MAB/ MST
Cascavel	Fazs. 4R/Refopas/Cajati Semente/Complexo Cajati	01/08/2004			MST
Cascavel	Fazs. 4R/Refopas/Cajati Semente/Complexo Cajati	30/09/2004	6000	1200	MST
Centenário do Sul	Faz. de cana-de-açúcar em Centenário do Sul	01/05/2004	394	150	MAST
Colorado	Fazenda da Barra	30/04/2004		83	MAST
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	31/07/2004	1197	400	MST
Guarapuava	Fazenda Matão	20/08/2004			OTC
Guarapuava	Fazenda Matão	24/10/2004	1500	20	OTC
Guaraqueçaba	Fazenda Bom Jesus/Área do Ibama	20/03/2004		10	OTC
Honório Serpa	Fazenda Pinho Fleck/Olvepar	02/09/2004	500	300	MST
Icaraíma	Fazenda São Paulo	07/08/2004	1643	56	MUT
Iretama/ Barbosa Ferraz	Fazenda Junqueira	20/03/2004	88	8	MSONT
Jundiá do Sul	Fazenda Itambé	30/07/2004			MST
Jundiá do Sul	Fazenda Itambé	11/08/2004		70	MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Jundiá do Sul	Fazenda Itambé	04/12/2004	411	100	MAST
Lapa	Fazenda Água Vermelha	16/04/2004		30	OTC
Laranjal	Fazenda Cristo Redentor	04/02/2004		280	OTC
Laranjal	Fazenda Bandeirantes	16/06/2004		120	OTC
Lindoeste	Fazenda Santa Lúcia/Planas	30/06/2004	109	30	MTR
Nova Laranjeira	Fazenda Santa Lúcia	23/09/2004	774	40	MST
Palmas	Áreas da Tribo Kaingangue	09/11/2004	7344	153	Índios
Palmeira	Fazenda Cherubin	05/07/2004	503	27	STR
Ponta Grossa	Estação Experimental da Embrapa	25/04/2004	1250	2	MST
Pontal do Paraná	Área no Balneário da Prefeitura	24/05/2004		60	OTC
Quedas do Iguaçu	Fazenda Acalanto	26/04/2004	186	45	MST
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	24/06/2004	167	100	MST
Quedas do Iguaçu	Fazenda Campo Novo	26/04/2004	390	100	MST
Ramilândia	Fazenda Boito	31/07/2004	411	200	MST
Reserva do Iguaçu	Faz. Fundão/Paiol de Telha	26/08/2004	1600	30	Quilombolas
Ribeirão do Pinhal	Fazenda São Benedito	15/04/2004			MST
Ribeirão do Pinhal	Fazenda São Benedito	16/06/2004	300	100	MST
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Bom Jardim Pau D'alho	26/04/2004		120	MTRSTP
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Bom Jardim Pau D'alho	29/07/2004	960	400	MST
Ribeirão do Pinhal	Fazenda Santa Maria	30/05/2004	320	80	MAST
Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Várias áreas da empresa Araupel S/A	28/03/2004		150	MST
Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Várias áreas da empresa Araupel S/A	10/07/2004	25000	30	OTC
São João do Caiuá	Fazenda São Fabiano	27/07/2004			MAST
São João do Caiuá	Fazenda São Fabiano	21/09/2004		30	MAST
São José dos Pinhais	Estação Ecológica do Cambui	07/04/2004		50	Índios
Subtotal:		45	57810	5740	
Pernambuco					
Agrestina	Faz. Chata	04/04/2004		125	MST
Agrestina	Faz. Chata	16/11/2004	3000	100	MST
Água Preta	Fazenda Barra do Cassuipe	20/04/2004	1200	70	MST
Água Preta	Fazenda Divisão	16/04/2004		150	MST
Águas Belas	Fazenda Logradouro	29/03/2004		80	MST
Águas Belas	Fazenda Quixabeira	31/05/2004	1500	70	CPT
Alagoinha/ Belo Jardim	Faz. Santa Rosa	25/07/2004	1200	266	OLC
Aliança	Engenho Água Branca/Usina Aliança	09/04/2004		30	CPT
Amaraji/ Cortês	Engenho Meia Légua	27/05/2004	674	20	CPT
Araripina	Fazenda Milagre	17/05/2004		50	MST
Arcoverde/ Sertânia	Fazenda Harmonia	24/07/2004	5500	266	OLC
Belém de Maria/ Barra de Guabiraba	Engenho Sítio do Meio	25/07/2004	556	230	MST
Belém de São Francisco	Faz. Quixaba	29/03/2004	1000	50	MST
Belém de São Francisco	Fazenda Forbaza	01/05/2004	1200	170	MST
Betânia	Fazenda Riachão	11/04/2004	2000	150	MST
Bonito	Fazenda Uberaba	12/03/2004	500	70	MST
Bonito	Fazenda Baé Pandi	17/05/2004		100	MST
Bonito/ Cortês	Engenho Baé/Bagé	28/03/2004		300	MST
Cabo de Santo Agostinho	Fazenda Brilhante/Us. Liberdade	08/04/2004	1200	200	MST
Canhotinho	Fazenda Jatobá	04/04/2004		80	MST
Canhotinho	Engenho Gruta Nova	23/07/2004	580	150	MST
Capoeiras	Engenho Roçadinho	18/05/2004		125	CPT
Caruaru	Fazenda Serraria	13/07/2004	600	80	MST
Caruaru	Acamp. às Margens da BR-104/Eng. Mandacaru	17/05/2004		90	MST
Caruaru	Fazenda Braúna/Baraúna	01/05/2004	1200	90	OLC
Caruaru/ São Caitano	Fazenda Aparecida	25/07/2004	600	266	OLC
Cupira	Fazenda Major Bastos/Rastros	01/05/2004	1200	92	OLC
Escada	Engenho Cabronema	09/06/2004	400	70	CPT
Escada	Engenho Caçuá/Cassuá/Us. Barão	08/04/2004	1500	400	MST
Escada	Fazenda Alegria	08/04/2004	520	350	MST
Escada/ Caruaru/ Primavera	Engenho Conceição	08/04/2004		350	MST
Gameleira	Engenho Pereira Grande	17/05/2004		150	MST
Garanhuns	Quilombo Castainho	01/03/2004		107	CPT/ Quilombolas
Garanhuns	Quilombo Castainho	18/05/2004	40	107	CPT/ Quilombolas
Garanhuns	Fazenda Paulista	12/04/2004	1360	100	MST
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	18/05/2004		200	CPT

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	18/04/2004		150 MST	
Glória do Goitá	Fazenda Boa Esperança	21/08/2004	480	100 MST	
Goiana	Engenho Mirandinha	29/03/2004		60 MST	
Gravatá	Fazenda Cocal	25/07/2004	600	70 MST	
Iati	Fazenda Juçara/Jussara	29/03/2004		70 MST	
Iati	Fazenda Cachoeirinha II	31/05/2004	270	60 CPT	
Ibirajuba	Fazenda Lagoa Velha	01/05/2004	3000	150 OLC	
Inajá	Fazenda Boi Cajú	27/03/2004	21000	1000 MST	
Ipojuca	Engenho Atalaia	04/04/2004	500	60 MST	
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	29/03/2004		100 MST	
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	17/05/2004	400	60 MST	
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Colônia/Us. Colônia	29/03/2004		120 MST	
João Alfredo	Fazenda Mumbuca	27/03/2004	1700	150 MST	
Jucati	Fazenda Santa Maria/Marta	28/03/2004		150 MST	
Jurema	Fazenda Banheiro	11/11/2004	800	40 MST	
Lagoa do Carro	Fazenda Soledade	29/03/2004		80 MST	
Lagoa dos Gatos	Fazenda Bom Jesus	15/04/2004	1500	180 OLC	
Lagoa dos Gatos	Engenho Brejinho	15/04/2004	1465	200 OLC	
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	06/05/2004		MST	
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	01/06/2004		MST	
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	20/07/2004	960	60 MST	
Lajedo	Fazenda Pereira I e II	11/11/2004	766	270 MST	
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela	12/07/2004	930	280 MST	
Palmares	Engenho Limão	23/07/2004		90 MST	
Palmares	Fazenda Chapéu de Couro	17/05/2004		140 MST	
Panelas	Fazenda Riacho do Mel	01/05/2004	2500	120 OLC	
Panelas	Fazenda Poço/Mocó	01/05/2004	1800	140 OLC	
Panelas	Engenho Angelim	29/03/2004		100 OLC	
Passira	Fazenda Varame	03/09/2004	800	120 MST	
Passira	Fazenda Carcará	05/05/2004		130 OLC	
Passira	Fazenda Dependência	17/05/2004		80 MST	
Passira	Sítio da Prefeitura	22/04/2004		180 OLC	
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	05/05/2004		MST	
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	23/11/2004	366	160 MST	
Pesqueira	Faz. Lagoa do Félix/Feliz	30/05/2004	800	180 OLC	
Pesqueira	Fazenda Santa Maria	28/03/2004		750 MST	
Pesqueira	Fazenda Roçadinho	31/05/2004	200	200 OLC	
Pesqueira	Fazenda Gravatá	25/07/2004	650	267 OLC	
Petrolândia	Fazenda Rancharia	16/04/2004		MST	
Petrolândia	Fazenda Rancharia	18/07/2004		60 MST	
Petrolândia	Fazenda Umbuzeira	17/05/2004		80 MST	
Petrolina	Faz. Boa Esperança	01/05/2004		MST	
Petrolina	Fazenda Dan	03/04/2004		430 MST	
Petrolina	Fazenda Malha Grande/Malhada	29/03/2004		450 MST	
Poção	Fazenda Lagoa Cercada	25/07/2004	1200	267 OLC	
Pombos	Fazenda Riachão	12/04/2004	820	120 MST	
Quipapá	Engenho Belo Monte	14/07/2004	735	300 OLC	
Quipapá	Fazenda Pelada	04/04/2004		300 MST	
Quipapá	Engenho Serra Verde	29/03/2004		100 OLC	
Quipapá	Engenho Estreito/Us. Água Branca	23/07/2004	580	200 MST	
Rio Formoso	Fazenda Sítio Novo	04/04/2004		130 MST	
Santa Cruz do Capibaribe	Faz. Garrote	09/11/2004	4000	170 MST	
São Benedito do Sul	Engenho Periperi/Usina Água	12/04/2004	600	150 MST	
São Benedito do Sul	Engenho Soberano/Água Branca	12/04/2004	700	150 MST	
São Bento do Una	Quilombo Serrote do Gado Brabo	18/05/2004	2500	370 CPT	
São Caitano	Fazenda Santa Isabel	01/03/2004	1200	100 MST	
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	16/11/2004	2000	120 MST	
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	10/11/2004	2045	40 MST	
São Lourenço da Mata	Engenho Tiúma/Us. Tiúma	21/03/2004		60 MST	
São Lourenço da Mata	Engenho General/Usina Tiúma	28/03/2004		800 MST	
Serrita	Fazenda Paada/Sussuarana	27/03/2004		180 MST	
Sertânia	Fazenda Pedra Grande	25/07/2004	2000	267 OLC	
Sertânia	Fazenda Desmatação	25/07/2004	1000	267 OLC	
Tacaimbó	Fazenda Santa Maria	14/07/2004	900	102 MST	
Tamandaré/ Barreiros	Engenho Rebouças/Us. Central Barreiros	06/03/2004		90 MST	

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Piauí					
Altos	Fazenda Corte do Meio	16/02/2004	700	40	STR
Altos	Fazenda Aracati	27/06/2004	400	60	STR
Altos	Roça Velha	22/06/2004		45	Fetra/ STR
Angical do Piauí	Faz. Mocambo/Mucambo	04/07/2004	2260	45	Fetag/PI
Buriti dos Lopes	Fazenda Ilha do Caburé	16/06/2004		75	MST/ STR
Palmeirais	Pov. Stª. Tereza/Faz. Lagoa do Mato/Acamp. José Constâncio	28/03/2004	800	90	MST
Teresina	Data São José do Junco/Chapadinha	17/04/2004	1860	250	MST
Teresina	Faz. Gandu/Data Stª. Teresa/Pov. Lagoa da Mata	17/04/2004	720	300	MST
Subtotal:		8	6740	905	
Rio de Janeiro					
Araruama/ São Vicente de Paula	Faz. Sobara/Acamp. Anita Mantuano/Terra Nova	27/03/2004	1700	200	MST
Campos dos Goytacazes	Faz. São Benedito e Motto dos Canudos	15/05/2004	480	120	MSST
Campos dos Goytacazes	Fazenda Desejo e Azurara	17/04/2004	630	130	MST
Campos dos Goytacazes	Faz. Santa Helena/Acamp. Goytacazes	03/04/2004	470	170	Fetaerj
Campos dos Goytacazes/ São João da Barra	Fazenda Caroara	30/03/2004	1200	80	MST
Carapebus	Faz. Boa Sorte/Acamp. João Batista Soares	26/03/2004	2500	150	Fetaerj
Carapebus	Faz. Sto. Antônio/Acamp. União da Conquista II	26/04/2004	1500	80	Fetaerj/ STR
Mangaratiba	Fazenda Santa Justina/Acamp. Olga Benário	20/03/2004	850	400	MST
Mangaratiba	Faz. Praia do Saco/Acamp. Mangaratiba	19/03/2004		430	MST
Mangaratiba	Área da Cia. de Desenvolvimento do Sahi	08/04/2004		20	MST
Pinheiral	Fazenda Confiança	02/01/2004		150	MST
Pirai	Fazenda Aimorés	20/11/2004	630	150	MST
São João da Barra	Faz. Caetá e Cedro/Acamp. Mário Lago	15/05/2004	1800	250	MST
Valença	Fazenda Vargas Capoeirão	13/05/2004	320	120	MST
Subtotal:		14	12080	2450	
Rio Grande do Norte					
Apodi	Fazenda da Emparn	15/03/2004	500	230	CPT/ MST/ STR
Apodi	Fazenda Caiçara	08/11/2004		50	CPT
Apodi	Sítio do Padre	10/11/2004	3500	120	CPT/ STR
Areia Branca	Fazenda Dunas	18/02/2004	7000	300	MST
Assu	Fazenda Frutino	22/03/2004		40	CPT
Assu	Fazenda Galiléia/Frutino	30/08/2004	2600	80	CPT
Baraúna	Faz. Florêncio	05/11/2004			CPT
Baraúna	Faz. Florêncio	29/11/2004	1675	40	CPT
Governador Dix-Sept Rosado	Fazenda Oito	23/03/2004		200	
Mossoró	Faz. Baixa das Caraúbas	05/11/2004		30	CPT
Poço Branco	Fazenda Opção	08/05/2004	900	70	MST
Subtotal:		11	16175	1160	
Rio Grande do Sul					
Carazinho/ Almirante Tamandaré do Sul	Fazenda Agropecuária Sazão	18/04/2004	2300	90	MPA/ MST
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	02/04/2004			MPA/ MST
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	26/07/2004			MPA/ MST
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	01/09/2004	9000	700	MPA/ MST
Cruz Alta	Fazenda Bom Sossego	14/04/2004	750	100	MST
Engenho Velho	Faz. Brigada Militar/Serrinha	25/05/2004		40	OTC
Nova Santa Rita	Faz. Santa Rita/Montepio/Acamp. na BR-386	22/04/2004	1700	350	MST
Pelotas	Área do Gov. Fed. Monte Bonito/Acamp. BR-290	18/03/2004	170	12	MST
Porto Alegre	Reserva Morro do Osso/Tribo Caingangues	09/04/2004	57	70	Índios
Sananduva	Faz. de Jovani Miola/Tribo Caingangues	20/08/2004	100	130	Índios
Subtotal:		10	14077	1492	
Rondônia					
Ariquemes	Fazenda da Empresa Porto Franco	19/07/2004		40	SI
Buritis/ Cujubim	Sering. Novo Mundo/Faz. na Linha C- 20/Acamp. Sol Nascente	24/12/2004	49000	40	LCPR
Cacoal	Área da Máquina São Paulo	04/09/2004	57000	500	SI
Chupinguaia	Fazenda São Domingos	05/05/2004	2400	130	SI
Nova Mamoré	Acampamento Asprorio	19/06/2004		160	SI
Theobroma	Faz. Limajuti/Stª. Bárbara/TD Assunção	01/05/2004	35000	37	LCPR
Theobroma	Fazenda Seringal	21/05/2004		30	LCPR
Subtotal:		7	143400	937	
Santa Catarina					
Abelardo Luz	Fazenda Esperança	12/10/2004	2400	200	MST
Palma Sola	Fazenda Caldatto	06/05/2004	7500	50	SI

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Passos Maia	Fazenda Passos Maia	11/07/2004	720	60	SI
Ponte Serrada	Área da Chapecó Alimentos	03/06/2004	419	50	MST
São Cristóvão do Sul	Faz. Faxinal do Paulista/Acamp. 17 de Abril	17/04/2004	578	450	MST
São José do Cerrito	Fazenda Linda Vista	30/10/2004	950	200	MST
Subtotal		6	12567	1010	
São Paulo					
Americana	Fazenda Salto Grande	19/02/2004	174	150	MST
Andradina	Fazenda Timboré	02/04/2004			FAF/ MST
Andradina	Fazenda Timboré	09/06/2004			MST
Andradina	Fazenda Timboré	10/07/2004	1800	199	MST
Araçariguama	Faz. Iris/Matarazzo	09/04/2004	370	150	MST
Avaré	Fazenda São Gonçalves	27/03/2004	1800	200	MST
Boa Esperança do Sul	Fazenda Jatobá	08/04/2004	110	2	SI
Brotas	Fazenda em Brotas	02/05/2004		30	MST
Buri	Fazenda União	07/04/2004		150	MST
Caiuá	Fazenda Três Sinos	30/04/2004		20	MAST
Caiuá/ Presidente Venceslau	Fazenda Santa Rosa	30/04/2004		20	MAST
Cajamar	Fazenda São Luiz	17/04/2004			MST
Cajamar	Fazenda São Luiz	13/10/2004	100	80	MST
Castilho	Faz. Itapura/Acamp. Nova Conquista	09/12/2004	2133	300	MST
Castilho	Fazenda Primavera	06/04/2004		2	Sintraf
Castilho	Fazenda Santa Cruz	05/05/2004	1000	10	CUT/ MST/ Sintraf
Castilho/ Nova Independência	Fazenda Ipê	07/04/2004		250	MST
Euclides da Cunha	Fazenda Ponte Branca	23/08/2004	12000	25	MTV
Gália	Faz. Boi Bravo/Acamp. Margarida Alves	17/01/2004		60	MST
Iaras	Fazenda Rio Pardo	10/11/2004		500	MST
Iaras	Fazenda Consulta	10/11/2004	2045	150	OTC
Iaras/ Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	09/03/2004			MST
Iaras/ Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	16/11/2004	2662	500	MST
Itu/ Mairinque	Fazenda Policom	07/05/2004		250	MST
José Bonifácio	Fazenda São Bernardo	07/05/2004		90	MAST
Macaubal	Fazenda Alecrim	30/04/2004	770	60	MAST
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	16/04/2004			MST
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	03/05/2004	5200	350	MST
Marabá Paulista	Fazenda Santo Antônio do Prata	11/04/2004		220	MST
Matão/ Silvéria	Assentamento Horto	21/05/2004		150	OTC
Mirandópolis	Fazenda Primavera	08/04/2004			MST
Mirandópolis	Fazenda Primavera	17/04/2004	1806	112	MST
Mirante do Paranapanema	Faz. Santo Antônio do Mirante	27/06/2004	520	2	MPT
Murutinga do Sul	Fazenda Santa Cristina	09/07/2004		40	CUT/ STR
Narandiba	Fazenda São Domingos	20/04/2004			MST
Narandiba	Fazenda São Domingos	08/05/2004		90	MST
Narandiba	Fazenda São Domingos	01/10/2004	2100	58	Must
Panorama	Fazenda Campo Belo	07/05/2004		2	MAST
Pereira Barreto	Fazenda Mesquita	02/01/2004	501	40	MST
Piquerobi	Fazenda Fortaleza	07/05/2004		2	MAST
Pirapora do Bom Jesus	Faz. Mian/Matarazzo	09/04/2004	955	450	MST
Piratininga	Fazenda Candeias	17/01/2004		36	SI
Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	30/04/2004	300	50	MAST
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	3300	85	MAST
Presidente Epitácio	Fazenda Alvorada	12/04/2004		20	ARTS
Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio	12/04/2004		20	MTB**
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	12/04/2004			MST
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	30/04/2004			MST
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	09/07/2004	2013	300	MST
Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	12/04/2004			MST
Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	19/06/2004	1000	60	MST
Presidente Epitácio	Fazenda Santa Maria	12/04/2004		20	MTB**
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco	13/05/2004		80	MAST
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	02/05/2004	665	120	MST
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	28/03/2004			MST
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	20/07/2004			MST
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	21/09/2004		314	MST
Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	11/10/2004	1780	86	MLST
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	29/07/2004			MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	04/12/2004	3200	300	MST
Sandovalina	Usina Hidrelétrica de Taquaruçu	29/07/2004	108	300	MST
Sandovalina	Faz. Santa Fé/Margarida Alves	13/04/2004	1320	160	MST
Sandovalina	Sítio Beira Rio	14/04/2004		2	MST
Santo Anastácio	Fazenda Santa Terezinha	12/04/2004	3773	70	MST
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda Aracanguá	08/04/2004	730	15	MST/ Sintraf
São Carlos	Fazenda da Granja do Rei Frango	17/10/2004		2	SI
Suzanópolis	Faz. Tapir/Acamp. 7 de Setembro	02/04/2004	2906	200	MST
Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	10/03/2004			MST
Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	19/05/2004			MST
Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	03/06/2004	436	150	MST
Taubaté	Fazenda do Una/Votorantim	16/05/2004	504	150	MST
Subtotal:		71	58081	7254	
Sergipe					
Boquim	Fazenda Garangau	08/04/2004		200	MST
Canindê de São Francisco	Fazenda Santa Rita	08/04/2004		220	MST
Estância	Fazenda Colina do Sol	12/04/2004		100	MST
Estância	Fazenda Forte	08/04/2004		136	MST
Gararu	Fazenda Garacu	12/04/2004		52	MST
Indiaroba	Fazenda Taipu	08/04/2004		150	MST
Itabi	Fazenda Campo Grande	14/04/2004		52	MST
Lagarto	Fazenda Lombo	11/12/2004	2000	120	MST
Lagarto	Fazendas Barra I e II	11/12/2004		180	MST
Nossa Senhora da Glória	Fazenda Lagoa do Bom Nome	08/04/2004		216	MST
Nossa Senhora da Glória	Fazenda Riachão	08/04/2004		114	MST
Poço Redondo	Fazenda Riacho Largo	08/04/2004		180	MST
São Cristóvão	Área da Escola Agrotécnica	18/06/2004	800	250	MST
Subtotal:		13	2800	1970	
Tocantins					
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	09/10/2004	1200	60	OTC
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	10/06/2004		40	Índios
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	01/07/2004	9239	29	OTC
Subtotal:		3	10439	129	
Total:		496	941265	79591	

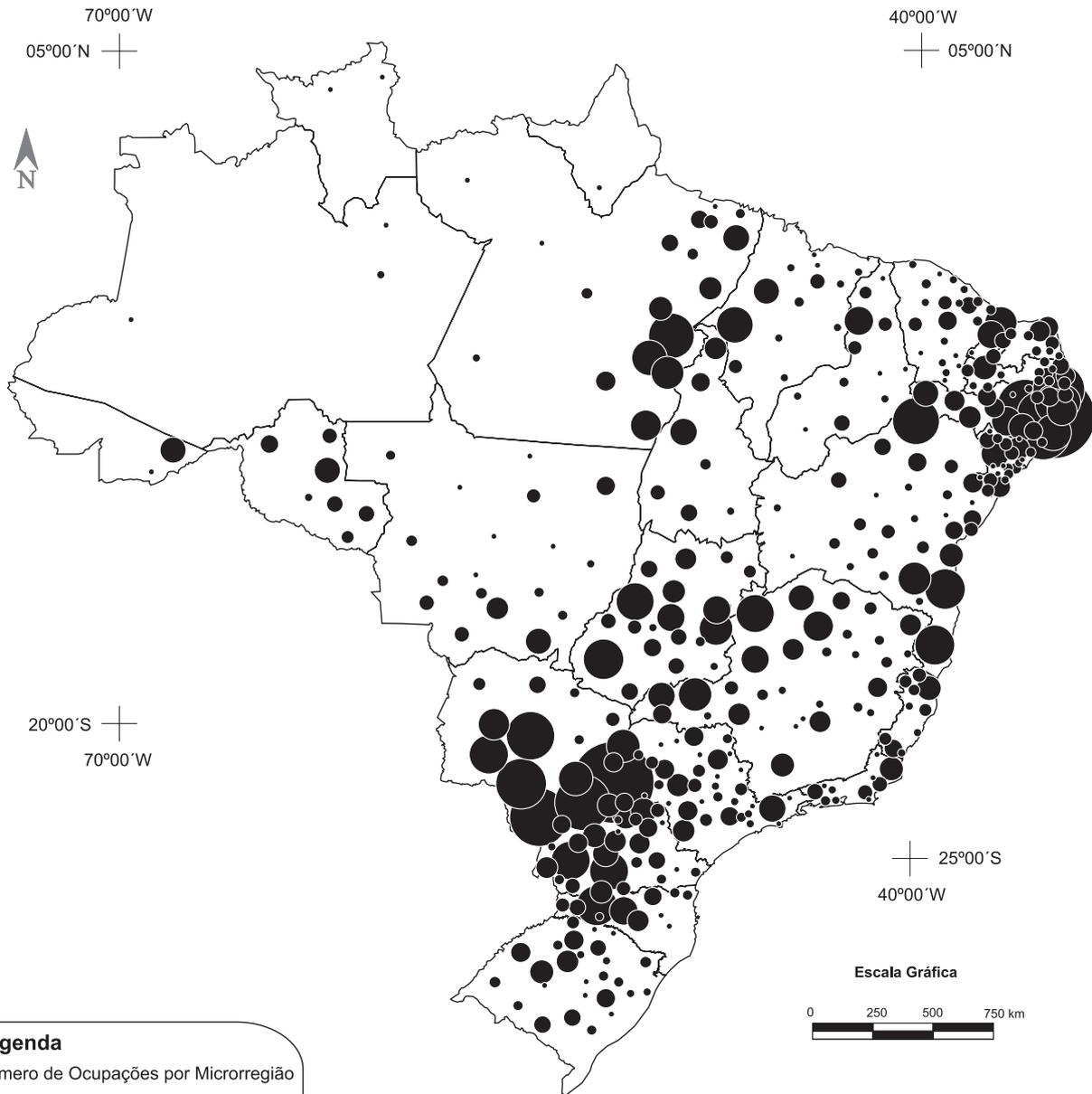
Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional



Geografia das ocupações e violência

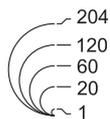
Foto: João Ripper

Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2004 Número de Ocupações

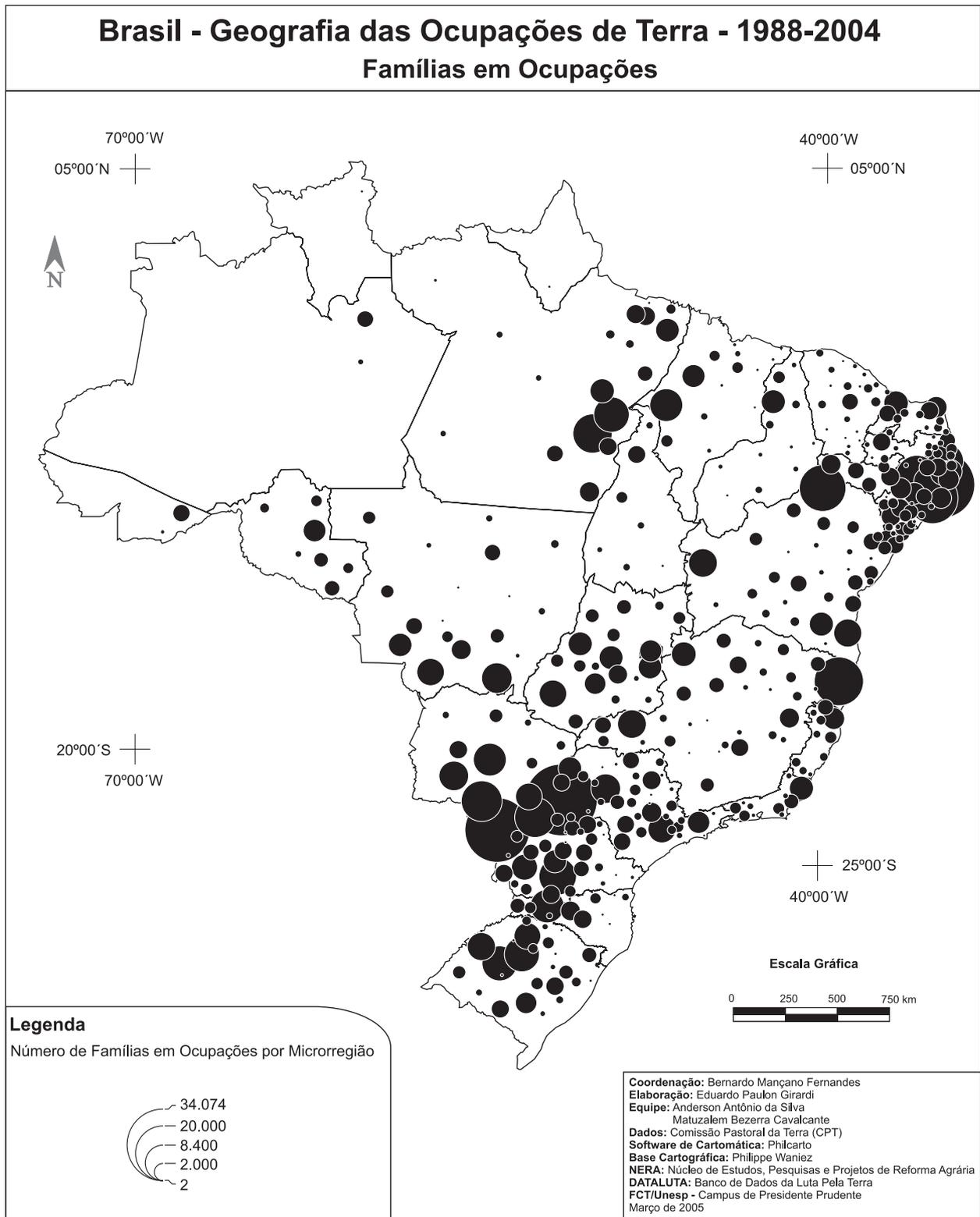


Legenda

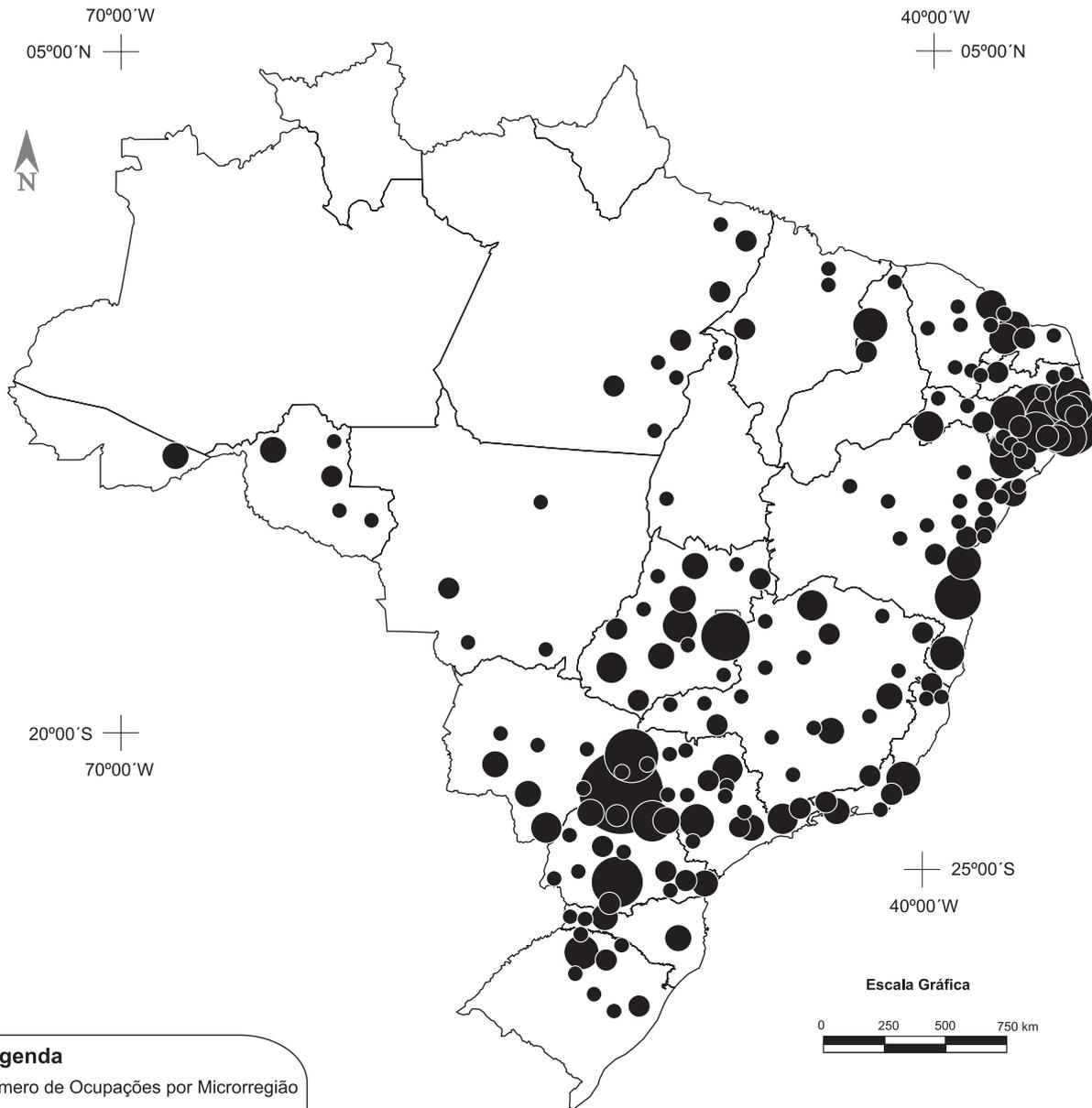
Número de Ocupações por Microrregião



Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Elaboração: Eduardo Paulon Girardi
Equipe: Anderson Antônio da Silva
Matuzalem Bezerra Cavalcante
Dados: Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Software de Cartomática: Philcarto
Base Cartográfica: Philippe Waniez
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente
Março de 2005

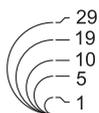


Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2004 Número de Ocupações



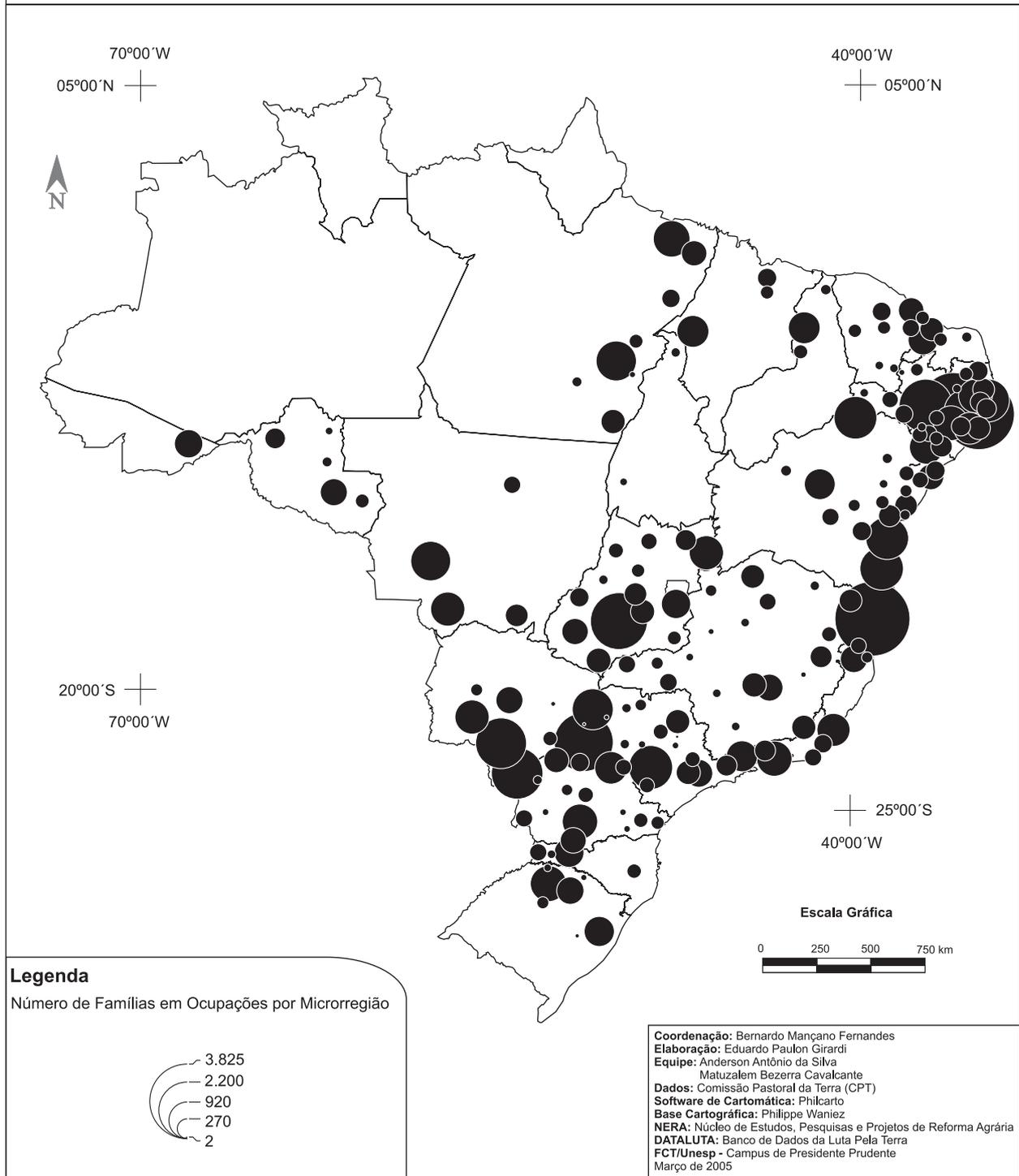
Legenda

Número de Ocupações por Microrregião



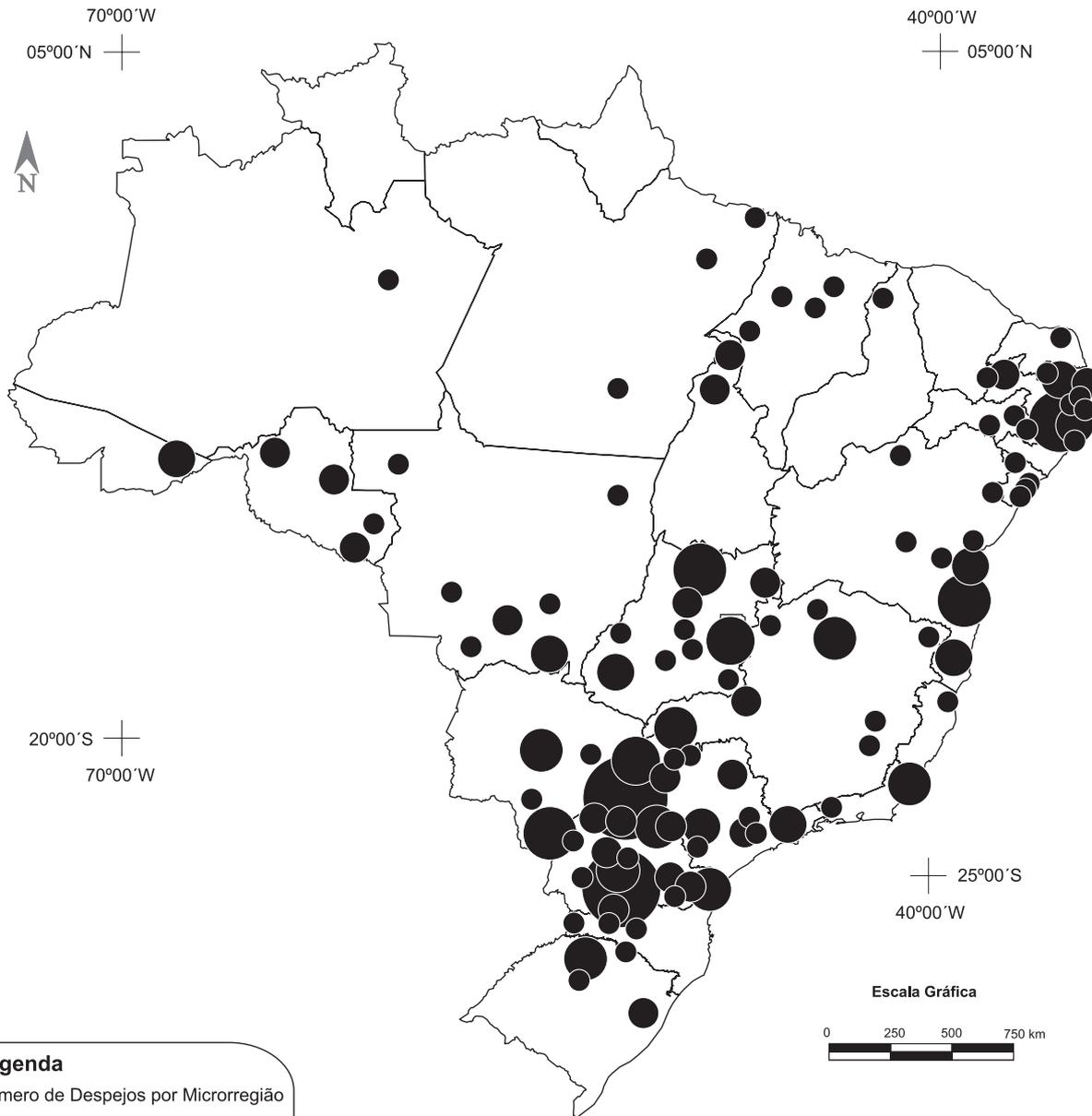
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Elaboração: Eduardo Paulon Girardi
Equipe: Anderson Antônio da Silva
Matuzalem Bezerra Cavalcante
Dados: Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Software de Cartomática: Philcarto
Base Cartográfica: Philippe Waniez
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente
Março de 2005

Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2004 Famílias em Ocupações



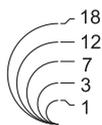
Brasil - Geografia dos Despejos da Terra - 2004

Número de Despejos



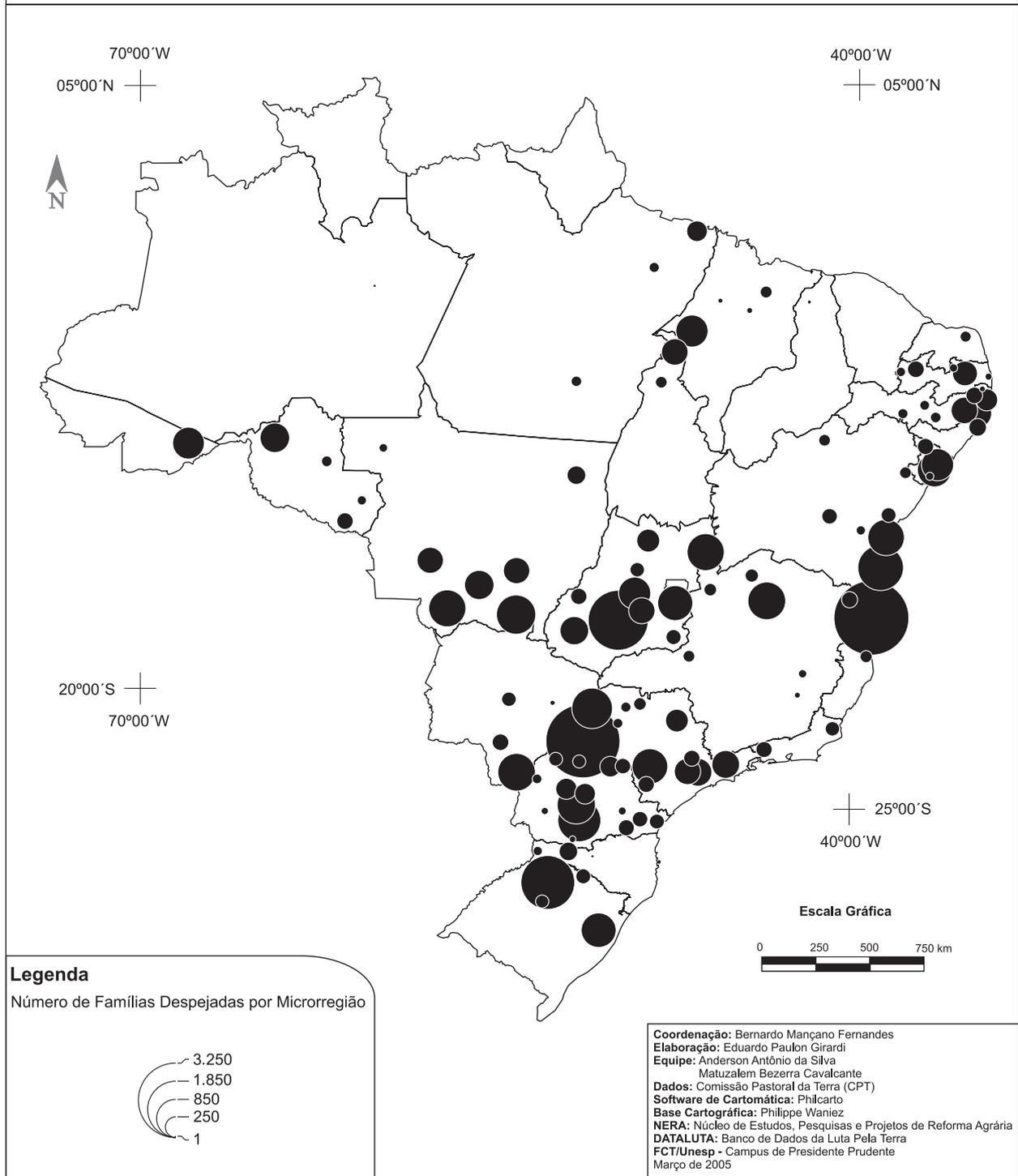
Legenda

Número de Despejos por Microrregião

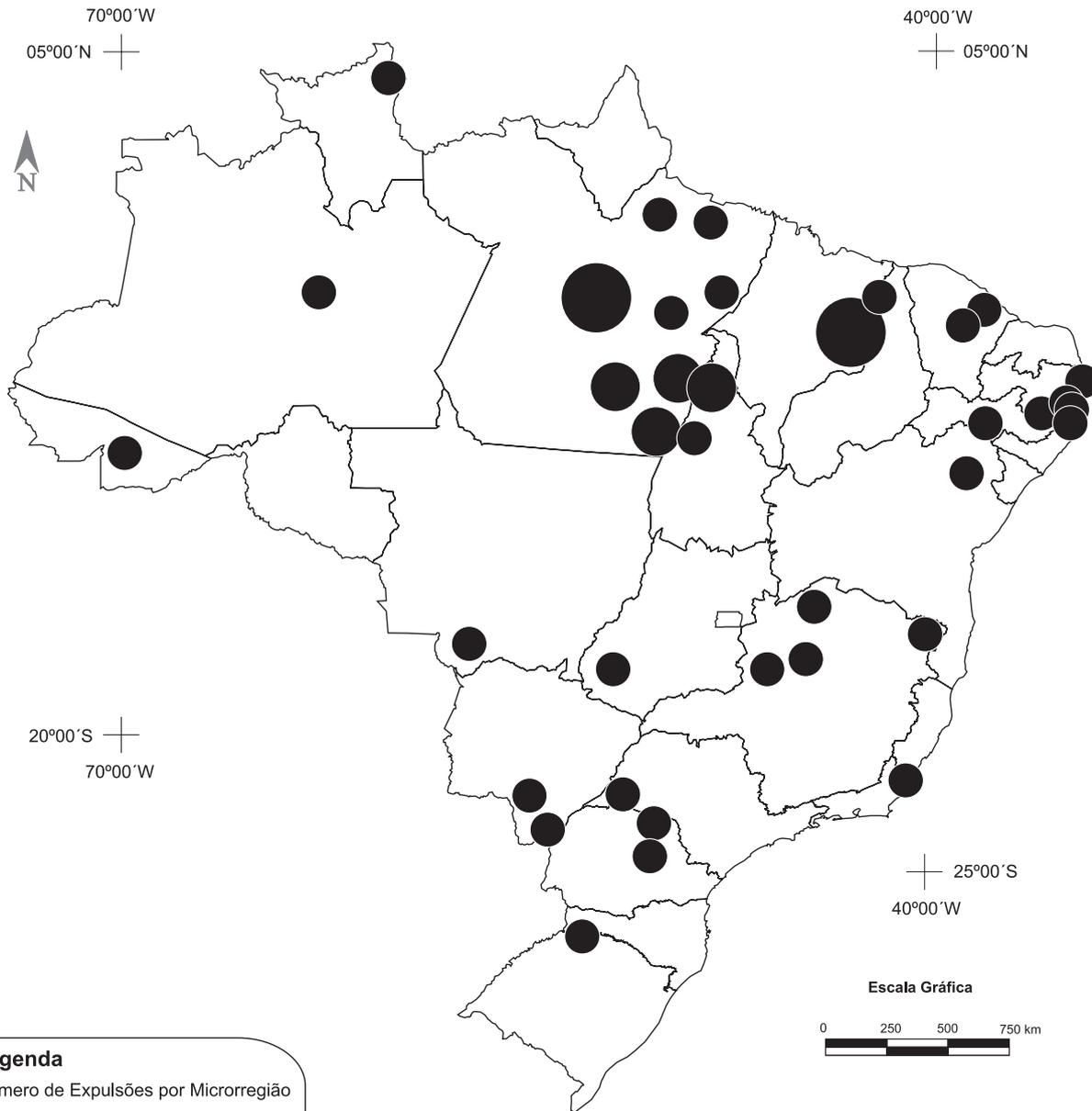


Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Elaboração: Eduardo Paulon Girardi
Equipe: Anderson Antônio da Silva
Matuzalem Bezerra Cavalcante
Dados: Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Software de Cartomática: Philcarto
Base Cartográfica: Philippe Waniez
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente
Março de 2005

Brasil - Geografia dos Despejos da Terra - 2004 Famílias Despejadas



Brasil - Geografia das Expulsões de Terra - 2004 Número de Expulsões



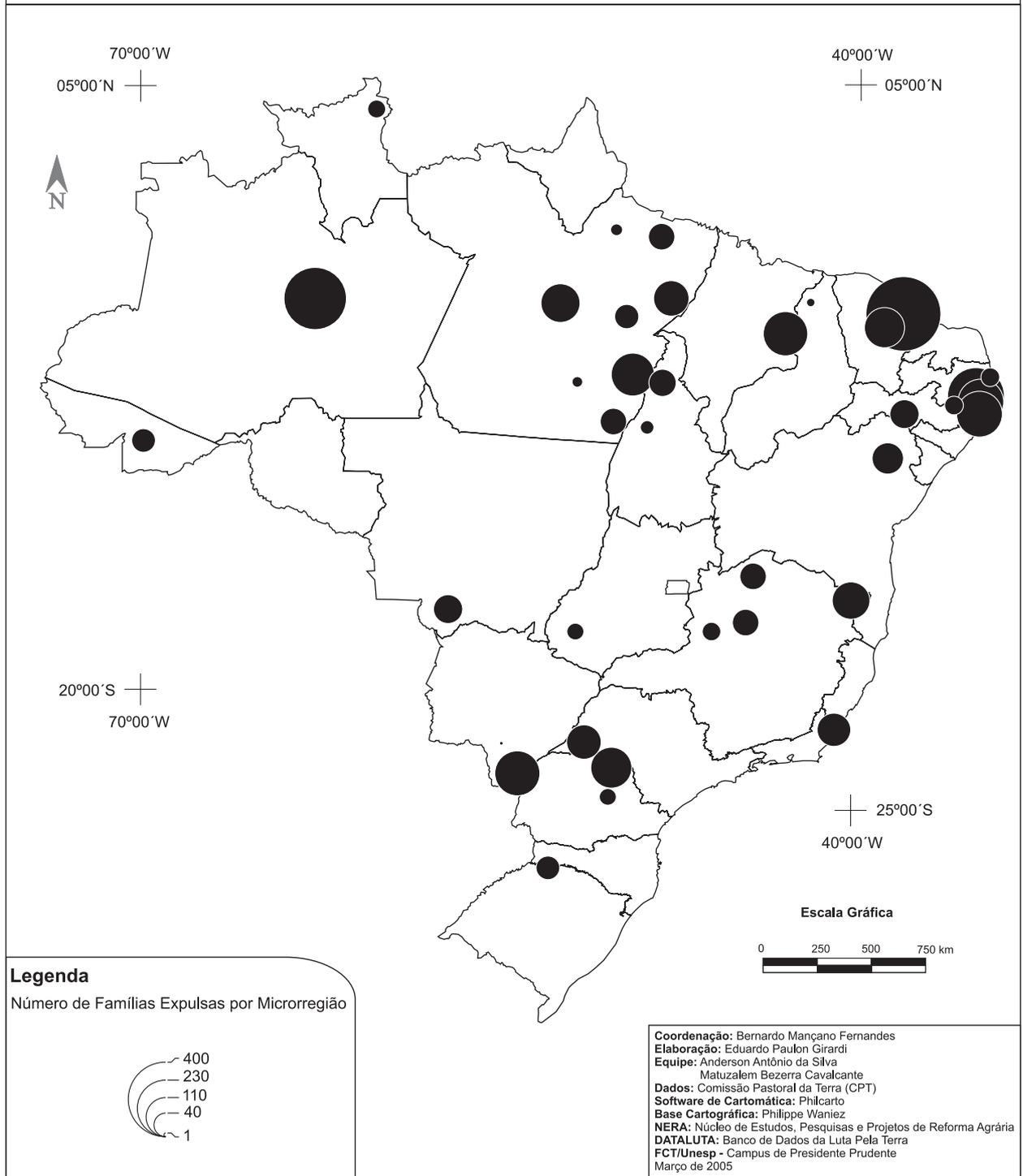
Legenda

Número de Expulsões por Microrregião



Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Elaboração: Eduardo Paulon Girardi
Equipe: Anderson Antônio da Silva
Matuzalem Bezerra Cavalcante
Dados: Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Software de Cartomática: Philcarto
Base Cartográfica: Philippe Waniez
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente
Março de 2005

Brasil - Geografia das Expulsões de Terra - 2004 Famílias Expulsas



Acampamentos

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Acre				
Porto Acre	Acamp. às Margens do Ramal Paulista/Sering. Tocantins	19/06/2004	40	CUT
Subtotal:		1	40	
Bahia				
Alcobaça	Acamp. ao lado da Faz. Aracruz	09/05/2004	150	Fetag/BA
Arataca	Acamp. às Margens da BR-101/Faz. Santa Luzia	02/04/2004	300	MST
Cachoeira	Acamp. Carlos Lamarca	28/02/2004	100	MST
Camaçari	Acamp. ao lado da Faz. Monte Cristo	28/04/2004	320	MLT
Camaçari	Acamp. ao lado da Faz. Monte Cristo	05/08/2004		MLT
Camaçari	Acamp. ao lado da Faz. Monte Cristo	03/09/2004	400	MLT
Casa Nova	Acamp. Esperança	23/04/2004	150	MST
Iramaia	Acamp. Nova Canudos	21/05/2004	600	MST
Itabuna	Acamp. Resistência Negra	15/11/2004	400	MST
Itamaraju	Acamp. Anita Garibaldi	27/02/2004	100	MST
Juazeiro	Acamp. em Juazeiro	15/04/2004	150	MST
Juazeiro/ Remanso	Acamp. BR-235/Faz. Sobrado	07/06/2004	80	MST
Jussari	Acamp. Belo Monte/Serra Verde e Marinada	01/06/2004	50	OTC
Nova Redenção	Acamp. ao lado da Faz. Pilões	11/05/2004	140	MST
Porto Seguro	Acamp. Luís Inácio Lula da Silva/Lulão/Veracel	08/04/2004	3000	MST
Santa Bárbara	Acamp. Antônio Conselheiro	31/03/2004	100	MST
São Sebastião do Passé	Acamp. Recanto da Paz	16/02/2004	250	MST
Teixeira de Freitas	Acamp. 20 Anos do MST	20/01/2004	400	MST
Uruçuca	Acamp. ao lado da Faz. Independência	19/04/2004	200	MLT
Subtotal:		19	6890	
Ceará				
Beberibe	Acamp. ao lado da Faz. Massaranduba	17/02/2004	40	MST
Limoeiro do Norte/ Morada Nova	Acamp. ao lado do Tabuleiro de Russas	10/05/2004	250	MST
Quixeramobim	Acamp. às margens da Rod. do Algodão/Faz. Boa Água	22/07/2004	115	MST
Subtotal:		3	405	
Distrito Federal				
Planaltina	Acamp. Próximo à Faz. Toca da Raposa/BR-020	09/11/2004	350	MST
Subtotal:		1	350	
Goiás				
Campo Alegre de Goiás	Acamp. às Margens da GO - 050	01/03/2004	130	MST
Estrela do Norte	Acamp. às Margens da BR-153/Faz. São Paulo/Pau - a - Pique	23/04/2004	120	MST
Formosa	Acamp. na frente da Faz. Toca da Raposa	04/11/2004	200	MST
Goianira	Acamp. às Margens da GO-060	15/05/2004	50	MST
Itapaci	Acamp. na frente da Faz. Santa Luzia	20/03/2004	115	Fetaeg
Jataí	Acamp. Orlando Rezende e Beira Rio	26/07/2004	250	MTL
Santa Helena de Goiás	Acamp. na frente da Faz. Santa Helena	13/03/2004	43	Fetaeg
Santo Antônio de Goiás	Acamp. Dom José Gomes	08/10/2004	400	MST
Vila Propício	Acamp. próximo à Faz. São João	03/02/2004	105	Fetaeg
Subtotal:		9	1413	
Maranhão				
Imperatriz	Acamp. às Margens da BR-010/Faz. Celmar	27/06/2004	600	MST
Matões do Norte	Acamp. no Pov. Alto da Cruz/Faz. Cantanhede	17/11/2004	83	MST
Peritoró	Acamp. às Margens da Br-135/Faz. Boa Esperança	07/02/2004	102	CPT/ STR
Subtotal:		3	785	
Mato Grosso do Sul				
Campo Grande	Acamp. na Chácara do Dep. Pedro Teruel	14/01/2004	70	MST
Campo Grande	Acamp. no Parque dos Poderes	14/01/2004	30	Fetagri
Campo Grande	Acamp. às Margens da BR-060/Km 10	10/01/2004	73	Fetagri
Dourados	Acamp. às Margens da BR-163	23/10/2004	100	Fetagri
Itaquiraí	Acamp. às Margens da BR-489/Faz. Nova Espadilha	29/04/2004	300	MST
Ivinhema	Acamp. Zumbi dos Palmares/Às Margens da BR-376	19/04/2004	200	MST
Ponta Porã	Acamp. Próximo à Faz. Tapera	29/12/2004	60	Fetagri
Subtotal:		7	833	
Minas Gerais				
Limeira do Oeste	Acamp. na Entrada da Faz. Reunidas Reserva S/A	19/04/2004	500	Fetaemg/ STR
Montes Claros/ Pirapora	Acampamento às Margens da BR-365	25/03/2004	70	LCPNM

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Periquito	Padre Josimo	31/08/2004	40	STR
Pirapora	Acamp. às Margens da BR-365	24/03/2004	50	MST
Subtotal:		4	660	
Pará				
Bom Jesus do Tocantins	Acamp. na BR-222/Faz. Bacuri	06/01/2004	80	OTC
Itupiranga	Acamp. ao lado da Faz. Rio Bonito	30/04/2004	17	OTC
Marabá	Acamp. ao lado da Faz. Cabo de Aço	30/03/2004	140	STR
Nova Ipixuna	Acamp. ao lado da Faz. Tinelli	30/04/2004	80	STR
Rondon do Pará	Acamp. Deus Te Ama	01/01/2004	100	STR
Rondon do Pará	Acamp. Campos Dourado/Faz. Paraíso	01/01/2004	130	STR
São João do Araguaia	Acamp. Ponta de Pedras	20/04/2004	140	OTC
Subtotal:		7	687	
Paraíba				
Aparecida	Acamp. ao lado da Faz. Sta. Clara	14/01/2004	80	CPT
Esperança	Acamp. Nova Esperança/Riacho Amarelo	20/04/2004		MST
Esperança	Acamp. Nova Esperança/Riacho Amarelo	29/05/2004	120	MST
Pombal	Acamp. ao lado da Faz. Roncador	17/10/2004	26	CPT
Subtotal:		4	226	
Paraná				
Abatiá	Acamp. no trevo de Abatiá	24/04/2004	40	MTRSTP
Antonina	Acamp. ao lado da Faz. São Rafael	24/05/2004	50	MST
Balsa Nova	Acampamento na BR-277	01/05/2004	130	MST
Bandeirantes	Acampamento na PR-518	04/05/2004	204	MST
Campo Mourão	Acamp. na BR-369	06/04/2004	40	MST
Cidade Gaúcha	Acamp. ao lado da Faz. dos Arnos	11/08/2004	70	MAST
Foz do Iguaçu	Acamp. às margens da BR-277	23/01/2004	130	MST
Guarapuava	Acamp. ao lado da Faz. Elias J. Curi	10/05/2004	70	MST
Guaraqueçaba	Acamp. ao lado da Faz. Bom Jesus/Ibama	10/04/2004	10	OTC
Icaraíma	Sem informação	01/01/2004	60	Fetaep/ MST
Icaraíma	Acamp. ao lado da Faz. São Paulo	01/05/2004	40	MUT
Ribeirão do Pinhal	Acamp. ao lado da Faz. São Benedito	31/05/2004	100	MST
Santa Izabel do Ivaí	Acamp. Área da Igreja/Entrada de Sta. Isabel do Ivaí	08/01/2004	80	MSO
São João do Caiuá	Acamp. PR-494/Faz. São Fabiano	08/09/2004	30	MAST
Subtotal:		14	1054	
Pernambuco				
Água Preta	Acamp. às margens da Faz. São Joaquim	10/11/2004	70	MST
Águas Belas	Acamp. ao lado da Faz. Salobrinho	04/04/2004	70	Fetape
Amaraji	Acamp. ao lado da Us. União Bonfim	19/12/2004	150	MST
Amaraji/ Cortês	Acamp. ao lado do Eng. Meia Légua	17/05/2004	30	Fetape
Barreiros	Acamp. ao lado da Faz. Mangueiros	18/04/2004	30	MTL
Bodocó	Acamp. ao lado Faz. Estaca	04/04/2004	60	Fetape
Bodocó	Acamp. ao lado da Faz. Serra da Matinha	04/04/2004	48	Fetape
Bodocó	Acamp. ao lado da Faz. Alvorada/Odorila	17/05/2004	50	Fetape
Brejo da Madre de Deus	Acamp. ao lado da Faz. Baraúna	04/04/2004	38	Fetape
Canhotinho	Acamp. ao lado da Faz. Stª Quitéria	04/04/2004	40	Fetape
Canhotinho	Acamp. ao lado da Faz. Jatobá	04/04/2004	39	Fetape
Canhotinho	Acamp. ao lado da Faz. Betânia	04/04/2004	20	Fetape
Caruaru	Acamp. ao lado da Faz. Braúna	23/09/2004	70	Fetape
Flores	Acamp. ao lado do Eng. Corina	17/09/2004	50	Fetape
Granito	Acamp. ao lado da Faz. Colinas	04/04/2004	45	Fetape
Ibimirim	Acamp. ao lado da Faz. Pedra D'Água	04/04/2004	90	Fetape
Inajá	Acamp. ao lado da Faz. Pajeú	04/04/2004	120	Fetape
Inajá	Acamp. ao lado do Sítio Formigão	04/04/2004	48	Fetape
Itacuruba	Acamp. ao lado da Faz. Angicos	12/05/2004	40	Fetape
Itacuruba	Acamp. ao lado da Faz. Serrinha	04/04/2004	40	Fetape
Itacuruba	Acamp. ao lado da Fazenda União	04/04/2004	42	Fetape
Jaboatão dos Guararapes	Acamp. ao do Eng. Camaço	17/05/2004	60	Fetape
Jaboatão dos Guararapes	Acamp. ao lado do Eng. Penaduba	04/04/2004	400	Fetape
Jaboatão dos Guararapes	Acamp. ao lado do Eng. Muribequinha	17/05/2004		Fetape
Jaboatão dos Guararapes	Acamp. ao lado do Eng. Penedubinha	06/04/2004	150	Fetape
Jaboatão dos Guararapes/ Moreno	Acamp. ao lado do Eng. Poço Dantas	17/05/2004		Fetape
Palmares	Acamp. ao lado do Eng. Mãe de Deus	06/04/2004	180	MST
Passira	Acamp. ao lado da Faz. Canaã	22/04/2004	180	OLC
Passira/ Salgadinho	Acamp. às margens da PE-78/Gregório Bezerra	23/11/2004	160	MST
Petrolina	Acamp. ao lado da Faz. Caraibas	21/04/2004	60	Fetape
Petrolina	Acamp. ao lado da Faz. Terra Fria	06/04/2004	110	Fetape

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Petrolina	Acamp. ao lado da Faz. Izaclândia	06/04/2004	150	Fetape
Salgueiro	Acamp. ao lado da Faz. Monte Alegre	26/04/2004	80	Fetape
Salgueiro	Acamp. ao lado da Faz. Tabuleirinho	06/08/2004	30	Fetape
Santa Cruz	Acamp. ao lado da Faz. Mandassaia	04/04/2004	83	Fetape
Santa Cruz	Acamp. ao lado da Faz. Baixa Grande	17/05/2004	45	Fetape
Santa Cruz	Acamp. ao lado da Faz. Cacimba da Galça	17/05/2004	80	Fetape
São Bento do Una	Acamp. ao lado da Faz. Rancho Velho	04/04/2004	48	Fetape
São José da Coroa Grande	Acamp. próximo à Faz. Buenos Aires	18/04/2004	25	MTL
São José da Coroa Grande	Acamp. ao lado da Faz. Queimadas	18/04/2004	25	MTL
São José da Coroa Grande	Acamp. ao lado do Eng. Murim	06/04/2004	155	MTL
São José do Belmonte	Acamp. ao lado da Faz. Boqueirão	04/04/2004	100	Fetape
São José do Belmonte	Acamp. ao lado da Faz. Olho D'Água	04/04/2004	63	Fetape
São José do Egito	Acamp. ao lado da Faz. Bonfim	09/05/2004	120	CPT/ STR
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Área do Dnocs	04/04/2004	115	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Carnaúba	17/05/2004	30	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Catolé	04/04/2004	110	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Área do IPA	04/04/2004	150	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Pulista	12/05/2004	30	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Três Irmãos	06/04/2004	115	Fetape
Sirinhaém	Acamp. ao lado do Eng. Jaguaraba	06/04/2004	144	MTL
Surubim	Acamp. ao lado da Área da Embrapa	04/04/2004	80	Fetape
Subtotal:		52	4268	
Rio Grande do Sul				
Alegrete	Acamp. às margens da RS-377/Área particular	27/04/2004	80	MST
Carazinho/ Almirante Tamandaré do Sul	Acamp. BR-386 KM 163/Faz. Sazão	09/04/2004		MPA/ MST
Carazinho/ Almirante Tamandaré do Sul	Acamp. BR-386 km-163/Faz. Sazão	22/04/2004	90	MPA/ MST
Coqueiros do Sul	Acamp. no Pov. Xadrez/Próximo à Faz. Guerra	15/04/2004	50	MST
Engenho Velho	Acamp. BR-285 km 13/Brigada Militar	08/06/2004	40	OTC
Nova Santa Rita	Acamp. Roseli Nunes BR-386	16/03/2004		MST
Nova Santa Rita	Acamp. Roseli Nunes BR-386	22/04/2004	350	MST
Pinheiro Machado	Acamp. Derrubando o Latifúndio/BR-293	22/04/2004	240	MST
Pontão	Acamp. ao lado Faz. Bugre/Índios Caingangues	20/09/2004	45	Índios
São Luis Gonzaga	Acamp. na BR-285 km 584	22/08/2004	150	MST
Subtotal:		10	1045	
Rondônia				
Theobroma	Acamp. Próximo à Faz. Limajuti	06/08/2004	37	LCPR
Subtotal:		1	37	
São Paulo				
Álvares Machado	Acamp. na Estrada da Amizade/Rod. Júlio Budisk	16/05/2004	250	MST
Castilho	Acamp. diante da Faz. São Luiz	02/08/2004	10	SI
Gália/ Garça	Acamp. às Margens da SP-332/Rod. Dep. Victor Maida	17/01/2004	130	MST
Iaras	Acamp. na Fazenda Ninho Verde	12/11/2004	500	MST
Marabá Paulista	Sítio de Aparecido Zulim/Faz. Nazaré	11/08/2004	350	MST
Mirante do Paranapanema/ Santo Anastácio	Acamp. na SPV-029	07/05/2004	280	MST
Pereira Barreto	Acamp. às margens do Rio Tietê	11/02/2004	40	MST
Presidente Epitácio/ Caiuá	Meire Orlandini	28/06/2004	250	MST
Sandovalina	Acampamento na Fazenda Municipal	10/01/2004	750	MST
Subtotal:		9	2560	
Tocantins				
Alvorada	Acampamento Esperança da Terra	14/04/2004	61	OTC
Araguatins	Acamp. 1º de Junho/Faz. Estrela e Novo Mundo	01/06/2004	50	CPT/ STR
Carmolândia	Acampamento Vilmar Mendes	01/05/2004	200	OTC
Couto de Magalhães	Acamp. Nova Vitória/Faz. Santa Vitória	03/03/2004	80	STR
Couto de Magalhães	Acampamento Dom Bosco	15/12/2004	94	STR
Couto de Magalhães	Acamp. Bom Jesus/Faz. Sousa	01/03/2004	40	STR
Subtotal:		6	525	
Total:		150	21778	

Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Ameaçadas de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	2	700	0	0	350	0	0	0	0	0	0
GO	88	14089	112838	20	4903	1633	348	120	20	120	1282
MS	62	13201	88186	146	1550	3098	140	0	0	0	300
MT	47	12792	631523	60	3242	1543	3981	310	60	440	2244
Subtotal:	199	40782	832547	226	10045	6274	4469	430	80	560	3826
Nordeste											
AL	27	3708	13956	0	460	80	138	0	0	0	138
BA	100	21849	189803	70	5659	1030	2143	612	1005	400	1332
CE	14	1923	23946	515	0	0	0	0	0	0	515
MA	92	7287	285905	151	718	729	2519	93	167	92	953
PB	35	4013	22703	5	599	572	47	87	21	87	52
PE	196	28060	142716	625	1560	50	4837	691	60	600	5753
PI	45	3546	52475	5	9	989	1123	10	131	27	700
RN	15	1470	17760	0	110	0	40	70	70	70	70
SE	20	3915	7600	0	1007	217	0	857	278	0	0
Subtotal:	544	75771	756864	1371	10122	3667	10847	2420	1732	1276	9513
Norte											
AC	14	3174	233013	40	590	762	1000	20	0	20	0
AM	25	1431	37112	278	3	581	565	5	13	12	118
AP	27	305	107729	0	0	0	253	0	68	2	0
PA	104	11840	571559	490	374	1491	4198	588	34	478	3312
RO	23	2999	246672	0	785	937	340	419	350	512	690
RR	2	123	167880	23	0	100	0	23	0	0	0
TO	25	1205	13220	66	139	69	192	89	79	88	218
Subtotal:	220	21077	2888105	897	1891	3940	6548	1144	544	1112	4338
Sudeste											
ES	7	2229	142552	0	85	194	1200	0	0	0	1200
MG	88	11488	198193	224	1311	2530	2197	117	165	48	2287
RJ	27	4435	17370	80	270	1282	130	0	0	0	130
SP	147	19572	84080	85	6878	2939	361	0	0	15	1275
Subtotal:	269	37724	442195	389	8544	6945	3888	117	165	63	4892
Sul											
PR	120	11305	94028	140	3647	1486	492	165	0	165	513
RS	30	4507	36199	40	2270	0	260	0	500	0	0
SC	16	1976	19461	0	701	450	75	0	50	50	50
Subtotal:	166	17788	149688	180	6618	1936	827	165	550	215	563
Total:	1398	193142	5069399	3063	37220	22762	26579	4276	3071	3226	23132

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

- O número de ocorrências é a soma de conflitos por terra (752), Ocupações (496) e Acampamentos (150)



Foto: João Ripper

Conflitos pela água

A celeuma dos bonés

Antônio Canuto

Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Um dos grandes conflitos pela água que marcaram o cenário em 2004 foi o da construção da Hidrelétrica de Barra Grande, sobre o rio Pelotas, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O novo ingrediente deste conflito, que se arrasta há anos, foi a descoberta de que o EIA/Rima apresentado para a aprovação do projeto escondeu a existência de uma mata de pinheiros *Araucária angustifolia*, espécie ameaçada de extinção e protegida por lei. O EIA/Rima afirmava que “a formação dominante na área a ser inundada pelo empreendimento é a de capoeirões que representam níveis iniciais e, ocasionalmente, intermediários de regeneração”. A constatação da existência de uma das últimas áreas primárias de araucária no Brasil só foi feita com o muro da represa praticamente concluído.

Diante disto os atingidos montaram acampamento de mais de 50 dias tentando impedir a continuação da obra e o corte de 6.000 hectares de mata.

Este, porém, é só mais um capítulo da história desta construção.

Em março de 2002, os atingidos pela barragem, organizados pelo MAB, faziam manifestações nas proximidades do canteiro de obras da Hidrelétrica Barra Grande, em Pinhal da Serra, RS, exigindo negociações. A empresa, Consórcio Baesa, formada pelas Votorantin, Bradesco, Camargo Corrêa, Alcoa e CPFL, entrou com recurso de Interdito Proibitório, acatado pela Justiça Federal. Quando os manifestantes, no dia 12, tentaram entrar no canteiro de obras foram dispersados pela Polícia Militar do Estado, comandada pelo

tenente-coronel Luiz Carlos Martins, com uso de gás lacrimogêneo, cassetetes e balas de borracha. Quatro manifestantes ficaram feridos, entre eles o Frei Sérgio Gorgen, da Comissão Pastoral da Terra, ex-diretor do Departamento de Reforma Agrária do Estado e candidato a deputado estadual. Chegaram a circular notícias de mortes. Este fato provocou reações de todo tipo no Estado.

Diante do clima de tensão, no dia seguinte, 13, o secretário de Justiça, José Paulo Bisol e o comandante-geral da Brigada Militar, coronel Gerson Nunes Pereira, se deslocaram para a área para acompanhar de perto o conflito. O helicóptero que os transportou desceu no canteiro de obras da empresa onde se reuniram com técnicos da Baesa. Em seguida encontraram-se com os manifestantes. Para passar ao outro lado, o secretário de Segurança, o comandante-geral e dois promotores de Justiça tiveram de ordenar a abertura dos cadeados do portão que a empresa havia colocado sobre a estrada que liga os municípios de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC). O tenente-coronel Luiz Carlos Martins que queria acompanhar a comitiva foi chamado de “traidor” pelos manifestantes e o ambiente ficou mais tenso. Por isso recebeu ordem do comandante-geral para ficar do outro lado do portão. O contato com os atingidos foi proveitoso e os ânimos se acalmaram, pois lhes foi garantido que não mais haveria confrontos com a polícia militar e outros oficiais comandantes viriam ao local para analisar a situação e encontrar novas formas para o cumprimento da decisão judicial. No mesmo dia, compareceu no local o comandante regional coronel Cerutti que restabeleceu a ordem e a tranquilidade na área do conflito.

Ao final do encontro da comitiva com os atingidos pela barragem, esses ofereceram ao secretário de Justiça e Segurança e ao comandante-geral bonés do MAB que os colocaram, por alguns instantes, em suas cabeças.

O uso do boné do MAB, naquele momento, era a expressão do diálogo e da compreensão de que aquela realidade vivida pelas famílias merecia um tratamento adequado que buscasse soluções razoáveis e justas para quem iria sofrer as conseqüências da expulsão que a obra causaria.

Este gesto que expressava a boa vontade e o diálogo do governo, porém, ganhou interpretações diferentes e que tiveram destaque na mídia com duras críticas ao secretário de Justiça, ao comandante-geral e ainda rebateram no governador do Estado, Olívio Dutra. As palavras dirigidas pelos manifestantes ao tenente-coronel Martins foram consideradas aviltantes e ofensivas à sua dignidade. E o uso do boné do MAB foi explorado como transgressão à disciplina da corporação, crime militar e como identificação do comandante com a luta dos manifestantes.

Mas não foram só os múltiplos ataques da imprensa. Um Inquérito Policial Militar (IPM) foi aberto contra o comandante-geral por representação do tenente-coronel Luiz Carlos Martins junto ao Tribunal Militar do Estado. O comandante foi acusado de não ter tomado qualquer providência para defender sua instituição e seu subordinado diante das humilhações que este teria sofrido e de ter desrespeitado a farda militar, ao usar o boné do MAB. Tal conduta configuraria delito por uso indevido de uniforme. A conclusão do inquérito afirmou que o comandante “feriu com tal conduta a ética policial militar prevista no Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, afetando o pundonor militar

e o decoro da classe, pois não zelou pelo bom nome da Brigada Militar e seus integrantes”. Os fatos “constituem crime militar previsto no Código Penal Militar e transgressão disciplinar, previsto no Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares”. A solução, apresentada pelo novo comandante-geral, concorda com as conclusões do oficial encarregado do IPM: “Existem nos autos indícios de crime militar e de transgressão da disciplina militar por parte do Cel. RR Gerson Nunes Pereira, haja vista o mesmo ter descumprido norma prevista no Regulamento de Uniformes da Brigada Militar, ao deixar de utilizar sua cobertura e substituí-la por um boné do MAB”.

Tudo isso seria uma boa piada se não fosse verdade.

O inquérito se arrastou por quase dois anos e por fim foi arquivado, em agosto de 2004, a pedido do Ministério Público, que concluiu pela atipicidade dos fatos investigados: “O Direito Penal não é o terreno adequado para batalhas políticas, nem o Ministério Público deve servir de instrumento para a satisfação de rancores pessoais”, conclui o Ministério Público.¹

A reação da imprensa e o Inquérito Policial Militar (IPM) mostram como são vistas e tratadas as questões relativas aos problemas sociais, aos movimentos que procuram lutar por justiça e a quem deles se mostra próximo. Ninguém deu qualquer atenção a que o secretário de Justiça, José Paulo Bisol e o comandante-geral da BM, ao descerem no canteiro de obras da usina, tenham usado o capacete da empresa construtora. Isso faz parte da “normalidade” e da “legalidade”. Agora, usar o boné do MAB, movimento que buscava defender os direitos das famílias atingidas pela barragem de Barra Grande é

1. O Coronel Gerson por sua atuação acabou sendo preso por 24 horas, prisão determinada pelo Tribunal Militar do Estado sob o fundamento da sua periculosidade e garantia da ordem pública, em processo iniciado após representação do mesmo procurador que patrocinou o Tenente-coronel Martins no IPM do “Caso do boné”.

algo que não cabe dentro dos parâmetros das elites nacionais e da imprensa que lhe é subserviente.

Em 2003, quando o presidente Lula recebeu os dirigentes do MST no Palácio do Planalto e usou seu boné, a reação também foi imediata. E durante dias se levantou muita poeira em torno a este fato.

O Estado Brasileiro sempre vestiu a camisa dos latifundiários e dos controladores do poder econômico. Sempre defendeu seus interesses e puniu severamente os trabalhadores que, organizados, tentaram enfrentar o seu poder. Não se pode quebrar esta tradição impunemente. Para a elite brasileira e para a imprensa que a serve, os movimentos sociais que lutam por seus direitos, que se confrontam com o capital que só enxerga em sua frente o lucro e o “progresso” (de seus interesses) devem ser tratados da forma como o tenente-coronel Martins os tratou - com repressão, com bombas, cassetetes, balas. Os movimentos sociais, para a elite, se confundem com desordem, confusão, atentado ao bem e à ordem públicos. Inúmeros são os exemplos que comprovam esta afirmativa. Um coronel da Brigada Militar, em representação criminal contra o mesmo comandante-geral, Cel. Gerson, por tê-lo movimentado do Departamento Administrativo da Brigada Militar, usou como argumento: “o afastamento do comandante da tropa (em Pinhal da Serra) que cumpria o dever legal de evitar o esbulho possessório a cargo dos baderneiros do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens - um dos braços armados do MST), vestindo o boné dos ativistas e com eles vindo a congrassar” (sic). Lula também poderia ter recebido os sem-terra, mas para dar-lhes um solene pito pelas ações que realizam, nunca poderia ter aberto as portas do Palácio do Planalto para recebê-los cordialmente, sem lhes fazer qualquer advertência pública. Isto extrapola os limites da tolerância da elite

brasileira que sempre comandou os destinos de nosso país.

Ao capital é legítimo invadir áreas indígenas, desalojar populações tradicionais que há dezenas e até centenas de anos vivem do seu trabalho e convivem com a natureza, submeter os trabalhadores a condições aviltantes, análogas ao trabalho escravo. Isto é consequência do “desenvolvimento que chega”, do progresso que abre caminhos. Os interesses do capital têm que ser preservados a todo custo. Estão acima dos direitos dos cidadãos, mesmo que estejam garantidos pela Constituição Federal. Aos trabalhadores não lhes cabe outra reação do que a de submeter-se aos ditames do “progresso”, nunca lutar para que seus direitos sejam garantidos e respeitados, mesmo que os instrumentos usados sejam pacíficos. Manifestações, caminhadas, pressão sobre as empresas e o poder público, nem pensar. E o que dizer das ocupações dos canteiros de obras das empreiteiras? Isto não é concebível. Contra todas estas formas de luta, a classe dominante espera que o governo utilize a repressão em todas as suas mais variadas formas.

Por isso cresce a pressão sobre o governo Lula que, apesar de merecer todas as críticas por não dar a devida atenção aos problemas sociais, não tem usado a repressão no trato com os movimentos sociais. Cresce a cada nova ação dos movimentos a grita dos ruralistas e dos seus admiradores que taxam o governo de frouxo porque não usa contra eles a mão pesada da lei.

A situação dos atingidos pela barragem de Barra Grande ainda continua indefinida. Das 1.500 famílias que viviam na área, a empresa reconheceu somente 1.000. Estas 1.000 passaram por um estudo de caso que acabou reconhecendo somente 350 famílias como atingidas. Ou seja, das 1.000 famílias que a empresa reconheceu, 650 não tiveram direito a nenhum tipo de indenização. Por isso, em

2004, os atingidos fizeram mais um acampamento que durou mais de 50 dias. Durante este acampamento, os atingidos foram ameaçados e perseguidos pela polícia militar, que teve seus batalhões reforçados. Os atingidos não tinham liberdade de trânsito e moradores das comunidades ao redor eram humilhados e revistados, inclusive para chegarem às suas casas ou locais de trabalho. Depois de muitas negociações, a empresa fechou um acordo, mas que não vem sendo cumprido. Ao contrário, os direitos dos trabalhadores continuam sendo negados. Contra isto a

imprensa não se levanta, pois considera que esse é o tratamento adequado que tem que ser dado.

A celeuma levantada em torno ao presidente Lula, quando colocou em sua cabeça o boné do MST, e ao Cel. Gerson Nunes Pereira, por ter utilizado o boné do MAB, são a expressão dos conflitos subjacentes entre as classes sociais no Brasil. Os bonés acabam se tornando símbolo das lutas de resistência e do espaço que os movimentos sociais, aos poucos, vão conquistando no cenário brasileiro.

Conflitos pela água

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Alagoas					
Delmiro Gouveia	Barragem da Chesf	09/11/2004	100	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
São Brás	Faz. Carvalinho/Cavalinho	20/03/2004	142	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		2	242		
Amapá					
Mazagão/ Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	30/09/2004	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	300		
Amazonas					
Anamá	Rio Paranã	30/06/2004	950	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Careiro	Com.S.Pedro/St ^o Isabel/S.Francisco/Três Poderes/Indíg./Rio Tupãna	30/12/2004	1200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Coari	Comunidade Dom Bosco/Lago Tracajá	30/06/2004	19	Uso e preservação	Pesca predatória
Coari	Com. São Lázaro do Codajás Mirim	13/10/2004	13	Uso e preservação	Pesca predatória
Coari	Comunidade São Francisco/Vila Fernandes	11/09/2004	20	Uso e preservação	Pesca predatória
Fonte Boa	Comunidade Itaboca	31/03/2004	8	Uso e preservação	Divergência
Iranduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	300	Uso e preservação	Pesca predatória
Lábrea	Com.Santa Helena/Sering.Estação/Lago São José	30/12/2004	20	Uso e preservação	Pesca predatória
Manaquiri	Com.Nossa Senhora Aparecida/Lago Ajará	30/06/2004	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Manaquiri	Com. Divino Espirito Santo/Lago Jutai	30/06/2004	80	Uso e preservação	Pesca predatória
Manaquiri	Com.Panará do Manaquiri/Lago Marajá	30/06/2004	30	Uso e preservação	Pesca predatória
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. St ^o . Luzia e Bela Conquista	05/01/2004	5	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		12	2715		
Bahia					
Andaraí	Barragem Bandeira de Melo	10/09/2004	120	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Coribe	Fazenda Borá	30/06/2004	145	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Guanambi	Barragem do Poço Magro	01/03/2004	80	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Jussari	Acamp. Belo Monte/Faz. Arizona	22/12/2004	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		4	395		
Ceará					
Acaraú	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	240	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Jaguaribara	Barragem Castanhão	17/03/2004	1847	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		2	2087		
Espírito Santo					
São Mateus/ Conceição da Barra/ Aracruz	Aracruz/Vila do Riacho/Caieiras Velhas	23/03/2004	84	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		1	84		
Goiás					
Catalão	Usina Hidrelétrica de Serra do Facão	30/12/2004	350	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Minaçu	Usina Hidrelétrica de Cana Brava	20/03/2004	986	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Minaçu/ Uruaçu	Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	30/06/2004	925	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		3	2261		
Maranhão					
Balsas	Fazenda Bom Jesus	29/02/2004	4	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Balsas	Comunidade Vão da Salina	30/06/2004	28	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caxias	P.A. Burity do Meio/Pov.Santa Rosa	12/04/2004	54	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Codó	Assentamento Corujão	22/12/2004	46	Sem Informação	Não cumprimento de procedimentos legais

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	10/08/2004	33	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Parnarama	Data Tanque/Fazendinha	23/05/2004	33	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	09/04/2004	102	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pinheiro	Pov. Benfica/Olho D'Água/Ribeirão de Baixo	05/01/2004	35	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Subtotal:		8	335		
Mato Grosso					
Chapada dos Guimarães	Us. de Manso/Mamede/Campestre/Água Branca/Bom Jardim/Quilombo	17/03/2004	1065	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		1	1065		
Minas Gerais					
Aimorés/ Manhuaçu/ Resplendor/ Itueta	Usina Hidrelétrica de Aimorés	27/06/2004		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Berizal	Barragem de Berizal	22/11/2004	500	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Coronel Fabriciano	Hid. Cachoeira Grande/Cachoeirão	08/05/2004	2	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Diogo de Vasconcelos	Hidrelétrica de Fumaça	10/09/2004	25	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Grão Mogol/ Berilo/ José Gonçalves de Minas/ Leme do Prado	Usina de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	31/08/2004	1128	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Itabirito	Serra da Moeda/Núcleo Ind. João Martins Cavalcanti	16/02/2004	2	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Montes Claros/ Capitão Enéas/ Jaíba	Bacia do Rio Verde Grande	06/09/2004	370	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Nova Lima	Mina de Ferro Capão Xavier	04/03/2004	2	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Raul Soares	Usina Hidrelétrica Cachoeira do Empoque	28/07/2004	4	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Rio Doce	Sítio Peroba/UH de Candonga	11/07/2004	8	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Santa Cruz do Escalvado/ São Sebastião de Soberbo	Hidrelétrica de Candonga	03/05/2004	70	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
São Lourenço	Grupo Nestlé/Perrier Vittel	01/01/2004	1000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Três Marias	Usina Hidrelétrica de Três Marias	05/04/2004		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		13	3111		
Pará					
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte	11/01/2004	1500	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		1	1500		
Paraíba					
Aroeiras	Barragem Acauã	10/11/2004	900	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		1	900		
Paraná					
Antonina/ Guaraqueçaba/ Paranaguá	Baía de Paranaguá/Antonina/Guaraqueçaba	15/11/2004	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	500		
Piauí					
Parnaíba	Tab. Litorâneo/Ilha do Tabuleiro/Dnocs/Massa Machado	26/05/2004	60	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Queimada Nova	Com. Quilombola Sumidouro	31/07/2004	26	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		2	86		
Rio de Janeiro					
Rio de Janeiro/ Duque de Caxias	Colônia Marcílio Dias/Tubiacanga/Caxias/Caju	11/04/2004	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	200		
Rio Grande do Sul					
Nonoai	Usina Hidrelétrica de Monjolinho	30/12/2004	600	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Pinhal da Serra	Usina Hidrelétrica de Barra Grande	23/03/2004	1500	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		2	2100		

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Santa Catarina					
Campos Novos	Usina de Campos Novos	16/03/2004	1000	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Chapecó	Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó	22/12/2004	1000	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Itá/ Chapecó/ Piratuba	Usina Hidrelétrica de Machadinho	18/03/2004	1000	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		3	3000		
Tocantins					
Augustinópolis	Faz. do Rubão/Indiana II/Acamp. Solidário	01/07/2004	68	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Porto Nacional	Hidrelétrica de Peixe	01/12/2004	500	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		2	568		
Total:		60	21449		

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Barragens: Uma nova forma de gerar a exclusão social

Cristiane Leticia Nadaletti e Gilberto Carlos Cervinski

Membros da Direção Nacional do MAB

A partir de 2002, o relatório Conflitos no Campo Brasil da Comissão Pastoral da Terra começou a registrar os conflitos pela água. Em 2002, 13 foram os registrados, em 2003, 20, e agora, em 2004, este número salta para 60. Estes números, porém, ainda estão muito longe de refletir a realidade. Eles mostram que há um crescimento da consciência em relação aos conflitos que se geram em torno à água. Mas não se trata só do aumento de atenção diante dos conflitos, na realidade, a cada dia, eles são maiores, em número e em gravidade. A água está sendo vista e encarada como a grande riqueza deste milênio e por isso cresce a disputa pelo seu controle.

Onde os conflitos crescem a olhos vistos é com relação à construção de açudes e barragens, sobretudo as destinadas à produção de energia elétrica. Dos 60 conflitos pela água, em 2004, 24 se deram em torno a barragens e açudes. E nestes percebe-se que o tratamento e a atuação das empresas em todo o Brasil têm acentuado a violação dos direitos humanos.

Para evitar custos na área social e ambiental, as empresas exploram ao máximo a fragilidade das famílias. Uma das estratégias que usam é a da criação de organizações dos atingidos que se subordinem aos seus interesses, em contraposição à organização dos mesmos em torno ao MAB. Além disso, massificam propagandas enganosas, fazem falsas promessas e chegam a substituir materiais pedagógicos da rede pública de ensino por outros de seu interesse, como aconteceu em Machadinho, RS e em Campos Novos, SC. Também

faz parte de sua estratégia o financiamento dos meios de comunicação local com o objetivo de divulgar notícias a seu favor e de omitir notícias verdadeiras que mostrem os problemas que a obra gera. As empresas também chegam a financiar polícias locais e algumas até criam milícias armadas, com destaque para as Hidrelétricas do Rio Doce, em Minas Gerais. O caso de Candonga foi exemplar.

Desta forma conseguem, em média, que, de cada 100 famílias atingidas, 70 sejam expulsas sem receber absolutamente nenhum tipo de compensação.

A responsabilidade, porém, por estes conflitos é claramente do Estado Brasileiro que estabelece como política de geração de energia elétrica, a hidráulica. As barragens, por isso, são consideradas de utilidade pública, e o governo emite decretos de “Desapropriação por Utilidade Pública” para que os donos das barragens, em sua maioria transnacionais, possam desapropriar as famílias de suas terras, usando inclusive a força policial. Foi o que aconteceu, por exemplo, na barragem de Candonga, em Minas Gerais. Forças de operação da polícia federal e estadual atuaram na retirada de 30 famílias, derrubando as casas e destruindo a comunidade de Soberbo com máquinas pesadas, a pedido da empresa Vale do Rio Doce e Alcan. Até o momento as famílias não possuem terras apropriadas para a atividade agrícola.

Se analisarmos, porém, todas as barragens em construção, observaremos que estas são de Auto-geração ou Produção Independente de energia e todas com domínio de capital

privado. As obras não objetivam o fornecimento de energia elétrica aos cidadãos consumidores, o que descaracteriza substancialmente o interesse público nos empreendimentos. Mediante créditos de energia no sistema interligado, as empresas se utilizam da energia para alimentar suas plantas industriais eletrointensivas, maiores consumidoras de energia elétrica do país.

O Estado também se torna responsável por estes conflitos por sua omissão ao deixar os donos de barragens atuarem livremente sobre as famílias que acabam tendo seus direitos negados. Além disso, os governos federal e estaduais facilitam e protegem a prática das empresas e os governos municipais adotam os discursos desenvolvimentistas das empresas para convencer e muitas vezes enganar a população.

O Estado ainda atua em defesa dos grandes empreendimentos através do Poder Judiciário. Uma prática comum são os processos de caráter político contra lideranças dos atingidos por barragens, além de ameaças de prisão, prisões e multas. Há lideranças que respondem a 36 processos, abertos pelas empresas construtoras de barragens.

As empresas ainda atuam sobre juízes e procuradores locais que, de forma serviçal, atendem seus interesses. É comum haver denúncias de suborno de membros do Judiciário e de policiais receberem diárias de empresas privadas para evitar os avanços da luta dos atingidos.

Os agentes financeiros (BID, BIRD) também são responsáveis pelas agressões sofridas pelas famílias atingidas pelas barragens. Ao financiarem as empresas, estabelecem políticas de tratamento e limites de gasto na área social. Na barragem de Cana Brava/GO, por exemplo, a empresa é orientada a não ultrapassar o limite de R\$ 5.300,00 de gastos por família.

Os conflitos em torno à água mostram assim mais uma faceta do processo de exclusão dos pobres do campo. As desapropriações das áreas de barragens são feitas a toque de caixa, para atender os interesses das empresas que são apresentadas como “promotoras do progresso”. Já quando se trata de desapropriações para fins de reforma agrária, ou para reassentamento dos atingidos pelas barragens, ou para a construção de casas para os sem-teto nas cidades, os processos andam a passos de tartaruga.



Foto: João Ripper

Trabalho

Escravo

Os Compadres da Casa-Grande

A extensa rede dos que utilizam mão-de-obra escrava conta com o respaldo dos lucros do agronegócio e o apoio de políticos no Brasil

Leonardo Sakamoto

Jornalista e cientista político. Coordenador da ONG Repórter Brasil, é pesquisador do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Democratização e Desenvolvimento (Nadd) da Universidade de São Paulo.

De 1995 até 2004¹, 13.563 pessoas foram libertadas em ações dos grupos móveis de fiscalização², integrados por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, procuradores do Ministério Público do Trabalho e agentes da Polícia Federal. Nesse período, 1.282 propriedades passaram por 312 operações de vistoria. As ações fiscais demonstram que quem escraviza no Brasil não são proprietários desinformados, escondidos em fazendas atrasadas e arcaicas. Pelo contrário, são latifundiários, muitos produzindo com alta tecnologia para o mercado consumidor interno ou para o mercado internacional. Não raro, nas fazendas são identificados campos de pouso de aviões. O gado recebe tratamento de primeira: rações balanceadas, vacinação com controle computadorizado, controle de natalidade com inseminação artificial, enquanto os trabalhadores vivem em piores condições do que as dos animais.³

Graças à dedicação dos integrantes dos grupos móveis, operações de libertação têm sido realizadas com sucesso, sendo esse, até agora, o principal instrumento do governo para reprimir essa prática. Ao longo do tempo, houve uma evolu-

ção no número de operações⁴ de libertação, que saltaram de 11, em 1995, para 71, em 2004.⁵ Da mesma forma, a quantidade de libertados foi de 84, em 1995, a 4.879, em 2003, e 2.849⁶, em 2004.⁷ O total de libertações de trabalhadores em 2003 foi equivalente à soma das ações entre 1995, quando o grupo móvel foi criado, até 2002. Não há registros de direitos ressarcidos nos primeiros cinco anos de operações, entre 1995 e 1999, enquanto que R\$ 14.198.349,08 foram pagos nos cinco anos seguintes.

Um instrumento decorrente da fiscalização é a “lista suja” do trabalho escravo. A sua atualização é semestral, sendo que três relações já foram divulgadas, totalizando 165 nomes.⁸ Segundo as regras do Ministério do Trabalho e Emprego, a inclusão do nome do infrator acontecerá após o final do processo administrativo criado pelos autos da fiscalização. A exclusão, por sua vez, depende de monitoramento do infrator pelo período de dois anos. Se durante esse período não houver reincidência do crime e forem pagas todas as multas resultantes da ação de fiscalização e quitados os débitos trabalhistas e previdenciários, o nome será retirado.

1. Dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho até dezembro de 2004.

2. De acordo com dados da SIT/MTE

3. Este contém trechos já publicados de reportagens e artigos do autor.

4. Uma operação pode fiscalizar diversas fazendas.

5. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, as denúncias que chegaram a conhecimento público em 2004 totalizam 6.075 trabalhadores em situação de trabalho escravo.

6. O número de libertados de 2004, de acordo com a CPT Nacional, é de 3.221.

7. A greve de 80 dias da Polícia Federal e a sombra do assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego, que realizavam fiscalização nas fazendas da região de Unai, em 28 de janeiro de 2004, contribuíram para a diminuição do número de fiscalizações/libertados entre 2003 e 2004.

8. Até a primeira semana de março de 2005, nove fazendas estavam suspensas por liminar das Justiças Federal e do Trabalho, diminuindo para 156 a quantidade de propriedades sob sanção.

Com base na “lista suja”, já estão sendo impedidos os relacionados de obterem novos contratos com os Fundos Constitucionais de Financiamento⁹, investigada a situação fundiária dos relacionados e levantadas as suas cadeias produtivas.¹⁰

Outra decorrência da fiscalização são as ações civis públicas e coletivas que vêm sendo ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho. Indenizações milionárias são obtidas na Justiça do Trabalho, como pode ser visto adiante, e empresários são obrigados a se adequar às normas trabalhistas.

Mas tudo isso ainda é muito pouco comparado com a realidade da situação. A rede dos que utilizam mão-de-obra escrava conta com respaldo econômico e o apoio de políticos.

Economia da escravidão

A utilização de mão-de-obra não-especializada na condição de escravidão é adotada por empresas e fazendas para diminuir custos de produção, aumentando assim a competitividade nos mercados interno e externo - sem que seja necessária a redução nos lucros dos acionistas. Essa possibilidade existe, pois há uma grande quantidade de mão-de-obra em situação de desemprego, principalmente na região Nordeste.¹¹

É difícil precisar o quanto se ganha com utilização de trabalho escravo, uma vez que as vantagens são obtidas pelas grandes corporações principalmente de maneira indireta. Deve-se considerar a cadeia de produção em sua integralidade, uma vez que os ganhos dos donos de

carvoarias são significativamente menores que os da usina siderúrgica. Que por sua vez, estão abaixo dos lucros das indústrias automobilísticas e do próprio comércio internacional.

O modelo de desenvolvimento que se estabeleceu na Amazônia brasileira foi extremamente predatório, visando à maximização do custo-benefício através do não-cumprimento das legislações trabalhista e ambiental.¹² Em regiões ou Estados onde a agricultura está em um processo de inserção numa economia “moderna” de mercado, é que se encontra a maior incidência de trabalho escravo. Basta verificar que o Mato Grosso, segundo colocado nas estatísticas de libertação de trabalhadores reduzidos à condição de escravos (2311 trabalhadores entre 1995 e a primeira quinzena de dezembro de 2004)¹³, é a ponta-de-lança da expansão do agronegócio no país. Lá, as áreas destinadas ao pasto e à agricultura aumentam a cada ano, ao passo que tombam mais florestas. Vale lembrar que o governador do Estado, Blairo Maggi, é o maior produtor individual de soja do planeta.

Uma extensa pesquisa sobre cadeia produtiva do trabalho escravo, realizada pela ONG Repórter Brasil, a pedido da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, revela que nas duas primeiras “listas sujas” divulgadas pelo governo federal, a cadeia produtiva da soja e do algodão daquele Estado lucram direta ou indiretamente com a escravidão. Dentre os infratores, há nomes conhecidos na produção, exportação e comercialização no mercado interno.¹⁴ Na soja, a Agropecuária Tupi, localizada em Tapurah (MT)

9. Resultados preliminares do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam que, dos 52 imóveis constantes na primeira relação da “lista suja”, apenas 16 estão cadastrados. Na segunda, estão registrados 21 dos 49 imóveis.

10. A pesquisa vem sendo realizada por Repórter Brasil, Organização Internacional do Trabalho e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. O objetivo é alertar comércio e indústria para que não comprem produtos com mão-de-obra escrava, minando a sustentação econômica do sistema escravocrata contemporâneo.

11. As informações sobre economia do trabalho escravo estão baseadas nas pesquisas da ONG Repórter Brasil coordenadas pelo autor e no artigo “Lucro fácil, mão-de-obra descartável - a escravidão contemporânea e economia internacional”, de Leonardo Sakamoto In. COGGIOLA, Osvaldo (org). “América Latina e a Globalização”. São Paulo, FFLCH/PROLAM/Universidade de São Paulo, 2005.

12. A relação carnal que se estabelece entre o patrimônio público e a propriedade privada na região amazônica é um problema de difícil solução. Muito similar ao que se enraizou com o coronelismo nordestino da Primeira República, o detentor da terra exerce o poder político, seja através de influência econômica, seja através de coerção física. O já tênue limite entre as duas esferas se rompe. Membros da administração municipal são ao mesmo tempo gerentes de fazendas.

13. Dados da Comissão Pastoral da Terra.

14. Dados obtidos a partir de pesquisa da ONG Repórter Brasil.

e a fazenda Vó Gercy, em Campo Verde (MT), que comercializam com o mercado externo (Europa e Ásia) e interno. No algodão, a fazenda Brasília, em Alto Garças (MT), a Maeda Agroindustrial, em Diamantino (MT), fazenda Leonardo, em Itiquira (MT), fazenda Los Angeles, da família Polato, em Primavera do Leste (MT), fazenda Marabá, de José Pupin, em Campo Verde (MT) e a Pinesso Agropastoril, em Dom Aquino (MT) também vendem para a indústria têxtil nacional e exportam para a Ásia.

Mas não é apenas o algodão e a soja. O Mato Grosso também não pode ser apontado como o único culpado. Também temos trabalho escravo na pimenta-do-reino - as fazendas Senhor (que possui participação acionária da belga Sipef) e a Pindaré, em Dom Eliseu (PA), e a fazenda Igarashi, em Açailândia (MA) também produzem para o mercado interno e exportam para a Europa e os Estados Unidos. O café [da fazenda Boa Vista, em Claraval (MG)] é exportado e o álcool [Destilaria Gameleira, da família Queiroz Monteiro, em Confresa (MT)] é vendido como combustível no mercado interno. Algumas carvoarias do Sul do Maranhão, Tocantins e Pará forneciam matéria-prima para as siderúrgicas dependentes do ferro de Carajás, que depois exportam para os Estados Unidos.¹⁵

E, por fim, a carne. A pecuária é o ramo de atividade de 80% das fazendas das duas primeiras listas sujas¹⁶ e é, ao mesmo tempo, o principal ator do desmatamento da Amazônia brasileira.¹⁷

Para ser mais específico, o foco do trabalho escravo no Brasil se localiza exatamente no “arco do desmatamento” da Amazônia - região da fronteira agrícola do país. A mesma linha concentra também assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo.

A lista de criadores de gado que foram autuados utilizando escravidão é extensa e possui representantes em um arco que vai de Rondônia, passa pelo Mato Grosso, Tocantins, Pará até o Maranhão. O Pará é o Estado com maior número de libertados, com 5695 trabalhadores entre 1995 e a primeira quinzena de dezembro de 2004.¹⁸ A maior parte deles estava em propriedades ligadas à pecuária, derrubando a floresta para aumentar a área ou limpando o pasto. A rede de comercialização na qual estão inseridas essas fazendas escoou a produção de carne para todos os continentes, tendo como importantes compradores a União Européia e a Ásia. O País aumentou sua participação no mercado internacional de forma significativa nos últimos oito anos, passando de 138,6 mil toneladas em 1996 para 800,5 mil toneladas de carne exportada - um salto de 7% para 20% do total mundial.¹⁹

Carne, algodão, soja, café são *commodities* e, como tais, influenciados pelas cotações do mercado internacional. Há produtores, como já foi discutido acima, que reduzem os custos trabalhistas e ignoram direitos humanos para ganhar posições nesse cenário de grande competitividade. Não se pode ser leviano e afirmar que toda a cadeia produtiva tenha consciência do comportamento criminoso de um de seus elos. Do ponto de vista legal, intermediários, varejistas e exportadores não possuem responsabilidade pelos seus fornecedores. Porém, é interessante ressaltar que tanto o capital nacional quanto o internacional que têm investimentos no setor agropecuário da região Norte têm evitado se manifestar sobre a erradicação do trabalho escravo. A tendência até agora tem sido a de proteger a todo o custo o agronegócio brasileiro voltado ao mercado externo - um

15. Um acordo foi firmado entre siderúrgicas, entidades da sociedade civil e governo em 2004 para combater o trabalho escravo nas carvoarias do Sul do Maranhão.

16. Dado da ONG Repórter Brasil.

17. Esses resultados são provenientes de pesquisa coordenada pelo autor deste texto sobre a relação entre trabalho escravo e desmatamento. Ela contou com a contribuição do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Democratização e Desenvolvimento (Nadd) da Universidade de São Paulo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e será divulgada em relatório da Organização Internacional do Trabalho.

18. Dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra.

19. *Os Bilionários da Carne*. Revista Exame. São Paulo, Editora Abril, 26 de maio de 2004, pp.21-27.

dos principais responsáveis pelos resultados positivos em nossa balança de pagamentos.

Os governos federal e estadual temem madeireiros, pecuaristas e o restante do agronegócio, mas têm apenas compaixão por ribeirinhos, pequenos produtores rurais e moradores de reservas de exploração sustentável. Não se vislumbra, no curto prazo, uma mudança no padrão de desenvolvimento colonial, que tem mantido a monocultura exportadora como prioridade, em prejuízo à agricultura familiar. Isso, traduzido em ações, faz com que a meta de uma empresa como a Embrapa seja a de ampliar o apoio aos latifúndios. Mesmo considerando que as propriedades rurais pequenas e familiares produzem a maior parte do alimento da mesa do brasileiro.

Apoio político

As forças econômicas que utilizam trabalho escravo possuem, é claro, respaldo político. Não tem sido difícil encontrar políticos que se opõem às ações de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Do vereador da pequena cidade da região de fronteira agrícola amazônica a membros da alta cúpula do governo federal, surgem pressões e declarações infelizes que em nada contribuem para a solução do problema, mas, pelo contrário, acabam por dar uma aura de legitimidade ao comportamento de proprietários rurais que insistem em tratar os seus empregados como animais.

Nesse erro, já incorreram o segundo e o terceiro na cadeia de comando do País. O vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, declarou publicamente que não tem certeza

da existência de escravidão contemporânea no Brasil.²⁰ Alencar possui fazendas de algodão e é proprietário da Companhia de Tecidos do Norte de Minas (Coteminas).²¹ Já Severino Cavalcanti (PP-PE), presidente da Câmara dos Deputados, em discurso proferido no dia 02 de março de 2004, atacou o combate ao trabalho escravo que vem sendo realizado no Brasil:

“Ora, senhoras e senhores deputados. Vamos parar de hipocrisia, de fingir que somos a França, os Estados Unidos ou a Alemanha e que podemos copiar as suas avançadas legislações trabalhistas.” (...) “Não vamos resolver os problemas do campo e do desemprego ameaçando produtores e fazendeiros com o confisco de terras no caso das muitas e controversas versões de trabalho escravo.”

Defendendo posições como essa no Congresso Nacional, a bancada ruralista tem conseguido travar o andamento de projetos importantes, como a proposta de emenda constitucional que prevê o confisco das terras em que o trabalho escravo for encontrado. Aprovada pelo Senado, ela andava capenga pela Câmara até o fechamento deste texto, em fevereiro de 2005. Para se ter uma idéia, a Emenda da Reeleição, que garantiu a prefeitos, governadores e presidentes se reelegerem para mais um mandato tramitou por dois anos na Câmara e quatro meses no Senado. Enquanto isso, o projeto que contribuiria com a erradicação do trabalho escravo demorou dois anos para ser aprovado no Senado e, se nada for feito, fará o seu décimo aniversário sem aprovação neste ano.

Deputados como Kátia Abreu e Ronaldo Caiado não têm precisado de muito esforço para criar entraves ao trâmite da lei, rindo dos esforços de parlamentares progressistas, órgãos

20. Vice-presidente do Governo Lula diz que não existe Trabalho Escravo no Brasil. Rio de Janeiro, Jornal O Dia, 27 de agosto de 2004: “Vice-presidente da República do Governo Lula, que tem a erradicação do trabalho escravo como prioridade, José Alencar afirmou que não existe trabalho escravo no País, ontem, no 6º Congresso de Agronegócio da Sociedade Nacional da Agricultura. “Não posso dizer que haja trabalho escravo. Há trabalho degradante. Escravo é quem não tem liberdade e tem dono. É preciso não haver condenação contra o setor agrícola moderno sem apuração”, afirmou o vice-presidente. O mesmo ponto de vista foi defendido pelo presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, Antônio Ernesto de Salvo, e pelo ministro da Agricultura no Governo Fernando Henrique, Pratini de Moraes. “Ninguém queima floresta para botar boi, não acredite nisso. Uma forma de protecionismo estrangeiro das organizações estrangeiras é dizer que tem trabalho escravo aqui”, disse Pratini. Para Salvo, a acusação de trabalho escravo, “além de mentirosa, degrada nossa imagem no exterior”.

21. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, essa empresa está tendo uma atuação modelo, optando por não comprar mais de fornecedores flagrados com trabalho escravo.

governamentais, ministério público e entidades da sociedade civil que lutam pela sua aprovação. Mesmo o Partido dos Trabalhadores já colocou a emenda constitucional que prevê a expropriação de terras na barganha por votos - como aconteceu durante a candidatura derrotada à presidência da Câmara dos Deputados.

Isso sem contar que, nos parlamentos e governos, representantes dos poderes Executivo e Legislativo são eleitos com doações provenientes dos lucros de fazendas em que foram encontrados trabalhadores em situação de escravidão.

Norberto e Antério Mânica, que estão entre os maiores produtores de feijão do mundo, foram presos e estão sendo julgados como mandantes do assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego que fiscalizavam fazendas na região de Unaí (MG), em janeiro de 2004. Porém, Antério ganhou a liberdade após ser eleito prefeito em Unaí, pelo PSDB, com 72,37% dos votos válidos. O ex-prefeito da mesma cidade, José Braz da Silva, foi pego com mão-de-obra escrava na fazenda Boa Esperança, em Parauapebas, Sudeste do Pará. A ação, que libertou dez trabalhadores no final de 2002, fez com que o nome de Braz aparecesse na segunda versão da “lista suja” divulgada pelo governo federal.

No Rio de Janeiro, o presidente da Assembléia Legislativa, Jorge Sayed Picciani, está tendo que se explicar à Justiça porque, em junho de 2003, uma ação de um grupo móvel libertou 39 pessoas de sua fazenda Agrovás, em São Félix do Araguaia (MT). Apesar de a fazenda ser de criação de gado, os trabalhadores não tinham acesso à carne e estavam caçando animais silvestres, como onças, para se alimentar. Um adolescente de 17 anos foi libertado na ocasião. Os peões estavam submetidos à vigilância armada de “gatos” [contratadores de mão-de-obra que trabalham para os fazendeiros] para evitar fugas. Pessoas lavavam roupa, tomavam banho e bebiam da mesma água.

O senador João Ribeiro (PFL-TO) foi condenado pela juíza da Vara do Trabalho de Redenção, Sul

do Pará, por aliciar 38 trabalhadores rurais e sujeitá-los à condição de escravos na fazenda Ouro Verde, de sua propriedade - município de Piçarra, no mesmo Estado. O processo originou-se de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho e também inclui a obrigação de adequar a fazenda às normas trabalhistas. À decisão cabe recurso. Ribeiro também foi denunciado pelo procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, ao Supremo Tribunal Federal. Os trabalhadores foram libertados em ação do grupo móvel de fiscalização entre os dias 10 e 13 de fevereiro de 2004. Estavam em alojamentos precários feitos com folhas de palmeiras e sem acesso a sanitários. Segundo Fontelles, “a repugnante e arcaica forma de escravidão por dívidas foi o meio empregado pelos denunciados para impedir os trabalhadores de se desligarem do serviço”. Ao se referir, em discurso na tribuna do Senado, a um outro caso de proprietário autuado por trabalho escravo no Tocantins, Ribeiro apelou: “Senhores fiscais do Trabalho, complacência para com aqueles homens rudes do campo que ainda não se adaptaram aos novos tempos”.

Em março de 2002, 54 trabalhadores foram resgatados da fazenda Caraíbas, do deputado federal Inocêncio Gomes de Oliveira (PFL-PE), localizada em Gonçalves Dias, no Maranhão. Na ação, a propriedade pagou R\$ 30.586,47 de direitos devidos aos trabalhadores. Meses depois, ele vendeu a propriedade, mas isso não o livrou de constar na primeira “lista suja” do trabalho escravo. Com isso, está impedido de receber créditos rurais dos fundos constitucionais do governo.

O deputado já foi condenado em primeira instância pela Justiça do Trabalho do Maranhão, em ação civil do Ministério Público do Trabalho originada da mesma libertação. Até o fechamento deste texto, ele aguardava julgamento de recurso no Tribunal Regional do Trabalho de São Luís. Também estava na espera do julgamento da abertura de um inquérito contra ele no Supremo Tribunal Federal, pela mesma razão. O pedido foi feito pelo procurador-geral da República, Cláudio Fontelles.

Durante a fiscalização na fazenda Caraíbas, uma ordem - cuja origem e razão até hoje não foram bem explicadas - fez com que os policiais federais que acompanhavam o grupo móvel de fiscalização se retirassem, deixando os auditores sem segurança. A libertação dos trabalhadores da fazenda Caraíbas não é a única mancha no currículo de Inocêncio de Oliveira - que já foi acusado de utilizar verbas públicas do então Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) para a construção de poços artesianos em suas fazendas. No início deste ano, ele foi eleito primeiro secretário da Câmara dos Deputados.

A família Mutran possui três fazendas nas três "listas sujas" do trabalho escravo. A Cabaceiras foi autuada duas vezes: em agosto de 2002, 22 pessoas ganharam a liberdade e, em fevereiro deste ano, outros 13. Em agosto de 2002, 25 pessoas foram libertadas da fazenda Mutamba, de Aziz Mutran, em Marabá. Por fim, em dezembro de 2001, mais 54 na Peruano.

Membros da família Mutran participaram da disputa das terras na região de Marabá durante a farragem promovida pela ditadura militar para distribuir lotes da Amazônia às grandes empresas. De acordo com ativistas de direitos humanos que atuavam na época, eles foram responsáveis por massacres de posseiros e desaparecimento de trabalhadores. Segundo dados da CPT em Marabá, quase metade dos registros de conflitos de terra na região, entre 1976 e 1984, envolve a família.

Com o tempo, a fronteira agrícola tomou rumo oeste - hoje a terra de ninguém se chama Iriri/Terra do Meio. E a antiga fronteira agrícola, hoje quase nua de floresta, região que vai de Marabá a Conceição do Araguaia, ganhou uma estrada, a PA-150, seus vilarejos de madeira se transformaram em cidades de tijolos, e o Estado, perdendo o medo, finalmente entrou. De forma precária, mas entrou. Ainda falta muito para ser respeitado, haja vista as constantes denúncias de trabalho escravo, mortes de sindicalistas e desaparecimentos de posseiros. E com o tempo, os Mutran assumiram postos importantes da política local ou se tornaram empresários de renome. Nagib Mutran, o patriarca da família, foi deputado estadual. Ele

tem dois irmãos, Jorge e Benedito, cujos filhos são grandes empresários do Pará. Um deles, Evandro Mutran, é dono da fazenda Peruano e dirige a Cabaceiras. O filho de Nagib, Osvaldo dos Reis, o Vavá, foi prefeito nomeado de Marabá e deputado estadual. Dos filhos de Vavá, Nagib Neto foi prefeito de Marabá e Osvaldo Júnior, vereador. Vavá tem dois irmãos, Guido - com um filho vereador (Guido Filho) - e Aziz (proprietário da fazenda Mutamba).

Em agosto de 2004, os proprietários da Cabaceiras aceitaram pagar R\$ 1.350.440,00 por dano moral coletivo ao Fundo de Amparo ao Trabalhador após um acordo selado pela Justiça do Trabalho devido a uma ação do Ministério Público do Trabalho. Essa é a maior indenização já paga no Brasil por um caso de redução de pessoas à condição análoga a de escravo.

Mas a situação recorrente na Cabaceiras foi considerada tão extrema pelo governo federal que em outubro de 2004, foi decretada a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Ao todo, o imóvel de 9.774 hectares poderá beneficiar 340 famílias. O proprietário está recorrendo da decisão. Isso abre um importante precedente não só no combate à escravidão e à superexploração do trabalho, mas também para a efetivação da função social da propriedade no Brasil e da própria reforma agrária.

Mudança de rumos

A lista de relacionamentos entre os que utilizaram trabalho escravo e a classe política que os apoia é muito extensa para ser tratada integralmente neste texto. Na maioria das vezes, é a defesa cega do agronegócio a qualquer custo, repetindo a já desgastada justificativa de que o combate ao trabalho escravo vai gerar prejuízos à balança comercial do País. Mas a verdade é que não vai. O número de fazendeiros que se utilizam dessa prática é muito pequeno dentro do total de empresários rurais.

O campo, principalmente as regiões de expansão agrícola, muitas vezes tem leis próprias - como gostam de ressaltar os próprios fazendeiros ao

afirmarem que a legislação da “zona urbana” não cabe na “zona rural”. Para manter o lucro fácil vale qualquer coisa, inclusive matar quem cobre multas ou reclame por uma vida mais justa. Foi assim com os sindicalistas de Rio Maria, no Pará, durante a ditadura militar, com os 19 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás, com os auditores em Minas Gerais, com a irmã Dorothy Stang e no dia-a-dia de quem resolve se insurgir contra o status quo do campo. Pois é difícil lutar contra a apropriação do discurso desenvolvimentista que prega a expansão, a qualquer preço, da área plantada de soja, algodão e pimenta, do aumento da pastagem e da produção de álcool anidro, da exportação do aço.

A solução para esse problema passa pelo fim da impunidade, por aprovar mecanismos como a lei do confisco de terras, julgar com isenção aqueles que cometeram crimes, mesmo que poderosos, cortar o crédito de quem comprovadamente usou trabalho escravo. É necessário que se defina de uma vez por todas de quem é a competência para julgar o crime de trabalho escravo, se da Justiça Estadual ou da Justiça Federal, pois o prolongamento da discussão favorece os fazendeiros. Aumentar a pena mínima para impedir que o crime prescreva e que a pena de reclusão seja imposta. Para tudo isso, o governo federal terá que alocar mais recursos do que o pouco que vem sendo empenhado atualmente, realizar mais concursos para auditores, policiais, procuradores, técnicos do Incra. E, acima de tudo, mostrar disposição para mudar a estrutura que favorece, há séculos, quem detém os meios de produção.

Por fim, a erradicação do trabalho escravo só virá com redistribuição. De renda, de terra, de justiça. Levas de migrantes continuam deixando o Maranhão e o Piauí para sangrar no Pará e Mato Grosso, saem de suas casas no Vale do Jequitinhonha e se acabam de trabalhar em usinas do Rio de Janeiro e São Paulo. A justificativa é sempre a mesma: melhor tentar a sorte do que morrer de fome. As raízes do trabalho escravo, mesmo o contemporâneo, estão na estrutura formativa do Brasil. O que

aconteceu em 13 de maio de 1888 foi uma mudança de metodologia para se adaptar aos novos tempos e não de mentalidade das elites governantes. E nenhum dos governos após a redemocratização fez algo de substancial para mudar essa estrutura.

A melhoria no combate ao trabalho escravo é visível e os louros são de setores da administração federal e da Justiça engajados na causa e de entidades como a Comissão Pastoral da Terra e a Organização Internacional do Trabalho. Por isso, não se faz aqui uma crítica à fiscalização ou ao ajuizamento de ações civis, uma vez que, apesar dos problemas, elas aumentam a cada dia. Mas o que tem sido feito para evitar que aquele senhor, libertado duas vezes, saia da sua terra novamente? Ou seja, o que tem sido feito de substancial para tirar rapidamente 30 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza? O crescimento econômico é lento, mas o presidente da República fez um caminho parecido com o de muitos peões libertados da escravidão, saindo de sua terra em busca de vida melhor - sabe que esse pessoal passa fome e não pode esperar.

Enquanto isso não for feito, o “progresso” manterá sua marcha. A BR-163, Cuiabá-Santarém, será ampliada e asfaltada, como assim querem os governadores do Mato Grosso e do Pará. A região do Iriri/Terra do Meio, entre as duas rodovias, com o tempo vai desaparecer, transformando-se de um lado em um pasto gigantesco, com muita juquira para os peões roçarem. E, do outro, numa imensa plantação de soja e raízes de arbustos que só mãos conseguem arrancar. É claro que vozes continuarão se levantando contra tudo isso e serão assassinadas.

Toda a mudança social profunda tem um custo e leva tempo. Uma verdadeira reforma agrária (e não aquela que tem sido feita até aqui), que alteraria as antigas estruturas do país, é muito cara politicamente. Fica a pergunta: o governo federal terá coragem de começar a pagar preços como este antes do final deste mandato?

Trabalho escravo

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Bahia							
Baianópolis	Faz. Errejota/Terra Nova/Galléia	José Tarcísio de Souza	10/11/2004	8	8		
Correntina	Faz. Guará do Meio	João Henrique Meneghel	21/06/2004	68	68		
Cotegipe	Campo Grande do Rio Largo I	Cofergusa	27/07/2004	3	3		
Cotegipe	Campo Grande do Rio Largo I	New Fruit Agroind. Ltda	27/07/2004	11	11		
Formosa do Rio Preto	Fazenda Nossa Srª. Aparecida	Jorge e Fábio Lauck	13/12/2004	39	39	2	
São Desidério/ Baianópolis	Faz. Stª. Clara/Progresso/Esperança	Leliano Sérgio Andrade/Claudete	10/11/2004	21	21		
Subtotal:		6		150	150	2	
Espírito Santo							
Brejetuba	Faz. 3 de Maio/Sta. Rita/Córrego do Azeite	Olandino Belizário Coco	14/07/2004	30	30		
Conceição da Barra	Destilaria Itaúnas/Condomínio Agrícola	José Henrique Donato	30/06/2004	108	108		
Pedro Canário	Usina Cridasa/Condomínio Agrícola	Carlos Roberto Oliveira	10/07/2004	106	106		
Subtotal:		3		244	244	0	
Goiás							
Campo Alegre de Goiás	Copacabana/Barra Mansa Agrofava	Sem informação	24/08/2004	7	7		
Campo Alegre de Goiás	Copacabana/Barra Mansa Facer	Sem informação	27/08/2004	67	67		
Campo Alegre de Goiás	Fazenda São Joaquim	Sem informação	27/08/2004	41	41		
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Agromen	José Ribeiro de Mendonça	28/08/2004	84	84		
Jataí	Fazenda em Jataí	Ambrosina Fraga Teles	19/08/2004	16	16		
Porangatu/ Bonópolis	Faz. Triângulo/Terra Boa	Paulo Roberto Gomes Mansur	03/12/2004	46	46		
Subtotal:		6		261	261	0	
Maranhão							
Açailândia	Fazenda Boa Esperança	Geni/Olindo Chaves	13/02/2004	10			Danos
Açailândia	Fazenda do Gilmar	Gilmar	02/02/2004	6			
Açailândia	Fazenda Três Irmãos	Antônio Lima	18/02/2004	7			
Açailândia	Fazenda Palmeirinha	Sem informação	12/04/2004	16			5 Ameaça de morte
Açailândia	Fazenda Redenção	José Egidio Quintal	20/06/2004	6	6		
Açailândia	Fazenda Bom Gosto	Sidelmar Antônio Fagundes Rocha	20/06/2004	5	5		
Açailândia	Fazenda Bom Sossego	Antônio das Graças Murta	24/08/2004	35			Ameaça de morte
Açailândia	Fazenda Lorena	Chico Lopes	11/10/2004	30		4	
Açailândia	Faz. Ouro Preto/Pindaré	Miguel Washington Andrade	28/10/2004	17	14		Ameaça de morte
Açailândia/ Riachão/ São Raimundo das Mangabeiras	Carvoaria do Jorge Luiz Bastiani/Simasa	Jorge Luiz Bastiani/Simasa	15/03/2004	39	34	2	
Arame	Fazenda Morcego	Zé Bezerra	08/11/2004	11		3	
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Dorme Sujo	José Luís Dacol	06/08/2004	11		1	
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Santa Helena	Luís Sabry Azar	15/09/2004	2	2		
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Planeta	José Luís Dacol	15/09/2004	4	4		
Carolina	Fazenda Jatobazinho	Darcy	12/11/2004	18			
Carutapera/ Centro Novo do Maranhão	Fazenda Caru	Gilberto Andrade	10/11/2004	13	18	2	
Cidelandia	Carvoaria do Antônio	Antônio	01/04/2004	8			

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Itinga do Maranhão	Fazenda Franqueza	Hélio, "Heli"	12/04/2004	12		1	
Lajeado Novo	Fazenda Cristalina	Sem informação	18/05/2004	20			
Lajeado Novo	Fazenda Pontalina	Vonges Guerra	15/09/2004	9	9		
Pindaré Mirim	Carvoaria da Cosima	Cosima	10/10/2004	17	17		
Santa Luzia	Faz. Cabana de Serra	Vilson de Araújo Fontes	20/11/2004	7	7		
Santa Luzia	Fazenda Colorado	João Bezerra Leitão	29/11/2004	8	8		
Santa Luzia/ Arame	Fazenda Agro Maratá	José Augusto Vieira	01/04/2004	50	50	10	Ameaça de morte
São Francisco do Brejão	Fazenda Guaruja	Eli Alves da Silva	15/09/2004	10	10		
São Francisco do Brejão	Fazenda Canguru	Maria da Conceição Teixeira Viana	25/11/2004	14	14		
Senador La Rocque	Fazenda Santa Fé	Paulo Vicente da Silva	15/09/2004	11	13		
Vila Nova dos Martírios	Fazenda São Luis	Gildete Antônio de Carvalho	18/05/2004	14	8		
Subtotal:		28		410	219	28	
Mato Grosso							
Brasnorte/ Marcelândia	Fazenda Floresta	Valmor da Cunha, "Loro"	21/06/2004	24	24		Ameaça de morte
Campo Novo dos Parecis	Fazenda Tucano	Lívio José Andrighetti e outros	20/06/2004	13	13		
Campo Novo dos Parecis	Fazenda Java	Lívio José Andrighetti e outros	21/06/2004	14	14		
Campo Novo dos Parecis	Fazenda Reata	Oscar Luis Cervi e outros	21/06/2004	14			
Campo Novo dos Parecis	Fazenda Bom Jesus	Dulce	15/06/2004	80			
Canabrava do Norte	Fazenda Campo Limpo	Tadeu	24/06/2004	11			
Cláudia	Fazenda Dona Ângela	Carlos Antônia Trombetta	30/08/2004	18	18		
Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	SI	05/05/2004	9			Ameaça de morte
Juruena/ Juara	Fazenda Florida	Nilson Tozzo	16/06/2004	15	3		Ameaça de morte
Lambari do Oeste	Cooperb/Condominio Rural Osmar Antunes Oliveira	Amador Tut Gonçalves (sócio)	21/06/2004	96			
Nobres	Fazenda Estrela	SI	11/03/2004	100			
Nova Mutum	Fazenda Borsato	Maurício Augustinho Borsato	25/05/2004	31	4		
Nova Ubiratã	Fazenda Santa Gemma	Elton Renato Hollenbach Zimpel	30/08/2004	13	13		
Paranatinga	Faz. S. Clemente/Sta. Terezinha	SI	01/03/2004	25			Intimidação
Peixoto de Azevedo	Fazenda São João	SI	01/06/2004	12			
Primavera do Leste	Fazenda Morro Verde	Pieto	01/03/2004	2			
Querência	Fazenda Roncador	Telson Soares Penido	11/08/2004	30	28	6	
Querência	Fazenda Irmãos Gorjen	Fernando Gorjen	16/06/2004	28			
Santa Terezinha	Fazenda Irapuru	Rui	06/04/2004	9			
São Félix do Araguaia	Fazenda Rio Preto	Romão Ribeiro Flores	05/05/2004	18	6		
São Félix do Araguaia/ São José do Xingu	Fazenda Paraíso	Antônio Claret Ferreira/Ilias Antônio de Oliveira	04/05/2004	20	9	3	Intimidação
Sinop	Fazenda Aeroporto	Leandro Mussi e Carlos Viana	13/12/2004	53	53	3	
Tapurah	Fazenda Ouro Branco	Romeo Spiening e outro	17/08/2004	52			Intimidação
Tapurah	Fazenda São João	Mauro Antônio Breda	25/06/2004	18	18		
Tapurah	Faz. São Francisco do Sul	Jorge	19/10/2004	26			
Vila Rica	Fazenda Guariba	Alvides Augusto da Costa Aguiar	23/06/2004	120	127		Intimidação
Vila Rica	Fazenda Dalafim	Dalassim	19/04/2004	100			
Vila Rica	Fazenda Guaribinha	Jânio	24/06/2004	21			
Vila Rica/ São José do Xingu	Fazenda Rio Bonito	Toninho Tucura	15/07/2004	40			
Subtotal:		29		1012	330	12	
Minas Gerais							

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Bonfinópolis de Minas	Fazenda Boa Esperança	Maria Isabel Tostes e José Luis Tostes	27/05/2004	6	2	1	
Delta	Usina de Lélío Zanuto	Lélío Zanuto Júnior	07/07/2004	170			
Paracatu/ Unai	Carvoaria de Francisco Braz	Francisco Braz Cavalcante	25/07/2004	9	9		
Santa Fé de Minas	Faz. Remanso do Fogo/Três Riachos	Cândido Alves Moreira, "Gameleira"	16/03/2004	21	8		6 Ameaça de morte
Subtotal:	4			206	19	7	
Pará							
Abel Figueiredo	Fazenda do Ronilson	Ronilson	03/09/2004	5			Ameaça de morte
Altamira	Fazenda Hylcatã	Wilson Alves Dutra	15/07/2004	11			
Altamira	Fazenda Rio Novo	SI	13/07/2004	30			Ameaça de morte
Anapu	Faz. de Reginaldo Galvão/Gleba 55	Reginaldo Galvão	25/06/2004	13			2 Humilhação
Anapu	Fazenda do Reinaldo	Reinaldo	04/03/2004	8			Danos
Anapu	Fazenda Rio Verde	Vitalmiro Bastos de Moura	27/06/2004	20	20		
Bannach	Fazenda Bela Vista	Ivo Bannach	06/01/2004	8			
Bannach	Garimpo da Pista Branca	Evailton	23/08/2004	46			
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Real	Dórico Bosso	09/03/2004	30	5		Intimidação
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Mococa	Luiz Otato Neto, "Lula"	29/05/2004	50	6		
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Uberaba	Dep. est. José Carlos Antônio	16/11/2004	9		2	
Brasil Novo	Fazenda São Sebastião	Cleomar Speroto	25/11/2004	5	5		
Brejo Grande	Fazenda Araguaína	Carlito Valadares	11/08/2004	8			
Breu Branco	Carvoaria Bom Jesus	Raimundo	17/12/2004	35			5 Ameaça de morte
Canaã dos Carajás	Fazendas Sossego	Milton Ribeiro de Oliveira	05/01/2004	15	24		Ameaça de morte
Conceição do Araguaia	Fazenda São José	SI	02/03/2004	30			
Cumarú do Norte	Fazenda Vale Verde	SI	25/06/2004	140			
Curionópolis/ Xinguara	Fazenda Primavera	Luís Pires	09/02/2004	5			Agressão
Dom Eliseu	Fazenda Bonfim	José Bonfim de Lavor	13/04/2004	4	4		
Dom Eliseu	Carvoaria do Dr. Marcos	Dr. Marcos	15/10/2004	22			1 Ameaça de morte
Dom Eliseu	Fazenda Carvoaria Espora de Ouro II	Fernando Santos Silva, "Federal"	11/06/2004	40			Intimidação
Dom Eliseu	Carvoaria da Simasa	Simasa	15/05/2004	45	45		
Dom Eliseu	Carvoaria de Jean Clécio Ferreira de Aguiar	Fergumasa/Jean Clécio Ferreira de Aguiar	24/02/2004	22	29		
Dom Eliseu	Carvoaria do Dimas	Dimas e Biruta	12/02/2004	26			2 Ameaça de morte
Eldorado dos Carajás	Fazenda de Justino Rios	Justino Rios	07/06/2004	5			
Goianésia do Pará	Fazenda Santo Antônio	Joaquim José	30/01/2004	2			
Goianésia do Pará	Fazenda do Ciro Brás	Ciro Brás	06/01/2004	20			
Goianésia do Pará	Sider. Ibérica do Pará	Adão Ferreira de Oliveira	20/07/2004	12	12		
Goianésia do Pará	Fazenda Simara	Gildásio Campos da Silveira	20/07/2004	6	6		
Goianésia do Pará	Fazenda Herança	Juliano Heringer Branco	15/02/2004	6	6		
Goianésia do Pará	Fazenda Santo Hilário	Antônio Nascimento de Souza	25/07/2004	16	16		
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	Manoel da Farinha	28/07/2004	8			Ameaça de morte
Itupiranga	Fazenda Batalha	Nozin, Deri e Osni	05/03/2004	20		1	
Jacundá	Fazenda do Sr. Lozinho	Lozinho	04/06/2004	1			Ameaça de morte
Marabá	Fazenda Cabaceira	Evandro e Délio Mutran/Jorge Mutran Exp. e Imp. Lt	15/02/2004	34	13	1	
Marabá	Fazenda Barra do Dia	Júlio Barros	25/05/2004	7			1 Ameaça de morte
Marabá	Fazenda Macaúba	Altamir Soares da Costa e Flávio Soares Godói	13/02/2004	42	52		3 Ameaça de morte
Marabá	Fazenda Verena	Adelson Baiano	02/02/2004	11			Ameaça de morte
Marabá	Fazenda Chapéu Preto	João "Chapéu Preto"	25/03/2004	5			1 Danos
Marabá	Fazenda Minas Gerais	André	20/02/2004	18			4 Ameaça de morte
Marabá	Faz. Água Azul/Iraque	Aurélio	13/02/2004	22			Intimidação
Marabá	Fazenda Três A	Eduardo	13/02/2004	10			Danos

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Marabá	Fazenda do Dr. João Batista	João Batista	10/11/2004	12			
Marabá/ Novo Repartimento	Fazenda Lua	Carneiro	12/07/2004	10			Ameaça de morte
Marabá/ Santa Fé	Fazenda do Zé Gordo	Zé Gordo	16/03/2004	20			
Marabá/ São Geraldo do Araguaia	Faz. Santa Maria/Buritizal	SI	16/11/2004	80			Ameaça de morte
Nova Ipixuna	Fazenda Bagaço Grosso	Arnaldo Arantes	05/03/2004	9			Danos
Novo Repartimento	Fazenda Nordeste	SI	19/08/2004	8			Assassinato
Novo Repartimento	Fazenda Arataú	Queiroz Galvão	21/07/2004	25			
Novo Repartimento	Faz. Bacuri/Quatro	José Miranda	18/10/2004	22			
Novo Repartimento/ Pacajá/ Senador José Porfírio	Faz. Tuerê	Reinaldo Zucatelli	16/07/2004	11			
Ourilândia	Fazenda Xodó	Jeda	14/09/2004	6			1 Intimidação
Ourilândia	Fazenda de César Machado	César Machado	31/03/2004	28			6 Ameaça de morte
Ourilândia	Fazenda Araguaxim II	Vicente Barros	13/08/2004	12			Ameaça de morte
Pacajá	Fazenda do Dr. Eduardo	Eduardo (Medrado)	25/11/2004				
Pacajá	Fazenda Rio dos Bois	Délio Fernandes Rodrigues	30/11/2004	8	8		2 Ferimento
Pacajá	Fazenda de Pedrinho Boboda	Pedrinho Boboda	07/01/2004	4			Ameaça de morte
Pacajá	Fazenda Colatina	José Carlos Tardin do Carmo Jr., "Bacuri"	20/10/2004	100	124	5	
Pacajá	Fazenda Primavera II	Délio Fernandes Rodrigues	08/11/2004	28	29		1 Ferimento
Palestina do Pará	Fazenda Índia Sul	João Ribeiro/Francisco Medeiros Sobrinho	27/05/2004	7	5	2	
Paragominas	Fazenda Ouro Preto	Wilson Osmundo Neves	13/11/2004	7	7		
Parauapebas	Fazenda Boa Vista	Jurandir "Cabeça Branca"	01/03/2004	23			Ameaça de morte
Piçarra	Fazenda Açaizal	Albertino de Xambioá	03/06/2004	12			
Piçarra	Fazenda do Desembargador Gadote	Desembargador Gadote (TO)	27/05/2004	11			
Rondon do Pará	Fazenda Itajuba	Marco Antônio Nogueira	30/08/2004	2	2		
Rondon do Pará	Carvoaria Nova	Ronaldo Garcia Pereira	28/10/2004	19	19		
Rondon do Pará	Fazenda Alegria	Averalzinho "Baé"	09/08/2004	21			1
Rondon do Pará	Fazenda do Sr. Fábio	Fábio - Supermercado Bom Preço	09/06/2004	20			3 Ameaça de morte
Rondon do Pará	Fazenda Tabernáculo	Fábio Oliveira Ribeiro	20/06/2004	24	24		
Rondon do Pará	Fazenda Piatã	Adélia Ramos Andrade	10/08/2004	11	15		Ameaça de morte
Rondon do Pará	Fazenda Graciosa	Evaraldino Vilas Boas de Almeida	30/08/2004	2	2		
Rondon do Pará	Carvoaria Viena	Siderúrgica Viena	15/05/2004	54	54		
Rondon do Pará	Fazenda São João	Milton Ramos Arantes Filho	03/09/2004	50			
Rondon do Pará	Siderúrgica Ibérica do Pará S/A	Dr. Janu	24/08/2004	10	10		Intimidação
Rondon do Pará/ Ulianópolis	Faz. Medalha /Carv. da Siena/Sid. Viena e Carajás	Suderúrgica Viena	28/08/2004	63	63		Morte em consequência
Santana do Araguaia	Fazenda Rio Tigre	Roserval Alves dos Santos	16/06/2004	65	78	4	
Santana do Araguaia/ Cumaru do Norte	Fazenda Rio Liberdade	Flávio Pinho de Almeida	21/01/2004	40	49		Ameaça de morte
São Domingos do Araguaia	Fazenda Santa Lúcia	Lucinha	23/03/2004	16			1 Ameaça de morte
São Félix do Xingu	Fazenda Canaã	Leandro	01/03/2004	40			5 Ferimento
São Félix do Xingu	Fazenda Bela Vista	Jorive Tavares e José Tavares (Goiânia)	21/05/2004	100	79		Ameaça de morte
São Félix do Xingu	Fazenda Capivara	Eli Júnior Pereira	08/08/2004	44	44	1	
São Félix do Xingu	Fazenda de João Monteiro	João Monteiro	19/04/2004	17			Intimidação

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
São Félix do Xingu	Fazenda Piranheira	Iuri, de São Paulo	26/07/2004	23			Intimidação
São Félix do Xingu	Fazenda do Gerente Félix	SI	22/06/2004	2			
São Félix do Xingu	Fazenda de João Oliveira	João Oliveira	22/06/2004	7			
São Félix do Xingu/ Itupiranga	Fazenda Bucana	Mec e Riquinho	16/11/2004	15			
São Geraldo do Araguaia	Faz. Seridó/Santa Luzia	Roberto Dantas de Medeiros	27/10/2004	45	16	2	
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Eldorado	Hector Júnior	13/12/2004	40			Danos
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Eldorado	SI	29/03/2004	60			Ameaça de morte
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Cristal	Aldomiro Alto Ribeiro	30/11/2004	3			
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Santo Antônio	Francisco de Almeida Leal	23/05/2004	7	7		
São Geraldo do Araguaia/ Piçarra	Faz. Laços de Ouro/Ouro Verde	Senador João Batista de Jesus Ribeiro (PFL)	27/01/2004	25	35		Danos
Sapucaia	Fazenda Água Fria	João Carlos Guimarães Gifonni	02/03/2004	43	5		Tentativa de assassinato
Tailândia	Faz. Água Azul/Carvoaria Tailândia	Edmilson da Silva, "Ceará"	31/01/2004	20			
Tailândia	Faz. Água Azul/Carvoaria Tailândia	Edmilson da Silva, "Ceará"	16/04/2004	20			Tentativa de assassinato
Tailândia	Fazenda Rio Verde	Lair Pereira da Silva	03/09/2004	20			Assassinato
Tailândia	Fazenda Pena	Osmar da Pena	08/11/2004	10			Intimidação
Tailândia	Fazenda Ferrugem	Francisco Wagno de Sousa	20/05/2004	17	18		3 Ameaça de morte
Tomé-Açu	Fazenda Mandacaru	Raimundo Nonato Nogueira	23/08/2004	59	59	1	
Tucuruí	Fazenda Usimar	SI	20/07/2004	16	16		
Ulianópolis	Carvoaria do Igo	Igo	03/11/2004	14			
Ulianópolis	Fazenda Floresta	Francisco Matos Dias	13/12/2004	15	15		
Viseu	Fazenda Mejer Piriá	Samuel Kabacznik	09/08/2004	7	7		
Vitória do Xingu	Fazenda Dourado	Raimundo Pereira Nunes, "Mundicão"	30/04/2004	75	10	2	
Xinguara	Fazenda Juliana	Gilberto Ferreira de Assis	25/03/2004	20			2 Intimidação
Subtotal:		105		2476	1043	65	
Piauí							
Ribeiro Gonçalves	Fazenda Cosmos	Eduardo Dall Magro	20/07/2004	21	21		
Santa Filomena/ Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda Ribeirão	José Antônio e Salete Gorden	25/06/2004	17	17		
Subtotal:		2		38	38	0	
Rio de Janeiro							
Araruama	Faz. União e Espírito Santo	Francisco Vieira da Silva	25/03/2004	15	15	10	
Campos dos Goytacazes	Us. Sta. Cruz/Morangaba//Boa Vista	Usina Santa Cruz	19/05/2004	138	138		
Campos dos Goytacazes	Fazenda Cachoeira do Mocotó	Carlos Henrique de Souza	05/07/2004	12	12	1	
Campos dos Goytacazes	Fazenda Espera Feliz	Paulo Sérgio Guimarães	05/07/2004	18	18		
Subtotal		4		183	183	11	
Rio Grande do Norte							
Alto do Rodrigues	Plantação de Banana de Guilherme Morais e Ricardo Tavares	Guilherme Morais e Ricardo Tavares de Andrade	10/06/2004	29	29		
Subtotal:		1		29	29	0	
Rondônia							
Chupinguaia	Fazenda São Sebastião	Paulo Duarte do Vale	17/05/2004	18	18		
Subtotal:		1		18	18	0	
São Paulo							
Charqueada	Usina de Cana	Paulo Vinicius	12/05/2004	62	62		
Ituverava	Usina de Cana	SI	16/06/2004	29			
Piracicaba	Fazenda no Bairro Jibóia	SI	25/11/2004	80	80		
Sertãozinho	Usina de Cana	SI	16/06/2004	30			
Subtotal:		4		201	142	0	
Tocantins							

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Ananás	Fazenda Rancho Grande	Wagner Martins Borges	21/06/2004	5			
Ananás	Fazenda Casa Branca	Benivaldo Alves de Azevedo	25/09/2004	7	7		
Aragominas	Fazenda Dom Bosco	Adolfo Rodrigues Borges	02/04/2004	12	28		
Aragominas	Fazenda Ouro Verde	Wilson Osmundo Neves	13/11/2004	7	7		
Aragominas/ Carmolândia	Fazenda Fontenova	Aldo Alves Propercio	19/07/2004	14			
Araguaína	Fazenda Eletronorte	SI	14/09/2004	28			
Araguaína	Fazenda Serra Nova	Senador Carlos do Patrocínio	21/03/2004	15	5		
Araguaína	Fazenda Jardim	Antônio Fernando Bezerra, "Guegas"	26/04/2004	7	7		
Araguaína	Fazenda Bacurizinho	SI	30/06/2004	10	10		
Araguaína	Fazenda da JM Leilões	JM Leilões	01/07/2004	1	1		
Araguaína	Fazenda Esporãozinho	Laci Martins da Silva	25/09/2004	5	5		
Araguaína/ Santa Fé do Araguaia	Fazenda Araguaia	Espólio de Horácio Joaquim das Neves	13/04/2004	40	32		
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	Lound Antônio Borges	19/08/2004	11	6	2 Danos	
Arapoema	Fazenda Jupetu	Subal Vilela Silva Ferreira	12/08/2004	25			
Arapoema	Fazenda Santa Tereza	Subal Vilela Silva Ferreira	12/08/2004	40	31		
Arapoema	Faz. Paraíso e Colatina/Dois Irmãos	Leoni e Fernandes Lavagnole	06/04/2004	38	53		
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Piracicaba	Valtercides (ex-prefeito de Arapoema)	30/08/2004	13			
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Polinardo	Eustáquio Soares Maia	26/02/2004	25	15		
Brasilândia	Carvoaria da Simasa	Simasa	20/04/2004	12	12		
Colinas do Tocantins	Fazenda Costa Rica	Rômulo	03/06/2004	5			
Colinas do Tocantins	Fazenda do Otacílio	Otacílio	10/02/2004	2			
Colméia	Fazenda Bananal	Adelson Patuense	20/04/2004	10			
Darcinópolis	Fazenda São Sebastião	Luís Penquim	14/12/2004	21	29		
Guaraí	Fazenda Cajá	Gilmar César Ribeiro	28/07/2004	60			
Luzinópolis/ Cachoeirinha	Fazenda Caracol	Carlos Henrique de Almeida	29/03/2004	12	60		
Miranorte	Fazenda São José	Zé da Venda	02/07/2004	7			
Palmeirante	Fazenda Paraíso	Jair Guerra	13/12/2004	23			
Palmeirante	Fazenda Fortaleza	Roberto (de Colinas)	25/05/2004	5		Danos	
Pau D'Arco	Faz. Vale do Jenipapo/Palmares	Antônio Aimé Comar, "Paulista"	26/07/2004	30	16		
Piraquê	Fazenda Água Boa	Venceslau Queiroz	29/01/2004	3	3		
Recursolândia	Fazenda Areia	Marti Moura	11/08/2004	16			
Recursolândia	Fazenda Dois Irmãos	Marquinhos Moura	30/08/2004	30			
Riachinho	Fazenda Limoeiro	Marcos Aurélio	01/09/2004	16			
Santa Fé do Araguaia	Rancho Aruanã	Rubens José	13/06/2004	12			
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Paraíso	Zé do Bento	19/07/2004	4			
Tocantinópolis	Fazenda Tobasa	SI	07/12/2004	174	174		
Tupiratins	Fazenda Rede Celtins	Celtins	13/08/2004	13			
Tupiratins	Ouro Verde Carvoaria	Ricardo	12/11/2004	21			
Wanderlândia	Fazenda Bom Jardim	Rosa Leite	05/04/2004	4			
Xambioá	Faz. Caçador I/Eldorado	Gilmar Leite	14/07/2004	22			
Xambioá	Fazenda Liberdade	Miranda Gomes Machado	30/03/2004	13	18		
Xambioá	Faz. Morena/Marinheiro/Califórnia	Elizabete/Robson/Roberto e Rossine Aires	03/05/2004	17	17		
Xambioá	Fazenda Serra Bonita	João Batista Lopes, "João Rosa"	09/02/2004	12	9		
Subtotal:		43		847	545	2	
Total:		236		6075	3221	127	



Foto: João Ripper

Conflitos Trabalhistas

Conflitos trabalhistas: A violência da superexploração e do desrespeito

Luís Antonio Barone

Sociólogo, professor doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP. “Membro da coordenação ampliada da Regional/SP da CPT, entre os anos de 1991 a 1994”.

O levantamento sobre conflitos trabalhistas em 2004, embora não possa se constituir em amostra estatística acerca dos diferentes tipos de violência sofrida pelas várias categorias de trabalhadores assalariados, oferece sim um retrato eloqüente das contradições que explodem violentamente no campo brasileiro. Se a coleta de dados não é completa, vale ressaltar o esforço - e o valor - da CPT em reunir e publicizar, anualmente, informações que se apresentam de maneira esparsa, às vezes perdidas em pequenas notas, nos jornais de grande e média circulação.

No tocante à tabela que registra as situações de superexploração do trabalho, percebe-se o grande número de ocorrências nos estados do Pará e de Tocantins. Essas regiões, que vivem um “boom” do agronegócio, têm, na exploração madeireira e nas carvoarias, os principais agentes desse tipo de violência. Para se ter uma visão mais ampla e complexa desse tema, deve-se ter em mente que esses dados complementam os quadros de trabalho escravo - a situação mais crítica de superexploração.

Trabalho escravo e superexploração não sofrem, na verdade, solução de continuidade, sobretudo na Amazônia - região mais violenta do país em termos de conflitos no campo. É sintomático, também, o registro de ocorrência de superexploração do trabalho no município de Sorriso (MT), região de avanço da sojicultura na fronteira agrícola a Noroeste do país, cantada em verso e prosa pela mídia nacional como uma nova “meca” dos empregos do agronegócio.

Entre o final de 2003 e o início de 2004 foi freqüente o bombardeio do público brasileiro pela grande imprensa, com notícias sobre o município de Sorriso, exemplo de região na qual “não há desemprego”. Se não há desemprego, há violência nas relações trabalhistas, com situações de superexploração de trabalho reveladoras de que o crescimento econômico propiciado pelo agronegócio está longe de garantir condições dignas aos trabalhadores. Ressalta-se, também, que, quando esse caso de violência foi ventilado pela grande imprensa, seguiu-se uma nota de “indignação” dos empresários de Sorriso, reclamando da “propaganda negativa” sobre o que “de melhor” havia na economia brasileira. Só resta indagar: melhor para quem?

As informações sobre práticas de desrespeito trabalhista, que se caracterizam por desrespeito à legislação - sobretudo no tocante às condições de trabalho - obviamente, ínfimas diante dessa realidade que se estende por praticamente todo o território nacional (15 casos registrados em 2004). O que estas tabelas mostram, no entanto, é que mesmo em regiões antigas no tocante à utilização de mão-de-obra assalariada (como o Estado de Pernambuco) ou nas áreas mais modernizadas (como no Estado de São Paulo), o desrespeito trabalhista grassa.

Nesses dois Estados supracitados, a questão trabalhista está intimamente ligada com a questão da luta pela terra - e a violência que lhe é peculiar. Em Pernambuco, para além do desrespeito trabalhista no tocante às condições de execução do labor, a conjuntura de desativação dos antigos

empreendimentos açucareiros (os engenhos), provoca desemprego e a subsequente luta pela terra, por parte dos ex-assalariados (moradores e volantes). Cabe ressaltar que aqueles capitais do negócio açucareiro pernambucano, que não vieram a se perder em processos de falência, estão sendo transferidos para o Centro-Oeste do país (sobretudo no MS). Há que se esperar, infelizmente, futuras informações sobre conflitos trabalhistas - que, de resto, já estão acontecendo - envolvendo usinas e destilarias dessa região.

Em São Paulo, o padrão de desenvolvimento econômico dos grandes complexos agroindustriais (como os da cana-de-açúcar e da citricultura), cria, senão uma blindagem, uma cortina de fumaça acerca dos conflitos trabalhistas. Sem dúvida, São Paulo é um exemplo de como a CPT necessita reforçar seus quadros e o quanto as demais agências de defesa dos direitos dos trabalhadores precisam se articular. A tabela de desrespeito trabalhista em 2004 registra apenas uma ocorrência - sem dúvida um dado inconsistente quando se projeta a real dimensão do problema.

Vinte anos após a explosão dos conflitos trabalhistas na região mais rica do interior paulista (Guariba, anos 1984/85), a situação dos trabalhadores assalariados rurais paulistas continua cercada por muitas inseguranças. Se houve um processo de regularização das relações de trabalho entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a crescente mecanização - sobretudo na lavoura canavieira - fez recuar o nível de emprego rural no Estado em mais de 30% no mesmo período (segundo dados do IBGE).

Essa regularização trabalhista, no entanto, foi regionalmente localizada e bastante setORIZADA. Ela ocorreu de forma mais intensa na região Nordeste do Estado (a riquíssima região de Ribeirão Preto) e esteve ligada, sobretudo, ao setor sucroalcooleiro. Embora não conste das tabelas de 2004, situações

de desrespeito à legislação continuam a ocorrer, nessa mesma região, no interior das fazendas de café. Se voltarmos o foco para a região oeste do Estado - o Pontal do Paranapanema, por exemplo - o desrespeito e a violência trabalhista são verificados em todos os setores da agropecuária.

O caso da citricultura, outro importante setor do agronegócio paulista, também é notável no que tange ao desrespeito trabalhista. Embora menos intenso hoje do que no final dos anos 1990, a flexibilização dos direitos trabalhistas na colheita de citros é flagrante. Aproveitando uma brecha legal que buscava sanar problemas trabalhistas em cooperativas de agricultores familiares, empresários de mão-de-obra rural (os conhecidos “gatos”), voltaram à ativa através da montagem artificial de cooperativas de mão-de-obra. Nessas cooperativas, vários encargos trabalhistas eram suprimidos (inclusive o registro em carteira de trabalho). Os trabalhadores, por sua vez, sequer sabiam qual o significado das cooperativas, das quais eram “sócios” e com relação às quais se portavam (pois o eram) como empregados subordinados. A intensa campanha do movimento sindical e a atuação séria do ministério público e das delegacias do trabalho têm dificultado essa “estratégia alternativa” de desrespeito e burla de direitos dos trabalhadores.

Por fim, cabe concluir que a luta pela terra no Estado de São Paulo está diretamente relacionada ao desemprego e às péssimas condições laborais dessa categoria de trabalhadores. Seja no Pontal do Paranapanema, seja nas regiões mais “modernizadas” do Estado, o principal contingente de trabalhadores mobilizados por um pedaço de chão - seja em ocupações ou em acampamentos - é composto por assalariados e ex-assalariados rurais. A violência no campo tem várias faces, mas um só coração: a estrutura fundiária concentrada e o excludente modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Conflitos trabalhistas

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Superexploração				
Acre				
Porto Acre	Área na Estr. de Porto Acre/Km 20	5		
Subtotal:		1	5	0
Amazonas				
Lábrea	Faz. Gauchaba/Ramal Marmelo	25		
Subtotal:		1	25	0
Bahia				
São Desidério	Carvoaria Angical	50		
São Desidério/ Baianópolis	Carvoaria Refloagro	156		
Subtotal:		2	206	0
Maranhão				
Açailândia	Carv. Nova Descoberta/Área 2/Sider. Pindaré			1
Açailândia	Carv. do Chico Xavier/Simasa	80		
Açailândia	Fazenda do João Bala	21		
Altamira do Maranhão	Fazenda Alvorada	18		
Carolina	Fazenda Caatinga	3		
Cidelândia	Fazenda do Zé Carlos	9		
São Francisco do Brejão	Fazenda Boa Vista	11		
Subtotal:		7	142	1
Mato Grosso				
Confresa	Destilaria Gameleira	31		
Rondonópolis/ Itiquira	Fazenda Paineira I	10		
Sorriso	Faz. Berrante de Ouro/Maracá	26	1	
Subtotal:		3	67	1
Minas Gerais				
Campanha	Fazenda Real	40		
São Romão/ Ninheira/ Montezuma	Carvoarias	112		
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica			
Unai	Fazenda Decisão	76		
Subtotal:		4	228	0
Pará				
Bannach	Fazenda Palmeiras	9		
Canaã dos Carajás	Fazenda do Zico	5		
Curionópolis	Fazenda Olivence	16		
Goianésia do Pará	Carvoaria Central da Cosipar	60		
Itupiranga	Fazenda do Miterino	8	1	
Itupiranga	Madeira Rêgia Alves	1	1	
Jacundá	Fazenda Raio do Sol	18		
Marabá	Fazenda Boa Sorte	4		
Marabá	Fazenda Novo Mundo	15		
Marabá	Fazenda do Romero	12		
Parauapebas/ Marabá	Fazenda São Marcos II	10		
Rondon do Pará	Fazenda Sitinho	2		
Rondon do Pará	Faz. Rio do Liezer/Carvoaria Adeodato	20	1	
Rondon do Pará	Fazenda do Inaldo	5		
Rondon do Pará	Fazenda Água Azul	17		
Rondon do Pará	Carvoaria do Iran	18		
Rondon do Pará	Alta Floresta Ltda. Carvoaria	6		
São Félix do Xingu	Fazenda Girassol	60	1	
São Félix do Xingu	Fazenda Matão	5		
São Félix do Xingu	Fazenda do Joaquim G. Montes	10		
São Félix do Xingu	Fazenda do Barreto	1		
São Geraldo do Araguaia	Fazenda do Nemésio	1		
Xinguara/ Sapucaia	Faz. Brasil Verde	21		
Subtotal:		23	324	4
Paraná				
Porecatu	Usina Central do Paraná	300		

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	
Subtotal:		1	300	0	0
Pernambuco					
Aliança	Engenho Cueiros				
Amaraji	Engenho Ponta de Pau				
Amaraji/ Cortês	Engenho Meia Légua	500			
Barreiros	Engenho Caraçu	150			
Escada	Engenho Cabronema	175			
Ipojuca/ Escada	Engenho Timboaçú Timbuaçu	210			
Nazaré da Mata	Engenho Ventura				
Nazaré da Mata	Engenho Terra Nova				
Palmares	Engenho Mãe de Deus				
Subtotal:		9	1035	0	0
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Usina Sapucaia	300	1		
Campos dos Goytacazes	Fazenda Caco-Manga	240			
Cantagalo	Fazenda Gavião	20			
Subtotal:		3	560	1	0
Santa Catarina					
Matos Costa	Área em Matos Costa	30			
Subtotal:		1	30	0	0
São Paulo					
Conchal	Usina Virgulino Oliveira	300			
Garça	Fazenda Aliança	150			
Itapira	Usina de Cana	20			
Lençóis Paulista	Usina Macatubá/São José	1		1	
Palmares Paulista	Fornecedora da Usina Catanduva	1		1	
Palmares Paulista/ Santa Amélia	Fazenda Santa Paula	40			
Piracicaba	Usina de Cana em Anhumas	56			
Rio das Pedras	Plantação de Cana de Açúcar	72			
Valparaíso	Usina Univale	1		1	
Subtotal:		9	641	0	3
Tocantins					
Ananás	Fazenda Castanhal	23			
Ananás	Fazenda Casa Branca	15			
Araguaina	Fazenda Fátima	4			
Araguaina	Fazenda Alvorada	3			
Araguaina	Fazenda Vale dos Sonhos	20			
Araguaina	Fazenda Santa Luzia	9			
Araguaina	Fazenda Princesa do Rio Preto	4			
Araguatins	Fazenda Grota da Areia	5			
Araguatins	Fazenda das Lajes	5			
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Estrela	7			
Buriti	Fazenda de Osvaldo Reis	9			
Campos Lindos	Fazenda Santos Dumont	22			
Campos Lindos	Fazenda de Emiliano	3			
Campos Lindos	Fazenda Cabaceira Verde	13			
Campos Lindos	Fazenda Santa Maria	5			
Darcinópolis	Fazenda Santa Ifigênia	14			
Muricilândia	Fazenda Escondido	8			
Palmeirante	Fazenda Santa Maria	2			
Piraquê	Fazenda Santa Marta	24			
Riachinho	Fazenda Bonanza	13			
Riachinho	Fazenda Tapuiú	13			
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Cinco Irmãos	11			
Tocantinópolis	Fazenda Vale do Sol	6			
Wanderlândia	Fazenda Cacao	30			
Xambioá	Fazenda Gameleira	9			
Xambioá	Fazenda Sol Nascente	6			
Xambioá	Fazenda 27	4			
Xambioá	Fazenda Vale do Sonho	20			
Subtotal:		28	307	0	0
Total:		92	3870	6	4

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Desrespeito Trabalhista				
Acre				
Brasileia	Ramal Olho D'Água			1
Cruzeiro do Sul/ Tarauacá	Área na BR-364/Km 75	26		
Rio Branco	Ramal Sumaúma			1
Subtotal:		3	26	0
Alagoas				
Igreja Nova	Usina Marituba	44	40	4
Maceió	Usina Cachoeira do Meirim	70	26	7
Subtotal:		2	114	66
Bahia				
	Greve dos Trabalhadores Rurais			
Barreiras	Fazenda Umuarama	80		
Subtotal:		2	80	0
Maranhão				
Campestre do Maranhão	Destilaria Caiman/Canavieiros			
Grajaú	Faz. Greza/Carvoaria Chicão			
Subtotal:		2	0	0
Minas Gerais				
Bonfinópolis de Minas	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	3		
Varginha/ Três Pontas	Acidente na BR-167	32	30	2
Subtotal:		2	35	30
Rio de Janeiro				
Araruama	Faz. União e Espírito Santo	15		
Campos dos Goytacazes	Fazenda do Secretário João Peixoto	20		
Campos dos Goytacazes	Fazenda Nossa Senhora da Conceição	22		
Campos dos Goytacazes	Fazenda Nova Vida	20		
Subtotal:		4	77	0
Total:		15	332	96

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional



Foto: João Ripper

Violência contra a pessoa

Violência contra a pessoa¹

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Agredidos Fisicamente	Presos	Feridos
Centro-Oeste										
DF	2	3500								8
GO	97	82011		3			2	16	2	104
MS	62	66005					1	1		8
MT	80	70364	2	2	3		16		1	6
Subtotal:	241	221880	2	5	3	19	17	3	118	118
Nordeste										
AL	31	19864		3	10		4			10
BA	114	111656		5			8	1		10
CE	16	20050		12				9	1	
MA	137	38662	2	5	1		12		2	23
PB	36	24565	1				21		2	8
PE	205	141335	5	4			11			17
PI	49	18198	2				7		1	
RN	16	7379						2		2
SE	20	19575								
Subtotal:	624	401284	10	29	11	63	12	6	70	70
Norte										
AC	18	15901					1			5
AM	38	20755					56		5	
AP	28	3025								
PA	233	69500	15	22	12		103	5	10	63
RO	24	15013					1			2
RR	2	615	1	1			2			
TO	98	10019		1			11		1	11
Subtotal:	441	134828	16	24	12	174	5	16	81	81
Sudeste										
ES	11	11809								
MG	111	73464	9	32			27	24		75
RJ	39	23995							1	1
SP	160	98702		6	4					30
Subtotal:	321	207970	9	38	4	27	24	2	106	106
Sul										
PR	122	59325	2	2			1		3	37
RS	32	33035								8
SC	20	24910		1	1					1
Subtotal:	174	117270	2	3	1	1	0	3	46	46
Total:	1801	1083232	39	99	31	284	58	30	421	335

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

1. Esta tabela é constituída a partir do número de pessoas que sofreram violência nas ocorrências de Conflitos por Terra, Seca, Água, Trabalhista e Garimpo.

Violência contra a pessoa: detalhamento

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Centro-Oeste		
Distrito Federal		
	Ferimento	8
Goiás		
	Agressão	2
	Ameaça de morte	2
	Ameaça de Prisão	8
	Ferimento	1
	Prisão	104
	Tentativa de assassinato	3
	Tortura	16
Mato Grosso		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	16
	Assassinato	2
	Danos	15
	Ferimento	4
	Humilhação	300
	Morte em consequência	3
	Prisão	6
	Tentativa de assassinato	2
Mato Grosso do Sul		
	Ameaça de morte	1
	Ameaça de Prisão	3
	Ferimento	27
	Intimidação	200
	Prisão	8
	Tortura	1
Nordeste		
Alagoas		
	Ameaça de morte	4
	Ferimento	67
	Morte em consequência	10
	Prisão	10
	Tentativa de assassinato	3
Bahia		
	Ameaça de morte	8
	Ameaça de Prisão	18
	Desaparecido	2
	Ferimento	60
	Intimidação	13
	Prisão	10
	Seqüestro	1
	Tentativa de assassinato	5
	Tortura	1
Ceará		
	Agressão	1
	Intimidação	6
	Tentativa de assassinato	12
	Tortura	9
Maranhão		
	Agressão	2
	Ameaça de morte	12
	Ameaça de Prisão	6
	Assassinato	2
	Danos	1
	Ferimento	1
	Intimidação	368
	Morte em consequência	1
	Prisão	23
	Tentativa de assassinato	5

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Paraná		
	Agressão	2
	Ameaça de morte	21
	Ameaça de Prisão	2
	Assassinato	1
	Ferimento	6
	Prisão	8
Pernambuco		
	Ameaça de morte	11
	Assassinato	5
	Intimidação	1
	Prisão	17
	Seqüestro	2
	Tentativa de assassinato	4
Piauí		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	7
	Assassinato	2
	Ferimento	2
	Intimidação	3
Rio Grande do Norte		
	Prisão	2
	Tortura	2
Norte		
Acre		
	Ameaça de morte	1
	Prisão	5
Amazonas		
	Agressão	5
	Ameaça de morte	56
	Intimidação	1
	Sem Informação	1
Para		
	Agressão	10
	Ameaça de morte	103
	Assassinato	15
	Danos	24
	Desaparecido	1
	Ferimento	21
	Intimidação	383
	Morte em consequência	12
	Prisão	63
	Tentativa de assassinato	22
	Tortura	5
Rondônia		
	Ameaça de morte	1
	Prisão	2
Roraima		
	Ameaça de morte	2
	Assassinato	1
	Cárcere privado	5
	Tentativa de assassinato	1
Tocantins		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	11
	Intimidação	5
	Prisão	11
	Tentativa de assassinato	1
Sudeste		
Minas Gerais		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	27
	Assassinato	9
	Ferimento	56
	Prisão	75
	Seqüestro	24
	Tentativa de assassinato	32

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
	Tortura	24
Rio de Janeiro		
	Agressão	1
	Danos	2
	Ferimento	15
	Prisão	1
São Paulo		
	Ferimento	10
	Morte em consequência	4
	Prisão	30
	Tentativa de assassinato	6
Sul		
Paraná		
	Agressão	3
	Ameaça de morte	1
	Ameaça de Prisão	14
	Assassinato	2
	Ferimento	36
	Prisão	37
	Tentativa de assassinato	2
Rio Grande do Sul		
	Ameaça de Prisão	3
	Ferimento	21
	Prisão	8
Santa Catarina		
	Morte em consequência	1
	Prisão	1
	Tentativa de assassinato	1

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Geografia da Violência contra a Pessoa no Campo Brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação

Carlos Walter Porto Gonçalves

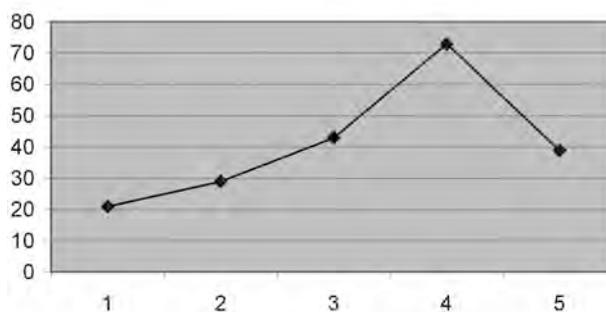
Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do LEMTO/UFF - Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da mesma universidade. Este trabalho teve a colaboração da pesquisadora do LEMTO, Andressa Lacerda, que coordenou todo o trabalho de cálculo dos índices e de cartografia geográfica. Colaboraram, ainda, os pesquisadores Luís Henrique Santos e Leonardo Genaro Dutra. Agradecemos a toda a equipe técnica da CPT, em Goiânia.

1 - Introdução

A questão da violência no campo brasileiro voltou a ocupar as manchetes dos jornais no início do ano de 2005, sobretudo a partir do assassinato, em Anapu - PA, da freira, brasileira de coração e naturalizada, estadunidense de nascimento, Dorothy Stang. Tal como no caso Chico Mendes, em dezembro de 1988, a imprensa voltou a se interessar pelo tema, o que parece indicar que o faz sempre que há repercussão internacional. E, nesse momento, o faz na contramão dos fatos, posto que o número de assassinatos de lideran-

ças ou de pessoas envolvidas em conflitos de terra no Brasil caiu significativamente (46,6%) em 2004, passando de 73 assassinatos, em 2003, para 39, em 2004. A ação da imprensa torna-se mais surpreendente ainda quando se sabe que ela dispunha, desde 16/04/2004, de todas as informações, que não só apontavam para os novos contornos do mapa da violência no campo brasileiro como, também, da lista dos ameaçados de morte, inclusive, com o nome da própria Dorothy Stang (Conflitos no campo no Brasil - 2003, CPT, Goiânia, 2004)¹.

**Assassinatos no Brasil
2000 a 2004**



1. Todas as informações foram expostas em entrevista coletiva concedida por Dom Tomás Balduino naquela data, em Brasília, onde estavam presentes cerca de 40 jornalistas de todos os principais órgãos de imprensa brasileira e vários da imprensa internacional. Saltou-nos à vista a repercussão no noticiário nos dias que se seguiram, que preferiu destacar que havia aumentado a violência no campo no primeiro ano do governo Lula. Mais lamentável ainda foi ver o comportamento de certos jornalistas que na coletiva preferiam fazer perguntas absolutamente fora do universo ideológico costumeiro de imprensa, como indagar se a CPT estaria afirmando com o seu documento que a "luta de classes" imperaria no campo brasileiro. Ou, ainda, se o Bispo Dom Tomás Balduino era a favor da ocupação de terras produtivas. Para tais indagações, os assessores da CPT, assim como Dom Tomás, esclareceram que os dados divulgados eram suficientemente claros e graves para que desviássemos a questão com querelas ideológicas que mais serviriam para não enfrentarmos o enorme desafio que estava diante de nós. Quanto à ocupação das terras consideradas produtivas, Dom Tomás esclareceu que a legislação brasileira atual estabelece que pode haver desapropriação de terras produtivas, por interesse social. Citou, para isso, os casos de desapropriação de terras produtivas para construção de estradas ou de hidrelétricas. Toda a questão passa a ser, então, se a Reforma Agrária é de interesse social ou não. Se é, a legislação brasileira autoriza a desapropriação de terras produtivas. O próprio documento que a CPT divulgava na coletiva, já assinalava que "todo latifúndio é produtivo" num sentido muito preciso de que não só produz bens como, também, produz uma determinada estrutura social, que é desigual e injusta. Assim, toda estrutura agrária com base no latifúndio é produtiva de injustiça e desigualdade.

São três os indicadores acerca da conflitividade e da violência no campo brasileiro, sobretudo, da violência contra a pessoa.²

I - Índice de Conflitividade medido (1) pelo número de conflitos e (2) pelo número de pessoas envolvidas em conflitos;

II - Índice de Violência do Poder Privado medido (1) pelo número de assassinatos e (2) pelo número de famílias expulsas;

III - Índice de Violência do Poder Público por meio da ação do Poder Judiciário medido (1) pelo número de ordens de prisão exaradas e (2) pelo número de famílias despejadas.

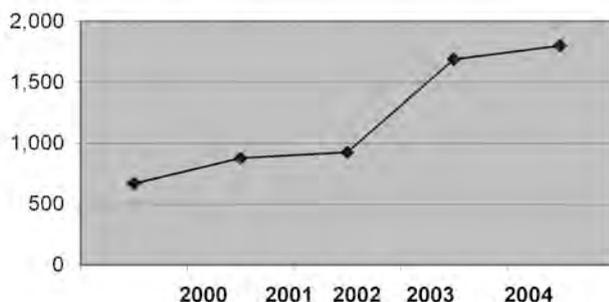
Desses três Índices, no ano de 2004, o de Conflitividade permaneceu alto, tendo sido o número de conflitos (1.801) o maior desde 1985, quando a CPT passou a registrá-los. Muito embora tenha decrescido o número de pessoas envolvidas em conflitos, o ano de 2004 registra o 3º maior número, só menor que os dos anos de 2003 e 1998.

Quanto à violência do poder Privado, embora tenha decrescido quanto ao número de assassinatos, aumentou com relação ao número de famílias expulsas.

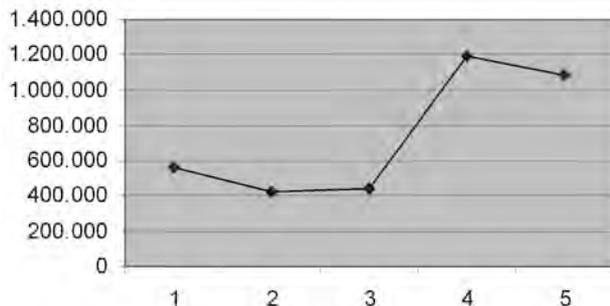
O único Índice que aumentou em seus dois indicadores foi o que mede a ação do Poder Público, pois houve um aumento de 10,8% nas ordens de prisão e de 5,5% nas famílias que receberam ordens de despejo, em 2004. Esses números vinham caindo nos três últimos anos do governo FHC e, aqui sim, poder-se-ia estabelecer alguma ligação entre a eleição e posse de Lula e a mudança na intensidade da ação do Poder Judiciário. É como se o Poder Judiciário tivesse caminhado na direção contrária ao recado que veio das urnas nas eleições de 2002.

Essas ordens de prisão e de despejo são exaradas pelo Poder Judiciário dos Estados e não da

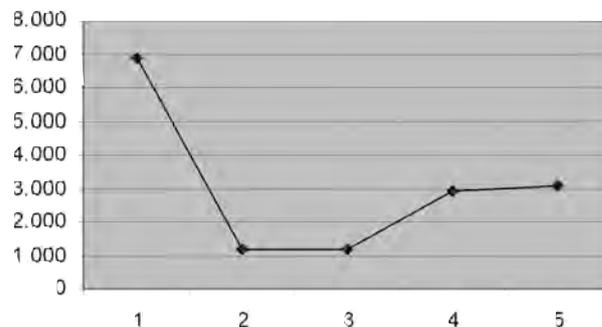
Conflitos no Campo - Brasil - 2000 a 2004



Pessoas Envolvidas Brasil 2000 a 2004

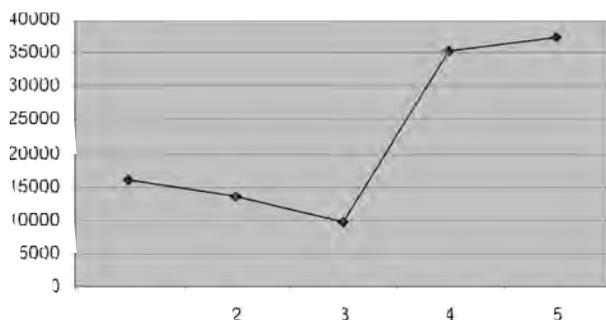


Famílias Expulsas Brasil 2000 a 2004

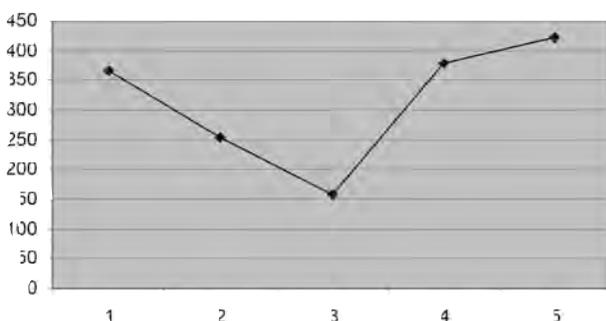


2. Os índices aqui apresentados são elaborados levando em consideração a proporção do evento considerado (prisões, assassinatos, conflitos, por exemplo) do Estado ou da região em tela em relação ao total do País (em porcentagem), dividido pela proporção da população rural do mesmo Estado no total do País. Assim, se um Estado teve 10% do número de Conflitos do País e tem 10% da população rural do país, seu Índice será de 1 (10 dividido por 10). Deste modo, sempre que um Índice é superior a 1 é porque este Estado está contribuindo para aquele evento mais do que a sua população rural. Para facilitar o leitor propomos a seguinte classificação da intensidade desses Índices: De 0 a 0,9 - Índice Baixo; de 1 a 2,0 - Índice Alto; de 2,1 a 4 - Índice Muito Alto; de 4,1 a 8 - Índice Altíssimo; acima de 8 - Excepcionalmente Alto.

BRASIL Famílias Despejadas 2004



BRASIL PRISÕES 2004



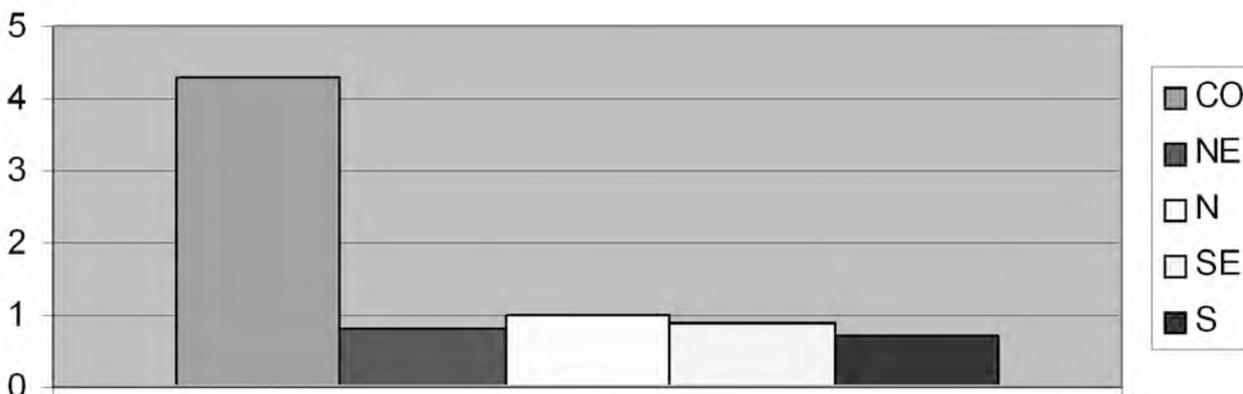
União. Há, assim, uma estadualização da violência do poder Público.

Portanto, a conflitividade permanece alta, assim como a violência do Poder Público e, embora tenha diminuído o número de assassinatos, a ação

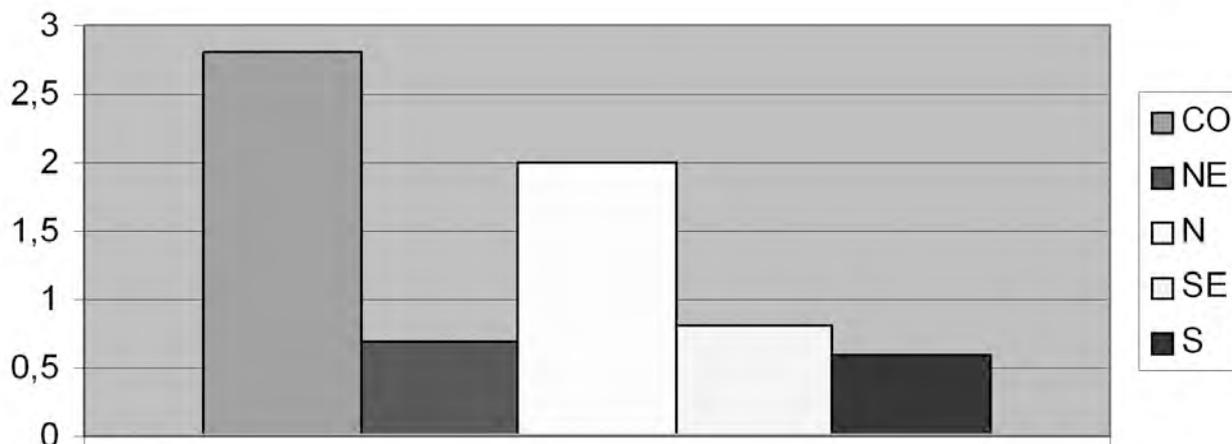
violenta do poder privado continuou aumentando em 2004 quando vista pelo número de famílias expulsas (+ 5,4%). Consideradas as médias desses três Índices por região observamos que em duas delas, Centro-Oeste e Norte, todos os índices se mostram acima de Alto (entre 1 e 2) e Muito Alto (entre 2.1 e 4) e Altíssimo (entre 4.1 e 8). A região Norte só supera a região Centro-Oeste quanto à violência do Poder Privado, 2.9 contra 1.3. Nos demais índices, o de Conflitividade e o de Violência do Poder Público, a região Centro-Oeste supera de longe a região Norte, sendo no caso da violência do Poder Público com índice de 5.7 (Altíssimo), contra 1.0 da região Norte e, no caso do Índice de Conflitividade, de 3.6 (Muito Alto), contra 1.5 daquela região.

Como a região Centro-Oeste é onde vem se dando, nos últimos anos, a expansão dos tradicionais grandes grupos empresariais moderno-coloniais de monocultivos, o chamado agronegócio, os dados nos autorizam a afirmar que nessa região é onde está a maior tensão e violência entre todas as regiões do País, muito embora as atenções se voltem para a Amazônia, quem sabe, pelo interesse internacional que envolve tudo que acontece nessa região. Veremos com detalhes, a seguir, que essa tendência geral se confirma quando analisamos esses índices por Esta-

Índice de Conflitividade por Região Pessoas Envolvidas em Conflitos 2004



Índice de Conflitividade por Região - 2004 - Número de Conflitos



dos, características essas que se reforçam ainda mais quando vemos como esses índices se comportam em determinados Estados como o Tocantins, cujas características sociogeográficas o aproximam da região Centro-Oeste.

2 - Da Conflitividade

O ano de 2004 manteve os níveis elevados de conflitos no campo registrados em 2003. O número de conflitos vinha se mantendo relativamente estável, desde o ano 2000, na verdade com um leve aumento até o ano de 2002, tendo aumentado, aí sim, significativamente desde o primeiro ano do governo Lula. O ano de 2004 registrou o maior número de conflitos desde que a CPT iniciou o registro, em 1985, com 1.801 conflitos registrados (vide gráfico 2), muito embora tenha decrescido o número de pessoas envolvidas em conflitos de 2003 para 2004. 1.083.263 pessoas envolvidas em conflitos em 2004, contra 1.190.578 em 2003, queda de 9%. Entretanto esse número é o terceiro maior registro, em 20 anos, sendo menor somente que os anos de 2003 e 1998.

Somente duas regiões brasileiras apresentam Índices Altos ou Muito Altos, isto é, uma ocorrência de conflitos até duas vezes maior que a

proporção da sua população rural no total do país (Alto = entre 1 e 2) ou Muito Alto, isto é, entre o dobro e o quádruplo dessa mesma proporção (2.1 e 4): a região Centro-Oeste com Índice de 2.8 e a região Norte com Índice de 2. As demais regiões mantiveram níveis de ocorrência de conflitos abaixo de 1, isto é, proporção de conflitos na região, inferior à proporção de sua população rural no total do país.

Com relação ao Índice de Conflitividade medido pelo número de pessoas envolvidas em conflitos, as mesmas duas regiões voltam a ser aquelas de maior conflitividade, com destaque para a região Centro-Oeste em que os Índices alcançam o patamar de Altíssimo, porque o número de pessoas envolvidas em conflitos supera o quádruplo da proporção de sua população rural no total do País - 4.3. Mais uma vez a região Centro-Oeste é acompanhada pela região Norte sendo que, nesse caso, a diferença entre elas é grande, haja vista que a região Norte teve a proporção de pessoas envolvidas em conflitos igual à proporção de sua população rural no total da população rural do País, daí o Índice igual a 1. No caso das pessoas envolvidas em conflitos rurais, as regiões Sudeste, Nordeste e Sul se apresentaram muito próxi-

mas da região Norte, com Índices de 0.9; 0.8 e 0.7, respectivamente.

Em média, no Brasil, o equivalente a um em cada 29.4 habitantes de nossa área rural esteve envolvido em conflitos rurais em 2004. Nos Estados da região Centro-Oeste, essa proporção atingiu níveis elevadíssimos, sendo que no Mato Grosso do Sul, uma em cada cinco pessoas esteve envolvida em conflitos; no Mato Grosso, uma em cada 7.3 e, em Goiás, uma em cada 7.4. São proporções extremamente elevadas se tomamos como referência a própria média nacional de uma para cada 29.4 pessoas. As proporções ainda se mantiveram maiores que a média nacional no Acre (uma em cada 11.8); em Pernambuco (uma em cada 13.2); no Amapá (uma em cada 17.3); Rio de Janeiro (uma em cada 23.7) e São Paulo (uma em cada 24.7). O Estado de Tocantins se manteve praticamente na média nacional com um em cada 29.7 habitantes rurais envolvido em conflitos no ano de 2004.

Os Índices de Conflitividade, medidos tanto pelo número de conflitos como pelo número de pessoas envolvidas em conflitos, nos mostram que os maiores Índices de Conflitividade estão nos Estados onde vem se dando a expansão das tradicionais grandes empresas moderno-coloniais de monoculturas, o chamado agronegócio. Observe-se que quanto ao número de conflitos, o Amapá alcançou o patamar de Excepcionalmente Alto, com o Índice de Conflitividade - Conflitos de 9.7 e o Tocantins alcançou o patamar de Altíssimo, com o Índice de 5.9. Os três Estados que alcançaram o patamar de Muito Alto são todos, da região Centro-Oeste, a saber, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, com os índices respectivos de 3.3, 2.9 e 2.7.

O caso Amapá é emblemático dos novos conflitos que vêm afligindo aquele Estado, acusando a chegada dos tradicionais grupos empresariais moderno-coloniais com suas monoculturas que ali visam a região dos cerrados amapaenses para o cultivo de soja e de madeiras para matérias-primas de indústrias de celulose, assim como outras áreas para o cultivo de arroz. O Estado já vinha

sofrendo a presença desses grupos empresariais tradicionais com o cultivo de melina e de outras espécies de matérias-primas para a celulose destinadas ao Projeto Jari, na região do antigo Beiradão, hoje Laranjal do Jari, na fronteira com o município de Monte Dourado, no Estado do Pará.

Cabe aqui destacar que essas empresas tradicionais de monocultura, sobretudo de matérias-primas para celulose vêm, em diferentes regiões do Brasil, manipulando a legislação para se apropriar de terras públicas mediante os chamados proprietários 'laranjas'. Por ação de entidades civis que lutam pela reforma agrária no Amapá, com o apoio da CPT, no ano passado uma empresa, a International Paper, se viu obrigada, judicialmente, a devolver 108.000 hectares de terras públicas de que havia se apropriado fraudulentamente. A mesma estratégia de apropriação fraudulenta foi efetuada por uma das maiores empresas de produção de celulose do Brasil e do mundo, no Estado do Espírito Santo. Mais de 500 proprietários 'laranjas' adquiriram terras num dia e, no exato dia seguinte, as revenderam à empresa que, com base nesse patrimônio fraudulentamente construído, pôde obter financiamento junto ao BNDES para seu empreendimento de produção de pasta de celulose.

A legislação que regula a cessão de terras públicas restringe a área a ser doada e, por isso, as tradicionais empresas moderno-coloniais de monoculturas lançam mão de tantos 'laranjas' contribuindo para concentrar a terra e a apropriação de fundos públicos que ela proporciona e, deste modo, agravam a desigualdade e a injustiça, caldo de cultura dos conflitos sociais no campo.

O mesmo desenho geral se conforma ao se apurar o Índice de Conflitividade medido pelo número de pessoas envolvidas em conflitos. O patamar de Altíssimo é alcançado pelo Estado do Mato Grosso do Sul, com 5.9, isto é, a proporção do número de pessoas envolvidas em conflitos no Estado é quase 6 vezes (5,9) maior do que a proporção da população rural do Estado no total do Brasil! Esse Índice é, ainda, Muito Alto nos Estados de Goiás e Mato Grosso, ambos com Índice 4, e no Acre e Pernambuco, respectivamente, com Índices 2.5 e

2.2. Ainda se mantêm com Índices Altos, isto é, acima de 1 e abaixo de 2, os Estados de Sergipe, Amapá, Pará, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e o Distrito Federal.

3- A Violência do Poder Privado

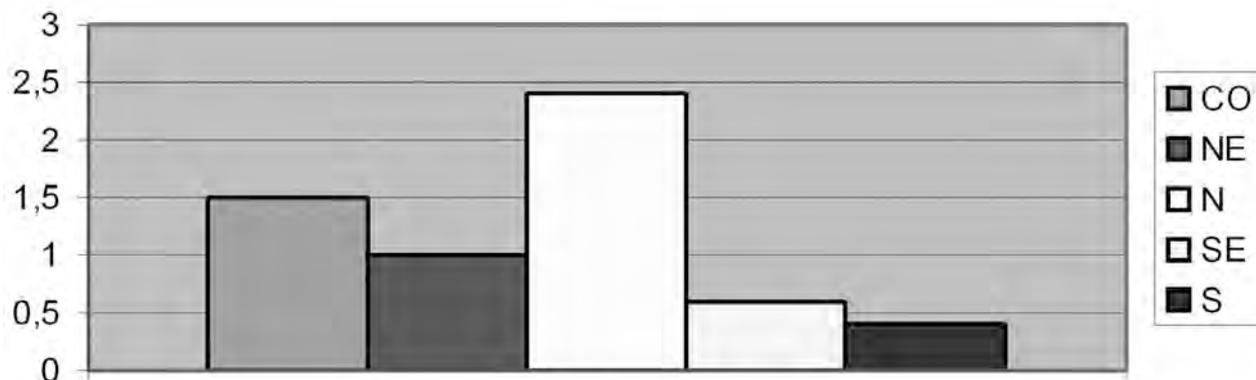
Uma primeira questão a ser destacada é que o número de assassinatos de lideranças ou de pessoas ligadas às lutas por terra e reforma agrária caiu significativamente, 46,6%, entre 2003 e 2004. Na região Sudeste, porém, houve um aumento significativo neste número, 450%, passando de dois casos, registrados em 2003, para nove, em 2004. Dois episódios, ocorridos em Minas Gerais, foram os responsáveis por esse aumento vertiginoso, os massacres de Unaí e de Felisburgo, municípios situados em duas sub-regiões onde se expandem os tradicionais grupos empresariais moderno-coloniais. O primeiro, localizado no Noroeste mineiro, onde se expandem os monocultivos da soja, do trigo e do feijão, e o segundo, situado no Vale do Jequitinhonha, onde se dá a expansão de monocultivos do complexo madeireiro e celulósico. Em todas as demais macro-regiões brasileiras houve queda no registro do número de assassinatos, a saber: na região Centro-Oeste, uma queda de 80%; na região Norte, uma queda de

63,7%; na região Sul, uma queda de 50% e, na região Nordeste, uma queda de 23,1%.

Embora devamos ter todos os cuidados na análise dos Índices de Violência do Poder Privado medida pelo número de assassinatos, em função da queda significativa de 2003 para 2004, é importante o que esse indicador nos revela quanto à dinâmica socio-geográfica da questão agrária brasileira com suas múltiplas facetas quanto à violência. Observemos, por exemplo, que o Estado de Roraima foi o único que alcançou o patamar de Excepcionalmente Alto (10.6) com relação ao Índice de Violência do Poder Privado - Assassinatos.

Esse índice de Roraima, traz à tona a fragilidade política em que se encontram as populações indígenas, um dos grupos que mais têm ficado expostos à violência com a expansão das tradicionais grandes empresas moderno-coloniais monocultoras e todo o conjunto de efeitos em cadeia que emana da não-resolução da questão agrária brasileira o que, aliás, as entidades indígenas vêm insistentemente denunciando, sobretudo nos dois últimos anos. Sua fragilização pode, ainda, ser atestada não somente pelo número de indígenas assassinados, mas também pelas mortes de crianças por absoluta falta de assistência de saúde, como nos casos dos Xavante no Nordeste de Mato Grosso,

Índice de Violência do Poder Privado - Número de Famílias Expulsas 2004



que se viram obrigados a acampar à beira da estrada para recuperar as terras que lhes pertenciam³, e as mortes por subalimentação de índios Kaiowá em Mato Grosso do Sul⁴, cercados por tradicionais empresas moderno-coloniais de monocultivos de soja, algodão e milho, assim como os conflitos da multinacional Aracruz com os índios Guarani no Espírito Santo. A violência contra as populações indígenas continua a nos desafiar⁵.

Merece destaque, ainda, o Pará no que diz respeito ao índice de Violência do Poder Privado medido pelo número de assassinatos. Apesar da queda significativa do número de assassinatos no Estado, esse Índice atingiu o nível de Altíssimo (6.0). O Mato Grosso do Sul também apresentou um nível Muito Alto (3.2), assim como Minas Gerais (2.3) e Pernambuco (2.2).

Entretanto, se a diminuição do número de assassinatos pode ser tomada como um bom indício da diminuição da violência no campo por parte do poder privado, o contrário se observa quando consideramos o outro indicador, o número de famílias expulsas pelos proprietários ou grileiros. Houve um aumento de 5,4% de casos registrados em relação ao ano anterior, com 3.063 famílias expulsas. Esse número, porém, é muito inferior ao registrado no ano de 2000, quando atingiu o número de 6.852 de famílias expulsas.

Entretanto, em duas das macro-regiões brasileiras, a Norte e a Sul, houve diminuição do número de famílias expulsas de 22,8% e 41,0%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Por outro lado, na região Centro-Oeste houve um aumento espetacular de 545%, assim como na região Sudeste, neste caso de 241%. Na região Nordeste o aumento foi de 6,6%. Mesmo apresentando queda expressiva, a região Norte é a que apresenta o

maior Índice de Violência do Poder Privado medido pelo número de famílias expulsas com o patamar Muito Alto (2.4), mais uma vez seguida pela região Centro-Oeste que atingiu o patamar Alto (1.5). A região Nordeste apresentou também um Índice Alto (1.0), o que equivale dizer que teve a mesma proporção de famílias expulsas na região em relação ao total do país como sua proporção na população rural total do Brasil.

O mapa do Índice de Violência do Poder Privado - Famílias Expulsas nos coloca uma questão interessante para reflexão. Com exceção do Estado do Mato Grosso do Sul que apresenta um nível Altíssimo (4.6), os demais Estados da região Centro-Oeste não aparecem com o mesmo destaque quanto a esse Índice. Dos 10 estados que apresentaram Índices acima de Alto, o Estado de Mato Grosso só aparece em 10º lugar. A região Norte comparece com 5 entre os 10 Estados que compõem esse ranking - Amazonas (4.1), Roraima (3.1), Pará (2.5), Tocantins (2.3) e o Acre (2.3). A região Centro-Oeste comparece com dois Estados, o Mato Grosso do Sul (4.6) e o Mato Grosso (1.2). A região Nordeste comparece com dois Estados, Pernambuco e (3.5) e o Ceará (2.5) e a região Sudeste com um Estado, o Rio de Janeiro (1.5). A região Sul é a única a não comparecer com nenhum Estado nesse ranking de violência do Poder Privado - Famílias Expulsas. Assim, a região Norte acaba por se destacar negativamente nesse item indicando que, ali, a resolução de conflitos passa mais fortemente, que em qualquer outra região, pelo plano do privado, embora o recorde nesse item caiba a um Estado da região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul (4.6).

4 - A Violência do Poder Público

A sociologia política nos ensina que cabe ao Estado o monopólio do exercício da violência legítima.

3. Sobre a violência contra os povos indígenas ver, nesta publicação, o texto de Jean Pierre Leroy: Povos indígenas: mais de 500 anos de violência....

4. O caso dessas mortes entre as crianças Kaiowá revela a enorme complexidade que envolve o tratamento da problemática indígena, haja vista a Funai reunir numa mesma área populações distintas, com culturas distintas e, muitas vezes, com tradições de conflitos entre si. Ali, vem se revelando a superficialidade de se tratar os diferentes povos com um mesmo nome genérico, índio.

5. Para maiores detalhes consultar as páginas na internet da Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - e do Cimi - Conselho Indigenista Missionário.

Para além do sentido normativo que essa afirmação nos sugere, uma análise científica nos impõe assinalar que há uma dimensão que se inscreve no terreno movediço e mundano da práxis histórica que faz e refaz o sentido do que é legítimo em cada quadra histórica. Assim, por meio dos conflitos e das lutas sociais, as contradições se manifestam em estado prático onde são resignificados os sentidos e as práticas legítimas, como nos sugere Antônio Gramsci. No caso que segue, onde analisamos as ações do Poder Judiciário por meio das ordens de prisão exaradas contra lideranças e pessoas ligadas às lutas por direitos no campo, assim como ordens de despejo emitidas e cumpridas contra famílias, medido pelo número de famílias despejadas, a questão da legitimidade adquire todo o seu caráter contraditório, sobretudo diante da difusa linha divisória que, no Brasil, separa o interesse público e o privado em função do caráter patrimonialista e cartorial que caracterizam nossa formação social (Raimundo Faoro).

A primeira questão a ser destacada no que concerne aos registros de prisões e de famílias despejadas é que esses números sofrem um aumento espetacular a partir de 2003, números esses que se mantêm nesses patamares elevados em 2004. O ano de 2004 registrou um aumento de 10.8% no número de prisões e de 5.5% no de famílias despejadas. Os Índices

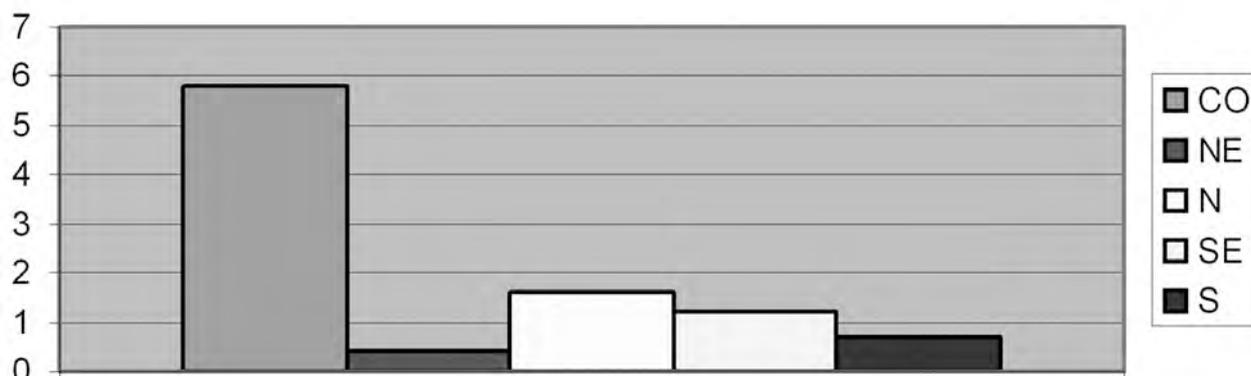
de Violência do Poder Público, seja quanto a prisões seja pelo número de famílias que despeja, são muito maiores do que a conflitividade na região Centro-Oeste, indicando que não há uma correlação linear entre a conflitividade e a ação do Poder Judiciário. Este tem agido com muito mais intensidade do que a conflitividade.

4.1 - A Violência do Poder Público vista pelo Número de Famílias Despejadas

Em 2004, de cada 5.8 pessoas envolvidas em conflitos, uma recebeu ordem de despejo do Poder Judiciário. Essa relação foi mais intensa em 10 unidades da Federação em que essa proporção ficou acima da média nacional (5.8), a saber: no Distrito Federal, uma em cada 2 pessoas envolvidas em conflitos recebeu ordem de despejo; em São Paulo e no Rio Grande do Sul essa relação foi de uma para cada 2.9 pessoas; em Goiás e no Paraná foi de 3.3; em Rondônia, 3.8; em Sergipe e na Bahia, 3.9; no Mato Grosso, 4.3 e no Acre, 5.4.

Quando observamos o número de famílias despejadas por região, vemos que, embora tenha diminuído na região Centro-Oeste, aliás, a única em que o registro, em 2004, foi menor que em 2003, a região se mantém no mesmo patamar

Índice de Violência do Poder Público
Prisões
2004



que o Nordeste. Todavia a comparação revela uma violência do Poder Público muito maior na região Centro-Oeste, pois esta concentra somente 4,8% da população rural do Brasil, enquanto a região Nordeste tem 46,4% da população rural. O gráfico na página anterior mostra que a região Centro Oeste é a única cujo Índice de Intensidade da Ação do Poder Judiciário - Famílias Despejadas atinge o patamar de Altíssimo (5.6). É seguida pelas regiões Sul e Sudeste, com índice muito abaixo, mesmo com patamar de Alto, com 1.2 e 1.1, respectivamente.

A Violência do Poder Público - Famílias Despejadas apresenta com índices estatisticamente Altíssimo e Muito Alto a região que vem sendo apresentada como o 'Brasil que está dando certo', para usarmos uma expressão cara aos porta-vozes dos tradicionais grandes grupos empresariais moderno-coloniais dos monocultivos. Na região Centro-Oeste, a violência do poder público atinge o patamar de Altíssimo nos Estados de Goiás (6.9) e Mato Grosso (5.4) e, ainda, de Muito Alto no Estado de Mato Grosso do Sul (4.0), assim como no Distrito Federal (3.5). Os Estados do Acre (2.7) e de São Paulo (2.4) também se colocam com índice de Muito Alto.

4.2 - A Violência do Poder Público vista pelo Número de Prisões

Durante o ano de 2004, para cada 4.3 conflitos existentes, o Poder Judiciário exarou uma ordem de prisão contra uma pessoa envolvida. Essa proporção atinge o nível Excepcionalmente Alto em Goiás, onde houve um número maior de pessoas presas do que de conflitos registrados, daí a proporção de 0.9. Essa proporção é, ainda, elevadíssima em Minas Gerais, onde para cada 1.5 conflitos, uma pessoa recebeu ordem de prisão. Registre-se, ainda, o nível Muito Alto de Alagoas (1 preso para cada 3.1 conflitos), do Paraná (1 para cada 3.3 conflitos), Acre (1 para cada 3.6), Pará (1 para cada 3.7) e Rio Grande do Sul (1 para cada 4 conflitos).

Em três das cinco regiões brasileiras, a proporção de prisões foi maior que sua população rural no total do país. Mais, uma vez, cabe o destaque para a região Centro-Oeste, onde o Índice atingiu o patamar de Altíssimo contra o nível de Alto das regiões Norte e Sudeste.

O Estado de Goiás se coloca no patamar de Excepcionalmente Alto (13.0). No nível de Muito Alto encontramos os Estados de Tocantins (2.8) e do Pará (2.3). Destacam-se ainda com Índice de Alto os Estados do Acre (2.0), Mato Grosso do Sul (1.8), Minas Gerais (1.8) e Paraná (1.6).

5 - Elementos para compreender a reprodução continuada da conflictividade e da violência no campo brasileiro

Os fatos acima analisados confirmam o que a CPT e vários pesquisadores vêm afirmando a respeito do significado central da violência na formação e estruturação da sociedade brasileira (Porto-Gonçalves, 2004). Essa violência não é só física⁶ mas, também, simbólica, como se pode ver pelo modo como a imprensa seleciona, edita e, assim, inventa o mundo, não só omitindo informações de que dispõe, mas também pelos valores que veicula, como uma noção acrítica do que seja o progresso e pelo modo como retrata os povos e culturas que são diferentes, como os camponeses, caboclos, indígenas e afrodescendentes. Essas populações são exaltadas por sua cultura, quase sempre reduzida a folclore, mas ao mesmo tempo apresentadas como estorvos ao desenvolvimento. Tanto a imprensa como os demais meios de conformação da subjetividade veiculam idéias que alimentam o avanço sobre a Amazônia e os Cerrados, como se essas regiões fossem um vazio demográfico e que, por isso, estaríamos autorizados a ocupá-lo. E não é só a grande imprensa que faz esta leitura, mas também a imprensa local e regional.

6. Como, aliás, podemos ver por todo o lado, bastando, para isso, ler o noticiário sobre a violência urbana ou, mais do que isso, se nos dispusermos a acompanhar o dia-a-dia da vida nas periferias.

No interior, onde quase sempre o desenvolvimento vem de fora, a própria pobreza e miséria da população, inclusive quanto à informação, são manipuladas de tal modo que ela não se veja como protagonista de seu próprio destino e desenvolvimento. E, mais: quando a população se organiza para lutar por seus direitos, como se vê pelas inúmeras entidades que surgiram no campo nos últimos anos, estas não são vistas como protagonistas da cidadania, mas muito mais, como promotoras de desordem. Na verdade, quando analisamos o modo como foi constituída essa *ordem-que-aí-está*, vemos que nela não há espaço público, nem cidadania. Assim, a simples presença de organizações indígenas, de afrodescendentes, de camponeses e de mulheres, enquanto protagonistas, já é por si mesmo o indício de que uma outra ordem está em curso e que a ordem estabelecida está em questão. As tensões são parte desse parto.

Na verdade, nossa formação social e política, desde os primeiros momentos, não se pautou pela mediação pública na resolução de conflitos. Afinal, a empresa colonial estava investida de uma dimensão política de conquista que, por sua vez, dependia do sucesso econômico da atividade empresarial de exportação, haja vista o Estado português não dispor nem de recursos financeiros, nem demográficos para empreender a conquista. Para isso, e já à época, terceirizou e estabeleceu parcerias, para usarmos expressões novas para práticas antigas, com os empresários e com a Igreja, esta sobretudo para cuidar do gentio. Não olvidemos que capitania hereditária indica que os capitães estavam investidos de prerrogativas políticas absolutas - afinal, capitania é uma expressão militar. Assim, é a hierarquia e a disciplina que comandam a conquista, por meio das primeiras grandes empresas modernas que o

mundo conheceu, o latifúndio escravocrata e monocultor de exportação, com seus engenhos de açúcar maravilhosos, os mais avançados que o mundo conheceu até aquela época⁷. A empresa, vê-se, é mais do que uma instituição econômica posto que, também, é política.

O Código Civil de 1831 ensejou o fenômeno do coronelismo, reforçando o poder dos grandes proprietários de terra reservando-lhes, com a Guarda Nacional, prerrogativas políticas e militares, conforme nos ensina o jurista Vitor Nunes Leal no seu livro *Coronelismo, enxada e voto*. Há, no Brasil, toda uma tensão política que atravessa nossa formação socio-geográfica manifestada pela tensão entre as diferentes escalas do poder, isto é, entre o poder central e o poder descentralizado nas mãos dos poderosos locais nas Províncias, como se chamavam, à época do Império, os Estados de hoje. Aqui, reside uma das principais pistas para entendermos a truculência, isto é, a violência desmedida das polícias estaduais que agem como se fossem forças militares⁸. Submetidas aos ditames dos potentados locais nas províncias, jamais se preocuparam com os direitos humanos, preocupadas que estavam com a defesa dos direitos patrimoniais dos proprietários. Isso explica que, ainda hoje, estejamos diante de questões como a de reivindicar a federalização de crimes como os que vitimaram a freira Dorothy Stang. O primeiro mandante de assassinato de um líder rural no Brasil, condenado e preso, foi Darly Alves Filho. Para isso, muito contribuiu a enorme pressão da sociedade civil organizada, tanto quanto a presença de mais de 400 jornalistas de todo o mundo, em Xapuri, acompanhando o que ficou conhecido como o caso Chico Mendes. Não fora a presença da sociedade civil organizada em sindicatos e associações e o acompanhamento internacional que o caso teve, as forças democráticas existentes

7. Como se vê, somente uma colonialidade do saber, o eurocentrismo, talvez a principal herança que ainda nos conforma, nos impeça de ver que as mais modernas tecnologias, que o chamado mundo moderno conheceu até ali, estavam aqui no Brasil, tanto quanto em Cuba e no Haiti, e não na Europa.

8. As forças militares, sabemos, são feitas para eliminar o inimigo. Na linguagem cotidiana, os policiais usam a palavra cidadão com tom depreciativo quando abordam alguém, sobretudo, quando pobre e negro: "Ô cidadão, o que está fazendo aí" não quer dizer necessariamente algo positivo quando dito nas periferias de nossas cidades.

no Acre não teriam sido suficientes para garantir que se fizesse justiça naquele caso.

A estadualização da violência do Poder Judiciário, que constatamos em 2003 e novamente em 2004, é mais um lance dessa tensão política entre o poder central e o poder controlado pelas poderosas forças políticas estaduais. Afinal, a eleição de Lula indicava que, pela primeira vez em nossa história, o poder político central estaria escapando às tradicionais forças políticas que compõem o pacto territorial brasileiro. Mas hoje vemos como, no Congresso Nacional, o bloco histórico tradicional vem se encarregando, em nome da governabilidade, de recompor o velho pacto político com os novos governantes. Já durante o processo eleitoral que levaria à eleição de Lula, um pacto político além-fronteiras foi gestado com os grandes grupos econômico-financeiros globalizados, como explicitado na Carta aos Brasileiros. A nomeação do Sr. Henrique Meirelles, ex-presidente do Bank of Boston, e recém-eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás, para o Banco Central, selaria esse pacto. Todavia, nenhum setor demonstrou melhor o pacto das elites nacionais com o capital internacional do que o agrobusiness, onde nomes como Sadia, Maggy e Perdigão se misturam a nomes como Bunge, Cargill, Monsanto, Du Pont e outras que vêm mantendo esse setor como um dos pilares da inserção da economia brasileira na globalização. A recente crise da soja e o início da cobrança de royalties dos transgênicos pela Monsanto que, até aqui, estimulava o contrabando e não cobrava o que agora diz serem seus direitos, nos dá conta das tensões que aqui se aninham. Isto para não falar da violência contra a pessoa, fartamente comprovada nesse estudo e da devastação dos cerrados e da floresta amazônica, agora que o 'arco do desmatamento' se

reconfigura como 'arco e flecha do desmatamento' com a abertura da BR 163 e o porto da Cargill, em Santarém, no Pará. Em apenas dois anos de governo Lula, foram desmatados na Amazônia cerca de 50.000 km² de floresta, área equivalente a cerca de 1/3 da do Estado Acre, de onde historicamente vem a maior resistência contra o desmatamento da Amazônia, e onde nasceu e se formou politicamente a ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva.

Muito se tem falado do significado da Lei de Terras de 1850 na conformação da estrutura fundiária desigual do Brasil, por condicionar o acesso à terra à compra e venda que, deste modo, reforçava o poder de quem já podia comprar. Mesmo considerando esse sentido tão destacado, é preciso chamar a atenção para o fato de que, ainda hoje, mais de 50% das terras do País não são sequer cadastradas, seja como propriedade, seja como posse, conforme dados do Incra de 2003⁹. Assim, mais do que adquiridas pela compra e venda, conforme a Lei de Terras de 1850 determina, o que temos visto são terras sendo apropriadas por mecanismos à margem da lei, como a grilagem! A rigor, essas terras são terras públicas, terras devolutas e, com isso, revela-se o patrimonialismo, posto que o poder público, até aqui, tem feito vistas grossas para o próprio patrimônio que, assim, ao arrepio da lei e da boa norma republicana, vai sendo apropriado por aqueles que controlam o poder de Estado para fins de grupos ou de famílias¹⁰. O jurista Raimundo Faoro num livro excelente, com o título sugestivo de *Os Donos do poder* tratou desse tema numa fina análise onde aponta a ausência do caráter republicano.

Apesar da legislação em vigor estabelecer as condições de cessão das terras públicas, tanto por meio da compra e venda como, também,

9. Há que se deduzir desse percentual as terras sob responsabilidade da Funai e do Ibama.

10. Ainda recentemente, dois dos mais destacados Senadores da República, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, Bahia, e o Sr. Jaber Barbalho, Pará, renunciaram aos seus mandatos para não perderem seus direitos políticos, sendo substituídos pelos seus suplentes que eram, nada mais nada menos que, respectivamente, o neto e pai. Nesse caso, não eram mais a Bahia e o Pará que estavam representados mas, sim, as famílias Magalhães e Barbalho. Ambos estavam sendo acusados de corrupção envolvendo duas das mais importantes instituições da República, a saber, a Sudene e a Sudam, tratadas cartorialmente como se ainda vivêssemos as capitânicas hereditárias..

mediante cessão com fins específicos, desde que por interesse público, e com limites de tamanho (vide cartilha da CPT do Amapá), até aqui tem predominado a 'lei do mais forte', isto é, a não mediação democrática dos direitos e a solução dos conflitos por meio da violência. Todo o Poder Judiciário se acha comprometido, com suas liminares de reintegração de posse, num País em que nem mesmo um cadastro fundiário confiável existe e onde mais de 50% das terras não são cadastradas. Uma tentativa recente de mexer nesse quadro por meio da Portaria¹¹ Conjunta nº. 10 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - veio aguçar toda a cadeia produtiva de violência que envolve as tradicionalmente modernas grandes empresas monocultoras, as empresas madeireiras, os fazendeiros pecuaristas. Estas encontram apoio no Poder Judiciário que expede liminares de reintegração de posse e ainda contam com o suporte dos meios de comunicação local e regional, além de lançarem mão do jaguncismo e da pistolagem que encontra, muitas vezes, na pobreza, os quadros que apertam o gatilho ou famílias disponíveis para amansar a terra (pública) mais adiante.

Foi Sérgio Buarque de Hollanda, em seu *Raízes do Brasil*, quem nos alertou para esse caráter predador e itinerante, essa verdadeira mentalidade de garimpeiro, que acredita que a riqueza, o eldorado, está sempre adiante onde se podem obter lucros altos e rápidos, sem a preocupação

de se territorializar e de se identificar com os lugares e regiões. O historiador José Carlos Reis em seu livro *As Identidades do Brasil - de Varnhagen a FHC*, nos alerta para o fato de ser incommon o adjetivo pátrio terminado em eiro, como é o caso de brasileiro, indicando com isso que, mais do que uma construção identitária com o Brasil, o que se queria mesmo é explorá-lo, pois esse eiro é a mesma derivação daquele que explora a madeira, o madeireiro; daquele que explora as minas, o mineiro, ou o garimpo, garimpeiro, enfim, aquele que vive de explorar algo, daí brasileiro¹².

A recente expansão do novo ciclo do tradicional sistema moderno-colonial das grandes empresas monocultoras, hoje de soja, milho, algodão e girassol, sobre as terras dos cerrados e da Amazônia tem sido o maior responsável pelos elevados índices de violência que se abatem nessas áreas, até porque não rompem, ao contrário, reproduzem as velhas tradições mandonistas, patrimonialistas e patriarcalistas.

Uma verdadeira ideologia missionária que se acredita salvadora do país tem sido invocada e, como um pensamento (que se quer) único, procura desqualificar, mesmo sem entrar no mérito, qualquer crítica que lhe seja endereçada. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ex-presidente da Abag¹³ - Associação Brasileira de Agrobusiness - disse, logo que assumiu o cargo, que o Brasil se tornaria mais competitivo no mercado internacional se as tradicionais empresas moderno-coloniais monocultoras incorpo-

11. Portaria Conjunta nº 10 assinada em 1/12/2004 pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, tem como objetivo normatizar a ocupação de áreas públicas federais na Amazônia Legal. A medida abrange 352 municípios de nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A portaria estabelece que as Superintendências Regionais do Incra só poderão emitir Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) se for apresentada toda a documentação comprobatória acompanhada por planta e memorial descritivo georreferenciado, elaborado de acordo com as normas do Incra. Antes, não havia a solicitação da planta e do memorial georreferenciado, o que dificultava aos técnicos do governo saber se a ocupação havia sido feita em áreas públicas federais. No caso dos pedidos feitos antes da publicação da portaria, a pessoa deverá apresentar às Superintendências do Incra toda a documentação que estiver faltando para ter acesso ao CCIR.

12. Não bastasse a ironia, que se revelaria triste, de o nome do País derivar de uma madeira cuja cor nos lembra a brasa - o brasio - da madeira queimando. E como queimaram e queimam!

13. O Sr. José Graziano da Silva, que ocupou um lugar destacado no início do governo Lula, é, também, diretor da Abag. Assim, uma política supletiva, o Fome Zero, procura minimizar os efeitos da política estrutural dos tradicionais grandes grupos empresariais de monocultivos. O Banco Mundial já estimulava no México, nos inícios dos anos 90, o Pronasol - Programa Nacional de Solidariedade.

rassem ao seu domínio mais 30 milhões de hectares. Em Minas Gerais, o mesmo setor empresarial ligado à produção de madeira e celulose lançou, no ano passado, a ameaçadora expressão “apagão florestal” procurando chamar a atenção para a necessidade do setor de expandir os monocultivos de madeiras para as indústrias siderúrgicas e de celulose. O engenheiro florestal Danilo Rocha, Coordenador do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, declarou que “a situação hoje é extremamente preocupante. Segundo ele, Minas Gerais teria que plantar, no mínimo, 150 mil hectares de eucalipto por ano para conseguir atender a demanda das indústrias mineiras e suprir o déficit existente hoje. A estimativa do IEF/MG é de que, com o plantio de 150 mil hectares por ano, em seis anos o Estado atingiria os 2 milhões de hectares plantados. Para este ano (2004) há uma expectativa de modificação do cenário, com uma maior movimentação do setor. Isso graças a novos planos de incentivo dos governos federal e estadual. Somente a Acesita, uma das mais importantes indústrias siderúrgicas do mundo, mantém uma área de 126.000 hectares de monoculturas de eucalipto (clones híbridos) apenas no vale do Jequitinhonha, segundo o engenheiro Rubens Costa” (jornal Hoje em Dia - Belo Horizonte 15/08/2004).

Não se passaram três meses dessas declarações e, em 20 de novembro de 2004, ocorreu o massacre de cinco trabalhadores sem terra, na Fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha. Com tanto estímulo à expansão do 'progresso' contra o 'atraso' por meio de tantas autoridades políticas e, cada vez mais, de técnicos e de cientistas, estavam dadas as condições subjetivas para que se ocupassem as terras indígenas, se assassinem fiscais do trabalho¹⁴, fossem desalojadas famílias, seja diretamente por meio do poder privado, seja por meio do poder público patrimonialisticamente conduzido. Como, por outro lado, os setores

ligados à luta pela reforma agrária também ampliam sua organização, exigindo que o poder público haja enquanto tal, isto é, que aja de acordo com o interesse público, as tensões aumentam, como demonstra a permanência de índices elevados de conflitividade e de violência.

6- De agronegócio e de seus críticos: uma reflexão aberta para não concluir

Desde 2004, quando nossa análise apontou que uma nova geografia da violência estava se desenhando no Brasil, geografia essa em que as áreas de expansão das tradicionais grandes empresas moderno-coloniais, hoje chamadas agronegócio, detinham os maiores índices de conflitividade e violência do País (Porto-Gonçalves, 2004), muitos se mostraram surpresos. Até mesmo eu, quando vi os resultados do mapeamento dos índices que havia proposto para análise da conflitividade e da violência, a partir dos dados da CPT, devo confessar, manifestei meu estranhamento. Depois de muito conferir e reconferir os dados e os índices, todavia, não restaram dúvidas. De fato, a geografia imaginária da violência no Brasil não é mais aquela que, de certa forma, os meios de comunicação de massas vieram construindo, onde um coronel mandão e ignorante submete os trabalhadores aos seus caprichos. Não, a geografia da conflitividade e da violência está nas regiões onde se apresenta o que se proclama como o Brasil Moderno. De nossa parte, não há nenhuma contradição entre ser moderno e violento, até porque assim tem sido nesses últimos 500 anos. Temos insistido, aliás, junto com toda uma corrente do pensamento latino-americano, caribenho, africano e asiático (Edgaro Lander, Eduard Said, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Hommy Babba, Silvia Rivera Cusicanqui, Oscar Garcia Linera, Catherine Walsh, Anibal Quijano entre tantos e tantas), que estuda o chamado pensamento subalterno e pós-colo-

14. Que, no caso de Unai, em Minas Gerais, tem como principal suspeito um moderno empresário e político da família Mânica.

nial, que o sistema-mundo sempre teve dois lados, o moderno e o colonial, indissociáveis. Daí falarmos, sempre, “moderno-colonial” expressão a que, aliás, deveríamos começar a nos habituar. A Europa, por exemplo, só se constituiu como centro do mundo a partir da América que, assim, teve, desde sempre, um papel protagônico, e não simplesmente reflexo, na constituição do mundo-que-aí-está. Nos séculos XVI e XVII, as mais modernas tecnologias estavam aqui, nas Américas, nas *plantations* de cana-de-açúcar com seus engenhos. Afinal, era o açúcar o mais importante produto manufaturado comercializado (*commodity?*) no mundo. A moderno-colonialidade reinventou a escravidão e o racismo que, ainda, subjazem às estruturas de poder hoje. A modernidade, sempre colonial, é contraditória e, como diria Marx, bem vale uma missa!

Todavia, as críticas que vimos recebendo, junto com outros cientistas, por demonstrarmos mais essa contradição do modelo agrário/agrícola hegemônico, se fazem como se nossa crítica partisse de um a priori ideológico e como se fosse, simplesmente, uma mera maneira de atingir o que vem sendo considerado como a menina dos olhos da política econômica do governo Lula. Não, não é esse o nosso propósito nem, tampouco, nossos pressupostos. A crítica que fazemos está baseada em dados e fatos que são públicos e, por isso, podem estar sendo cotejados e reinterpretados.

Entretanto, alguns dos que nos criticam, percebendo a gravidade das implicações que apontamos, têm preferido, no lugar de entrar no mérito de nossas análises, desqualificar a fonte que usamos, no caso, a CPT. Cabe-nos aqui frisar que estamos lidando com informações sobre eventos extremamente complexos, como a violência e, para isso, vimos observando o esforço que a CPT vem fazendo para se municiar das melhores técnicas e métodos disponíveis para o que vem contando com assessoria acadêmica de pesquisadores nacionais e internacionais. De nossa parte, credi-

tamos ser absolutamente compatível com todas as exigências do rigor científico, o modo como esses dados vêm sendo coligidos e sistematizados. Todavia, para além de um eventual parecer acadêmico, seja lá de quem for, inclusive do nosso, há um dado de ordem política, nesse caso mais importante, que é o fato desses arquivos estarem, com todas as informações, disponíveis ao público e, assim, aberto a críticas e sugestões.

Um levantamento de dados e fatos como esse, até mesmo por sua abrangência, carecerá, sempre, de aperfeiçoamento. Entretanto, ao contrário do que dizem os críticos, os dados e fatos sobre a conflitividade e a violência no campo, não são superestimados pela CPT. Antes, tudo indica que esses dados estão aquém da realidade de injustiça e desigualdade que caracterizam a sociedade brasileira, sobretudo no campo. A CPT não atinge os rincões de todos os Estados brasileiros, embora se faça presente em todos eles. O que se pode observar nesses dados e fatos é que eles podem ser comparados, pela sua preocupação metodológica e pela homogeneidade de critérios com que são recolhidos e sistematizados, além do compromisso ético em não deturpar a informação.

Exatamente por estar preocupado com essas críticas que apontam para o caráter superestimado dos dados da CPT, procuramos fazer um estudo que servisse como um espelho onde, com a mesma metodologia que calculamos os índices com base nos dados da CPT, calculamos o Índice de Intensidade da Ação do Poder Privado, medido pelo número de casos comprovados de trabalho escravo, com dados do Ministério do Trabalho, portanto, dados oficiais do governo.

Nesse estudo, a mesma geografia da violência se manifestou nos Estados que mais se destacaram quanto à violência do poder privado medido pelo número de trabalhadores libertados¹⁵. O Estado de Tocantins aparece com nível Excepcionalmente Alto (21.4), e os Estados de Mato

15. Só consideramos os dados referentes aos casos dos trabalhadores libertados, o que indica que foram casos comprovados de trabalho escravo, segundo informa o Ministério do Trabalho.

Grosso (6.1), Pará (5.1), Goiás (4.6) e Espírito Santo (4.4), com níveis estatisticamente Altíssimos, além do Maranhão que registra um índice Alto (1.5). O Espírito Santo que, de certa forma, não se fazia presente entre os Estados com elevados índices negativos de violência, aqui aparece. Trata-se de um Estado, historicamente conhecido por sua base camponesa, indígena e quilombola, em que a concentração e, em consequência, a escassez de terras vem se tornando cada vez maior pela presença, relativamente recente, de tradicionais grupos empresariais moderno-coloniais, como a Aracruz Celulose. Nos demais Estados, podemos observar que são os mesmos que apresentam os maiores índices de conflitividade e violência no Brasil que revelamos nos estudos que realizamos com base nos dados da CPT. Novamente, o modelo agrário-agrícola com base nas tradicionais grandes empresas moderno-coloniais, atualmente chamado agronegócio, se mostra igualmente perverso, permitam-nos, agora, o adjetivo depois da exaustiva demonstração científica.

Deste modo, o comportamento dos nossos críticos muito se assemelha ao da Igreja Católica diante do desafio que lhe colocara Galileu Galilei, de olhar o mundo tal e qual ele é, embora para isso, tivesse que olhar com

novos instrumentos, no caso, o telescópio. Creio que o mesmo deve ser aplicado aos nossos críticos e, esperamos, não seja tão demorado como os 400 anos que a Igreja Católica demorou para pedir perdão. Afinal, apesar de toda a revolução que Galileu Galilei iniciara, sua descoberta olhava para os céus e, só muito indiretamente interferia no cotidiano dos homens e mulheres de carne e osso. Já a análise aqui proposta traz à luz questões mais mundanas como, concretamente, um modelo de desenvolvimento que se faz por meio de violência que vem provocando mortes e levando homens e mulheres, muitas vezes, ao desespero. Contra isso temos vários movimentos sociais postos em marcha exatamente por aquelas e aqueles que recusam o lugar que a ordem que-aí-está os colocou. Assim, superam o des-espero até porque esperam, de algum modo, mudar essa ordem. É a mesma esperança que nos move a dedicar o melhor que uma análise científica¹⁶ pode oferecer ao debate em busca de uma sociedade democrática, porque baseada na justiça social, ecologicamente responsável e que valorize o protagonismo de todas e todos e de cada qual na determinação do seu destino.

16. Viver pressupõe sempre, e de algum modo, conhecer. Por isso todo ser vivo tem poros, aberturas, para entrar em contato com o mundo que-lhe-é-externo. É por meio desses poros que cada ser, lê, experimenta, sabe o mundo por meio do tato, do contato. Daí sabor e saber. Todo conhecimento é, ao mesmo tempo, feito a partir de algum lugar. Não existe saber atópico. O saber científico é feito de um lugar específico e, como tal e como qualquer conhecimento, tem virtudes e limitações que daí derivam. Aproximar o conhecimento científico de outras formas de conhecimento é estabelecer um diálogo de saberes que proporcione superar os limites de cada qual, o que só é possível se não se confundirem, mas dialogarem, o que pressupõe o reconhecimento do outro como tal. O conflito é um momento privilegiado de produção de conhecimento até porque traz na sua própria existência o encontro do outro enquanto contradição em estado prático. Ali, o devir está em aberto e, muitas vezes, a própria vida está em questão. Por isso, toda a atenção a cada detalhe é pouca. E a atenção, sabemos, é a primeira exigência de um conhecimento comprometido com a vida, com a invenção de sentidos, muitas vezes de outros sentidos. A segunda, já nos ensinaram os gregos, é o espanto, o estranhamento da realidade tal qual ela é, até para vislumbramos outros possíveis que ela, sempre, contém.

Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Maranhão					
Aldeias Altas	Povoado Jaburu	21/01/2004	José Borges da Silva	67	Posseiro
Nina Rodrigues	P. A. Mangueira/Pov. Vila Boa Esperança	06/02/2004	Evaldo	20	Assentado
Subtotal:		2			
Mato Grosso					
Rosário do Oeste	Gleba Mazargão/Sucuri	03/01/2004	Joaquim Rosa da Cruz	39	Liderança
Vila Bela da Santíssima Trindade	Assassinato de José Lopes Sobrinho	22/09/2004	José Lopes Sobrinho	36	Presidente de STR
Subtotal:		2			
Minas Gerais					
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Iraguiar Ferreira da Silva	23	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Joaquim José dos Santos	65	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Juvenal Jorge da Silva	65	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Miguel José dos Santos	56	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Francisco Nascimento Rocha	62	Sem - terra
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	28/01/2004	Eratóstenes de Almeida Gonçalves	42	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	28/01/2004	Nelson José da Silva	52	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	28/01/2004	João Batista Soares	50	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	28/01/2004	Ailton Pereira de Oliveira	51	Funcionário Público
Subtotal:		9			
Pará					
Anapu	PDS Esperança	29/05/2004	José Wires	A	Sem - terra
Cumarú do Norte	Assentamento Herminio Brito/Erminio/Serra Azul	30/10/2004	Jerônimo Gonçalves Souza	31	Assentado
Cumarú do Norte	Assentamento Herminio Brito/Erminio/Serra Azul	30/10/2004	Manoel Pereira	62	Assentado
Novo Progresso	Gleba Curuá	03/07/2004	Adilson Prestes	26	Ag. pastoral
Novo Repartimento	Gleba Capivara	20/01/2004	Gil	A	Trab. Rural
Novo Repartimento	Gleba Capivara	20/01/2004	Eudes	A	Trab. Rural
Novo Repartimento	P. A. Redenção	30/03/2004	José Antônio Pereira de Souza	A	Assentado
Novo Repartimento	Vicinal 4 da Paracaná	03/05/2004	Gaspar	40	Trab. Rural
Novo Repartimento	Fazenda Nordeste	19/08/2004	Antônio	A	Trab. Rural
Pacajá	Assentamento Arapari I	28/02/2004	José Ribamar Ribeiro	45	Assentado
Rondon do Pará	Assassinato de Ribamar Francisco dos Santos	06/02/2004	Ribamar Francisco dos Santos	47	Presidente de STR
Santa Maria das Barreiras	P. Assentamento Codespar	01/02/2004	Antônio "da farinha"	A	Assentado
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Elisa	29/01/2004	Ezequiel de Moraes Nascimento	A	Liderança
Tailândia	Assassinato de Epitácio Gomes da Silva	23/03/2004	Epitácio Gomes da Silva	57	Liderança
Tailândia	Fazenda Rio Verde	03/05/2004	Manoel da Silva Costa	A	Trab. Rural
Subtotal:		15			
Paraíba					
Mari	Fazenda Olho D'Água	19/01/2004	Antônio Carlos da Silva	64	Posseiro
Subtotal:		1			
Paraná					
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	31/07/2004	Elias Gonçalves de Meura	20	Sem - terra
Rio Bonito do Iguaçu	Assentamento Marcos Freire	25/03/2004	Eduardo Moreira da Silva	29	Assentado
Subtotal:		2			
Pernambuco					

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	15/12/2004	Josuel Fernandes da Silva	29	Sem - terra
Catende	Associação Tabaiaré/Us. Catende	18/03/2004	Heraldo José da Silva	A	Liderança
Moreno	Assentamento Herbert de Souza	21/03/2004	José Rosendo Alves Costa	26	Assentado
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	17/12/2004	Francisco Manoel de Lima	28	Sem - terra
Passira/ Salgadinho	Fazenda Recreio	17/12/2004	Edilson Rufino da Rocha	36	Sem - terra
Subtotal:		5			
Piauí					
Joaquim Pires	Fazenda Papagaio	29/07/2004	Maria Betânia	34	Liderança
Joaquim Pires	Fazenda Papagaio	29/07/2004	Manoel de Jesus	33	Liderança
Subtotal:		2			
Roraima					
Mucajaí	Área Indígena Ianomâmi/Paapiu	23/02/2004	Valdez Marinho Lima	39	Índio
Subtotal:		1			
Total:		39			

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Alagoas						
Atalaia	Fazenda São Sebastião/Us. Ouricuri	01/07/2004	José Pedro		A	Sem - terra
Atalaia	Fazenda São Sebastião/Us. Ouricuri	01/07/2004	Damásio da Silva		48	Sem - terra
Maragogi	Acampamento Manhoso	28/12/2004	Antônio José Gomes Soares		28	Liderança
Subtotal:		3			3	
Bahia						
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	10/07/2004	Evanildo Costa		SI	Sem - terra
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	10/07/2004	Ferreira		A	Sem - terra
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	10/07/2004	Antônio José de Jesus		39	Sem - terra
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	23/08/2004	Elinaldo Pereira dos Santos		23	Sem - terra
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco	09/04/2004	Antônio Mendes			Sem - terra
Subtotal:		5			5	
Ceará						
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Antônio Carlos do Carmo		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Francisco José Ribeiro		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Raimundo Carlos Ribeiro		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Márcio Souza da Silva		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Carlos John do Nascimento		13	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	José Arteiro de Paulo		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Francisco Mardônio de Paulo		M	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	José Ronaldo da Silva		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	José Cleuton de Paulo		M	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	José Eudes da Silva		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	José Valdo do Nascimento		A	Pescador
Acarau	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	Manoel Damião de Paulo		A	Pescador
Subtotal:		12			12	
Goiás						
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmeares	27/07/2004	Luziano Custódio dos Reis		36	Sem - terra
Faina	Fazenda São Sebastião	14/02/2004	Valdeir Gonçalves Magalhães		35	Sem - terra
Itapuranga	Acampamento Vitória do Nativo/GO-156	22/03/2004	Lindomar Silva		A	Sem - terra
Subtotal:		3			1	
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Pov. São José/Mucura/Faz. Santa Luz	18/11/2004	Posseira do Pov. São José/Faz. Santa Luz		A	Posseiro
Arari	Gleba Data Santa Inês	08/12/2004	Alcione Costa Santos		20	Posseiro
Arari	Gleba Data Santa Inês	08/12/2004	Petra Cristina Costa Santos		14	Posseiro
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	10/08/2004	José de Arimatéia Silva		A	Posseiro
Nina Rodrigues	P. A. Mangueira/Pov. Vila Boa Esperança	06/02/2004	Luis Pinto		A	Dirigente sindical
Subtotal:		5			5	
Mato Grosso						
São Félix do Araguaia/Alto da Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Aldeia Marãiwatsedé	04/10/2004	Felisberto Xavante		18	Índio
São Félix do Araguaia/Alto da Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Aldeia Marãiwatsedé	04/10/2004	Guilherme Xavante		16	Índio
Subtotal:		2			2	
Minas Gerais						
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	José Maria Martins Soares		A	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Joaquim Batista da Silva		47	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Sem Terra do Acamp. Terra Prometida	15	SI	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	José Maroto Lima		59	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	J. B. S.		12	Sem - terra

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Felisburgo	Acamp.Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/11/2004	Valdemar Barbosa Lima		58	Sem - terra
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	14/06/2004	Wilmo Damasceno Costa		34	Sem - terra
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	14/06/2004	Sem Terra do Acampamento Pe. Gino		A	Sem - terra
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	14/06/2004	Vavá		A	Sem - terra
Montes Claros	Faz. Canoas	07/06/2004	Paulo Roberto Faccion		A	Ag. pastoral
Montes Claros	Faz. Canoas	07/06/2004	Ramiro Tellez Maradiaga		A	Integrante de ONG
Montes Claros	Faz. Canoas	07/06/2004	Rosa Maria Tzul Tax		A	Integrante de ONG
Montes Claros	Faz. Canoas	07/06/2004	Priscilla Bel Claeys		A	Integrante de ONG
Montes Claros	Faz. Canoas	07/06/2004	Jennie Jonsen		A	Integrante de ONG
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	05/02/2004	Darlan da Silva		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	05/02/2004	André Carlos Jesus da Silva		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	05/02/2004	Darcy		A	Sem - terra
São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	01/09/2004	Brasa		A	Quilombola
Subtotal:		18			32	
Pará						
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	05/10/2004	Filho do Sr. Raimundo Pereira		M	Sem - terra
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Ocupantes da Gleba Manduacari	4		Sem - terra
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	21/01/2004	Ocupante da Gleba Manduacari		A	Sem - terra
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	27/02/2004	Ocupante da Gleba Manduacari			Sem - terra
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baía do Sol	18/12/2004	Márcio		A	Sem - terra
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baía do Sol	18/12/2004	José Aires		A	Sem - terra
Capitão Poço/ Mãe do Rio Itupiranga	Fazenda Dois Irmãos	02/05/2004	Domingos		A	Sem - terra
Itupiranga	Faz. Hidroservice/Boa Esperança	07/08/2004	Maria Helena Pereira Feitosa		A	Posseiro
Itupiranga	Faz. Hidroservice/Boa Esperança	07/08/2004	Quatro filhos de Maria Helena P. Feitosa	4	M	Posseiro
Marabá	Fazenda Bandeirantes	11/11/2004	Domingos da Silva, "Índio"		A	Sem - terra
Marabá	Fazenda Barra do Dia	27/05/2004	Edilson Rodrigues de Sousa		A	Trab. Rural
Novo Repartimento	Fazenda Nordeste	19/08/2004	Valdeir de Jesus e Jesus		24	Trab. Rural
Santana do Araguaia/ Cumarú do Norte	Fazenda Rio Liberdade	06/01/2004	Trabalhador da Faz. Rio Liberdade		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda do Barreto	16/06/2004	Josivaldo Almeida Matos		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu/ Anapu	Faz. Santa Maria-Reunidas	30/05/2004	Hálio da Costa Bom Jardim		A	Posseiro
Taiândia	Faz. Água Azul/Carvoaria Taiândia	15/04/2004	Carlos Anselmo Neto, "Goiano"		A	Trab. Rural
Subtotal:		16			22	
Paraná						
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	31/07/2004	Dois ocupantes da Faz. Sta. Filomena	2		Sem - terra
Subtotal:		1			2	
Pernambuco						
Caruaru	Acamp. às Margens da BR-104/Eng. Mandacaru	21/12/2004	Criança do Acamp. Mandacaru		1	Sem - terra
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	05/08/2004	Josiel Pedro		A	Sem - terra
Passira	Fazenda Dependência	17/05/2004	Charles Luiz Afonso		26	Liderança
Passira/ Salgado	Fazenda Recreio	30/05/2004	Luis Afonso		A	Sem - terra
Subtotal:		4			4	
Roraima						
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	23/11/2004	Josivaldo Constantino		A	Índio
Subtotal:		1			1	
Santa Catarina						
São Cristóvão do Sul	Faz. Faxinal do Paulista/Acamp. 17 de Abril	20/04/2004	Trabalhador do Acampamento 17 de Abril		A	Sem - terra
Subtotal:		1			1	

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
São Paulo						
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	Maria Aparecida da Silva		A	Sem - terra
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	Celina Guimarães Reis Borges		A	Sem - terra
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	Clóvis Daniel de Souza		A	Sem - terra
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	Paulo Vieira de Souza		A	Sem - terra
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	Onofre Pereira dos Santos		A	Sem - terra
Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	26/05/2004	José Rodrigues		A	Sem - terra
Subtotal:		6			6	
Tocantins						
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	06/10/2004	Pedro Iran Tavares da Silva		A	Posseiro
Subtotal:		1			1	
Total:		78			99	

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Ameaçados de morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Acre						
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Cachoeira	16/07/2004	Manoel Lima			A Sindicalista
Subtotal:		1			1	
Alagoas						
Maceió	Ameaçados de Morte	07/05/2004	Paulo Vieira			A Liderança
Maceió	Ameaçados de Morte	07/05/2004	Maria do Ó			A Liderança
Maceió	Ameaçados de Morte	07/05/2004	Marcos Alves			A Liderança
Porto de Pedras	Fazenda Lucena	01/04/2004	José Manuel dos Santos		36	Sem - terra
Subtotal:		4			4	
Amazonas						
Anamá	Com. N. Srª. Nazaré/Igarapé do Caju/Lago Joriá	09/04/2004	Iene dos Santos			A Ribeirinhos
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	30/06/2004	Nélida Martins da Silva		35	Liderança
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	30/06/2004	João Marques Gomes		64	Trab. Rural
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	30/06/2004	Ely Dourado da Silva		60	Trab. Rural
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	30/06/2004	Rosenildo Monteiro da Silva			A Trab. Rural
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	30/06/2004	Elizete Condera da Costa		37	Liderança
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Eloi Gomes da Silva			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Juarez Gomes da Silva			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	João Neves Lopes		42	Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Margarida Xavier Fernandes			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Givanildo Mesquita de Souza			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Antônio Francisco Pereira da Silva			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Hélio Menezes			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Enélio Ferreira da Cunha			A Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Francisco Neves Lopes		38	Ag. Ambiental
Irlanduba	Comunidade Lago do Limão	01/06/2004	Roberval Loureiro			A Ag. Ambiental
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Anderson Alfaia Freitas		12	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Erivan Belchior de Souza		6	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Leila Barbosa da Silva			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Valmir de Souza Queiroz		50	Trab. Rural
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Evanildes Alencar de Souza		48	Trab. Rural
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Raimunda Barbosa da Silva		52	Trab. Rural
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Josivan Belchior de Souza		12	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Alessandro Lima da Silva		8	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Francisco			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Ludimar F. do Rego			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Filha do Ludimar F. do Rego			M Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	José Ivan Fernandes Rodrigues			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	José Estelito Colares		38	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Manoel Colares da Silva			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Rubens de Souza Castro			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Johnson Lima da Silva		12	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Pedro Piu de Souza		31	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Luziete Chaves			A Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/Jamanã	06/03/2004	Esposa do Ludimar F. do Rego			A Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	06/01/2004	Maria de Lourdes Cardoso do Nascimento			A Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Ana Célia da Conceição Dias do Nascimento			A Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Maria Eliana do Nascimento			A Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Maria de Nazaré Melo do Nascimento			A Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Normando Martins Vieira			A Ag. pastoral
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	José Severino		83	Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Adélia Dias do Nascimento			A Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Paulo Clério Dias do Nascimento		A	Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Janete dos Santos de Melo		A	Posseiro
Itacoatiara	Lago do Serpa	16/01/2004	Valcimar Negreiro da Silva		A	Posseiro
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	30/07/2004	Edymilton Batista Freiras		36	Castanheiro
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	30/07/2004	Bríto Gomes da Silva		76	Castanheiro
Manacapuru	Manairão	30/12/2004	Doriedson Lopes Guimarães		23	Liderança
Manaquiri	Terras de Várzea	30/07/2004	Antônia Silva		56	Trab. Rural
Manaus	Comunidade do Uberê/Li 73	30/12/2004	Elisa Batista		A	Trab. Rural
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. Stª. Luzia e Bela Conquista	05/01/2004	Antônio Gomes		A	Liderança
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. Stª. Luzia e Bela Conquista	05/01/2004	Jair Pimenta Rodrigues		A	Liderança
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. Stª. Luzia e Bela Conquista	05/01/2004	Francisco Cavalcante de Sena		A	Ag. Ambiental
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. Stª. Luzia e Bela Conquista	05/01/2004	Francisco da Silva Carvalho		A	Ag. Ambiental
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. Stª. Luzia e Bela Conquista	05/01/2004	Jorge Luís Lima Pinto		A	Ag. pastoral
Tefé	Estrada da Missão	23/09/2004	Ester da Silva		A	Trab. Rural
Subtotal:		56			56	
Bahia						
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	08/04/2004	Damião Muniz		A	Liderança
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	11/08/2004	Joseneide dos Santos		A	Liderança
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	23/08/2004	Francisca Ribeiro		42	Sem - terra
Camaçari	Fazenda Monte Cristo	23/08/2004	Milton Pedro de Almeida		71	Sem - terra
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco	09/04/2004	Orlando Paulo dos Santos			Sem - terra
Jacobina	Fazenda Caldeirão/Santa Cruz/Acamp. São Francisco	09/04/2004	Rosbak José Gomes			Liderança
Malhada	Quilombos Pau D'arco/Parateca/Faz. Bauru	09/07/2004	José Pereira Vilácios		A	Quilombola
Malhada	Quilombos Pau D'arco/Parateca/Faz. Bauru	09/07/2004	Senhor Leobínio		A	Quilombola
Subtotal:		8			8	
Goiás						
Itaberaí	Fazenda São João	04/02/2004	Acampado da Faz. São João		A	Sem - terra
Itaberaí	Fazenda São João	04/02/2004	Criança da Faz. São João		M	Sem - terra
Subtotal:		2			2	
Maranhão						
Açailândia	Fazenda Palmeirinha	12/04/2004	Aguinailton Rodrigues de Sena		A	Trab. Rural
Açailândia	Fazenda Bom Sossego	24/08/2004	Antônio Cicero Passos da Silva		26	Trab. Rural
Açailândia	Faz. Ouro Preto/Pindaré	28/10/2004	Francisco das Chagas Santana		A	Trab. Rural
Araioses	Área do Prefeito de Água Doce do Maranhão	05/05/2004	Francisco das Chagas Silva Costa		A	Presidente de STR
Arari	Povoado Belém/Barreiro	30/04/2004	Eucilene Fernandes da Silva		A	Posseiro
Arari	Povoado Belém/Barreiro	30/04/2004	Antônio Félix do Nascimento		A	Posseiro
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	10/08/2004	Ivanilde Louzeiro		15	Posseiro
Lago Verde	Pov. Nova Conquista/Faz. Marfim	12/02/2004	Francisco Pereira de Melo, "Diá"		A	Presidente de STR
Lago Verde	Pov. Nova Conquista/Faz. Marfim	12/02/2004	José Raimundo Rodrigues		A	Posseiro
Parnarama	Data Tanque/Fazendinha	08/11/2004	Sérgio Barros de Andrade		22	Ag. pastoral
São Luís	Ubirajara do Pindaré	06/05/2004	Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa		A	Delegado do Trabalho
Vargem Grande	Saco do Piauí	28/07/2004	Francisco José		A	Liderança
Subtotal:		12			12	
Mato Grosso						
Brasnorte/ Marcelândia	Fazenda Floresta	14/08/2004	Adenivaldo Rozenti Rocha		A	Trab. Rural
Canabrava do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	09/03/2004	Antônio Leréia		A	Assentado
Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	05/05/2004	José Galvan		30	Trab. Rural
Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	05/05/2004	Edilson Conceição dos Santos		22	Trab. Rural
Gaúcha do Norte	Fazenda Maringá	05/05/2004	Ronaldo Galvan		28	Trab. Rural
Ipiranga do Norte	Assentamento em Ipiranga do Norte	01/09/2004	Assentado de Ipiranga do Norte		A	Assentado
Ipiranga do Norte	Assentamento em Ipiranga do Norte	01/09/2004	Assentada de Ipiranga do Norte		A	Assentado
Juruena/ Juara	Fazenda Florinda	01/03/2004	Gilberto Silva de Oliveira		A	Trab. Rural
São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Aldeia Marãiwatsedé	13/01/2004	Edson Beiriz		A	Funcionário Público

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	Faz. Suiá Missu/Aldeia Marãiwatsedé	20/08/2004	D. Pedro Maria Casaldáliga Pla		76	Religioso
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	17/01/2004	Quatro líderes do Acamp. Claudinei de Barros	4	A	Liderança
Tapurah/ Itanhangá	Assentamento Itanhangá	01/09/2004	Assentado de Itanhangá		A	Assentado
Vila Bela da Santíssima Trindade	Assassinato de José Lopes Sobrinho	01/09/2004	José Lopes Sobrinho		36	Presidente de STR
Subtotal:		13			16	
Mato Grosso do Sul						
Nova Alvorada do Sul	Faz. São João/Acamp. Nova Conquista	14/04/2004	Élcio Aguino		21	Sem - terra
Subtotal:		1			1	
Minas Gerais						
Campo Azul/ Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	17/04/2004	Eliezer Mendes Lima		A	Sem - terra
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	20/07/2004	Miguel José dos Santos		56	Sem - terra
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	21/01/2004	Augusto Ferreira Fraga		A	Liderança
Japonvar	Fazenda Pé da Serra	21/01/2004	Francisco Barbosa		A	Liderança
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	25/05/2004	Sílvio Rodrigues Gomes		A	Dirigente sindical
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	25/05/2004	Justiniano Pedro dos Santos		A	Trab. Rural
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	25/05/2004	Evandro dos Santos Martins		A	Dirigente sindical
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	25/05/2004	Wilton Alves Soares		A	Liderança
Machacalis/ Carlos Chagas	Ameaças de Morte	25/05/2004	Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira		A	Liderança
Montes Claros	Faz. Canoas	24/04/2004	Eurico Pereira Dias		A	Sem - terra
Nova Lima	Mina de Ferro Capão Xavier	17/03/2004	Frei Gilvander Moreira		A	Religioso
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	30/01/2004	Darlan da Silva		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	30/01/2004	Paulo, "Corró"		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	30/01/2004	André Carlos Jesus da Silva		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	30/01/2004	Darcy		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	05/02/2004	Luis Miranda		A	Pequeno proprietário
Santa Fé de Minas	Faz. Remanso do Fogo/Três Riachos	01/09/2004	Antônio Lopes de Almeida		54	Trab. Rural
Santa Fé de Minas	Faz. Remanso do Fogo/Três Riachos	26/09/2004	Quatro Trab. da Faz. Remanso do Fogo/Três Riachos	4	A	Trab. Rural
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	26/01/2004	Nelson José da Silva		52	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	31/01/2004	Dália Ulhoa		A	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	01/02/2004	Mauro Jaime Martins		A	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	01/02/2004	Flávio Pena		A	Funcionário Público
Unai	Chacina de Unai/Fazendas dos Mânica	06/10/2004	Carlos Calazans		A	Delegado do Trabalho
Unai	Fazenda Campinas/Acamp. Tamboril	16/11/2004	Acampado da Fazenda Campinas		A	Sem - terra
Subtotal:		24			27	
Pará						
Abel Figueiredo	Fazenda do Ronilson	10/08/2004	Gilvane da Conceição dos Santos		22	Trab. Rural
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Pe. Valentino Berlingheri		66	Religioso
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Alessandro Gallazzi		58	Ag. pastoral
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Anna Maria Rizzante Gallazzi		49	Ag. pastoral
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Maria Aldenir Santiago da Silva		54	Dirigente sindical
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Maria do Carmo Santos Chagas		56	Ribeirinhos
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	José Ribeiro de Barros		33	Liderança
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Francisco Armando de Souza		64	Liderança
Afuá	Região das Ilhas	27/02/2004	Manoel de Nazaré Oliveira da Silva		45	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	30/01/2004	Francisco de Assis dos Santos Souza		A	Presidente de STR
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	30/01/2004	Pe. Amaro Lopes de Souza		A	Ag. pastoral
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Esposa de Raimundo Delmiro		A	Assentado
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Benedito Freire		A	Liderança
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Raimundo Pereira do Nascimento		A	Liderança
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Raimundo Deumiro de Lima dos Santos		A	Liderança
Altamira	Fazenda Rio Novo	09/07/2004	Ailton da Silva Bonfim		A	Trab. Rural
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Ir. Dorothy Mae Stang **		73	Ag. pastoral
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Ondino Ferreira da Conceição		A	Liderança
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Domingos Araújo Gomes		A	Liderança
Baião	Faz. Amapá II	20/01/2004	Arlindo		A	Presidente de STR
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baia do Sol	18/12/2004	Viana		A	Sem - terra
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baia do Sol	18/12/2004	Maria das Graças Ferreira da Silva		A	Sem - terra
Breu Branco	Carvoaria Bom Jesus	20/11/2004	Manoel Reginaldo Gonçalves		41	Trab. Rural
Castanhal	Ameaça de morte de Raimundo Nonato dos Santos "Índio"	30/01/2004	Raimundo Nonato dos Santos "Índio"		A	Liderança
Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	22/04/2004	Márcia Paraíso		A	Outros
Dom Eliseu	Carvoaria do Dr. Marcos	15/09/2004	Raimundo Nonato Silva da Conceição		A	Trab. Rural
Dom Eliseu	Carvoaria do Dimas	11/02/2004	Claudiano Lusquinho		27	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Geovane Ferreira		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Sebastião		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Márcia		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	João Batista		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Antônio		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Francisco Antônio		A	Trab. Rural
Itupiranga	Madeira Rêgia Alves	21/06/2004	Gerson Mendes da Silva		A	Trab. Rural
Jacundá	Fazenda do Sr. Lozinho	03/06/2004	Raimundo Barbosa Furtado		30	Trab. Rural
Jacundá	Fazenda Raio do Sol	20/01/2004	Cícero Cordeiro dos Santos		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	Domingos da Silva, "Índio"		A	Sem - terra
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	Manoel Pereira da Rocha		A	Sem - terra
Marabá	Ameaça de morte de Antônio Gomes	30/01/2004	Antônio Gomes		A	Presidente de STR
Marabá	Fazenda Macaúba	08/02/2004	Juarez		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Macaúba	08/02/2004	"Negão Bandeirante"		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Verena	28/01/2004	Raimundo Pereira da Silva		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Jean Alves de Sousa		15	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Francisco Célio Barros Ferreira		33	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Gilvan Sousa dos Santos		30	Trab. Rural
Marabá/ São Geraldo do Araguaia	Faz. Santa Maria/Buritizal	15/11/2004	Edmundo Rodrigues de Sousa		A	Trab. Rural
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passe Bem/Mamona	08/05/2004	Maria do Espírito Santo da Silva**		46	Liderança
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passe Bem/Mamona	08/05/2004	José Claudio Ribeiro da Silva		47	Liderança
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Três filhos menores de Ivanilde Prestes		3	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Aparecido Souza		A	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Ivanilde Maria Prestes Alves		35	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Ademir Prestes		A	Trab. Rural
Ourilândia	Fazenda de César Machado	20/03/2004	Silvano Lopes de Souza		A	Trab. Rural
Ourilândia	Fazenda Araguaxim II	10/08/2004	Franisco de Assis Romeu da Silva		A	Trab. Rural

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	30/01/2004	Francisco de Assis dos Santos Souza		A	Presidente de STR
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	30/01/2004	Pe. Amaro Lopes de Souza		A	Ag. pastoral
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Esposa de Raimundo Delmiro		A	Assentado
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Benedito Freire		A	Liderança
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Raimundo Pereira do Nascimento		A	Liderança
Altamira	Reserva Extrat. Riozinho do Anfrísio	15/06/2004	Raimundo Deumiro de Lima dos Santos		A	Liderança
Altamira	Fazenda Rio Novo	09/07/2004	Ailton da Silva Bonfim		A	Trab. Rural
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Ir. Dorothy Mae Stang **		73	Ag. pastoral
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Ondino Ferreira da Conceição		A	Liderança
Anapu	Gleba Manduacari/Rio Anapu/Cospel	09/01/2004	Domingos Araújo Gomes		A	Liderança
Baião	Faz. Amapá II	20/01/2004	Arlindo		A	Presidente de STR
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baia do Sol	18/12/2004	Viana		A	Sem - terra
Belém/ Mosqueiro	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baia do Sol	18/12/2004	Maria das Graças Ferreira da Silva		A	Sem - terra
Breu Branco	Carvoaria Bom Jesus	20/11/2004	Manoel Reginaldo Gonçalves		41	Trab. Rural
Castanhal	Ameaça de morte de Raimundo Nonato dos Santos "Índio"	30/01/2004	Raimundo Nonato dos Santos "Índio"		A	Liderança
Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	22/04/2004	Márcia Paraíso		A	Outros
Dom Eliseu	Carvoaria do Dr. Marcos	15/09/2004	Raimundo Nonato Silva da Conceição		A	Trab. Rural
Dom Eliseu	Carvoaria do Dimas	11/02/2004	Claudio Lusquinho		27	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Geovane Ferreira		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Sebastião		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Márcia		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	João Batista		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Antônio		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Maria de Jesus	28/07/2004	Francisco Antônio		A	Trab. Rural
Itupiranga	Madeiraira Régia Alves	21/06/2004	Gerson Mendes da Silva		A	Trab. Rural
Jacundá	Fazenda do Sr. Lozinho	03/06/2004	Raimundo Barbosa Furtado		30	Trab. Rural
Jacundá	Fazenda Raio do Sol	20/01/2004	Cícero Cordeiro dos Santos		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	Domingos da Silva, "Índio"		A	Sem - terra
Marabá	Fazenda Bandeirantes	06/12/2004	Manoel Pereira da Rocha		A	Sem - terra
Marabá	Ameaça de morte de Antônio Gomes	30/01/2004	Antônio Gomes		A	Presidente de STR
Marabá	Fazenda Macaúba	08/02/2004	Juarez		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Macaúba	08/02/2004	"Negão Bandeirante"		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Verena	28/01/2004	Raimundo Pereira da Silva		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Jean Alves de Sousa		15	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Francisco Célio Barros Ferreira		33	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Minas Gerais	18/02/2004	Gilvan Sousa dos Santos		30	Trab. Rural
Marabá/ São Geraldo do Araguaia	Faz. Santa Maria/Buritizal	15/11/2004	Edmundo Rodrigues de Sousa		A	Trab. Rural
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	08/05/2004	Maria do Espírito Santo da Silva**		46	Liderança
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	08/05/2004	José Claudio Ribeiro da Silva		47	Liderança
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Três filhos menores de Ivanilde Prestes	3		Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Aparecido Souza		A	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Ivanilde Maria Prestes Alves		35	Trab. Rural
Novo Progresso	Gleba Curuá	04/07/2004	Ademir Prestes		A	Trab. Rural
Ourilândia	Fazenda de César Machado	20/03/2004	Silvano Lopes de Souza		A	Trab. Rural
Ourilândia	Fazenda Araguaxim II	10/08/2004	Franisco de Assis Romeu da Silva		A	Trab. Rural

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Eldorado	25/03/2004	Amarildo de Jesus Barbosa		A	Trab. Rural
Tailândia	Fazenda Ferrugem	20/05/2004	Benedito da Silva		A	Trab. Rural
Subtotal:		98			103	
Paraíba						
Areia	Engenho Bonfim	07/07/2004	21 Possesiros do Eng. Bonfim		21	Posseiro
Subtotal:		1			21	
Paraná						
Candói	Faz. Caracu/Assent. Sta. Clara	08/01/2004	Antônio Tavares Irmão		39	Sem - terra
Subtotal:		1			1	
Pernambuco						
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	15/12/2004	Fernando Silva		A	Sem - terra
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	19/04/2004	Edilson Barbosa		A	Sem - terra
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	20/04/2004	Reginaldo Martins		A	Sem - terra
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	20/04/2004	Eduardo (Motorzinho)		A	Sem - terra
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	03/12/2004	Damião João da Silva		A	Quilombola
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	03/12/2004	Andrelino Antônio Mendes		A	Quilombola
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	03/12/2004	Adailton José Bezerra		A	Quilombola
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	03/12/2004	João Francisco Mendes		A	Quilombola
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	03/12/2004	José Augusto Freire		A	Quilombola
São José do Egito	Fazenda Açudinho	06/09/2004	Alzeni Tomáz		A	Ag. pastoral
São José do Egito	Fazenda Açudinho	06/09/2004	Pe. Dino		A	Ag. pastoral
Subtotal:		11			11	
Piauí						
Luzilândia	Lagoa do Piauí/Área do Dnocs/Bela Vista/Palmares	13/03/2004	Guilherme		A	Liderança
Luzilândia	Lagoa do Piauí/Área do Dnocs/Bela Vista/Palmares	13/03/2004	Antônio Carlos, "Cuiabá"		A	Liderança
Luzilândia	Lagoa do Piauí/Área do Dnocs/Bela Vista/Palmares	13/03/2004	Oswaldo Leite		A	Liderança
Luzilândia	Lagoa do Piauí/Área do Dnocs/Bela Vista/Palmares	13/03/2004	Ildener Carvalho		A	Liderança
Madeiro	Murici	27/07/2004	Oscar Silva		A	Presidente de STR
São Raimundo Nonato	Barragem da Onça/Petrônio Portela	15/02/2004	Anastácio		A	Posseiro
Sigefredo Pacheco	Fazenda Baixa	12/07/2004	José Machado		A	Dirigente sindical
Subtotal:		7			7	
Rondônia						
Machadinho d'Oeste	Gleba São Francisco	28/04/2004	João Maria de Liz		A	Pequeno proprietário
Subtotal:		1			1	
Roraima						
Iracema	Assentamento Ajarani/Vicinal III	12/03/2004	Abílio Dias Peixoto		43	Liderança
Uiramutã	Raposa Serra do Sol e Surumu	23/11/2004	Nelson da Silva		A	Índio
Subtotal:		2			2	
Tocantins						
Araguatins	Ameaça de Morte	20/05/2004	Raimundo Nonato Silva Oliveira		A	Trab. Rural
Araguatins	P. A. Aronca	20/05/2004	Raimundo Silvino da Silva		A	Assentado
Augustinópolis	Faz. do Rubão/Indiana II/Acamp. Solidário	09/08/2004	Gilvan Pereira da Silva		32	Liderança
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	18/11/2004	Dom Heriberto Hermes		A	Religioso
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	18/11/2004	Padre Brás Rodrigues da Costa		A	Religioso
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	18/11/2004	Cacique Mariano Ribeiro Krahô-Kanela		A	Índio
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	Assent. Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	18/11/2004	Martone Vieira da Fonseca		A	Ag. pastoral
Darcinópolis	P. A. Amigos da Terra	20/05/2004	Domingas Alves de Moraes		A	Liderança
Palmeirante	Fazenda São José	21/03/2004	Geraldino Pereira da Silva		A	Sem - terra
Pequizeiro	P. A. Progresso	20/05/2004	José Francisco Rodrigues		A	Trab. Rural

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º	Idade	Categoria
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	06/10/2004	Luis Neto Santos		A	Posseiro
Subtotal:				11	11	
Total:				253	284	

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

-
- ** Vítima ameaçada de morte mais de uma vez.
 - + Vítima assassinada
 - O município de Afuá-PA é acompanhado pela CPT-Amapá.



Foto: João Ripper

Manifestações

2004

Manifestações - 2004

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

Historiador da Grand Valley State University, Michigan, EUA, atualmente é Bolsista da CAPES no Programa de Estudos Pós-Graduados da História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e professor e pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e o Curso de Pós - Graduação em Geografia da Unesp, Presidente Prudente

Entre as ferramentas de poder disponível ao povo, a manifestação em massa é uma das mais antigas e tradicionais. É só pensar nas histórias contadas na Bíblia para fazer lembrar as mobilizações dos trabalhadores no tempo de Moisés, os protestos contra o Império Romano e a fuga em massa dos judeus. Durante épocas de carestia na Idade Média, eram comuns as mobilizações espontâneas reivindicando pão. Mais tarde, as pessoas se manifestaram contra a cobrança de impostos considerados injustos e para vários tipos de assistência estatal.

Historiadores argumentam que a manifestação popular faz parte da dinâmica social que traz para o jogo o questionamento moral do povo da ordem social e política. O povo se mobiliza geralmente quando a ordem predominante parece ser tão desequilibrada, tão contra os interesses da maioria que as pessoas não têm como não sair à rua para protestar e pedir mudanças. Uma dada economia tem que ter uma base moral para sobreviver; chama-se uma economia moral.¹

Como mostra a pesquisa da CPT dos últimos quatro anos, a falta de uma política que priorize a construção de uma economia moral no Brasil tem atraído a participação de centenas de milhares de pessoas em todas as regiões do País, numa diver-

sidade de lugares, para manifestar-se em diversas maneiras a favor de várias reivindicações.

As tabelas das manifestações confirmam um fato reconhecido. A questão agrária não se limita a uma área ou outra, mas tem uma presença nacional. Nos dados dos quatro últimos anos, registrados pela CPT, não se encontra nenhum Estado em que não tenha havido manifestações. Em 2004, só ficou fora da tabela o Estado nortista do Amapá. Dos mais de 5.000 municípios no Brasil, as manifestações ocorreram em 322 em 2004; 235 em 2003, 212 em 2002 e 246 em 2001. Medidos pelas manifestações, os conflitos de terra envolveram o Brasil inteiro.

Em 2004, mais de meio milhão de pessoas - 501.428 - se manifestaram na grande luta pela terra. Foi o maior número de pessoas desde quando a CPT começou a colher dados sobre manifestações, em 1998. (Em 2003, foram 481.023 participantes; 2002, 399.487; 2001, 478.775; 2000, 285.517; 1999, 142.245; 1998, 91.520 pessoas.) Entre as regiões do Brasil, o maior número de participantes envolvidos, em 2004, ocorreu nos Estados do Nordeste, 150.937 pessoas, seguido pelos três Estados do Sul, onde 147.548 pessoas protestaram. O Norte, onde não foi registrada nenhuma manifestação em um dos sete Estados, teve o menor número: 52.699 participantes. Nos três Estados do Centro-Oeste, inclusive no Distrito Federal, 79.267 pessoas reclamaram em massa e no Sudeste, 70.977 pessoas se mobilizaram em manifestações.

Um observador qualquer poderia olhar estes números e concluir que relativamente poucas pessoas sentiram a necessidade de participar de manifestações, nos últimos anos. Nas mani-

1. Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, traduzido por Rosaura Eichenberg (São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

festações da campanha “Diretas Já”, nos anos 80, e pelo impeachment do presidente Collor, nos anos 90, o número de participantes foi bem maior. Mas é importante notar o que a história vem nos ensinando. Primeiro, a resistência contra a participação em qualquer manifestação é tão forte que um participante representa até cem pessoas que desistiram por causa de intimidação, preocupações pessoais, saúde, e um infinito número de outros obstáculos. As estatísticas da CPT, porém, representam só as manifestações vinculadas à questão da terra e assim toca uma porcentagem bem menor da população brasileira. Por isso, números de manifestantes de 400.000 a 500.000 por ano são números bastante significativos.²

Em 2004, o número de manifestações cresceu bastante em relação aos anos anteriores. Em 2003, foram registradas 477 manifestações, enquanto que 712 eventos ocorreram em 2004. As tabelas mostram uma curiosa falta de combinação entre o número de pessoas envolvidas e o número de manifestações.

No nível nacional, mais pessoas participaram por evento em 2003 (média de 1008 pessoas/evento). Já em 2004, a média foi próxima a 704 pessoas/evento. No nível regional, tem alguns padrões similares em 2004. Por exemplo, no Sul mais pessoas participaram em menos eventos (147.548/160, média 922 pessoas/evento) do que no Nordeste, onde menos pessoas se manifestaram em mais eventos (150.937/234, média 645 pessoas/evento). O Centro-Oeste teve 124 manifestações com a participação de 79.267 pessoas, apresentou uma média de pessoas/evento de 639, próxima à do Nordeste,

enquanto que no Sudeste 70.977 pessoas participaram em 116 manifestações, média de 611 pessoas/evento. Na região Norte a relação pessoas/evento foi mais acentuada apesar do número relativamente baixo em ambas categorias (52.699/78, média de 675 pessoas/evento).

Para se ter uma idéia da variedade das manifestações registradas na tabela de 2004, pode-se constatar que o maior evento envolveu 20.000 pessoas enquanto que o menor envolveu apenas 7 pessoas. As 20.000 pessoas se mobilizaram, em 22 de agosto, em Cruz Machado, Paraná, em uma Romaria da Terra em defesa das sementes, contra os transgênicos e pela reforma agrária. O grupo menor de sete pessoas foi registrado, em 15 de junho, em Porto Alegre, RS. Lá, o MST mobilizou as pessoas numa greve de fome para pleitear reforma agrária. A greve se espalhou para mais dois municípios, envolvendo outras 45 pessoas.

Os números regionais ajudam a entender outras variáveis dos conflitos no campo. O Sul, onde mais pessoas por evento foram mobilizadas, é conhecido como o berço de alguns dos mais expressivos movimentos camponeses a partir dos anos 1980. As estatísticas sugerem que não deixou de ser uma região de bastante militância. Lá, as manifestações revelaram um aspecto de luta tradicional, com mobilizações de marchas, plenárias, e gritos comemorando antigas lutas e pleitando a reforma agrária. Houve também novas lutas na terra para conquistar melhorias na assistência ao pequeno lavrador - crédito barato, preços subsidiados, redução de pedágios e desenvolvimento da infra-estrutura. Em 2003, o Sul foi a região de maior participação, com 30% do total dos que

2. Alberto Melucci, *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*, traduzido por Maria do Carmo Alves do Bomfim (Petrópolis: Editora Vozes, 2001); Charles Tilly, *Stories, Identities, and Political Change* (New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2002).

se manifestaram (143.780 dos 481.023). Em 2001 como 2004, o Sul não registrou o maior número de pessoas mobilizadas mas também ficou no segundo lugar depois do Nordeste. Em 2001, foram mais de 153.000 participantes nas manifestações no Nordeste (32 %) enquanto no Sul quase 15.000 participantes a menos foram mobilizados, 28% do total. As proporções foram similares em 2004: o Nordeste registrou 30% das manifestações e o Sul 28%.

Em 2003, a região Centro-Oeste teve o número de manifestantes (143.225 pessoas em 111 eventos) mais próximo ao do Sul (143.780 pessoas em 117 eventos). A rápida e agressiva expansão do agronegócio, de gado e soja, foram responsáveis pelo crescimento das manifestações no Centro-Oeste, 29% do total. Já no ano 2004, curiosamente, o número de participantes em manifestações da região caiu bastante para 79.267, 15,8% do total. (Em 2001, representou 14% do total). Parece que o crescimento de 2003 foi uma exceção, ligado às expectativas com o governo Lula, o fim da criminalização dos movimentos e a expansão da fronteira agrícola. Por outro lado, 2005 poderá trazer mais manifestações se a reação dos agronegociantes for igual à dos senhores de engenho da época colonial. Eles tinham a tendência de expandir as terras plantadas e intensificar a produção quando o preço de açúcar baixava. Como o preço de soja estava caindo no início do ano atual.

Na tabela de cada Estado encontram-se os nomes dos lugares onde aconteceram as manifestações. Entre eles sempre consta a capital do Estado e a capital da nação. Isto mostra o papel e a importância da política para os manifestantes e as suas organizações. Historicamente, sempre houve um conteúdo político nas manifestações populares. Uma ação de massas para diminuir o preço de pão ou para acabar com um imposto

mostra, não só a fome e a miséria do povo, mas também a pressão para mudar as políticas públicas. Esse conteúdo político foi ficando mais marcante nas manifestações do século 20. No caso das manifestações da questão agrária no Brasil no início do século 21, não tem como negar seu expressivo conteúdo político. Centenas de milhares de pessoas se dispuseram a ir para as ruas a favor da intervenção estatal nas questões sociais, econômicas e políticas da terra. Por isso, os centros de poder político viraram alvo dos manifestantes em cada Estado.

Mesmo assim, a lista de municípios envolvidos, em 2004, não se limita às sedes do Poder Executivo nas capitais. Outros alvos das manifestações foram os escritórios locais do Poder Executivo, ligados à reforma agrária, como os do Incra e Funai, bancos, prefeituras e cartórios. Algumas manifestações aconteceram diante das embaixadas do Canadá, Estados Unidos e Venezuela, mostrando que a visão dos trabalhadores do campo se amplia. Muitas políticas locais são o reflexo de um jogo de interesses internacionais. Outras manifestações se dirigiram contra empresas transnacionais como a Nestlé. Fora da sede dos municípios, um tipo de manifestação mais popular continua sendo os bloqueios de estradas federais e estaduais. Sendo difícil de serem reprimidos rapidamente, os bloqueios aconteceram em quase todos os Estados. No Paraná, também foram ocupadas as praças de pedágio, suspendendo a cobrança das taxas para carros e caminhões.

Em 2004, as reivindicações foram tão diversas, quanto os tipos de manifestações. Uma das categorias mais comuns da pesquisa foi desapropriação/reforma agrária. Por exemplo, em Alagoas, a rodovia estadual AL-101 e a rodovia federal BR-101 foram bloqueadas, várias vezes, com a intenção de forçar negociações de desapropriação de terras e de implantação de políticas agrícolas já

lançadas. A reivindicação de cestas básicas, também comum, lembra as mobilizações por pão da Idade Média. Naturalmente, os bancos foram alvo das manifestações por crédito. Muitas vezes, o governo federal libera o crédito, mas os bancos demoram em disponibilizar os recursos ou impõem tantas normas burocráticas que tornam impossível ao pequeno agricultor ter acesso a ele, obrigando a mobilizações para que se torne efetivo. Outras categorias comuns incluíram manifestações contra a violência, a injustiça e a impunidade, pelo respeito aos direitos humanos dos trabalhadores rurais, pelo cumprimento de acordos já fechados, contra a privatização da água, e pela regularização fundiária.

O maior número de manifestações foi organizado pelo MST em 2004, pequenas em sua maioria. Elas envolveram centenas de pessoas. As manifestações com 6.000 ou mais participantes ocorreram com menos frequência e raramente foram organizadas pelo MST. Várias delas foram Romarias de Terra, organizadas pela própria CPT.

Outras manifestações de massa, envolvendo 10.000 ou mais pessoas, foram organizadas pelo movimento sindical, o CUT ou a Contag. Não foram raras as manifestações organizadas por coligações de movimentos sociais, como a Nona Romaria das Águas e da Terra de Pirapora, Minas Gerais, que reuniu 15.000 pessoas no primeiro de agosto. Lá, várias entidades da Igreja Católica, dos sindicatos, e da Via Campesina contribuíram para o sucesso do evento. Além dos movimentos mais conhecidos, as tabelas mostram a diversidade das organizações que trabalham para mobilizar tantos milhares de pessoas durante o ano.

Sem dúvida nenhuma, os dados de 2004 documentam a variedade dos desafios que restam para ser solucionados, o tamanho continental da luta, a resistência do povo em todos os Estados, a capacidade mobilizadora dos movimentos sociais em centenas de locais, e a centralidade contínua da manifestação popular como ferramenta essencial na luta pela reforma agrária no Brasil.

Manifestações - 2004

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Acre					
Acrelândia	Protesto por Desapropriação de Terras	16/03/2004	172	Desapropriação	STR
Rio Branco	Protest. na Frente do STR/Ramal Espinhara	22/04/2004	30	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	OTC
Rio Branco	Bloq. de Rodovia/Ramal da Judia	09/03/2004	412	Regularização fundiária	SI
Senador Guiomard	Ato no Ramal Belo Horizonte/Sering. Benfica	16/02/2004	40	Desapropriação	CUT
Subtotal:			654		
Alagoas					
Arapiraca	Protesto na frente do Bco do NE	28/06/2004	200	Crédito	MPA
Atalaia	Bloq. pela Liberdade de César Aparecido	17/05/2004	650	Contra a injustiça e a violência	MST
Delmiro Gouveia	Ocupação da Sede da Chesf	09/11/2004	500	Cumprimento de acordos/ Reassentamento	MST
Delmiro Gouveia	Ocup. da Secret. Reg. do Sertão	17/05/2004	60	Direitos humanos	MST
Flexeiras	Bloq. BR-101/Faz. Bota Velha/Flor do Bosque	28/04/2004	80	Desapropriação/ Cesta básica	CPT
Flexeiras	Acampamento na frente da Prefeitura	18/06/2004	250	Desapropriação/ Cesta básica	MST
Flexeiras	Bloqueio na BR-101	28/04/2004	250	Cesta básica	CPT
Flexeiras	Bloqueio na BR-104	18/08/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Flexeiras	Bloqueio BR-101	13/09/2004	150	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Inhapi	Bloq. pela Liberdade de César Aparecido	17/05/2004	300	Contra a injustiça e a violência	MST
Maceió	Ocupação do Incra	05/03/2004	300	Desapropriação	CPT
Maceió	Manif. Sede do Incra/Flor do Bosque	26/11/2004	100	Desapropriação	CPT
Maceió	Acamp. Prç. Sinimbu/Faz. Belo Horizonte	13/12/2004	150	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Maceió	Ocupação do Bco. do NE/Assent. Stª Luzia	17/06/2004	60	Crédito/ Incentivos à pequena produção	OTC
Maceió	Protesto de Trabalhadoras Rurais/Dia da Mulher	08/03/2004	200	Contra a injustiça e a violência	CUT/ MST/ MTL
Maceió	Protesto no Dia Mundial da Água	22/03/2004	200	Direitos humanos/ Contra privatização da água	CPT
Maceió	Ocupação do Incra	29/03/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Maceió	Protesto na Conab, no Incra e no BN	11/05/2004	300	Incentivos à pequena produção	MST
Maceió	Ocupação do Incra e da Conab	21/06/2004	350	Desapropriação/ Cesta básica	MTL
Maceió	Bloqueio na Av. da Paz	22/06/2004	150	Desapropriação/ Cesta básica	MTL
Maceió	Acamp. Praça Visconde de Sinimbu	09/11/2004	1500	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Maceió	Ocupação do Incra	11/11/2004	1000	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Maceió	Protesto por Energia Elétrica	01/12/2004	80	Infra-estrutura	Ceapa
Maceió	Ocupação do Incra	09/12/2004	400	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
Maceió	Marcha por Reforma Agrária	15/04/2004	1000	Reforma Agrária	CPT/ MST/ MTL
Maceió	Acamp. na Praça Visconde Sinimbu	20/07/2004	3000	Desapropriação/ Crédito/ Cesta básica/ Contra a injustiça e a violência	CPT/ MST/ MTL
Maceió	Bloq. da Av. Duque de Caxias	22/07/2004	150	Desapropriação/ Cesta básica	MTL
Maceió	Ocup. da Secret. Executiva de Educação	23/07/2004	1500	Cumprimento de acordos/ Educação	CPT/ MTL
Maceió	Caminhada pela Reforma Agrária	27/07/2004	1500	Desapropriação/ Crédito/ Cesta básica/ Reforma Agrária	MTL
Maceió	Acamp. na Praça Sinimbu	06/09/2004	132	Desapropriação	CPT

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Maceió	Bloq. BR-101/Quilombo dos Palmares	09/12/2004	400	Regularização fundiária/ Direitos humanos	CPT
Maragogi	Bloq. pela Liberdade de César Aparecido	17/05/2004	720	Contra a injustiça e a violência	MST
Maragogi	Bloqueio na AL-101 Norte	09/03/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MT
Maragogi	Bloqueio na AL-101	31/05/2004	1000	Incentivos à pequena produção	MTL
Maragogi	Bloqueio na AL-101	18/08/2004	350	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Maragogi	Marcha por Reforma Agrária	06/04/2004	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos/ Reforma Agrária	CPT/ MST
Matriz do Camaragibe	Bloqueio na AL-101	13/09/2004	400	Cesta básica/ Reforma Agrária	MTL
Messias	Bloq. BR-101/Faz. Prazeres	03/08/2004	100	Regularização fundiária	MLST
Messias	Bloq. BR-101/Faz. Prazeres	15/12/2004	50	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
Messias	Bloqueio na BR-101	17/05/2004		Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	CPT/ MLST
Murici	Bloq. pela Liberdade de César Aparecido	17/05/2004	480	Contra a injustiça e a violência	MST
Novo Lino	Bloqueio na BR-101	26/02/2004	360	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Piranhas	Ocup. da Chesf	17/05/2004	300	Direitos humanos	MST
Porto Calvo	Protesto na AL-101/Faz. Junco	08/09/2004	100	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Porto Calvo	Bloqueio da BR-105 Norte c/ AL-105 Norte	16/12/2004		Desapropriação	MTL
Porto Calvo	Bloqueio na AL-101	26/02/2004	260	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Porto Calvo	Bloqueio na AL-101	18/08/2004	350	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Porto Calvo	Bloqueio na AL-101	14/11/2004	200	Desapropriação/ Cesta básica	MTL
Porto Real do Colégio	Bloq. na BR-101	26/04/2004	200	Renegociação de dívidas	COAFBRs*
Porto Real do Colégio	Bloq. Contra Transposição do São Francisco	14/10/2004	300	Contra privatização da água	STR
São Miguel dos Milagres	XVII Romaria da Terra e das Águas	27/11/2004		Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Subtotal:		51	21882		
Amazonas					
Atalaia do Norte	Ocupação da Funasa	30/06/2004	90	Saúde	Índios
Subtotal:		1	90		
Bahia					
Andaraí	Protesto contra Barragem Bandeira de Melo	10/09/2004	580	Contra barragens	MAB
Arataca	Bloq. na BR-101/Faz. Santa Luzia	10/07/2004	150	Desapropriação	MST
Arataca	Acamp. Praça Filadelfo Almeida/Faz. Sta. Luzia	12/07/2004	400	Desapropriação	MST
Aurelino Leal	Protesto contra Prisão de Irênio e Luiz	13/07/2004	50	Contra a injustiça e a violência	MST
Bom Jesus da Lapa	XXVII Romaria da Terra e das Águas	02/07/2004	8000	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Camaçari	Ocupação do Ibama/Faz. Monte Cristo	22/04/2004	1600	Questões ambientais	MLT
Coribe	Ato Público pela Desapropriação da Faz. Borá	10/11/2004	150	Desapropriação/ Questões ambientais	SI
Coribe	Protesto pela Desapropriação da Faz. Borá	29/11/2004	580	Desapropriação/ Questões ambientais	SI
Cruz das Almas	Ocupação da UFBA	01/07/2004	60	Educação	
Curaçá	Ocupação do Banco do Brasil	23/06/2004	100	Incentivos à pequena produção	OTC
Eunápolis	Bloq. BA-683/Faz. Sta. Maria	25/10/2004	400	Desapropriação	Fetag/BA
Eunápolis	Acamp. ao lado da Prefeitura/Faz. Provisão	21/05/2004	400	Desapropriação	Fetag/BA
Guanambi	Ocup. da Codevasf/Barragem do Poço Magro	01/03/2004	500	Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Reassentamento/ Indenização	MAB/ STR

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Guanambi	Ocup. do Cant. de Obras da Barrag. Poço Magro	19/05/2004	140	Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Reassentamento/ Indenização	MAB/ STR
Ilhéus	Bloqueio na BR-415	16/05/2004	200	Desapropriação	MST
Itabela	Bloq. na BR-101/Tribo Pataxó	19/10/2004	300	Demarcação de área indígena	Índios
Itabuna	Bloq. na BR-101/Acamp. 1º de Maio	06/08/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MLT
Itabuna	Ocupação do STR	06/08/2004		Desapropriação/ Reforma Agrária	MLT
Itabuna	Ocup. da Ceplac/Acamp. 1º de Maio	06/08/2004		Desapropriação/ Reforma Agrária	MLT
Itabuna	Ocupação do Incra	26/04/2004	240	Crédito/ Reforma Agrária	Ceta
Itabuna	Ocupação da Ceplac	16/11/2004	300	Infra-estrutura/ Reforma Agrária	Fetag/BA
Itamaraju	Manif. na Praça da Independência/Marcha pela R.A.	16/04/2004	3000	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Jacobina	Ocupação do Banco do Nordeste e CEF	25/05/2004	200	Infra-estrutura/ Educação	MPA
Jaguarari	Romaria das Águas	17/10/2004	700	Contra privatização da água	CPT
Juazeiro	Romaria das Águas	20/03/2004	3000	Contra privatização da água/ Contra barragens	CPT
Jussari	Manif. na frente da Delegacia de Polícia	23/12/2004	200	Contra a injustiça e a violência	MST
Mucuri	Acamp. na frente da Prefeitura/Acamp. Lagoa Bonita	03/02/2004	500	Crédito/ Infra-estrutura	OTC
Paulo Afonso	Ocupação da Chesf	17/05/2004	400	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Cesta básica	MST
Porto Seguro	Ato na frente da Empresa Veracel	20/10/2004	300	Contra monocultura	MST
Salvador	Ocup. da Secret. de Educação/Tribo Pataxó de Pau Brasil	16/02/2004	22	Educação/ Demarcação de área indígena	Índios
Salvador	Ocup. da Coordenação do Desenv. Agrário	08/03/2004	3000	Desapropriação/ Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Reforma Agrária	MST
Salvador	Ocup. da Coord. do Desenvolvimento Agrário	26/04/2004	1600	Desapropriação/ Regularização fundiária/ Assistência técnica	ACRQ/ Ceta/ MTD/ PJR
Salvador	Acamp. no Museu de Ciências e Tecnol. da Uneb/CDA	29/04/2004		Desapropriação/ Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Reforma Agrária	Ceta/ MTD/ PJR
Salvador	Caminhada/Ocup. da Coord. do Desenvol. Agrário	30/04/2004		Desapropriação/ Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Reforma Agrária	Ceta/ MTD/ PJR
Salvador	Ocup. da Secret. de Agric. e Ref. Agrária	08/03/2004	1500	Desapropriação/ Crédito/ Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos	Fetag/BA
Salvador	Ocupação da Funasa	03/05/2004	140	Demarcação de área indígena	Índios
Salvador	Manifestação Dia dos Pescadores	29/06/2004	400	Questões ambientais/ Outros	CPP
Salvador	Protesto contra a Chacina de Unai	30/01/2004	50	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ CUT
Valença	Manif. na Praça da Bandeira/Marcha pela R.A.	16/04/2004	1800	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Vitória da Conquista	Marcha dos Pequenos Agricultores	25/05/2004	300	Crédito/ Infra-estrutura/ Contra Transgênicos	MPA/ MST/ MTD
Vitória da Conquista	Queima de Produtos Transg/Marcha dos Peq. Agricultores	26/05/2004		Crédito/ Infra-estrutura/ Contra Transgênicos	MPA/ MST/ MTD
Vitória da Conquista	Ocup. da Receita Federal/Marcha dos Peq. Agricultores	26/05/2004		Crédito/ Infra-estrutura/ Contra Transgênicos	MPA/ MST/ MTD
Vitória da Conquista	Ato na frente da Rec. Federal/Marcha dos Peq. Agricultores	27/05/2004		Crédito/ Infra-estrutura/ Contra Transgênicos	MPA/ MST/ MTD

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Vitória da Conquista	Ato na frente da Prefeitura/Marcha dos Peq. Agricultores	27/05/2004		Crédito/ Infra-estrutura/ Contra Transgênicos	MPA/ MST/ MTD
Vitória da Conquista	Ocupação da Sede da Coelba	21/09/2004	500	Infra-estrutura	MPA
Subtotal:		45	31962		
Ceará					
Araçoiaba	Romaria das Águas	21/03/2004	250	Contra privatização da água	STR
Beberibe	I Romaria das Águas	13/03/2004	300	Questões ambientais/ Direitos humanos/ Contra privatização da água	CPT
Canindé	Acamp. na frente da Prefeitura	30/04/2004	800	Crédito/ Incentivos à pequena produção	MST/ STR
Canindé	Acamp. na frente da Prefeitura	21/06/2004	400	Crédito/ Incentivos à pequena produção	MST
Canindé	Acamp. na frente da Prefeitura	12/07/2004	300	Crédito/ Incentivos à pequena produção	MST/ STR
Canindé	Bloqueio da BR-020	13/07/2004	1500	Crédito/ Incentivos à pequena produção	MST/ STR
Crato	Romaria das Águas	14/09/2004		Questões ambientais/ Contra privatização da água	CPT
Fortaleza	Acamp. na frente da Secretaria de agricultura	08/03/2004	500	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Fortaleza	Acamp. na frente do Inkra	09/11/2004	1000	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Fortaleza	Manif. frente da Secret. de Pesca e Dnocs	11/11/2004	300	Infra-estrutura/ Contra privatização da água	MST
Fortaleza	Ocupação do Inkra	17/11/2004	600	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Fortaleza	Acamp. na frente do Inkra/Dia do Trab. Rural	21/07/2004		Desapropriação/ Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
Fortaleza	Ocup. do Inkra/Dia do Trabalhador	25/07/2004	1500	Desapropriação/ Infra-estrutura	MST
Fortaleza	Grito da Terra Brasil	28/07/2004	2500	Infra-estrutura/ Incentivos à pequena produção	Fetraece
Icó	Protesto no Açude Lima Campos	23/07/2004		Contra privatização da água	OTC
Iguatu	I Romaria das Águas	31/10/2004	1500	Questões ambientais/ Contra privatização da água	CPT
Jaguaribara	Acamp. na BR-116/Barragem Castanhão	17/03/2004	500	Reassentamento	Cáritas/ CPT/ MAB
Jaguaribara	I Romaria das Águas	24/10/2004	1500	Questões ambientais/ Contra privatização da água	CPT
Limoeiro do Norte	Protesto por Reforma Agrária	29/04/2004	150	Desapropriação	MST
Quixadá	Manif. das Trabalhadoras Rurais/Dia da Mulher	08/03/2004	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ STR
Quixeramobim	Acampamento na frente do Bco. do Brasil	15/04/2004	300	Crédito	MST
Quixeramobim	Romaria das Águas	21/03/2004	3000	Contra privatização da água	CPT
Tamboril	Caminhada em defesa das Águas	19/03/2004	1500	Questões ambientais/ Contra privatização da água	CPT
Tauá	Manifestação em defesa das Águas	22/03/2004	1500	Questões ambientais	CPT
Subtotal:		24	20900		
Distrito Federal					
Brasília	Ato contra a Chacina de Unai	04/02/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ FNF
Brasília	Acamp. diante da Embaixada do Canadá/Faz. Pirapitinga	19/05/2004	50	Desapropriação	Contag/ Fetaemg/ MTL
Brasília	Grito do Cerrado	09/09/2004	50	Questões ambientais/ Contra Desmatamento	Índios
Brasília	Protesto de Camponesas/Dia da Mulher	08/03/2004	1500	Crédito/ Saúde/ Questões trabalhistas	MMC
Brasília	Protesto/Chacina Eldorado dos Carajás	16/04/2004	200	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Brasília	Ocupação da Secretaria de Saúde	30/08/2004	200	Saúde	MST
Brasília	Ocupação do Inkra	18/01/2004	850	Desapropriação/ Crédito	Fetadef
Brasília	Ocupação do Inkra	10/05/2004	400	Crédito/ Infra-estrutura/ Renegociação de dívidas	SI
Brasília	Ocupação do Inkra	08/11/2004	350	Crédito/ Renegociação de dívidas	SI

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Brasília	Grito da Terra Brasil	18/05/2004	5000	Todos	Contag/ CUT
Brasília	Ocupação da Conab	16/11/2004	300	Crédito/ Infra-estrutura	MST
Brasília	Conferência Nac. da Terra e da Água/Marcha	25/11/2004	10000	Todos	FNRAJC
Brasília	Ocupação do Inkra	25/11/2004	400	Desapropriação	MTL
Brasília	Protesto/Índios Truká	01/03/2004	30	Demarcação de área indígena	Índios
Brasília	Protesto na Frente do Minist. da Justiça	04/03/2004	50	Contra impunidade	Índios
Brasília	Protesto na Frente do Palácio do Planalto	27/07/2004	49	Demarcação de área indígena	Índios
Brasília	Protesto no Congresso Nacional	19/04/2004	250	Demarcação de área indígena	Índios
Brasília	Protesto na Frente do Palácio do Planalto	22/09/2004	10	Contra Transgênicos	Greenpeace
Brasília	Vigília diante da Embaixada dos EUA	13/08/2004	150	Outros	MST
Brasília	Ato diante da Embaixada da Venezuela	14/08/2004	150	Outros	MST
Brasília	Ocupação da Gráfica do Inkra	03/06/2004	200	Desapropriação/ Renegociação de dívidas	MST
Brasília	Ato Contra União Européia Mercosul	20/10/2004	50	Outros	MST
Brazlândia	Caminhada pela Renegociação das Dívidas	15/06/2004	400	Renegociação de dívidas	MST
Planaltina	Bloq. da BR-020/Faz. Toca da Raposa	10/11/2004	350	Desapropriação/ Questões ambientais	MST
Subtotal:		24	21289		
Espirito Santo					
Aracruz	Dia de Luta contra a Monocultura do Eucalipto/Aracruz	21/09/2004	700	Contra monocultura	MPA/ MST/ Rede Alerta
Mimoso do Sul	Bloqueio da ES-297	13/05/2004	200	Desapropriação/ Assentamento de famílias	Fetaes
Montanha	Dia de Luta contra a Monocultura do Eucalipto/Aracruz	21/09/2004	1500	Contra monocultura	MPA/ MST/ Rede Alerta
Ponto Belo	Ato Público em Comemoração à Vitória do Assentamento	30/08/2004	600	Regularização fundiária	MST
São Mateus	Bloqueio da BR-101/Aracruz	08/03/2004	700	Regularização fundiária/ Contra monocultura	Via Campesina
São Mateus	Dia Internacional da Mulher	08/03/2004	700	Cumprimento de acordos/ Contra Transgênicos	Via Campesina
São Mateus	Ocupação da Prefeitura	05/04/2004	180	Infra-estrutura/ Educação/ Saúde	MST
Vitória	Ocupação da Superintendência do Banco do Brasil	13/05/2004	50	Cumprimento de acordos	Fetaes
Vitória	Ato de Repúdio à Chacina de Felisburgo	29/01/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	SI
Subtotal:		8	4730		
Goiás					
Baliza	Ocupação da Prefeitura	22/09/2004		Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Educação/ Saúde	SI
Bom Jardim de Goiás	Grito da Terra Brasil	02/05/2004	1000	Todos	CPT/ Fetaeg
Catalão	Ato Contra Reinício das Obras da Hid. de Serra do Facão	23/03/2004	300	Contra barragens	CPT/ MAB
Crixás	Ocupação do Banco do Brasil	03/05/2004	250	Renegociação de dívidas	CPT/ MAB/ MPA/ MST
Goiânia	Marcha Nac. dos Atingidos por Barragens	13/05/2004	600	Crédito/ Reassentamento/ Indenização	MAB
Goiânia	Ato na Espl. dos Ministérios/Marcha Nac. dos Ating. por Barragens	25/05/2004	300	Crédito/ Reassentamento/ Indenização	MAB
Goiânia	Ocupação do Inkra	09/11/2004	500	Desapropriação/ Crédito/ Cumprimento de acordos	MST
Goiânia	Ocupação do Inkra	09/12/2004	500	Desapropriação/ Crédito	MST
Goiânia	Acamp. na Praça do Trabalhador/Dia da Mulher	07/03/2004	370	Educação/ Saúde	MST
Goiânia	Acamp. na frente do Inkra	29/03/2004	80	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	MST
Goiânia	Ocupação da Nestlé	10/09/2004	500	Educação/ Contra privatização da água	Via Campesina
Goiânia	Marcha dos Sem Terrinha	12/10/2004	300	Educação	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Goiânia	Caminhada em Defesa das Águas	22/03/2004	300	Contra privatização da água	SI
Goiânia	Protesto na Praça Cívica	28/07/2004	150	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Goiânia	Ato Ecumênico pelas Vítimas do Massacre de Felisburgo	26/11/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT/ MST
Goiás	Ocupação da Prefeitura	14/04/2004	200	Infra-estrutura/ Educação	MPA
Goiás	Caminhada com Agricultores Familiares/Festa da Colheita	20/06/2004	1200	Direitos humanos/ Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT/ MPA/ PJR/ STR
Iporá	Caminhada do Trabalhador	01/05/2004	1500	Questões trabalhistas/ Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Itapaci	Ocupação do Banco do Brasil	03/05/2004	250	Renegociação de dívidas	CPT/ MAB/ MPA/ MST
Jataí	Ocupação da Secretaria de Educação	05/02/2004	100	Educação	SI
Minaçu	Ato Público/Marcha Nac. dos Atinq. por Barragens	12/05/2004	1500	Reassentamento/ Indenização	MAB
Niquelândia	Caminhada da Terra e das Águas/Romaria de Muquém	14/08/2004		Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Niquelândia	Ocupação do Banco do Brasil	03/05/2004	250	Renegociação de dívidas	CPT/ MAB/ MPA/ MST
Palmeiras de Goiás	Acamp. na Pça. S. Sebastião/P. A Canudos	31/05/2004	500	Infra-estrutura/ Educação/ Saúde	MST
Porangatu	Ocupação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	27/04/2004	200	Desapropriação	STR
Quirinópolis	Marcha Contra Despejo/Faz. Furnas	03/05/2004	100	Desapropriação	MTL
Rio Verde	Ocupação da Conab	28/09/2004	200	Cesta básica	MTL
Rubiataba	Ocupação do Banco do Brasil	03/05/2004	250	Renegociação de dívidas	CPT/ MAB/ MPA/ MST
São Luís de Montes Belos	Romaria Diocesana	19/06/2004	3000	Direitos humanos/ Reforma Agrária	CPT
Uruaçu	Bloq. da BR-153/Serra da Mesa/Cana Brava	17/03/2004	1000	Crédito/ Cesta básica/ Indenização	CPT/ MAB
Subtotal:		30	15500		
Maranhão					
Arame	Bloq. da MA - 006/Aldeia Ind. Caruru	25/05/2004	20	Contra Desmatamento	Índios
Barra do Corda	Bloqueio da BR-226/Km 320	24/01/2004	100	Direitos humanos	SI
Brejo	Protesto Contra a Prisão de João Alves Xavier	19/03/2004	91	Direitos humanos	STR
Pamarama	Ato Público/Pov. Fazendinha	07/08/2004	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT
Pinheiro	Ato pelo Direito à Terra e à Água/Pov. Benfica e Outros	05/01/2004	35	Questões ambientais	STR
Riachão	Protesto na Frente da Prefeitura/Pov. Bacuri	29/03/2004	3000	Infra-estrutura	SI
São Luís	Ocup. do Inkra/Faz. São Jorge	13/12/2004	94	Desapropriação	STR
São Luís	Ato Contra Prisão dos Trab. da Faz. Boa Esperança	23/11/2004	102	Desapropriação/ Direitos humanos	CPT/ STR
São Luís	Ocupação do Inkra	10/03/2004	150	Desapropriação/ Crédito/ Infra-estrutura/ Cesta básica	SI
São Luís	Ocupação do Inkra	30/04/2004	550	Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
São Luís	Ocupação do Inkra	30/11/2004	116	Infra-estrutura	SI
São Luís	Ocup. do Iterma/Faz. Carcará	15/06/2004	33	Regularização fundiária	Fetaema
São Luís	Encontro dos Sem Terrinha	14/10/2004	600	Educação	MST
São Luís	Ocupação do Inkra	28/07/2004	52	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Cesta básica	STR
São Luís	Ato de Protesto contra a Chacina de Unai	04/02/2004	100		Aafit/ FNF
São Luís	Protesto na Frente do Palácio dos Leões	29/04/2004	300	Crédito/ Assistência técnica	MST
Subtotal:		16	6343		
Mato Grosso					
Alto da Boa Vista	Bloqueio da BR-158/Aldeia Maraiwatsedé	01/08/2004	480	Saúde/ Demarcação de área indígena	Índios

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Cáceres	Bloqueio da BR-174/Acamp. Rosa Luxemburgo/Jornada de Luta	19/04/2004	500	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Cáceres	Bloqueio da BR-070/Jornada de Luta	19/04/2004	700	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Cáceres	Ocupação do Incra/Acamp. Lourival Abich	09/02/2004	600	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Cáceres	Bloqueio de Rodovias/Acamp. Lourival Abich	20/05/2004	800	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Cáceres	Bloqueio da BR-174/Faz. Santa Amélia	20/05/2004	700	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Campo Verde	Bloqueio da BR-070	20/10/2004	400	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Campo Verde	Bloqueio da BR-070/Faz. Boa esperança	17/08/2004	300	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Campo Verde	Ocupação da Câmara de Vereadores/Faz. Boa esperança	19/08/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Canarana	Manifesto contra a Barragem de Paranatinga II	13/11/2004		Questões ambientais/ Contra barragens	Índios
Chapada dos Guimarães	Ocupação do Antigo Canteiro de Obras da Usina do Manso	17/03/2004	1000	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Reassentamento	MAB
Chapada dos Guimarães	Bloqueio da MT-251/Faz. Cachoeira Rica	05/03/2004	150	Regularização fundiária/ Cumprimento de acordos	OSR
Cuiabá	Manifesto diante da Justiça Federal/Aldeia Marãiwatsetê	29/01/2004	70	Demarcação de área indígena	Índios
Cuiabá	Acampamento diante do Incra	17/02/2004	2000	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Cuiabá	Ocupação do Incra	27/02/2004	500	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Cuiabá	Ocupação do Incra	16/03/2004	700	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Cuiabá	Manifesto diante da Secretaria de Saúde	25/03/2004	50	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Cuiabá	Dia Internacional da Mulher	10/03/2004	300	Educação/ Saúde/ Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Acampamento diante do Incra	20/06/2004	300	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	CPT/ MPA/ MST/ Via Campesina
Cuiabá	Vigília no Pátio do Incra	10/07/2004	300	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	CPT/ MPA/ MST/ Via Campesina
Cuiabá	Ocupação da Funasa	06/10/2004	40	Saúde	Índios
Cuiabá	Ocupação do Incra	09/11/2004	500	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Cuiabá	Ato contra a Chacina de Felisburgo	20/12/2004	250	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Cuiabá	Ocupação do Incra	13/12/2004	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Cuiabá	Acamp. em frente ao Incra/Faz. Bom Jesus	15/02/2004	500	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Cuiabá	Ato Público de Pequenos Agricultores	30/03/2004	2000	Crédito/ Infra-estrutura	Fetagri/MT
Diamantino	Ocupação do Incra/assent. Raimundo da Rocha	19/01/2004	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MSTR
Mirassol do Oeste	Bloqueio da BR-174/Acamp. Silvio Rodrigues/Jornada de Luta	19/04/2004	500	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Nova Olímpia	Bloqueio de Rodovia/Acamp. Oziel Pereira	26/01/2004	200	Contra a injustiça e a violência	MST
Peixoto de Azevedo	Bloqueio da BR-163	19/07/2004	1000	Regularização fundiária/ Cumprimento de acordos	Fetagri/MT/ STR
Peixoto de Azevedo	Bloqueio da BR-163	21/07/2004	1000	Regularização fundiária/ Cumprimento de acordos	Fetagri/MT/ STR
Peixoto de Azevedo	Bloqueio da BR-163	24/07/2004	1000	Regularização fundiária/ Cumprimento de acordos	Fetagri/MT/ STR
Primavera do Leste	Bloqueio da BR-364	20/10/2004	600	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Rio Branco	Bloqueio de Rodovia/Acamp. Pe. José Ten Cate	26/01/2004	60	Contra a injustiça e a violência	MST
Santa Terezinha	Romaria dos 25 Anos da Morte do Pe. Jentel	03/03/2004	528	Contra a injustiça e a violência	CPT/ OTC
Sinop	Ato em frente à Prefeitura/Área às Margens da BR-163	29/03/2004	100	Cesta básica/ Educação	OTC
Sinop	Bloqueio da BR-163/Acamp. Nova Aliança	29/01/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Cesta básica	OTC
Várzea Grande	Bloqueio da BR-164/Acamp. Chico Mendes	20/05/2004	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Subtotal:		38	19028		
Mato Grosso do Sul					
Antônio João	Vigília na Frente da Faz. Coração de Menino	17/03/2004	100	Desapropriação	Fetagri
Bataguassu	Ato por Ref. Agrária/Dia do Trabalho/Bloq. MS-162	01/05/2004		Questões trabalhistas/ Reforma Agrária	CUT/ MST
Campo Grande	Ocupação da Funasa	01/04/2004	200	Saúde	Índios
Campo Grande	Protest. na frente da Conab/Ocup. do Incra	19/07/2004		Desapropriação/ Cesta básica	MST
Campo Grande	Ocupação do Incra	19/07/2004	350	Desapropriação/ Crédito/ Reforma Agrária	MST
Campo Grande	Ato por Reforma Agrária/Dia do Trabalho	01/05/2004	3000	Questões trabalhistas/ Reforma Agrária	CUT/ MST
Corumbá	Bloq. na BR-262/Acamp. Grito pela Terra	09/03/2004	400	Desapropriação	Fetagri
Corumbá	Bloq. na BR-262/Acamp. Grito pela Terra	12/04/2004	400	Desapropriação	Fetagri
Corumbá	Bloq. na BR-262/Acamp. Grito pela Terra	24/07/2004	400	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Cesta básica	Fetagri
Douradina	Bloq. na MS-476/Lagoa Rica	19/11/2004	300	Infra-estrutura	Índios
Dourados	Ocup. do Incra/Faz. Nascente São Roque e 3M	01/03/2004	300	Desapropriação	Contag
Dourados	Ocupação do Incra	19/07/2004	600	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Dourados	Ocupação do Incra	27/09/2004	140	Desapropriação	Sintraf
Dourados	Ocupação da Funai	06/07/2004	300	Direitos humanos	Índios
Dourados	Bloq. da MS-156/Protesto Indígena	19/04/2004	5000	Demarcação de área indígena	Índios
Dourados	Ocupação do Incra	27/09/2004	140	Desapropriação	Sintraf
Dourados	Bloqueio da MS-156	27/12/2004	60	Saúde	Índios
Dourados	Bloqueio da BR-463	23/04/2004	50	Sem Informação	CUT
Eldorado	Bloqueio na BR-163/Saque	02/07/2004	400	Cesta básica	MST
Iguatemi	Protesto contra Ação dos Fazendeiros/Guarani Kaiowá	21/01/2004	600	Demarcação de área indígena	Índios
Ivinhema	Bloq. da MS-141/Faz. Terra Prometida	09/11/2004	180	Desapropriação	SI
Jardim	Ocupação do Incra	19/07/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Jardim	Bloqueio da BR-267	27/07/2004	100	Desapropriação	Fetagri
Maracaju	Pedágio na MS-162/Acamp. João Batista	01/03/2004	100	Educação	MST
Navirai	Ato por Reforma Agrária/Dia do Trabalho	01/05/2004	5000	Questões trabalhistas/ Reforma Agrária	CUT/ MST
Navirai	Bloq. da MS-145/Faz. Araguaia	16/03/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	CUT/ Fetagri
Nova Alvorada do Sul	Ato por Ref. Agrária/Dia do Trabalho/Bloq. da BR-267	01/05/2004	180	Questões trabalhistas/ Reforma Agrária	CUT/ MST
Nova Andradina	Ocupação da Escola Agrotécnica	30/01/2004	300	Educação	CPT/ MMTR/ PJR
Novo Horizonte do Sul	Ocupação da Prefeitura	13/04/2004	200	Contra Desmatamento	Contag
Paranhos	Ocupação do Idaterra	23/04/2004	150	Desapropriação	FAF
Rio Brillhante	Ato pela Punição dos Assassinos de Ranildo Silva e Sílvio Rodrigues	26/10/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Três Lagoas	Romaria da Terra e das Águas	25/07/2004	4000	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Subtotal		32	23450		
Minas Gerais					

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Almenara	Bloqueio de Estrada pela Reforma Agrária	10/11/2004	100	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Araguari	Bloqueio da BR-050	10/11/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Belo Horizonte	Marcha contra Ameaças/Faz. Prata	30/01/2004	80	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Belo Horizonte	Ocupação da Cemig	04/02/2004	250	Reassentamento	MAB
Belo Horizonte	Ato contra o Enchimento da Represa de Candonga	25/06/2004	250	Cumprimento de acordos/ Contra barragens	MAB
Belo Horizonte	Ato de Repúdio ao Massacre de Felisburgo	22/11/2004	50	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT/ MST
Belo Horizonte	Ato Ecumênico pelas Vítimas do Massacre de Felisburgo	26/11/2004	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CMS
Belo Horizonte	Ato Público pelas Vítimas do Massacre de Felisburgo	26/11/2004	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CMS
Belo Horizonte	Ato de Protesto contra a Chacina de Unai	30/01/2004	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ CUT/ Sinait/ Sind-UTE/ SRBH
Belo Horizonte	Ato de Protesto contra a Chacina de Unai	04/02/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ Sinait
Belo Horizonte	Ato de Protesto contra a Chacina de Unai	10/02/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Fisco-Fórum/ Sinait
Belo Horizonte	Ato contra a Impunidade na Chacina de Unai	02/03/2004	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ Fisco-Fórum/ Sinait
Belo Horizonte	Ato contra a Impunidade da Chacina de Unai	10/03/2004	1500	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CGT/ Contag/ CUT/ Fetaemg/ FS/ MST/ Sinait
Belo Horizonte	Ato contra a Impunidade na Chacina de Unai	28/05/2004	50	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ Fisco-Fórum/ Sinait
Belo Horizonte	Caminhada em Defesa da Água e Contra a Mineração	03/04/2004	300	Questões ambientais/ Contra privatização da água	Anab/ CNBB/ CPT/ CUT/ MST
Belo Horizonte	Caminhada do Movimento Capão Xavier Vivo	20/06/2004	40	Questões ambientais/ Contra privatização da água	CPT/ CUT
Belo Horizonte	Manifesto contra as Barragens	17/03/2004	100	Questões ambientais/ Contra barragens	CPT/ MAB
Belo Horizonte	Ocupação do Incra	06/12/2004	100	Desapropriação/ Crédito/ Cesta básica	LCPCO
Belo Horizonte	Ato contra a Expansão do Eucalipto	07/05/2004	300	Contra monocultura/ Questões ambientais/ Contra Desmatamento	CPT/ Rede Alerta
Belo Horizonte	Jornada Nacional de Luta	16/04/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	CUT/ MST/ STR
Belo Horizonte	Ocupação do Incra	10/05/2004	50	Renegociação de dívidas	OTC
Berizal	Ocupação do Canteiro de Obras da Barragem de Berizal	22/11/2004	400	Cumprimento de acordos	MAB
Betim	Jornada Nacional de Luta/Bloqueio da Centro Atlântico	16/04/2004	400	Desapropriação/ Contra impunidade	MST
Campo Florido	Manifesto por Desapropriação/Faz. Reserva	19/02/2004	50	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTL
Felisburgo	Ato pelas Vítimas do Massacre de Felisburgo	22/11/2004	2000	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT/ MST
Felisburgo	Ato Ecumênico pelas Vítimas do Massacre de Felisburgo	25/11/2004	500	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CMS
Frei Inocência	Bloqueio da BR-116 contra o Massacre de Felisburgo	21/11/2004	400	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Frei Inocêncio	Ato de Repúdio aos Assassinatos em Pernambuco	18/12/2004	400	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Governador Valadares	Protesto contra o Massacre de Felisburgo	24/11/2004	700	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST/ Via Campesina
Governador Valadares	Ocupação da Funai	12/08/2004	100	Cumprimento de acordos	Cimi
Governador Valadares	Dia do Trabalhador Rural	24/07/2004	100	Contra monocultura/ Reforma Agrária	MPA/ MST/ STR
Guapé	Ato Contra a Atual Política de Reforma Agrária	10/11/2004	190	Reforma Agrária	MST
Juatuba	Bloqueio da BR-050 contra o Massacre de Felisburgo	21/11/2004	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Juiz de Fora	Ato de Protesto contra a Chacina de Unai	04/02/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit
Juiz de Fora	Ato pelo Dia Mundial das Águas	22/03/2004	100	Questões ambientais/ Contra privatização da água	AMA-JF/ Pégazus/ Planeta Vida/ Preá
Montes Claros	Bloqueio da BR-251 contra o Massacre de Felisburgo	21/11/2004	50	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Muriaé	Comemoração do Dia Internacional da Mulher	13/03/2004	300	Contra privatização da água	AIM/ Ceifar/ CPT/ Fetaemg/ MSTR/ STR
Olhos D'Água	Ocupação do Pátio da Alcan	11/09/2004	250	Cumprimento de acordos	CPT/ MAB
Ouro Preto	Ocupação do Pátio da Alcan	09/11/2004	200	Contra barragens	MAB
Pirapora	Caminhada pela Cidadania	29/07/2004	130	Questões ambientais/ Contra privatização da água	Via Campesina
Pirapora/Buritizzeiro	9ª Romaria das Águas e da Terra	01/08/2004	15000	Questões ambientais/ Contra privatização da água	Cáritas/ Cimi/ CNBB/ CPT/ FPS/ IMS/ SFJP/ Via Camp
Ponte Nova	Ato pelo Dia Mundial das Águas/H. de Candonga	22/03/2004	100	Contra barragens	MAB
Ponte Nova	Marcha pelas Águas, Contra as Barragens/H. de Candonga	03/09/2004	300	Contra barragens	CPT/ MAB
Rio Doce	Caminhada de Protesto/H. de Candonga	05/04/2004	250	Contra a injustiça e a violência	MAB
Rio Pardo de Minas	Ato de Alerta contra o Deserto Verde	24/11/2004	600	Questões ambientais/ Contra Desmatamento	CPT/ MST/ STR/ Via Campesina
Santa Bárbara/Catas Altas	6º Encontro Municipal de Mulheres	14/03/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	STR
Santa Cruz do Escalvado	Ocupação do Galpão da Alcan	13/12/2004	600	Cumprimento de acordos/ Reassentamento	MAB
São Roque de Minas	Manifesto por Fraternidade e Água	29/02/2004	2000	Questões ambientais/ Contra privatização da água	CNBB/ CPT/ Crea
Uberlândia	Vigília por um Brasil Livre de Transgênicos	10/03/2004	1200	Contra Transgênicos	APR/ CLST/ MLST/ MLT/ MST/ MTL/ STR
Uberlândia	26ª Romaria do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba	17/04/2004	2000	Reforma Agrária	APR
Unai	Vigília contra a Chacina de Unai	04/02/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	FNF
Unai	Caminhada contra a Chacina de Unai	06/02/2004	1000	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	FNF
Unai	Marcha pela Terra e Justiça na Chacina de Unai	13/04/2004	200	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Unai	Ato contra a Impunidade na Chacina de Unai	28/06/2004	50	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Aafit/ Sinait
Unai	Ato em Memória dos Fiscais de Unai	28/07/2004	300	Contra a injustiça e a violência	Fisco-Fórum/ FNF/ Sinait

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Subtotal:		55	35180		
Pará					
Afuá	Manifesto/Celebração das Lutas/Dia da Mulher	08/03/2004	200	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MMC/ STR
Afuá	Protesto/Encontro Geral de Jovens do STR	07/09/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MMC/ STR
Afuá	Romaria Fluvial/20 Anos do STR	19/12/2004	550	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MMC/ STR
Altamira	Ocup. do Incra/Us. Abraham Lincoln	22/01/2004	80	Indenização	SI
Altamira	Ocupação da Funasa/Tribo Caiapós e outras	26/02/2004	70	Saúde	Índios
Altamira	Protesto por Crédito/Casas Rurais BNDES	20/01/2004	60	Infra-estrutura	OTC
Anapu	Protesto por Justiça	28/02/2004	55	Contra a injustiça e a violência	OTC
Belém	Ocupação do Incra	27/01/2004	400	Infra-estrutura/ Incentivos à pequena produção	MPA/ MST
Belém	Ocupação do Incra	25/05/2004	700	Infra-estrutura/ Incentivos à pequena produção	MPA
Belém	Ocupação do Incra	15/09/2004	160	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTRI
Belém	I Encontro Est. dos Adolescentes do Campo	11/10/2004	900	Educação/ Reforma Agrária	MST
Canaã dos Carajás	Manif. por Ref. Agrária/Fazs. Rio Verde e Pampulha	02/07/2004	342	Desapropriação	OTC
Castanhal	Bloq. BR-316/Desap. Faz. Urucuzal	19/02/2004	1150	Desapropriação	MST
Conceição do Araguaia	Ocupação do Incra/Marcha	06/04/2004	150	Desapropriação/ Crédito	MST
Conceição do Araguaia	Ocupação do banco do Brasil	19/04/2004	200	Crédito	CPT/ Fetagri
Curionópolis	Bloqueio da BR-153/Gar. Serra Pelada	14/04/2004	1000	Indenização	
Eldorado dos Carajás	Vigília na Faz. Peruano	09/08/2004	1100	Desapropriação/ Cesta básica	MST
Eldorado dos Carajás	Bloq. na PA-150/Faz. Peruano	02/11/2004	1500	Cesta básica	MST
Eldorado dos Carajás	Ato Público na Curva do "S"/Marcha	17/04/2004	5000	Contra a injustiça e a violência	MST
Irituia	Bloq. da Belém Brasília/Quintino Lira	12/04/2004	400	Desapropriação/ Cesta básica	MST
Itaituba	Ocupação do Ibama/14 Comunidades	04/03/2004	500	Regularização fundiária	OTC
Mãe do Rio	Bloq. Belém Brasília/Faz. Reunidas	22/07/2004	400	Desapropriação	MST
Marabá	Protesto na frente da Vara Agrária	24/08/2004	200	Contra a injustiça e a violência	Fetagri/PA
Marabá	Protesto por Justiça	12/01/2004	500	Contra a injustiça e a violência	MST
Marabá	Protesto das Trabalhadoras Rurais/Dia da Mulher	08/03/2004	150	Infra-estrutura/ Saúde	CPT/ Fetagri/PA/ MST
Marabá	Bloq. PA-150/Acamp. Cabaceira/Marcha	12/04/2004	50	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
Marabá	Jornada de Luta por Escola no Campo	11/10/2004	900	Educação	MST
Mosqueiro	Protesto na frente do Fórum/Marcha	17/04/2004	200	Contra a injustiça e a violência	MST
Novo Repartimento	Acamp. Praça/Faz. Rio Bonito	30/11/2004	85	Desapropriação/ Cesta básica	OTC
Rondon do Pará	Bloq. da PA-287/Marcha	12/04/2004	600	Desapropriação/ Crédito	MST
Santa Bárbara do Pará	Bloqueio da PA-391/Área da Denpasa	16/11/2004		Desapropriação	MST
Santa Bárbara do Pará	Ocup. da Prefeitura/Área da Denpasa	16/11/2004	300	Desapropriação	MST
Santa Isabel do Pará	Bloq. BR-316/Marcha	09/04/2004	500	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
Santa Maria das Barreiras	Bloq. BR-158/Faz. Inajaporã	11/06/2004	400	Desapropriação/ Cesta básica	OTC
Santarém	Ocup.Incra/Assent. Piã Moju II	04/11/2004	365	Infra-estrutura/ Incentivos à pequena produção	STR
São Domingos do Capim	Bloq. BR-316/Res. Indígena Tembê	23/08/2004	400	Reassentamento	OTC
São Francisco do Pará	Ocup. Incra/Faz. Agrocasa/Urucuza/Cristo Redentor	20/07/2004	120	Desapropriação	MST
São Francisco do Pará	Bloq. da Transamazônica/Marcha	12/04/2004	900	Desapropriação	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Tucuruí	Acamp. na frente da Vila Residencial/ Eletronorte	11/01/2004	300	Infra-estrutura/ Contra barragens	MAB
Tucuruí	Protesto na Vila Residencial da Eletronorte	07/04/2004	4000	Infra-estrutura/ Indenização/ Contra barragens	MAB
Tucuruí	Protesto na frente da Celpa	09/11/2004	900	Infra-estrutura/ Reassentamento/ Indenização/ Contra barragens	MAB
Tucuruí	Ocupação do Incra	16/01/2004	500	Desapropriação	MST
Tucuruí	Ocupação do Incra	15/04/2004	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Tucuruí	Acamp. na frente do Incra	09/08/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MTST
Tucuruí	Manif. por Justiça/Massacre de Eldorado	17/04/2004	300	Contra a injustiça e a violência	CPT/ MAB/ MPA/ MST
Subtotal:		45	27387		
Paraíba					
Aparecida	Ocup. da Barragem de Acauã	10/11/2004	900	Reassentamento/ Indenização	MAB
Cajazeiras	Bloq. BR-230/Protesto contra Prisão de Arlindo Salvador	19/08/2004	100	Contra a injustiça e a violência	MST
Cajazeiras	Bloqueio da BR-230	31/05/2004	1000	Educação	SI
Campina Grande	Bloqueio da BR-230/Distrito de São J. da Mata	09/11/2004	500	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Cruz do Espírito Santo	XVI Romaria da Terra	23/10/2004	15000	Contra monocultura/ Questões ambientais	CPT
Esperança	Bloqueio BR-104 Norte	28/05/2004	600	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Jacaraú	Manif. contra Impunidade/Morte de Antônio Chaves	04/06/2004	400	Contra a injustiça e a violência	CPT
João Pessoa	Ocup. do Incra/Faz. Antas/Quirino/Jardim	02/11/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
João Pessoa	Ocupação da Funai/Tribo Potiguara	17/05/2004		Demarcação de área indígena	Cimi
João Pessoa	Ocupação do Incra	17/06/2004	250	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	CPT
João Pessoa	Acamp. na Praça João Pessoa	13/09/2004	1700	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
João Pessoa	Protesto por Reforma Agrária	23/09/2004	1700	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CPT
João Pessoa	Bloqueio da BR-101	09/11/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
João Pessoa	Ocupação do Interpa	16/11/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
João Pessoa	Ocupação do Centro Administrativo	06/12/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
João Pessoa	Ocup. da Assembléia Legislativa/Várzea de Sousa	09/11/2004	88	Desapropriação/ Reforma Agrária	CPT
Patos	Bloqueio BR-230	09/11/2004	500	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Sapé	Manif. contra Impunidade/Assas. Antônio Carlos	08/08/2004	200	Contra a injustiça e a violência	SI
Subtotal:		18	23038		
Paraná					
Arapongas	Ocup. da Praça de Pedágio/BR-369	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Campo Largo	Protesto na BR-277/Ass. Antônio Tavares	12/04/2004	1500	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ CUT/ MST
Campo Mourão	Ocup. Praça de Pedágio/BR-369	04/02/2004	150	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Candói	Ocupação da Praça de Pedágio	11/08/2004	400	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Candói	Ocupação da Praça de Pedágio	24/08/2004	200	Desapropriação	MST
Candói	Bloq. BR-277/Faz. Campo Real	30/08/2004	1000	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Cascavel	Ocupação da Praça de Pedágio	10/08/2004	400	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Cascavel	Ocupação da Praça de Pedágio	24/08/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Cascavel	Ocup. Prç. Pedágio BR-376/Violência em MG	19/12/2004	350	Contra a injustiça e a violência	MST
Clevelândia	Manif. contra Barragem no Rio Chopim	19/01/2004	2000	Contra barragens	MAB
Congonhinhas	Protesto na Praça Central	22/11/2004	100	Incentivos à pequena produção	
Corbélia	Ocup. Praça de Pedágio/BR-369	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Cruz Machado	Romaria da Terra	22/08/2004	20000	Contra Transgênicos/ Reforma Agrária	CPT
Cruzeiro do Sul	Ocupação da Prefeitura	17/02/2004	150	Infra-estrutura	MST
Curitiba	Manifestação dos Sem Terrinha	08/10/2004	1300	Educação/ Reforma Agrária	MST
Curitiba	Dia Mundial da Água	22/03/2004	200	Contra Desmatamento/ Contra privatização da água	CPT
Curitiba	Jornada de Luta pela Reforma Agrária	16/04/2004	4000	Reforma Agrária	MST
Curitiba	Semana Nacional pela Reforma Agrária	21/07/2004	1000	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Curitiba	Grito da Terra	16/06/2004	3000	Reforma Agrária	Fetaep
Curitiba	Ocup. Praça de Pedágio/BR-277	05/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Curitiba	Marcha dos Sem	25/11/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CUT/ MST
Fazenda Rio Grande	II Fórum Social do Rio Iguaçu	05/06/2004	100	Contra privatização da água/ Contra barragens	CPT/ MGA*
Floresta	Ocup. Praça de Pedágio	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Foz do Jordão	Bloqueio da PR-662/Faz. Trombini	12/07/2004	300	Desapropriação	MST
Guarapuava	Protesto pela Paz no Campo	18/11/2004	400	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ MPA/ MST
Icaraima	Ocup. do Banco do Brasil/Faz. São Paulo	26/07/2004	50	Desapropriação	MUT
Imbaú	Ocup. Praça de Pedágio/BR-376	04/02/2004	150	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Imbituva	Ocup. Praça de Pedágio/BR-373	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Ivaiporã	Protesto contra Trabalho Escravo	27/02/2004	3000	Desapropriação/ Questões trabalhistas	MST
Jataizinho	Dia Intern. de Luta contra Barragens	14/03/2004	500	Contra privatização da água/ Contra barragens	Apeart/ CPT
Jataizinho	Ocup. Praça de Pedágio/BR-369	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Mandaguari	Ocup. Praça de Pedágio/BR-376	04/02/2004	150	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Mauá da Serra	Ocupa. Praça de Pedágio/BR-376	04/02/2004	150	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Ponta Grossa	Jornada de Agroecologia/Contra Transgênicos e Agrotóxicos	02/06/2004	4000	Contra Transgênicos	MST
Ponta Grossa	Bloq. BR-376/Chacina em MG	20/12/2004	250	Contra a injustiça e a violência	MST
Ponta Grossa	Caminhada contra Transgênicos	15/05/2004	4000	Contra barragens	CPT/ Fetraf sul/ MST
Ponta Grossa	Protesto das Trab. Rurais/Dia da Mulher	08/03/2004	1000	Contra Transgênicos/ Reforma Agrária	MST
Ponta Grossa	Ocup. Praça de Pedágio/BR-277	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Presidente Castelo Branco	Ocupação da Praça de Pedágio	04/02/2004	140	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Quedas do Iguaçu	Protesto contra prisão de Elemar	06/05/2004		Contra a injustiça e a violência	MST
Quedas do Iguaçu	Ato Público contra Violência	26/05/2004	1000	Contra a injustiça e a violência	MST
São Jerônimo da Serra	Ocupação da Prefeitura	17/03/2004	120	Educação	MST
São Pedro do Ivai	Protesto no Armazém da Siel	31/03/2004	70	Cumprimento de acordos	SI
Tibagi	Ocup. Praça de Pedágio/BR-376	04/02/2004	100	Incentivos à pequena produção/ Contra Transgênicos	MST
Subtotal:		44	52810		
Pernambuco					
Aliança	Ocupação do Cartório	05/10/2004	100	Reforma Agrária	CPT
Aliança	Caminhada Mártires da Terra	18/11/2004	300	Desapropriação/ Contra monocultura/ Contra a injustiça e a violência	CPT
Altinho	Ocup. do Minist. da Agricultura	10/11/2004	450	Reforma Agrária	SI
Araçoiaba	Bloq. PE-41/Eng. Prado	17/10/2004	1400	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT
Bonito	Bloqueio da PE-103	20/04/2004		Reforma Agrária	OLC
Cabo de Santo Agostinho	Bloq. BR-101/Engs. Olinda/Universo/S. Pedro	05/03/2004	150	Desapropriação	MTL
Cabo de Santo Agostinho	Bloq. BR-101/Engs. Universo/Olinda/S. Pedro	06/06/2004	100	Desapropriação	MTL
Cabo de Santo Agostinho	Bloq. BR-101/Engs. Universo/Olinda/S. Pedro	12/10/2004	300	Desapropriação	MTL
Cabo de Santo Agostinho	Bloqueio da BR-101	18/08/2004	150	Desapropriação	MTL
Cabo de Santo Agostinho	Bloqueio BR-101/Eng. Mauá	07/06/2004	100	Desapropriação	MTL
Cabo de Santo Agostinho	Bloqueio da BR-101	13/10/2004	300	Desapropriação	MST
Caruaru	Bloq. BR-104/Desap. Faz. Borba	19/07/2004	200	Desapropriação	MST
Caruaru	Bloqueio da BR-104	20/07/2004	100	Desapropriação	MST
Escada	Ocup. da Compesa/Assent. Criméia	16/11/2004	215	Reassentamento	MST
Escada	Bloq. BR-101/Engs. Universo/Olinda Velha	11/06/2004	50	Desapropriação	MST
Escada	Bloqueio da BR-101	13/08/2004	300	Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Floresta	Ocup. Funai DF/Res. Serra Negra	26/07/2004	49	Regularização fundiária	
Gameleira	Bloqueio da BR-101	13/08/2004	800	Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Iguaraci	Romaria da Terra e da Água	26/10/2004	900	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CEB's/ CPT
Ipojuca	Ocupação do Incra/Eng. Soledade	29/12/2004	200	Crédito/ Infra-estrutura	OLC
Ipojuca	Bloq. BR-101/Ref. Agrária	13/10/2004	300	Desapropriação/ Cesta básica/ Reforma Agrária	MTL
Moreno	Ocupação do Cartório	12/04/2004	60	Desapropriação	MST
Panelas	Bloqueio da PE-104	10/03/2004	1500	Desapropriação	OLC
Panelas	Bloqueio da BR-104/Vistoria	02/10/2004	500	Desapropriação	OLC
Petrolina	Ocupação da Prefeitura	05/05/2004	200	Infra-estrutura/ Cesta básica	MST
Petrolina	Ocupação do Incra	29/07/2004	250	Desapropriação	MST
Pombos	Bloqueio da BR-232	06/04/2004	400	Desapropriação	OLC
Quipapá	Bloqueio da BR-104	30/07/2004	100	Reforma Agrária	MST
Recife	Ocupação da Funai	12/01/2004	30	Regularização fundiária	
Recife	Ocup. do Incra/Eng. Prado	09/02/2004	100	Regularização fundiária	CPT
Recife	Ocupação do Incra	18/08/2004	150	Desapropriação	MTL
Recife	Ocup. do Incra/Eng. Manguinhos	09/12/2004	150	Desapropriação	MTL
Recife	Ocupação do Incra	21/01/2004	400	Desapropriação/ Cesta básica	MLST
Recife	Ocup. da Secret. Produção Rural	06/03/2004	800	Infra-estrutura	Fetape
Recife	Protesto de Trab. Rurais/Dia da Mulher	06/03/2004	500	Contra Transgênicos/ Direitos humanos	CPT/ MST
Recife	Acampamento na frente do Incra	06/03/2004	300	Desapropriação/ Infra-estrutura	MTL
Recife	Bloqueio da entrada do Incra	30/03/2004	300	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos	MTL
Recife	Ocupação do Incra	06/04/2004	300	Desapropriação/ Cesta básica	Fetape

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Recife	Marcha pela Reforma Agrária	16/04/2004	2500	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Cesta básica	CPT/ MST
Recife	Grito da Terra/Ocup. da Conab	18/05/2004	2000	Crédito/ Cesta básica	CPT/ OLC
Recife	Grito da Terra/Ocup. do Incra	18/05/2004	500	Desapropriação/ Crédito	MTL
Recife	Grito da Terra/Bloq. Av. Caxangá/BR-101	19/05/2004	500	Crédito/ Cesta básica	CPT/ OLC
Recife	Bloqueio da BR-104 e PE-117	24/05/2004	1800	Desapropriação	OLC
Recife	Ocupação do Incra	01/06/2004	400	Cumprimento de acordos/ Cesta básica	MST
Recife	Ocupação da Conab	28/06/2004	80	Crédito/ Cumprimento de acordos	OLC
Recife	Ocupação da Conab	20/07/2004	55	Crédito	MTBST
Recife	Manifestação dos Sem Terra	10/10/2004	3000	Reforma Agrária	MST
Recife	I Fórum Social Nordestino/Caminhada contra Violência	25/11/2004	500	Contra a injustiça e a violência	CPT
Recife	Protesto por Reforma Agrária	07/09/2004	2000	Direitos humanos/ Reforma Agrária/ Demarcação de área indígena	CPT/ Índios/ MST/ Quilombolas
São Caitano	Bloqueio da BR-232	13/08/2004	600	Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
São José da Coroa Grande	Bloq. da PE-60/Us. Central Barreiros	16/12/2004	150	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MTL
São José da Coroa Grande	Bloqueio da PE-90	18/08/2004	200	Desapropriação	MTL
São José da Coroa Grande	Bloqueio da PE-60	31/05/2004		Crédito/ Cumprimento de acordos	MTL
São José do Egito	I Encontro dos Sem Terra	12/10/2004	200	Educação/ Contra Transgênicos	CPT
São Lourenço da Mata	Ocupação da Prefeitura e do Cartório	21/05/2004	100	Regularização fundiária/ Cesta básica	MST
São Lourenço da Mata	Bloqueio da BR-408	13/08/2004	800	Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Vitória de Santo Antão	Bloqueio BR-232/Vist. de 108 áreas	12/09/2004	300	Desapropriação	OLC
Subtotal:		57	28189		
Piauí					
Picos	Acampamento na frente da Prefeitura	27/05/2004		Crédito/ Renegociação de dívidas	MPA
Picos	Ocupação do Banco do Brasil	27/05/2004	400	Crédito/ Renegociação de dívidas	MPA
Porto	Passeata/Gleba Fernando	18/08/2004	22	Regularização fundiária	CPT/ STR
São Raimundo Nonato	Romaria da Terra e da Água	31/07/2004	8000	Direitos humanos/ Reforma Agrária	CPT
Teresina	Data S. José do Junco/Bloq. da BR - 316	23/04/2004	250	Contra a injustiça e a violência	MST
Teresina	Grito da Terra Brasil	27/07/2004	2200	Crédito/ Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	Fetag/PI
Teresina	Repúdio ao Assassinato dos Fiscais de Unai	04/02/2004	11	Contra impunidade	SI
Teresina	Ocupação da Secretaria Estadual de Planejamento	03/08/2004	300	Infra-estrutura	Fetraf
Teresina	Caminhada em Defesa da Água	20/03/2004	300	Questões ambientais	CPT
Teresina	Acampamento na Frente da Assembléia Legislativa	13/04/2004	150	Contra a injustiça e a violência	MST
Teresina	Protesto na Frente dos Supermercados Carvalho e Pão - de - Açúcar	14/04/2004		Contra Transgênicos	MST
Teresina	Protesto na Frente do Incra	15/04/2004		Desapropriação/ Assistência técnica/ Educação	MST
Subtotal:		12	11633		
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Bloqueio da BR-101	09/09/2004	50	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Campos dos Goytacazes	Marcha contra o Trabalho Escravo	02/08/2004	300	Questões trabalhistas	CPCTEDNNF
Campos dos Goytacazes	Ato de Apoio à Campanha da Fraternidade	22/03/2004	50	Questões ambientais/ Contra privatização da água	CPT
Campos dos Goytacazes	Caminhada Ecológica	27/03/2004	50	Questões ambientais	CPT

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Mangaratiba	Protesto diante da Prefeitura/Faz. Sta Justina	23/03/2004	300	Desapropriação/ Cesta básica	MST
Mangaratiba	Manifesto na BR-101/Faz. Sta Justina	24/03/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Mangaratiba	Bloqueio da Rodovia Rio-Santos	09/09/2004	50	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Rio de Janeiro	Ato contra Ameaça de Despejo/Faz. Cambahyba	29/09/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Ocupação do INSS/Faz. Vargas Capoeirão	23/05/2004	120	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Barqueada/Colônia Marcilio Dias	12/04/2004	50	Questões ambientais/ Indenização	Coopemard
Rio de Janeiro	Jornada Nacional de Luta/Enterro Simbólico	16/04/2004	1200	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Rio de Janeiro	Protesto diante do Correio	09/09/2004	100	Cumprimento de acordos/ Cesta básica	MST
Rio de Janeiro	Manifesto dos Sem Terrinha	13/10/2004	200	Infra-estrutura/ Educação	MST
Rio de Janeiro	Ocupação do Incra	27/07/2004	300	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Rio de Janeiro	Protesto contra o Leilão da ANP	17/08/2004	150	Outros	MST
Rio de Janeiro	Ato diante do Consulado da Venezuela	13/08/2004	100	Outros	MST
Rio de Janeiro	Dia Internacional da Mulher	08/03/2004	70	Contra Transgênicos/ Contra monocultura/ Questões ambientais	CPT
Rio de Janeiro	Manifesto pela Paz	09/03/2004	100	Contra a injustiça e a violência	MST
São João da Barra	Marcha/Faz. Caetã e Cedro	12/07/2004	250	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Subtotal:		19	3940		
Rio Grande do Norte					
Mossoró	Bloqueio da BR-304/Assent. Angicos I e II	02/04/2004	500	Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
Mossoró	Bloq. BR-304/Ref. Agrária	10/11/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Natal	Protesto na frente do Incra	10/11/2004	120	Reforma Agrária	MST
Natal	Protesto na frente do Incra	10/11/2004	120	Reforma Agrária	MST
Subtotal:		4	890		
Rio Grande do Sul					
Arroio dos Ratos	Bloq. BR-290/Área em Monte Bonito	06/04/2004	400	Desapropriação/ Cesta básica	MST
Bagé	Manif. em frente ao B.B/Seca	06/04/2004	400	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Barracão	Bloq. BR-470/Seca	22/04/2004	500	Crédito	Fetrafsul
Benjamin Constant do Sul	Bloq. RS-487/Índios Caingangues	19/10/2004		Contra a injustiça e a violência	Índios
Cacique Doble	Bloq. da RS-343/Índios Caingangues	31/03/2004	90	Demarcação de área indígena	Índios
Candiota	Ocupação da Emater	04/07/2004	20	Crédito/ Infra-estrutura	MST
Canguçu	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	150	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
Canguçu	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	80	Crédito	Via Campesina
Canoas	Acamp. no Ginásio dos Metalúrgicos/Marcha	22/04/2004	400	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Carazinho	Marcha por Ref. Agrária/BR-386	13/04/2004	1500	Reforma Agrária	MPA
Carazinho	Caminhada na Av. Flores da Cunha/Faz. Guerra	06/05/2004	250	Reforma Agrária	MPA/ MST
Carazinho	Jejum por Reforma Agrária/Faz. Guerra	15/06/2004	150	Reforma Agrária	MPA/ MST
Constantina	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	70	Crédito	Via Campesina
Cruz Alta	Marcha de Cruz Alta a Carazinho/Faz. Guerra	24/04/2004	250	Reforma Agrária	MPA/ MST
Engenho Velho	Manif. Agricultores Despejados da Área Indígena Serrinha	25/05/2004	175	Reassentamento	OTC
Engenho Velho	Ocup. de Escola Munic./Agricultores da Área Indígena	02/08/2004	175	Reassentamento	OTC
Erechim	Bloq. BR-153/Seca	22/04/2004	1000	Crédito	Fetrafsul

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Erechim	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	350	Crédito	Fetraful/ Via Campesina
Erechim	Romaria da Terra e das Águas	24/02/2004	15000	Contra privatização da água	CNBB/ CPT
Erechim	Bloq. BR-285 e BR-342/Seca	06/04/2004	1000	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Erechim	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	150	Crédito	Via Campesina
Faxinalzinho	Bloq. no trevo para Faxinalzinho/Índios Caingangues	19/01/2004	60	Demarcação de área indígena	Índios
Frederico Westphalen	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	250	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
General Câmara	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	40	Crédito	Via Campesina
Hulha Negra	Bloqueio na BR-293	02/02/2004	800	Infra-estrutura/ Educação	MST
Hulha Negra	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	150	Crédito/ Infra-estrutura	MST
Ijuí	Bloq. BR-285 e RS-342/Seca	06/04/2004	500	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Iraí	Bloq. BR-392/Seca	25/03/2004	1500	Renegociação de dívidas	Fetraful
Iraí	Bloq. BR-386/Seca	26/04/2004	700	Crédito	Fetraful
Lajeado	Bloq. BR-386/Seca	28/04/2004	400	Crédito	Via Campesina
Marcelino Ramos	Bloqueio da BR-153/Seca	23/04/2004	2000	Renegociação de dívidas/ Incentivos à pequena produção	Fetraful
Nonoai	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	50	Crédito	Via Campesina
Nova Santa Rita	Ocup. do Supermercado Extra/Acamp. na BR-386	07/04/2004	80	Cesta básica	MST
Nova Santa Rita	Ato pelas Vítimas do Massacre de Felisburgo	23/11/2004	450	Contra a injustiça e a violência	MST
Palmeira das Missões	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	350	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
Palmeira das Missões	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	200	Crédito	Via Campesina
Pântano Grande	Protesto na frente do Supermercado Imec	06/04/2004	100	Cesta básica	MST
Pântano Grande	Ato na Estância Boa Vista/ Dia da Mulher	08/03/2004	750	Reforma Agrária	Via Campesina
Pântano Grande	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	120	Crédito	Via Campesina
Passo Fundo	Ocupação da Funai/Índios Caingangues	05/12/2004	70	Demarcação de área indígena	Índios
Pelotas	Mobilizações pela Mudança na Política Econômica	16/04/2004	200	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
Pelotas	Bloq. BR-116 e BR-293/Seca	06/04/2004	700	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Pinhal da Serra	Bloq. das Rod. de Acesso ao Cant. de Obras/Hid. Barra Grande	23/03/2004	500	Contra Desmatamento/ Reassentamento/ Contra barragens	MAB
Pinhal da Serra	Marcha em Direção à Balsa/Hid. Barra Grande	12/07/2004	1000	Contra Desmatamento/ Reassentamento/ Contra barragens	MAB
Pinhal da Serra	Acamp. Próximo ao Cant. de Obras/Hid. Barra Grande	21/10/2004	400	Contra Desmatamento/ Reassentamento/ Contra barragens	MAB
Pinhal da Serra	Bloq. das Rod. de Acesso ao Cant. de Obras/Hid. Barra Grande	05/11/2004	700	Contra Desmatamento/ Reassentamento/ Contra barragens	MAB
Pinhal da Serra	Bloq. das Rod. de Acesso ao Cant. de Obras/Hid. Barra Grande	09/11/2004	300	Contra Desmatamento/ Reassentamento/ Contra barragens	MAB
Pinheiro Machado	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	17/04/2004	100	Crédito/ Infra-estrutura	MST
Pinheiro Machado	Bloq. BR-293/Seca	06/04/2004	500	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Porto Alegre	Protesto na frente do TRF/Hid. de Barra Grande	21/12/2004	150	Contra Desmatamento	MAB
Porto Alegre	Marcha para comemorar os 20 Anos do MST	21/06/2004	700	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	Acamp. no Parque da Harmonia	23/06/2004		Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	Ocupação do Inkra/Faz. Guerra	29/06/2004	700	Cumprimento de acordos	MST
Porto Alegre	Acamp. na Área da Receita Federal	01/07/2004		Reforma Agrária	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Porto Alegre	Manif. contra Leilão da Faz. Sta. Rita	22/07/2004	140	Desapropriação	MST
Porto Alegre	Protesto em frente à Superint. do B.B	23/08/2004	300	Desapropriação	MST
Porto Alegre	Grito da Terra Brasil	29/04/2004	2500	Crédito/ Incentivos à pequena produção	Contag/ Fetag/RS
Porto Alegre	Acampamento na Sede da Receita Federal	01/07/2004	500	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Porto Alegre	VIII Marcha dos Sem Terrinha	10/10/2004	650	Educação	MST
Porto Alegre	Tribunal Popular contra Transgênicos	11/03/2004	2000	Contra Transgênicos	Via Campesina
Porto Alegre	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	600	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
Porto Alegre	Ocup. do Gab. de R. A e Cooperativismo/Faz. Guerra	12/05/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MPA/ MST/ Via Campesina
Porto Alegre	Greve de Fome/Faz. Guerra	13/05/2004	5	Reforma Agrária	MPA/ MST
Porto Alegre	Protesto na frente do Banco do Brasil	23/08/2004	300	Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	Ocup. Superm. Zaffari/Acamp. das Trabalhadoras Rurais	10/03/2004	400	Contra Transgênicos/ Reforma Agrária	Via Campesina
Porto Alegre	9ª Marcha dos Sem	26/11/2004	2000	Reforma Agrária	CUT/ STR/ Via Campesina
Porto Alegre	Dia Nac. de Luta contra Viol. e Impunidade	12/08/2004	300	Contra impunidade/ Direitos humanos	MMC
Rio Grande	Bloq. BR-292/Seca	28/04/2004	1100	Crédito	Via Campesina
Rio Pardo	Ocupação do Banco do Brasil	12/08/2004	100	Crédito	Via Campesina
Ronda Alta	Bloq. da BR-324/Seca	28/04/2004	700	Crédito	Via Campesina
Santa Cruz do Sul	Marcha dos Fumicultores/Preço do Tabaco	17/02/2004	1500	Preços	MPA
Santa Cruz do Sul	Mobilização dos Fumicultores/Preço do Tabaco	01/03/2004	3000	Preços	Fetag/RS
Santa Cruz do Sul	Bloq. BR-471/Seca	06/04/2004	3000	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Santa Cruz do Sul	Protesto contra as Fumageiras	09/01/2004	1000	Preços	MPA
Santa Maria	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	200	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
Santana do Livramento	Ocupação do Banco do Brasil	26/01/2004	300	Crédito	MST
Santo Ângelo	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	400	Crédito/ Infra-estrutura	Via Campesina
São Gabriel	Grito do Povo Guarani	07/09/2004	120	Demarcação de área indígena	Índios
Sarandi	Ato em frente ao B.B/Bloq. BR-386/Seca	06/04/2004	4000	Crédito/ Renegociação de dívidas	Via Campesina
Sarandi	Marcha Sarandi a Coqueiros do Sul/Faz. Guerra	31/08/2004	350	Reforma Agrária	MPA/ MST
Sarandi	Ocup. do Cepa do Ministério da Agric.	10/11/2004	450	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Três Passos	Mobilizações pela Mudança da Política Econômica	16/04/2004	450	Crédito/ Infra-estrutura	Fetrasul/ Via Campesina
Triunfo	Manif. por Recursos para Agricultura Familiar	26/05/2004	2000	Crédito/ Incentivos à pequena produção	MPA
Viamão	Ocupação do Banco do Brasil	26/01/2004	200	Crédito	MST
Subtotal:		82	65495		
Rondônia					
Alta Floresta do Oeste	Ocupação do Banco do Brasil	16/03/2004	400	Crédito	MPA
Brasilândia	Ocupação do Banco do Brasil	16/03/2004	400	Crédito	MPA
Candeias do Jamari	Bloqueio da BR-364/Pamos	11/08/2004	100	Desapropriação	SI
Cujubim	Ocup. da Prefeitura e do Ginásio de Esportes	23/08/2004	800	Desapropriação/ Reforma Agrária	LCPR
Jaru	Ocupação do Banco do Brasil	16/03/2004	400	Crédito	MPA
Jaru	Interdição da Ponte do Rio Jaru	08/09/2004	150	Desapropriação	LCPR
Ji-Paraná	Protesto na Frente da Prefeitura/Linhas 102 e 106	18/05/2004	100	Infra-estrutura	SI
Machadinho d'Oeste	Ocupação do Banco do Brasil	16/03/2004	400	Crédito	MPA
Ministro Andreazza	Ocupação da Prefeitura	23/03/2004	100	Infra-estrutura/ Educação	STR
Nova União	Romaria da Terra e da Água	25/07/2004	15000	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	Cimi/ CPT
Pimenteiras	Ocup. da Prefeitura/Faz. Bom Futuro	04/02/2004	58	Desapropriação	SI
Porto Velho	Ocup. do Inkra/Ass. Joana Darc I, II e III	29/03/2004	100	Infra-estrutura/ Assistência técnica	MCC

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Porto Velho	Protest. na Frente da Prefeitura/Ass. Joana Darc I, II e III	13/05/2004	150	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Educação	MCC
Porto Velho	Ocup. do Incra/Ass. Joana Darc I, II e III	12/07/2004	400	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Cesta básica	MCC
Porto Velho	Acamp. na Frente do Incra/Marcha pela Ref. Agrária	12/04/2004		Cumprimento de acordos/ Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Porto Velho	Protesto na Frente do Pal. do Governo/Marcha pela Ref. Agrária	13/04/2004		Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Educação/ Saúde/ Reforma Agrária	MST
Porto Velho	Protesto na Frente do Trib. de Justiça/Marcha pela Ref. Agrária	16/04/2004		Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Porto Velho	Caminhada dos Pequenos Agricultores	25/05/2004	800	Regularização fundiária/ Crédito	MPA
Presidente Médici	Marcha pela Reforma Agrária	17/03/2004	600	Contra Transgênicos/ Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Santa Luzia do Oeste	Ocupação do Banco do Brasil	16/03/2004	400	Crédito	MPA
Subtotal:		20	20358		
Roraima					
Boa Vista	Ocupação do Incra	16/12/2004	400	Regularização fundiária/ Crédito	SI
Uiramutã	Bloqueio de Rodovia	28/07/2004	500	Demarcação de área indígena	Índios
Subtotal:		2	900		
Santa Catarina					
Anchieta	Encontro Nacional de Formação Camponesa	21/04/2004	2000	Incentivos à pequena produção/ Questões ambientais	MPA/ Via Campesina
Campos Novos	Ocupação da Eletrosul/Usina Campos Novos	18/03/2004	700	Cumprimento de acordos/ Indenização	MAB
Campos Novos	Bloqueio da BR-470/Usina Campos Novos	22/11/2004	200	Cumprimento de acordos/ Indenização	MAB
Campos Novos	Bloq. do Canteiro de Obras/Hid. de Campos Novos	22/11/2004	100	Indenização	MAB
Canoinhas	Caminhada de Pequenos Fumicultores	27/02/2004	300	Preços	CPT/ Fetrafsul/ MST
Chapecó	Caminhada por Indenizações/Usina Foz do Chapecó	30/03/2004	150	Indenização	MAB
Chapecó	Manifestação na Sede do Ibama	22/12/2004	100	Reassentamento/ Indenização	MAB
Chapecó	Protesto dos Atingidos pela Seca	16/04/2004	2000	Crédito	Fetrafsul/ STR
Chapecó	Ato por Medidas de Combate aos Efeitos da Seca	22/04/2004	600	Crédito	Fetrafsul
Chapecó	Acampamento às Margens da SC-480	24/04/2004	500	Crédito	Fetrafsul/ STR
Chapecó	Bloqueio/Ponte sobre o Rio Uruguai	27/04/2004	1530	Crédito	Fetrafsul
Chapecó	Ocupação da Sede da Funai	23/03/2004	80	Demarcação de área indígena	SI
Chapecó	Manifestação pelo Dia do Trabalhador	01/07/2004	500	Questões trabalhistas	MST
Chapecó	2º Encontro Estadual de Jovens Camponesas	15/05/2004	53	Crédito/ Incentivos à pequena produção	MMA
Concórdia	Ato na Ponte sobre o Rio Uruguai	23/04/2004	1000	Crédito	MAB/ STR
Concórdia	Acampamento às Margens da BR-153	24/04/2004	300	Crédito	Fetrafsul
Dionísio Cerqueira	Comemoração/Dionísio Cerqueira	24/06/2004	200	Sem Informação	SI
Doutor Pedrinho	Bloqueio da SC-477/Aldeia Bugio	16/08/2004	80	Demarcação de área indígena	Índios
Florianópolis	Ato Por moradia no Campo	30/11/2004	500	Infra-estrutura	Fetrafsul
Florianópolis	Grito da Terra Brasil	20/07/2004	3000	Crédito/ Reforma Agrária	Fetaesc.
Florianópolis	Acampamento na Assembléia Legislativa	22/07/2004	500	Cesta básica/ Assentamento de famílias	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Florianópolis	Ato pela Reforma Agrária/Jornada de Lutas	23/07/2004	600	Desapropriação/ Cesta básica	MST
Florianópolis	Ato pela Demarcação de Terras Indígenas	19/04/2004	50	Demarcação de área indígena	Índios
Içara	Ato contra Abertura de Minas	25/05/2004	100	Questões ambientais	MST
Lages	Memória dos 10 Anos da Morte da Ir. Jandira	27/06/2004	300	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ MST
Palmitos	Acampamento às Margens da BR-158	24/04/2004	500	Crédito	Fetrafsul
Rio do Sul	Protesto dos Pequenos Fumicultores	27/02/2004	1200	Preços	Sintraf
São Carlos	18ª Romaria da Terra e da Água	17/09/2004	10000	Direitos humanos/ Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
São Cristóvão do Sul	Acamp. no Trevo das BRs 116 e 470/Us. Campos Novos	16/03/2004	700	Cumprimento de acordos/ Indenização	MAB
São Miguel do Oeste	Bloqueio da BR-282/Fumicultores	19/02/2004	1200	Preços	CPT/ Fetagri/PA/ MST
Xanxerê	Acamp. na BR-282/Usina Foz do Chapecó	17/03/2004	200	Reassentamento/ Indenização	MAB
Xanxerê	Mobilização pelo Pagamento de Indenizações	17/03/2004	200	Indenização	MAB
Subtotal		12	29443		
São Paulo					
Andradina	Protesto contra o Judiciário/Faz. Timboré	29/06/2004	800	Desapropriação/ Regularização fundiária/ Reforma Agrária	CUT/ FAF/ MST
Andradina	Ocupação do Itesp	27/04/2004	170	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Andradina	Manifestação dos Sem Terrinha	08/10/2004	200	Educação	MST
Araraquara	Ocupação do Itesp	27/04/2004	80	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Campinas	Manifesto pela Fazenda Coudelaria Remonta	09/12/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Castilho	Bloqueio da Rod. Gerson Dourado/Faz. Três Barras	08/11/2004	115	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Itapeva	Ocupação do Itesp	27/04/2004	170	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Jales	Ato pela Agilidade nas Desapropriações	04/08/2004	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Jales	Ato de Protesto contra o Judiciário	04/08/2004	200	Desapropriação/ Regularização fundiária	MST
Mirante do Paranapanema	Ocupação do Itesp	27/04/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Presidente Bernardes	Ocupação do Itesp	27/04/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Presidente Epitácio	Protesto contra Milícias Armadas/Faz. Ponte Funda	27/05/2004	85	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MAST
Presidente Epitácio	Ato contra a Lei de Terras do Governo Estadual	07/04/2004	1100	Desapropriação/ Reforma Agrária	MAST
Presidente Epitácio	Bloqueio à Rodovia Raposo Tavares	07/04/2004	1100	Desapropriação/ Regularização fundiária/ Reforma Agrária	MAST
Presidente Prudente	Ato Público no Bradesco e BCN	17/09/2004	37	Crédito/ Incentivos à pequena produção	CUT/ MST
Presidente Prudente	Jornada Nacional pela Reforma Agrária	01/04/2004	1700	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Presidente Prudente	Ato contra Lei de Terras do Governo Estadual	06/04/2004	2500	Regularização fundiária/ Reforma Agrária	MST
Presidente Prudente	Marcha das Mulheres por Reforma Agrária	08/03/2004	450	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Presidente Prudente	Ocupação do Itesp	27/04/2004	180	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Presidente Venceslau	Ocupação do Itesp	27/04/2004	180	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Registro	8ª Romaria da Terra e das Águas	25/07/2004	5000	Questões ambientais/ Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT/ MST
São Caetano	Bloqueio da Rodovia BR-232	13/08/2004	100	Cesta básica	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
São Paulo	Acampamento Estadual das Mulheres Sem Terra	08/03/2004	200	Desapropriação/ Contra Transgênicos/ Reforma Agrária	MST
São Paulo	Marcha por Direitos Humanos e Reforma Agrária	08/03/2004	5000	Direitos humanos/ Reforma Agrária	MST
São Paulo	Ato de Trabalhadoras Sem Terra	08/03/2004	5000	Contra Transgênicos/ Direitos humanos/ Reforma Agrária	MST
São Paulo	Marcha Nacional contra a Alca	14/06/2004	1000	Incentivos à pequena produção/ Preços/ Questões trabalhistas	CUT/ MST/ Sintaema/ UNE/ Via Campesina
São Paulo	Ato de Protesto contra a Chacina de Unai	04/02/2004	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CGT/ CUT/ SDS
São Simão	Bloqueio de Rallye da Mitsubishi	15/04/2004	100	Questões ambientais/ Direitos humanos	MST
Suzanápolis	Marcha contra Despejo/Faz. Tapyr	06/04/2004	300	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Taubaté	Ocupação do Itesp/Faz. Sta. Terezinha	04/05/2004	150	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Taubaté	Ocupação do Unibanco/Faz. Sta. Terezinha	17/05/2004	50	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Teodoro Sampaio	Ocupação do Itesp	27/04/2004	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Tremembé	Ocupação da Prefeitura/Faz. Corumirim	18/08/2004	200	Desapropriação/ Regularização fundiária/ Cumprimento de acordos	MST
Subtotal:		33	27117		
Sergipe					
Aracaju	Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária	09/11/2004	1500	Reforma Agrária	MST
Canindé de São Francisco	Ocupação de Agência Bancária	03/03/2004	200	Crédito	MST
Cristinápolis	Protesto contra Atraso na Implantação da Ref. Agrária	26/04/2004	1500	Reforma Agrária	MST
Japarutuba	Dia Mundial da Luta Camponesa	16/04/2004		Reforma Agrária	MST
Nossa Senhora da Glória	Dia Mundial de Luta Camponesa	16/04/2004		Reforma Agrária	MST
Propriá	Protesto contra a Transposição do Rio São Francisco	14/10/2004	300	Questões ambientais/ Contra privatização da água	SI
Riachuelo	Dia do Trabalhador Rural	23/07/2004	1500	Reforma Agrária	MST
Subtotal:		7	5000		
Tocantins					
Araguatins	Caminhada/Acamp. Alto da Paz	28/04/2004	180	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	STR
Araguatins	Ocupação do Incra/Acamp. Alto da Paz	06/07/2004	360	Desapropriação/ Assentamento de famílias	STR
Axixá do Tocantins	Romaria da Terra e das Águas Pe. Josimo	08/05/2004	1500	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ PJR
Palmas	Acampamento diante do Incra	10/11/2004	600	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	Fetaet/ Índios/ MST
Palmas	Caminhada até à Rede-Celtins	12/11/2004	600	Infra-estrutura	Fetaet/ MST
Tocantinia	Protesto dos Índios Xerente	30/01/2004	70	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos	Índios
Subtotal:		8	3310		
Total:		712	501428		

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Guatemala y Brasil... compartiendo la construcción de experiencias conjuntas

Área de Incidencia Política y Jurídica

Unidad Ejecutora PTI.

Marzo 2005.

Presentación

Guatemala es un país centroamericano, multiétnico, multilingüe y pluricultural. Cuenta con aproximadamente 12 millones de habitantes para una superficie de 103 mil kms². De este total de población, un porcentaje bastante alto es indígena (aproximadamente 60%).

Como muchos países de América Latina, Guatemala también ha sufrido por más de quinientos años el despojo al que fue sometida. A lo largo de la historia se manifiestan muchos despojos violentos y apropiaciones ilegales de tierras y territorios indígenas, ocupados hoy por grandes latifundistas, muchos de ellos extranjeros.

A la población campesina indígena se le obligó y aún se le obliga a duros jornales, sin condiciones dignas de trabajo ni vida.

El despojo de tierras de los pueblos indígenas y su explotación junto a la de los trabajadores ladinos pobres continuó hasta 1944, en tanto inversionistas extranjeros (alemanes, estadounidenses e ingleses) y latifundistas criollos gozaron de los privilegios que este modelo les garantizó, entre ellos, la exoneración de obligaciones fiscales, fuerza de trabajo casi gratuita y apropiación ilegal de grandes extensiones de tierra. Éste es el origen de la oligarquía terrateniente en Guatemala, que en la actualidad forma parte de la cúpula de poder económico.

El sistema de producción agrícola en Guatemala está basado en la permanencia de extensos latifundios. Según cifras oficiales, el 0.15 por ciento de los propietarios posee el 70 por

ciento del área agrícola cultivada con productos tradicionales para exportación.

Este modelo latifundista tiene estructuras profundamente concentradoras (tierra, capital y recursos tecnológicos). Explota extensivamente la tierra y el trabajo. Al carecer de tecnologías de punta no requieren mano de obra calificada. Los grandes productores basan su competitividad en la abundancia relativa y los bajos salarios, así mismo aplican una lógica depredadora del medio ambiente; además cuentan con una legislación e institucionalidad laboral y de seguridad social sin mecanismos para su cumplimiento, a la par de un marco de represión que inhibe la organización sindical.

El modelo agro-exportador carece de mecanismos para reducir la dramática situación de pobreza rural, no garantiza los derechos económicos, sociales y culturales de las mayorías ni estimula el mercado interno, niega opciones de empleo y desarrollo social para la mayoría de habitantes. La crisis en los precios del café hizo evidente tales limitaciones.

La realidad en el campo es heterogénea en cuanto a actividades ocupacionales. Los niveles y rasgos del desarrollo han variado dependiendo de las zonas geográficas, características de la población y ciertas políticas estatales con respecto a la tierra. Existen cinco regiones claramente definidas (tierras bajas del norte, las verapaces, el occidente, la costa sur y el oriente).

En éstas se presentan los siguientes procesos: a) la combinación de la agricultura de subsistencia con la migración a Estados Unidos y actividades vinculadas al comercio, servicios e infor-

males; b) el aumento de la producción con nuevos cultivos mediante el arrendamiento de tierras, reparto de tierras a nivel estatal o ampliación de la frontera agrícola, vinculados a ciertos circuitos comerciales, agro-industriales, obreros agrícolas y pequeños cafetaleros; c) la producción agraria vinculada a la industria rural de textiles, procesos comerciales y redes de maquiladoras con mano de obra fundamentalmente femenina; d) las migraciones hacia el campo en el exterior (Estados Unidos y México) en combinación con actividades en cascos urbanos.

El racismo existe en Guatemala como estructura de exclusión social y como una práctica diaria, que se expresa en la educación pública, en la prestación de los servicios de salud, en la estructuración de leyes, en los medios de comunicación, etcétera.

En el informe del Banco Interamericano de Desarrollo para el período 1998-1999, indica que Guatemala es, junto a Brasil y Panamá, uno de los países con mayor concentración del ingreso.

La Pastoral de la Tierra Interdiocesana (PTI)

La Pastoral de la Tierra Interdiocesana es una instancia de la Iglesia Católica, de coordinación, enlace y análisis para el fortalecimiento, promoción y organización de la Pastoral de la Tierra de cada una de las Diócesis que conforman la Región Eclesiástica de los Altos (Diócesis del Quiché, Huehuetenango, San Marcos, Sololá, Suchitepéquez y la Arquidiócesis de los Altos Quetzaltenango - Totonicapán) las cuales desde los años '90 han venido desarrollando una serie de acciones en respuesta a las diversas manifestaciones de la conflictividad agraria en la región, siempre teniendo como fundamento del trabajo la Carta Pastoral "El Clamor por la Tierra" dada a conocer por la Conferencia Episcopal de Guatemala en 1988.

En el transcurso de estos 14 años de trabajo realizado por los equipos legales, procuradores, promotores jurídicos, capacitadores, agentes de pastoral, y principalmente las comunidades se han generado un cúmulo muy valioso de experiencias y conocimientos relacionados con la

conflictividad agraria, laboral y ambiental que no se había podido documentar ni sistematizar por no contar dentro de las pastorales con la capacidad técnica y el recurso humano experimentado para realizarlo, lo que generaba una pérdida invaluable de información que al no ser documentada ni sistematizada impedía su utilización para favorecer la formulación de propuestas a nivel Institucional y Nacional. Además no permitía registrar la historia campesina desde los mismos actores y actoras.

En virtud de esta realidad, la Unidad Ejecutora de la Pastoral de la Tierra Interdiocesana ha impulsado una serie de intercambios a nivel nacional e internacional que permitan fortalecer y enriquecer el trabajo desarrollado; de esta cuenta una de las experiencias que más se ha seguido ha sido la de la Comisión de Pastoral de la Tierra (CPT) y el Movimiento sin Tierra del Brasil, experiencia que ha fortalecido los lineamientos y principios sobre los cuales trabaja la PTI.

Actualmente en esta instancia se ha iniciado la implementación de un sistema de documentación y de una metodología de sistematización de conflictos agrarios, ambientales y laborales con información tanto cualitativa como cuantitativa de la conflictividad agraria en el ámbito regional que nos sirva de referente para poder generar impacto tanto en la opinión pública como en las instancias de Estado.

En esta experiencia hemos contado con el apoyo y asesoría del Departamento de Documentación de la CPT en un primer momento y la asesoría más especializada del Prof. Bernardo Manzano en coordinación con FIAN Internacional. El objetivo principal es contar con una base de datos que recoja la conflictividad agraria y laboral pero que también recoja la violación que existe del derecho a la alimentación. En nuestra primera publicación y en el futuro incluiremos un artículo que ilustre las similitudes y diferencias del desarrollo de la conflictividad agraria, laboral y ambiental de estos países, Guatemala y Brasil, cuya comunidad campesina e indígena va haciendo la verdadera historia.

A criação de um banco de dados de conflitos no campo guatemalteco

Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo, professor e pesquisador da Unesp, Campus de Presidente Prudente, Assessor da Comissão Pastoral da Terra. bmf@prudente.unesp.br

Introdução

Em 2005, a Comissão Pastoral da Terra - CPT - completa 30 anos. Nesse tempo tornou-se a principal instituição que registra os conflitos agrários no Brasil. O Caderno Conflitos no Campo Brasil, publicado anualmente desde 1985, é uma importante referência para diversas instituições e pesquisadores interessados em compreender a questão agrária brasileira. Pode-se afirmar que para o estudo da questão agrária contemporânea, os cadernos da CPT são fundamentais. Além da seqüência de dados sistematizados todos os anos, trazem também diversos textos de análise escritos por diversos cientistas, pelos agentes da CPT e por religiosos que acompanham os conflitos em todas as regiões do país.

Por causa de sua experiência, a CPT foi procurada pela Pastoral de la Tierra Interdiocesana - PTI - Província Eclesiástica de los Altos - Guatemala, para a assessorar na implantação de um banco de dados sobre conflitos agrários na região de atuação da PTI. Em outubro de 2004, viajamos para a Guatemala com o objetivo de contribuir com a criação de uma metodologia de pesquisa sobre conflitos no campo e elaborar a estrutura do banco de dados. A construção desta experiência na Guatemala comparada com a experiência da CPT no Brasil e a perspectiva de criação de um banco de dados sobre conflitos agrários em Honduras, em 2005, como possibilidade apresentada pela FIAN - Food First Information and Action Network, podem ser os primeiros passos para a constituição de uma rede de bancos de dados sobre conflitos agrários na América Latina.

Hoje, por meio da Internet, visitando os sítios dos principais periódicos dos países da América Latina, bem como das organizações camponesas, pode-se observar a intensidade dos conflitos agrários, suas diferenças e semelhanças. Todavia, ainda não existe uma instituição ou um conjunto de instituições que organizem e sistematizem dados e informações dessas realidades, a partir de pesquisas primárias e secundárias, para publicação, de modo a servir de referência para contribuir com a luta camponesa e seu desenvolvimento territorial.

A questão agrária guatemalteca comparada à brasileira

A questão agrária guatemalteca é o resultado histórico do domínio dos territórios, da subordinação e da exclusão do campesinato indígena. Embora a questão agrária de cada país da América Latina seja singular, também possui semelhanças. Comparando a estrutura fundiária da Guatemala e do Brasil, pode-se observar a intensa concentração da propriedade da terra. Na Guatemala, 56.59% das terras agricultáveis estão sob controle de 1.86% dos proprietários, enquanto 98.14% dos proprietários mantêm o restante, ou seja, 43.41 das terras cultiváveis. No Brasil, 43.80% das terras agricultáveis estão sob controle de 1.60% dos proprietários, enquanto 98.40% dos proprietários mantêm apenas 56.20% das terras cultiváveis. Ou seja, nos dois países, menos de dois por cento dos proprietários controlam metade das terras destinadas à agricultura e à pecuária.

Este alto índice de concentração fundiária é a causa da intensificação dos conflitos no campo nas duas

nações. Outras semelhanças entre os dois países são: a não realização de uma política de reforma agrária, embora não faltem promessas por parte dos governos; avanço das políticas neoliberais com a implantação de projetos de mercantilização da reforma agrária; a violência contra os camponeses e a impunidade dos criminosos que atuam a mando de latifundiários; as políticas de desenvolvimento rural estão baseadas predominantemente no modelo do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Uma diferença entre a questão agrária guatemalteca e a brasileira refere-se ao processo de formação do campesinato. No Brasil o campesinato foi formado predominantemente pela miscigenação entre indígenas, negros e europeus migrantes, que lutam até hoje para poder ter acesso à terra. Na Guatemala o campesinato é majoritariamente indígena, de diferentes grupos étnicos que lutam para ficar na terra e retomar a terra, da qual a cada dia são cada vez mais expropriados.

Os principais tipos de conflitos no campo guatemalteco são agrários e trabalhistas. Os conflitos agrários são lutas de resistência na terra contra a expropriação. Os conflitos trabalhistas são lutas por direitos, como condições dignas de trabalho e pagamento dos salários. Com a crise econômica na agricultura, especialmente no café produzido para exportação, a exploração se intensificou. Em ambos os casos, quando os camponeses e trabalhadores procuram se organizar são criminalizados e/ou despedidos.

A construção do banco de dados dos conflitos do campo na Guatemala

Durante os trabalhos de construção do banco de dados dos conflitos do campo guatemalteco, os membros da Pastoral de la Tierra Interdiocesana apresentaram um primeiro levantamento realizado para uma amostragem e que nos serviu de referência para pensarmos a estrutura do novo banco de dados. Esta atividade também foi desenvolvida através da apresentação da experiência da CPT - Brasil e da análise da questão agrária da Guatemala.

A partir dessa referência começamos a construir as metodologias de pesquisa de campo, pesquisa documental, sistematização de dados, análise e interpretação, publicação e divulgação dos dados e das informações anualmente. A pesquisa de campo será realizada pelo acompanhamento dos conflitos com o preenchimento de um formulário por conflito, quer seja agrário ou trabalhista. A região de atuação da Pastoral de la Tierra Interdiocesana compreende cinco departamentos (cada departamento é equivalente a uma unidade federativa no Brasil. A Guatemala tem 22 departamentos).

Cada formulário contém um espaço específico para o registro do histórico do conflito. A realização deste trabalho, através de pesquisa primária, possibilitará a reunião de dados e informações que subsidiarão as atividades das equipes pastorais para o apoio jurídico e técnico. Para o aprimoramento dos formulários realizamos exercícios de elaboração dos principais conceitos que serão utilizados no registro e nas análises dos conflitos.

Como os conflitos serão acompanhados e registrados pelos agentes pastorais, o conceito de acompanhamento foi o primeiro a ser trabalhado. Foi definido como um processo solidário que se constitui em várias etapas: solicitação, análise do caso, pesquisa, organização e gestão para a ajuda na transformação e resolução do conflito e a satisfação das necessidades básicas da comunidade. O acompanhamento é realizado por organizações da Igreja e organizações camponesas e indígenas.

Outros conceitos elaborados foram: concessão irregular, assessoria, compensação, conflitividade, conflito agrário, conflito trabalhista, direito consuetudinário (costumeiro), direito histórico, despejo, invasão, ocupação, procuração, ressarcimento, repressão. Esses conceitos compreendem a base teórico-política para o acompanhamento e registro dos conflitos na construção do banco de dados da Pastoral de la Tierra Interdiocesana.

Os formulários de registro dos conflitos agrários contêm, entre outras, as seguintes informações: nome e localização do conflito; tipo de conflito;

sujeitos envolvidos; descrição detalhada da comunidade em conflito, com o número de homens, mulheres e crianças; etnias; organizações de apoio e organizações acompanhantes; diagnóstico e histórico do conflito, além de acompanhamento hemerográfico, registrando as matérias publicadas pela imprensa e anexa mapas elaborados sobre os conflitos.

Os formulários de registro dos conflitos trabalhistas contêm, entre outras, as seguintes informações: nome e localização do conflito; tipo de conflito; sujeitos envolvidos; dados dos trabalhadores, com o número de homens, mulheres e crianças; etnias; dados dos empregadores, com detalhamento para as características das relações de trabalho; situação judicial, organizações de apoio e organizações acompanhantes; diagnóstico e histórico do conflito, além de acompanhamento hemerográfico, registrando as matérias publicadas pela imprensa e anexa mapas elaborados sobre os conflitos.

Todos os documentos juntados durante o registro do conflito comporão o acervo da Pastoral de la Tierra Interdiocesana. Serão sistematizados em uma base de dados elaborada especialmente para este projeto, que possibilitará diver-

sos cruzamentos de dados, com elaboração de tabelas e gráficos, além de informações para a produção de mapas da conflitividade agrária e trabalhista da Guatemala. Esse conjunto de informações será uma grande contribuição para a compreensão da questão agrária guatemalteca. Também contribuirá para agilizar a resolução dos conflitos, promovendo o desenvolvimento territorial campesino.

Os dados coletados e sistematizados serão publicados anualmente. Esta publicação anual ainda não tem uma estrutura definida. Ela será construída neste primeiro ano de pesquisa e conterà os dados representados de diferentes formas, os históricos dos conflitos e também trará textos analíticos sobre os conflitos agrários e trabalhistas. Também o nome ainda não foi definido.

Há a proposta de o Caderno de Conflitos no Campo Brasil da CPT, abrir espaço para a publicação de uma síntese dos registros dos conflitos publicados pela Pastoral de la Tierra Interdiocesana na Guatemala, assim como uma síntese dos conflitos do campo registrados pela CPT ser divulgada na publicação da PTI. Esse pode ser o começo da constituição de uma rede de bancos de dados sobre conflitos agrários na América Latina.



Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Funcionários públicos vítimas do trabalho escravo

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) manifesta-se consternada, com toda a nação brasileira, diante da fria execução dos auditores fiscais do Trabalho, Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e do motorista Aílton Pereira de Oliveira, em Unaí, MG. Eles foram executados no cumprimento de suas funções: investigando denúncias da existência de trabalhadores submetidos a condições análogas à da escravidão. A CPT apresenta condolências às suas famílias e aos seus colegas de trabalho.

O que vimos acontecer ontem, em Minas Gerais, é uma afronta ao próprio Estado brasileiro. Os interesses do latifúndio e do agronegócio se sobrepõem à vida, às pessoas, à lei.

A CPT vem denunciando a existência de trabalho escravo no meio rural brasileiro durante as últimas décadas. Apesar das medidas adotadas para combatê-lo mais eficazmente - como a criação, em 1995, do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e o recém-lançado Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - ele teima em persistir, porque é fonte de grandes lucros para os proprietários de terras. Esses, por sua vez, não se envergonham de lançar seus irmãos às mais degradáveis condições de vida. Dados parciais, levantados pela CPT, mostram que em 2003 houve denúncias de 266 fazendas, com um total de 8.765 trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravidão. 147 destas fazendas foram fiscalizadas com o resgate de 4.725 trabalhadores.

O trabalho escravo é consequência direta da própria estrutura fundiária do Brasil. A concentração da terra em poucas mãos exige a exploração da mão-de-obra. Desde os primeiros momentos da colonização essa exploração se deu através da sujeição dos trabalhadores à escravidão.

Para fazer frente a este estado de coisas algumas medidas são urgentes e indispensáveis.

A primeira é a de expropriar as propriedades onde se constate a existência de trabalho escravo e destiná-las para a Reforma Agrária. Há alguns anos, projetos neste sentido tramitam no Congresso Nacional, mas eles nunca tiveram a atenção e a urgência necessárias, pois ali se encastelam os defensores das elites latifundiárias deste país. Que as mortes destes servidores sirvam para despertar a consciência dos nossos legisladores e que eles não fiquem somente na lamentação, mas aprovelem logo estes projetos.

A segunda medida é mais profunda. O latifúndio precisa ser banido. É preciso uma Reforma Agrária profunda com uma legislação que limite o tamanho das propriedades rurais para que se implante um novo modelo de desenvolvimento centrado na agricultura familiar. Este novo modelo trará de imediato como conquista a diminuição da violência no campo, da exploração da mão-de-obra, e a diminuição do desemprego.

Com todos os brasileiros e brasileiras, a CPT aguarda medidas efetivas que ajudem a cortar o mal pela raiz.

Coordenação Nacional
da Comissão Pastoral da Terra

Goiânia, 29 de janeiro de 2004.

Juiz Federal revoga prisão do fazendeiro Branquinho

Recapturado há exatos 15 dias, em Fortaleza-CE, depois de ter fugido, à luz do dia, da custódia da Polícia Civil do Pará, em Marabá, o fazendeiro ALDIMIR LIMA NUNES, vulgo Branquinho, teve sua prisão preventiva revogada, por ordem do Juiz Federal Substituto em Marabá, Dr. FRANCISCO DE ASSIS GARCES CASTRO JUNIOR. Esta decisão tomada no dia 03.02.04, só chegou hoje ao nosso conhecimento. O fazendeiro, porém, continuará preso, por porte ilegal de arma.

Desde outubro de 2002, o fazendeiro esteve foragido da Justiça Federal. Sua prisão provisória havia sido decretada pelo Juiz Federal de Palmas-TO, alicerçada em denúncias de vários crimes, entre os quais aliciamento, homicídio, trabalho escravo, grilagem de terra. Em 24 de setembro de 2003, quando o cerco policial estava para se fechar ao seu redor, entregou-se, em Marabá-PA. Nesta ocasião o Juiz Federal decretou sua prisão preventiva, fundamentada na suspeita de ameaças de morte supostamente proferidas pelo fazendeiro contra várias testemunhas: o trabalhador Jair Matos (de Ananás-TO), três membros da CPT do Tocantins (Edmundo Rodrigues, Silvano Rezende, Xavier Plassat), e o então procurador da República em Palmas-TO (Dr. Mário Lúcio de Avelar), e ainda por tentativa de execução do Dr. Mário Lúcio.

Anos atrás, Branquinho trocou o Ceará pelo Tocantins e Pará, deixando ali uma ficha-crime já consistente. Recentemente, a imprensa relatou o provável envolvimento do Branquinho em confrontos de pistoleiros operando na região do Iriri (Terra do Meio, Sul do Pará). O último confronto relatado, dia 24.11.03, resultou na morte de três dos envolvidos.

A atuação do Juiz Federal, Dr. Francisco de Assis, tem suscitado na comunidade graves dúvidas quanto à real independência face aos

interesses do latifúndio, extremamente articulados na região. Esta última decisão vem corroborar as dúvidas e faz crescerem as apreensões.

A Coordenação Nacional da CPT, juntamente com a Coordenação da Campanha contra o Trabalho Escravo, da mesma CPT, sentem-se perplexas diante de tal decisão. Como é possível que uma pessoa sobre a qual pesam tão graves acusações, que ficou tanto tempo foragida da justiça, que foge, em plena luz do dia, da cadeia onde se achava preso, seja premiada desta forma! O Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, Juiz Federal em Marabá, ao decretar a prisão preventiva de Branquinho, o qualificou de “pessoa altamente violenta, ..., muito próximo ao crime e [que] comanda jagunços na região. Tem praticado um crime atrás do outro de forma que a custódia servirá para prevenir a reprodução dos crimes e para acautelar o meio social e a credibilidade das Instituições, já que a ameaça a membro do Poder, encarregado da persecução criminal, é gravíssima”. (Decisão 1ª Instância JF - PA 25.09.03).

Esta prisão é revogada justamente quando toda a nação se sente agredida pela morte planejada de quatro servidores do Ministério do Trabalho, dia 28.01, em Unaí-MG e quando se levantam sérias suspeitas de que estas mortes tenham ligação com fazendeiros com interesses no Pará.

Onde fica a credibilidade das Instituições? Onde está a Justiça deste país? Como fica a segurança das pessoas, agentes, servidores públicos, trabalhadores, que acreditaram e teimam ainda em acreditar no público engajamento do Estado para erradicar o trabalho escravo no Brasil?

Em 2003, a CPT teve conhecimento de 229 denúncias de trabalho escravo no Brasil,

envolvendo 7.800 trabalhadores (metade das vítimas no Pará). 4.970 foram libertados em 149 fazendas, em 7 estados, graças à intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho, agindo em condições muitas vezes heróicas. A escravidão é uma das mais perniciosas conseqüências da própria estrutura fundiária do Brasil e da impunidade de que se beneficia

o latifúndio neste país, com suas raízes profundamente infiltradas na esfera pública.

A CPT, com todos os brasileiros e brasileiras, aguarda medidas efetivas, coerentes, contínuas, que ajudem a cortar o mal pela raiz.

Trabalho escravo, vamos abolir de vez essa vergonha!

Goiânia, 05.02.04

Coordenação Nacional da CPT e

Coordenação da Campanha Nacional
contra o Trabalho Escravo.

Carta sobre a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol

Ao
Excelentíssimo Senhor
Luiz Inácio Lula da Silva
DD. Presidente da República
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor,

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, preocupada com os rumos anunciados a respeito da homologação da área indígena Raposa Serra do Sol em dissonância com a Portaria nº 820/98, vem manifestar sua discordância com qualquer forma de encaminhamento que não respeite a integralidade dos direitos indígenas. A não homologação dentro do que foi determinado pela referida Portaria significa a aprovação da invasão e do esbulho desta e de outras áreas indígenas.

A CPT vê ainda com maior preocupação que um governo eleito sob o signo do “popular” e que se propunha realizar profundas mudanças, se acovarde diante dos interesses econômicos de grupos os mais diversos e não tenha a audácia de fazer valer os direitos legítimos e constitucionais dos grupos populares.

Esperamos que essa aberração não se concretize sob pena de que este governo passe para a história como o que traiu as esperanças nele depositadas.

A Coordenação Nacional
Goiânia, 14 de abril de 2004

Carta da 17ª Assembléia da CPT

Reunidos e reunidas em Assembléia anual, à luz da memória dos mártires da terra, em especial do Padre Josimo, neste 18º aniversário de sua morte, fiéis à nossa missão de anúncio da Boa Notícia do Reino de Deus e de denúncia do anti-reino, nos dirigimos à opinião pública e às irmãs camponesas e irmãos camponeses.

Fazemos nossos o clamor e a indignação deste povo da terra e das águas que acreditaram na possibilidade da reforma agrária e que estão vendo suas esperanças se desfazerem diante de decisões do Governo Federal de continuar privilegiando a lógica do mercado capitalista e o equilíbrio financeiro cujo custo é o desequilíbrio social e a injustiça.

Em 2003, a reforma agrária, segundo dados oficiais, conseguiu assentar apenas 36 mil famílias. Entretanto, foi executado judicialmente o despejo de 35 mil famílias, com destruição de suas lavouras, de suas casas e de seus sonhos. E mais de 61 mil famílias continuam ameaçadas de expulsão de suas terras.

O Estado, porém, continua inoperante, omisso, quando não conivente, com um agronegócio que grila centenas de milhares de hectares de terras públicas e avança sobre pequenas e médias propriedades.

O agronegócio, cantado insistentemente pela mídia como o que mais dá certo hoje no país, é violento. Nossa publicação “Conflitos no campo - Brasil 2003” mostra que onde cresce o agronegócio crescem, na mesma proporção, o conflito e a violência. Mais de um milhão de pessoas foram vítimas de algum tipo de violência, sobretudo nos Estados onde está se expandindo a monocultura da soja, do eucalipto, do pínus, do bambu, da cana, do algodão, da laranja, do fumo e do gado.

A face mais violenta deste conflito se mostra nas 238 denúncias de trabalho escravo em 2003. O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do

Trabalho conseguiu fiscalizar 154 casos e pouco mais de 5.000 trabalhadores foram libertados.

Neste mesmo ano, 73 irmãos e irmãs tiveram seu sangue derramado na terra que continua, há mais de 500 anos, clamando por justiça, liberdade e paz.

O agronegócio concentra terras, águas e renda. Produz sim, a um custo socioambiental altíssimo e predominantemente para a exportação, gerando divisas para uma elite privilegiada desde sempre. A irrigação de suas monoculturas consome 70% da água doce do País. Suas máquinas modernas, possantes, substituem a mão-de-obra no campo, num País cujo maior problema é o crescimento do desemprego.

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes.

Em nome da verdade e, sobretudo, em nome da solidariedade à população camponesa do nosso País, temos a obrigação de denunciar que o agronegócio não é a solução nem para a economia nacional nem para os problemas do campo brasileiro.

A CPT é testemunha e anúncio de inúmeras experiências de um Brasil que está dando certo. Nos assentamentos e nas comunidades camponesas, milhares de empregos estão sendo gerados, homens e mulheres organizam-se em cooperativas e associações e transformam os parques e escassos recursos públicos em verdadeiros milagres de produção ecológica que chega à mesa do povo sem agredir a terra e a saúde dos consumidores, preservando a natureza. O resgate das sementes crioulas, fecundas e baratas é uma riqueza indispensável que garante a segurança alimentar.

Um verdadeiro mutirão pela educação está acontecendo nos assentamentos e nas comunidades camponesas: homens e mulheres, jovens e idosos estão tendo, como nunca, a possibilidade de participar desta troca de saberes, da alfabetização à universidade, que firma a cidadania e contribui para a construção de um projeto camponês alternativo e libertador.

Estamos vendo, com alegria, ribeirinhos e ribeirinhas defender as florestas, proteger os lagos, resistir com todas as forças contra a pesca e a carcinicultura predatórias, e contra a poluição dos rios, mangues e praias.

No semi-árido nordestino a vida brota com força renovada: milhares de cisternas de placa tornam-se fonte de liberdade para as casas camponesas; a captação da água de chuva avança agora para a produção de alimentos, com tecnologias alternativas que melhoram a qualidade de vida e freiam o êxodo rural.

As lutas dos povos da floresta, dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombos para ter sua terra garantida são sinal que ainda é possível crer que a terra é mãe a ser amada, é vida a ser respeitada e repartida e não mero instrumento de produção e geração de riquezas muitas vezes injustas.

Testemunhamos a resistência teimosa das populações atingidas por barragens em querer outras fontes de energia, limpa, alternativas à construção de novas hidrelétricas, que custam milhares de famílias desterradas, devastação ambiental e privatização dos rios.

Sobretudo nos alegamos porque estão sendo construídas e alimentadas novas relações de igualdade dentro das casas camponesas que buscam superar as formas de dominação, muitas vezes violentas, do patriarcalismo e do machismo. O protagonismo sempre maior de mulheres e de jovens é mais um sinal que este é o Brasil que tem futuro, porque vai mudando o presente.

Esta é a cidadania, a política que garante segurança alimentar, a verdadeira fonte de dignidade

do povo brasileiro, a que pode libertá-lo da subserviência secular às elites e aos interesses do mercado nacional e internacional.

É por isso que a CPT, reunida em sua Assembléia Geral, reitera seu apoio aos movimentos camponeses que com sua luta são a última e praticamente a única possibilidade de uma reforma agrária camponesa, que garanta os direitos das populações rurais e ribeirinhas e contribua decisivamente para aliviar as pressões sobre os centros urbanos.

Em busca de seus direitos constitucionais, os movimentos camponeses enfrentam o latifúndio e o agronegócio, o que em nenhum momento pode ser considerado violento e ilegal, mais do que a grilagem de terras públicas, a compra de sentenças judiciais, a devastação do meio ambiente, as armações cartoriais e a violência assassina, práticas antigas e atuais que mantêm os campos, as águas e as florestas do Brasil em situação de injustiça e de submissão aos interesses de poucos privilegiados e ao mercado internacional.

Conclamamos toda a CPT, as Igrejas e todas as pessoas de boa vontade a fortalecer com firmeza e muita fé sua presença junto aos pobres da terra e da água, para estimular e reforçar seu protagonismo, sendo sacramento vivo do amor de Cristo que foi crucificado por querer saciar a fome e a sede de justiça de todos e todas.

Conclamamos toda a sociedade a se mobilizar:

- para que o Governo assuma concreta e prioritariamente uma verdadeira, ampla e massiva reforma agrária, e uma política agrícola que priorize a agricultura camponesa, que é ecológica, sustentável e produz mais de 75% de muitos alimentos consumidos pelo povo brasileiro;
- para que o Governo facilite o acesso à aposentadoria do camponês e da camponesa, eliminando entraves burocráticos, muitas vezes humilhantes e degradantes para quem passou a vida toda tornando frutífera a nossa terra;

- para que o Congresso Nacional decrete que a água, direito humano inalienável, é patrimônio público e que as terras trabalhadas em situação de escravidão sejam confiscadas para a reforma agrária;
- para que, nos conflitos de terra, o Poder Judiciário abandone a prática nefasta das liminares. Estas liminares, concedidas sem ouvir as partes, quase sempre se transformam em verdadeiras sentenças, pois raramente as ações chegam ao julgamento do mérito.

Neste momento em que a CPT está se preparando a celebrar seus 30 anos de existência e de serviço pastoral e inicia sua caminhada rumo ao seu Segundo Congresso Nacional, rogamos ao Espírito Santo que alimente a fé de todos nós e nos confirme na certeza de que “os pobres possuirão a terra” e que o agronegócio, que idolatra

o lucro, estimula a concentração e alimenta a violência, não terá a última palavra.

O mesmo Espírito de Deus que sustentou profetas, profetisas e mártires da terra, que fortaleceu Jesus e os santos e santas de Deus, nos faça acreditar, sem nenhuma dúvida, no protagonismo e na força dos que querem que a justiça e o direito sejam implantados entre as nações.

Pedimos perdão a todos os camponeses e camponesas do nosso Brasil se alguma vez falhamos na defesa de seus direitos e não fomos capazes de ser sinal da presença amorosa e libertadora de Deus a seu lado.

A todos pedimos que nos ajudem, em obras e orações, a sermos fiéis à nossa missão e fiéis aos mártires que nos precederam no caminho da vida e da justiça.

Goiânia, 16 de maio de 2004

A Comissão Pastoral da Terra

“Açúcar com gosto de sangue”

Nota da CPT sobre a expansão da monocultura da cana no Brasil ¹

Convocados pelo grito das mulheres e homens excluídos da terra e pela voz do Profeta que diz “ai de vocês que juntam campo a campo, até que não sobre mais espaço e sejam os únicos a habitarem no meio do país” (Is 5, 8), nos reunimos nestes dias de Pentecostes, no Seminário Cristo Rei, em Camaragibe-PE. Viemos dos 12 regionais da Comissão Pastoral da Terra que atuam nas regiões afligidas pela monocultura da cana. Viemos para refletir e elaborar estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas advindos da nefasta expansão do latifúndio canavieiro em nosso país, patrocinado pelas políticas internacionais de aumento do consumo do álcool.

Denunciamos este processo como intrinsecamente maléfico porque baseado na exploração e na violação dos direitos humanos sociais e ambientais, como premissa para o financiamento da expansão agrícola, industrial e tecnológica do setor sucro-alcooleiro. Denunciamos o agronegócio como fenômeno econômico gerador de desigualdade social, de degradação ambiental e trabalho escravo, como a sua faceta mais trágica. Denunciamos o favorecimento do governo atual a este processo, com perdão e renegociação de dívidas e várias formas de subsídio e financiamento, premiando oligopólios que cresceram sob os auspícios da grilagem e concentração da terra, de fraudes e desvios de dinheiro público, da impunidade em casos de violência contra os trabalhadores e do trabalho escravo.

Identificamos como conseqüências deste modelo a crescente precarização das condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais, a manutenção

do sistema de migração dos trabalhadores - de maneira especial os nordestinos, que continuam servindo como mão-de-obra barata para o enriquecimento dos velhos senhores de engenho (seguindo a rota de migração do próprio capital), deixando para trás a desagregação familiar, comunitária e cultural de nosso povo. Frente à alta tecnologia e aos novos rótulos que tentam ocultar a face perversa deste sistema colonial, persistem no campo a violação dos direitos trabalhistas, o analfabetismo, a fome e o desemprego crescente, como resultado da mecanização e da manutenção do arcaico modelo conservador deste sistema agroindustrial.

Reafirmamos a necessidade metodológica de geração do protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras como estratégia de luta, organização e enfrentamento deste modelo depredador e excludente. Reafirmamos a urgência da efetivação da Reforma Agrária e valorização da agricultura camponesa como parte do processo de construção de um outro modelo de agricultura e de sociedade. Reafirmamos nosso compromisso na luta contra as violações dos direitos trabalhistas dos assalariados da cana e renovamos nosso compromisso com a prevenção e o combate do trabalho escravo. Apoiamos e convocamos toda a sociedade para aderir à campanha em favor do projeto de lei que pretende aprovar a expropriação das terras onde há ocorrência de trabalho escravo (PEC 40). Reafirmamos a necessidade de que as nossas organizações nacionais e internacionais se aliem na defesa dos direitos dos pobres da terra, de maneira especial dos crucificados da cana.

1. Nota emitida ao final de reunião sobre os assalariados da cana, realizada em Camaragibe, PE, da qual participaram 12 regionais da CPT

Sentimo-nos desafiados a articular ações efetivas de denúncia das conseqüências perniciosas do chamado agronegócio da cana, bem como a intensificar nosso trabalho junto aos pobres da

terra para que estes possam viver com dignidade, num novo céu e numa nova terra, num tempo novo no qual “as coisas antigas nunca mais serão lembradas” (Is 65, 17).

Camaragibe-Pernambuco-Brasil,
na Festa de Pentecostes, 30 de maio de 2004

Bispo de Caxias, MA, e padre impedidos de prestar assistência a posseiros expulsos

Nota de solidariedade e de repúdio

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra se solidariza com os lavradores e as lavradoras acampados no Povoado Fazendinha, município de Parnarama, MA, com Dom Luís D'Andrea, bispo de Caxias, MA, e com Pe. Eliezer, pároco de Parnarama, MA.

Desde o ano passado, os dois religiosos, junto com a CPT - equipe de área de Caxias - oferecem apoio e acompanhamento às 33 famílias de posseiros, expulsas de suas terras e de suas casas.

Repudiamos, em sua forma e conteúdo, a Liminar de Manutenção de Posse a favor do latifundiário José Carlos Nobre Monteiro, expedida no dia 15 de junho, pelo Dr. Celso Pinheiro Júnior, juiz da Comarca do município de Parnarama, apesar de ser notório que grande parte da área em questão é constituída por terras devolutas e pertencentes a ausentes e desconhecidos, e ocupadas, há décadas, por posseiros.

Além disto, o juiz expediu também um Interdito Proibitório contra o bispo de Caxias e o pároco de Parnarama, “determinando que os réus Dom Luís D'Andrea, Bispo de Caxias, Pe. Eliezer, pároco de Parnarama... se abstenham de praticar qualquer ato de turbação ou esbulho no imóvel de terras acima citada... sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por desobediência”. Tal decisão desrespeita os direitos humanos mais elementares, garantidos pela nossa Constituição, além de proibir o exercício da presença

religiosa dos pastores junto aos seus fiéis.

Repudiamos, também, a forma temerária e caluniosa com que o mencionado Magistrado afirma que “...há cerca de 06 meses, o Bispo da Diocese de Caxias, Dom Luís, juntamente com o Pe. Eliezer, da paróquia de Parnarama, fizeram uma reunião com os outros réus ... incentivando-os a promover uma invasão da fazenda...”. Tal reunião nunca aconteceu e Dom Luís nunca esteve no Povoado Fazendinha acompanhado pelo Pe. Eliezer. Ambos visitaram a localidade em ocasiões diferentes, levando cestas de alimentos para as famílias expulsas. É lamentável que afirmações tão graves advenham justamente de quem tem o dever de promover a verdade e a justiça. Gravíssimo também é que posseiros, que moram numa área, há gerações, possam ser definidos como invasores, numa farsa dramática em que os papéis ficam invertidos.

O conflito de Parnarama não se constitui como um fato isolado no Estado do Maranhão e não é absolutamente um exemplo do atraso do latifúndio coronelista de outrora. Pelo contrário, é mais um sinal do latifúndio “moderno”, ligado ao agronegócio e à monocultura da soja, que, após os trágicos impactos na Região de Balsas, avança no Baixo-Parnaíba e na Região dos Cocais, com o seu séqüito de devastação do cerrado e os impactos destruidores sobre as populações e as economias tradicionais.

Coordenação Nacional
da Comissão Pastoral da Terra.

Goiânia, 6 de julho de 2004

“Mudam o Direito em Veneno”

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, junto com as coordenações dos seus 21 regionais e os membros do Coletivo de Formação, reunidos em Goiânia, GO, querem expressar sua inconformidade por mais uma violência sofrida, no último dia 16 de outubro, pelos trabalhadores e trabalhadoras despejados do Engenho do Prado, município de Tracunhaém, PE. Os empregados do Grupo João Santos atearam fogo à cana nas proximidades onde 300 famílias estavam acampadas às margens da PE- 41 e as labaredas de fogo atingiram os barracos que foram destruídos. A CPT de Pernambuco já havia alertado as autoridades sobre a possibilidade de isto acontecer, mas nenhuma providência foi tomada, e o que era uma possibilidade se tornou realidade.

Esta barbaridade soma-se ao rosário de agressões que estas famílias sofreram nos últimos tempos. No ano passado foram, por duas vezes, despejadas violentamente da terra que ocupavam desde 1997, e que havia sido desapropriada, em 1999, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois do segundo despejo, em 1 de novembro de 2003, elas acamparam às margens da rodovia à espera de uma definição das autoridades. Na terra de onde foram despejadas, estavam organizadas em várias comunidades e tinham grande fartura, abastecendo as feiras de cinco municípios vizinhos. Em cumprimento ao mandado judicial, estas famílias tiveram suas lavouras, casas, escolas, salão comunitário e igrejas destruídas, passando a viver com fome na precariedade de um acampamento.

Em 25 de novembro de 2003, o presidente Lula assinou novo Decreto de Desapropriação, que até agora não surtiu efeito prático algum porque o Grupo João Santos, proprietário da área, interpôs, junto ao Supremo Tribunal Federal, Mandado de Segurança que impede o Incra de tomar posse dos imóveis desapropriados.

Diante disto, a CPT se pergunta: qual é o poder deste Grupo, que consegue na Justiça barrar atos de dois presidentes da República e que agride impunemente os direitos fundamentais de 300 famílias à alimentação, moradia, educação e saúde? Que Justiça é esta da nossa nação que garante o direito à propriedade de um grupo conhecido pelas suas arbitrariedades e por ser um dos grandes sonegadores do fisco e que não leva em consideração que a propriedade deve cumprir sua função social como determina a Constituição Federal? Onde estão os poderes constituídos que têm por obrigação promover a justiça e eliminar as desigualdades entre os grupos e as regiões em nosso País?

É de extrema atualidade o que o profeta Amós, há mais de dois mil anos proclamava: “Mudam o direito em veneno e jogam por terra a justiça” (Am 5,7).

Esta nova agressão enche as pessoas que têm sede de justiça da mais profunda e legítima indignação. Esperamos por medidas rápidas e definitivas para salvaguardar os direitos básicos destas famílias e para restabelecer a justiça tão tristemente vilipendiada neste caso.

Goiânia, 19 de outubro de 2004.

Comissão Pastoral da Terra



Foto: João Laet

Metodologia

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 70. Desde 1985 é que os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de cadernos. Durante todo este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos e em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos de pesquisas das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras dimensões levam a CPT a fazer estes registros. As dimensões: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética - porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política - porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica - porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica - porque todo o esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica - porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados apresentados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. São realizados levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além das informações e dados pesquisados pelos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa

primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas, etc.), para contagem das pessoas participantes considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt - Banco de Dados dos Conflitos no Campo - Comissão Pastoral da Terra, são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico, onde se encontram todos os dados da documentação reunida a respeito do mesmo. Para análise das tabelas, são convidados diferentes cientistas, agentes de pastoral, religiosos e outros profissionais que elaboram textos que contribuam com a compreensão da questão agrária.

Organograma dos temas documentados

No organograma na página ao lado se apresentam os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos. Por **conflitos** se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos sindicais e conflitos em áreas de garimpo.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceleiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, etc.

São também enquadrados na categoria de conflitos por terra as

Ocupações que são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social; e os

Acampamentos que são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em tempos de seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada

TEMÁTICAS

CONFLITOS POR TERRA	
Formulários: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos	Tabelas: Situações de Conflito; Ocorrências de Conflito; Ocupações; Acampamentos e Violência contra Ocupação e a Posse
CONFLITOS TRABALHISTAS	
Formulários: Conflitos Trabalhistas	Tabelas: Conflitos Trabalhistas e Trabalho Escravo
CONFLITOS EM TEMPO DE SECA	
Formulários: Conflitos em Tempo de Seca	Tabelas: Conflitos em Tempo de Seca
CONFLITOS EM ÁREA DE GARIMPO	
Formulários: Conflitos em Áreas de Garimpo	Tabelas: Conflitos em Áreas de Garimpo
CONFLITOS SINDICAIS	
Formulários: Conflito Sindical	Tabelas: Conflito Sindical
CONFLITOS PELA ÁGUA	
Formulários: Conflitos pela Água	Tabelas: Conflitos pela Água
VIOLÊNCIA	
Formulários: Violência contra o Trabalhador e seus Direitos	Tabelas: Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaças de Morte, Violência contra a Pessoa (detalhamento)
MANIFESTAÇÕES	
Formulários: Manifestações de Luta	Tabelas: Manifestações de Luta
HISTÓRICO	

e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Observações

- Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados.
- Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

Estrutura

Os dados dos **conflitos por terra** estão assim organizados:

1. Um tabela em que são registradas as situações de conflito que entendemos como ações ou lugares dos conflitos. Nesta tabela se registram o nome do imóvel, área ou ação, o número de famílias envolvidas e os hectares. Quando em determinada situação se registrar a presença e ação de pistoleiros, ela vem identificada com um *.
2. Uma segunda tabela com a ocorrência de conflitos. Nela se registra o número de vezes que aconteceram as ações. Assim numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito.

Nesta tabela estão registrados os tipos de propriedade e sua respectiva situação jurídica; o número de famílias vítimas de despejo e expulsão - despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão a retirada das famílias se dá por ação privada -; ou que tiveram bens destruídos durante as violências sofridas; ou que foram vítimas de ausência de políticas públicas e ou da má gestão da política de assentamentos. Por ausência de políticas públicas se entende a falta de infra-estrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito. Por má gestão da política de assentamentos se entende os desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela registra as **ocupações** de terra.
4. Uma quarta os **acampamentos**. Neste caso registra-se apenas o ato de acampar e não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese “**Violência contra Ocupação e a Posse**”.

Duas tabelas registram os **Conflitos trabalhistas**.

Uma, registra o **trabalho escravo**. O trabalho escravo tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barracão”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

A outra tabela registra as situações de **superexploração** que acontecem na esfera salarial, e referem-se às situações em que as horas de trabalho

não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia; e o **desrespeito trabalhista** que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho.

Na tabela **conflitos pela água** registram-se os seguintes tipos: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos, etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os conflitos em tempos de seca constam de uma tabela que registra as ações - saques ou tentativas de saque, manifestações e atos públicos, pedidos de ação dos governos federal, estadual, municipal, e da justiça, bloqueios de estradas, acampamentos, piquetes, ocupações, etc. e **as reivindicações** - frentes de emergência, alimentos, água, sementes.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações dizem respeito à violência praticada contra a pessoa dos trabalhadores e sofrida por eles. Por **Violência** entende-se o constrangimento e ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

Os tipos de violência estão registrados nas seguintes tabelas: **assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte** e numa tabela síntese denominada **Violência contra a pessoa**, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões. Uma outra tabela apresenta o **detalhamento da violência contra a pessoa**, onde além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

O caderno Conflitos no campo registra ainda as manifestações feitas pelos diferentes movimentos sociais durante o ano. **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, sobre diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos e outros documentos.

Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades

* Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

** Criamos a sigla OTC (Organização de Trabalhadores no Campo) para designar associações, movimentos ou organizações ocasionais ou localizadas.

AAV

Agente Ambiental Voluntário

AMA-JF

Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora

APR

Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Acaram

Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua

ASA

Articulação do Semi-Árido

Agrofran

Ass. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco

APPAAFCNF

Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família

Abra

Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACTRU*

Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unai

ACUTRMU

Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais

ACBP

Associação Comunitária Bom Pastor

Acafi

Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba

Acordi

Associação Comunitária Rural de Imbituba

ACRQ

Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos

ACRQB

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Brejo dos Crioulos

ADC

Associação Direito e Cidadania

Apapa

Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira

Atesf

Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé

Aaico

Associação dos Amigos da Ilha de Colares

AAU

Associação dos Assentados de Uruará

AAPS

Associação dos Assentados do Projeto São Francisco

Aafit

Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho

Abanorte

Associação dos Bananicultores do Norte de Minas

AC*

Associação dos Chacareiros

Adufba

Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia

Adufro

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia

Adufpr

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná

AMC*

Associação dos Moradores de Cupiúba

Asproja

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru

APA

Associação dos Produtores Alternativos

Apapats*

Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí

Aspparp

Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe

APRGER*

Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios

APRNE

Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança

Apracf*

Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca

Aprocel*

Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga

ATDST

Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra

ATR

Associação dos Trabalhadores Rurais

Atri

Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú

Atrust

Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros

Astelira

Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento

Atuva

Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida

Assema

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

ADT*

Associação em Direito da Terra

AIMM*

Associação Independente Morro da Mesa

AIM

Associação Intermunicipal de Mulheres

Anab

Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Antep

Associação Naviraiense Terra e Paz

ATTAC

Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão

Apeart

Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário

AQBC*

Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos

ARTS

Associação Renovação dos Sem Terra

ARST

Associação Renovadora Sem Terra

ARPRC*

Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros

ASA

Associação Santo Antônio

ATP

Associação Terra e Paz

AUV

Associação União da Vitória

CLST

Caminho de Libertação dos Sem Terra

Cáritas

Cáritas Brasileira

COAFBRS*

Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco

CAR

Central dos Assentados de Roraima

CUT

Central Única dos Trabalhadores

CAA

Centro de Agricultura Alternativa

CCL

Centro de Cidadania e Liderança

CDHHT

Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade

Cedefes

Centro de Documentação Eloy Ferreira

Ceris

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

Ceifar

Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural

Cepami

Centro de Estudos da Pastoral do Migrante

CJG

Centro de Justiça Global

COAAMS

Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul

Ceapa

Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas

Comasses

Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo

CDH

Comissão de Direitos Humanos

Cediter

Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra

Codema

Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuauçu

CPT

Comissão Pastoral da Terra

CPCETEDNNF

Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense

CEBs

Comunidades Eclesiais de Base

CGT

Confederação Geral dos Trabalhadores

CNAP

Confederação Nacional de Agricultores Portugueses

Contag

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNBB

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cotrec

Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres

Ctac

Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres

Coema

Conselho Estadual do Meio Ambiente

CIR

Conselho Indigenista de Roraima

Cimi

Conselho Indigenista Missionário

CNS

Conselho Nacional dos Seringueiros

CPP

Conselho Pastoral dos Pescadores

Crea

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CRABI

Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu

CP*

Consulta Popular

Coomigasp

Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada

CMTRCR

Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região

Coopemard

Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias

Cooterra

Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra

Comag*

Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá

CMS

Coordenação dos Movimentos Sociais

Ceta

Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados

Conlutas

Coordenação Nacional de Lutas

Cese

Coordenadoria Ecumênica de Serviços

DCE

Diretório Central dos Estudantes

DJP

Dominicans for the Justice and Peace

FAF

Federação da Agricultura Familiar

FCP*

Federação das Colônias dos Pescadores

Feraesp

Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Feab

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FPPMG

Federação dos Pescadores Profissionais de Mato Grosso

Fetaemg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

Fetaesp

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

Fetacre

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre

Fetraf

Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar

Fetag/RJ

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetag/BA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

Fetag/PB

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

Fetag/AL

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas

Fetaeg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

Fetagri/MT

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso

Fetagri/MS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul

Fetape

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Fetagro

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia

Fetag/RR

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima

Fetaesc

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

Fetase

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

Fetaet

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins

Fetraece

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

Fetaes

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo

Fetaema

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

Fetagri/PA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá

Fetaep

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

Fetag/PI

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí

Fetaerj

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetarn

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte

Fetag/RS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

Fetrafsul

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

Fetadef

Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno

FSDM-MG

Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG

Fase

Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional

Fisco-Fórum

Fisco-Fórum

FTR

Força dos Trabalhadores Rurais

FS

Força Sindical

FPS

Fórum das Pastorais Sociais

FAF*

Fórum de Agricultura Familiar

FLTDC*

Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania

FMA

Fórum de Mulheres da Amazônia

FMGBH*

Fórum de Mulheres da Grande BH

FMLTCS

Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania

FNCVC*

Fórum Nacional Contra a Violência no Campo

FNF

Fórum Nacional do Fisco

FNRAJC

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

FPCDH*

Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos

FPLTTC*

Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania

FRP

Frete de Resistência Pataxó

Fata

Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia

FVPP

Fundação Viver, Produzir e Preservar

GE*

Global Exchange

Greenpeace

Greenpeace

GADDH

Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos

GTA

Grupo de Trabalho da Amazônia

Xambrê

Grupo Xambrê

IECLB

Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Índios

Índios

IMS

Instituto Marista de Solidariedade

LCC

Liga Camponesa Corumbiara

LCPR

Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia

LCPCO

Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste

LCPNM

Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas

LOC

Liga Operária Camponesa

MACDV*

Movimento Alerta Contra o Deserto Verde

MTB**

Movimento Brasil Sem Terra

MBUQT

Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra

MBST

Movimento Brasileiro dos Sem Terra

MCC

Movimento Camponês de Corumbiara

MCXV

Movimento Capão Xavier Vivo

MEB

Movimento de Educação de Base

MLST

Movimento de Libertação dos Sem Terra

MLST-L

Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta

MLTRST

Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MLT

Movimento de Luta pela Terra

MMA

Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC

Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

M8M*

Movimento Dia 08 de Março

MAST

Movimento dos Agricultores Sem Terra

MAAP

Movimento dos Assentados do Amapá

MAB

Movimento dos Atingidos por Barragens

MCST

Movimento dos Carentes Sem Terra

MPA

Movimento dos Pequenos Agricultores

MSA

Movimento dos Sem Água

MSAR

Movimento dos Sem Água do Riachão

MT

Movimento dos Trabalhadores

MTAA/MT

Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso

MTBST

Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra

MTD

Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTR

Movimento dos Trabalhadores Rurais

MTRUB

Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos

MTRI

Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes

MTB

Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil

MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTRST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTRSTB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros

MTRSTP

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná

MGA*

Movimento Grito das Águas

MIG

Movimento Indígena Guarani

MIQCB

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MNDDH

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

MND

Movimento Nacional de Desempregados

MPT

Movimento Pacífico pela Terra

Moral

Movimento para Reforma Agrária e Liberdade

MDTX

Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MPRD

Movimento Pró Rio Doce

MNF

Movimento Sem Terra Nova Força

MSTR

Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

MSST

Movimento Social dos Sem Terra

MSO

Movimento Social Organizado

MSTR*

Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia

MSONT

Movimento Sonho da Terra

MTB*

Movimento Terra Brasil

MTL

Movimento Terra Trabalho e Liberdade

MTV

Movimento Terra Vida

MTP

Movimento Trabalhista de Poconé

MTST

Movimento Tucuruense Sem Terra

MUL

Movimento União dos Lavradores

Must

Movimento Unido dos Sem Terra

MUT

Movimento Unidos pela Terra

OLC

Organização da Luta no Campo

OAS

Organização de Articulação do Semi-Árido

OMR*

Organização de Moradores da Resex

OPI

Organização de Produtores de Ipirá

OSR

Organização dos Seringueiros de Rondônia

OTC

Organização de Trabalhadores no Campo

OTL

Organização Terra e Liberdade

PJR

Pastoral da Juventude Rural

Pégazus

Pégazuz

Planeta Vida

Planeta Vida

PSRF*

Pólo Sindical do Recôncavo e Feira

Preá

Preá

PPE

Projeto Padre Ezequiel

Quilombolas

Quilombolas

Rede Alerta

Rede Alerta contra o Deserto Verde

Raaca-Sul

Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia

Fian

Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar

Renap

Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares

SI

Sem informação

SFJP

Serviço Franciscano de Justiça e Paz

SAF

Sindicato da Agricultura Familiar

Sintraf

Sindicato da Agricultura Familiar

SINPRA

Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados

SQP

Sindicato dos Químicos e Petroleiros

SRBH

Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte

Sintaema

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP

Sintero

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia

STL

Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura

STR

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sinait

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sinpaf

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa

Sind-UTE

Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG

SDS

Social Democracia Sindical

SMDDH

Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SPDDH

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SOS Cachoeirão

SOS Cachoeirão

SOS Capivari

SOS Capivari

UMP

União das Mulheres Piauienses

UAPE

União dos Agricultores de Pernambuco

Uniterra

União dos Movimentos Sociais pela Terra

USST

União dos Santanenses Sem Terra

UFT

União Força e Terra

UNE

União Nacional dos Estudantes

Via Campesina

Via Campesina

Fontes de Pesquisa

*Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

1. A Crítica - Manaus-AM
2. A Folha - São Carlos-SP
3. A Gazeta - Cuiabá-MT
4. A Gazeta - Rio Branco-AC
5. A Gazeta - Vitória-ES
6. A Gazeta de Alagoas - Maceió-AL
7. A Gazeta do Povo - Curitiba-PR
8. A Notícia - Chapecó-SC
9. A Província do Pará - Belém-PA
10. A Tarde - Salvador-BA
11. A Tribuna - Santos-SP
12. A Tribuna do Povo - Umuarama-PR
13. Agence France - Press - Paris-FR
14. Agência Estado - São Paulo-SP
15. Agora Bahia - Salvador-BA
16. Agora São Paulo - São Paulo-SP
17. Alto Madeira - Porto Velho-RO
18. Amazonas em Tempo - Manaus-AM
19. Boletim da FAEP - Curitiba-PR
20. Brasil de Fato - São Paulo-SP
21. Brasil Norte - Boa Vista-RR
22. Carta Maior - São Paulo-SP
23. Cinform - Sergipe Aracaju
24. Coletivo - Brasília-DF
25. Contraponto - Marabá-PA
26. Correio - Uberlândia-MG
27. Correio Braziliense - Brasília-DF
28. Correio da Bahia - Salvador-BA
29. Correio da Cidadania - São Paulo - SP
30. Correio da Paraíba - João Pessoa-PB
31. Correio do Estado - Campo Grande-MS
32. Correio do Pará - Belém-PA
33. Correio do Povo - Porto Alegre-RS
34. Correio do Tocantins - Marabá-PA
35. Correio Popular - Campinas-SP
36. Correio Popular - São Paulo-SP
37. Correio Riograndense - Caxias do Sul-RS
38. Correioweb - Brasília-DF
39. DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo-SP
40. Dia a Dia - Campo Grande-MS
41. Diário Catarinense - Florianópolis-SC
42. Diário da Amazônia - Porto Velho-RO
43. Diário da Manhã - Chapecó-SC
44. Diário da Manhã - Goiânia-GO
45. Diário da Região - São José do Rio Preto-SP
46. Diário da Serra - Tangará da Serra-MT
47. Diário de Aço - Caratinga - MG
48. Diário de Cuiabá - Cuiabá-MT
49. Diário de Natal - Natal-RN
50. Diário de Pernambuco - Recife-PE
51. Diário de São Paulo - São Paulo-SP
52. Diário do Amapá - Macapá-AP
53. Diário do Amazonas - Manaus-AM
54. Diário do Comércio - Belo Horizonte-MG
55. Diário do Grande ABC - Santo André-SP
56. Diário do Iguçu - Chapecó-SC
57. Diário do Nordeste - Fortaleza-CE
58. Diário do Pará - Belém-PA
59. Diário do Povo - Dourados-MS
60. Diário do Povo - Teresina-PI
61. Diário do Rio Doce - Governador Valadares-MG
62. Diário Popular - São Paulo-SP
63. Época - Rio de Janeiro-RJ
64. Estado de Minas - Belo Horizonte-MG
65. Extra - Rio de Janeiro-RJ
66. Folha da Baixada - Cuiabá-MT
67. Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes-RJ
68. Folha da Região - Araçatuba-SP
69. Folha de Carajás - Redenção-PA
70. Folha de Londrina - Londrina-PR
71. Folha de Pernambuco - Recife-PE
72. Folha de Rondônia - Ji-Paraná-RO
73. Folha de São Paulo - São Paulo-SP
74. Folha do Amapá - Macapá-AP
75. Folha do Estado - Cuiabá-MT
76. Folha do Paraná - Cascavel-PR
77. Folha do Paraná - Curitiba-PR
78. Folha do Povo - Campo Grande-MS
79. Folha Popular - Palmas-TO
80. Gazeta de Alagoas - Maceió-AL
81. Gazeta Digital - Guararapes-SP

82. Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras-PB
83. Gazeta do Oeste - Mossoró-RN
84. Gazeta do Paraná - Cascavel-PR
85. Gazeta do Povo - Curitiba-PR
86. Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul-RS
87. Gazeta Mercantil - São Paulo-SP
88. Gazeta Nacional
89. Hoje em Dia - Belo Horizonte-MG
90. Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
91. Isto É - São Paulo-SP
92. Isto É Dinheiro - São Paulo-SP
93. Jornal Arinos - Nova Mutum-MT
94. Jornal Correio do Tocantins - Marabá-PA
95. Jornal Cultura - Guarapuava-PR
96. Jornal da Cidade - Bauru-SP
97. Jornal da Comunidade - Brasília-DF
98. Jornal da Manhã - Aracaju-SE
99. Jornal da Manhã - Uberaba-MG
100. Jornal da Paraíba - Campina Grande-PB
101. Jornal da Tarde - São Paulo-SP
102. Jornal de Brasília - Brasília-DF
103. Jornal de Cuiabá - Cuiabá-MT
104. Jornal de Fato - Natal - RN
105. Jornal de Santa Catarina - Blumenau-SC
106. Jornal do Brasil - Rio de Janeiro-RJ
107. Jornal do Cariri-CE
108. Jornal do Comércio - Recife-PE
109. Jornal do Comércio - Rio de Janeiro-RJ
110. Jornal do Dia - Macapá-AP
111. Jornal do Estado - Paraná
112. Jornal do Tocantins - Palmas-TO
113. Jornal Pequeno - São Luís-MA
114. Jornal Planalto Central - Brasília - DF
115. Jornal Spalhafatos - Brasília-DF
116. Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos-SP
117. Le Monde - Paris-FR
118. Marco Zero - Macapá-AP
119. Meio Norte - Teresina-PI
120. Nova Fronteira - Salvador-BA
121. O Debate - Macaé-RJ
122. O Dia - Rio de Janeiro-RJ
123. O Dia - Teresina-PI
124. O Diário de São Paulo - São Paulo-SP
125. O Estadão - Porto Velho-RO
126. O Estado de São Paulo - São Paulo-SP
127. O Estado do Maranhão - São Luís-MA
128. O Estado do Norte - Porto Velho-RO
129. O Estado do Paraná - Curitiba-PR
130. O Estado do Tapajós - PA
131. O Falcão - Abelardo Luz-PR
132. O Globo - Rio de Janeiro-RJ
133. O Imparcial - Presidente Prudente-SP
134. O Imparcial - São Luís-MA
135. O Jornal - Maceió-AL
136. O Jornal dos Municípios - São Paulo-SP
137. O Liberal - Belém-PA
138. O Mercador On Line - Rio Verde-GO
139. O Mossoroense - Mossoró-RN
140. O Norte - João Pessoa-PB
141. O Paraná - Cascavel-PR
142. O Popular - Goiânia-GO
143. O Povo - Fortaleza-CE
144. O Progresso - Dourados-MS
145. O Rio Branco -AC
146. O São Paulo - São Paulo-SP
147. O Tempo - Belo Horizonte-MG
148. Oeste Notícias - Presidente Prudente-SP
149. Opinião - Marabá-PA
150. Página 20 - Rio Branco-AC
151. Revista República - São Paulo - SP
152. Revista Século Diário - Vitória-ES
153. Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro-RJ
154. Revista Terra Brasilis - EUA
155. Revista Valor - Portugal
156. Site amazonia.org.br
157. Site globonews.com
158. Site Rondônia Digital - On Line
159. Site tudoparana.globo.com
160. Tribuna da Bahia - Salvador-BA
161. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro-RJ
162. Tribuna da Produção - Palmeira das Missões-RS
163. Tribuna de Alagoas - Maceió-AL
164. Tribuna do Brasil - Brasília-DF
165. Tribuna do Ceará - Fortaleza-CE
166. Tribuna do Norte - Apucarana-PR
167. Tribuna do Norte - Natal-RN
168. Tribuna do Planalto - Goiânia-GO
169. Valor Econômico - São Paulo-SP
170. Veja - São Paulo-SP
171. Zero Hora - Porto Alegre-RS

CPT no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 nº 35 1º andar
Ed. D. Abel - Centro
74030-090 - Goiânia/GO
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
E-mail: cptnac@cultura.com.br
captnac@cptnacional.org.br

ACRE

Travessa Amapá, 261
Bairro Cerâmica
69908-270 - Rio Branco/AC
Fone/Fax: (68) 3223-2193/3224-0936
E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Avenida Pe. Manoel da Nóbrega 1000
Bairro Jesus de Nazaré
68906-010 - Macapá/AP
Fone: (96) 223-2539/Fax: (96) 222-3997
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Monsenhor Coutinho, 858
Centro, Manaus/AM
CEP 69010-110
Fone: (92) 232-1160
Email: cptam@cptam.com.br
cptam@vivax.com.br

ARAGUAIA - TOCANTINS

Rua Porto Alegre, 446
Bairro São João
77813-650 - Araguaína/TO
Fone: (63) 3412-3200
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA - SERGIPE

Rua Gal. Labatut, 78
Bairro Barris
CEP 40070-100 - Salvador/BA
Fone: (71) 3328-4672
Fax: (71) 3328-4683
E-mail cptba@terra.com.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro, 150
Bairro de Fátima
60050-150 - Fortaleza/CE
Fone/Fax: (85) 3226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO/RIO DE JANEIRO

C.P. 312
São Mateus/ES
Fone: (27) 3763-3505
E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

Rua 19 nº 35 1º andar
Ed. D. Abel - Centro
74030-090 - Goiânia/GO
Fone: (62) 223-5724/Fax: (62) 213-1733
Email: cptgo@cultura.com.br

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 - Centro
65020-590 - São Luís/MA
Fone: (98) 3222-4243
Fax: (98) 3232-8763
E-mail: cptma@elo.com.br

MATO GROSSO

Rua Amambaí, 160 - Setor Alvorada
78048-460 - Cuiabá/MT
Fone: (65) 621-3068/Fax: (65) 621-2942
E-mail: cptmt@zaz.com.br

MATO GROSSO DO SUL

Rua Nicolau Frageli, 71
Bairro Amambaí
79008-570 - Campo Grande/MS
Fone/Fax: (67) 3029-7729
E-mail: cptms@terra.com.br

MINAS GERAIS

Rua Cassiterita, 59 - Bairro Santa Inês
31.080-150 - Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3466-0202
E-mail: cptmg@veloxmail.com.br

NORDESTE

Rua Esperanto, 490 - Ilha do Leite
50070-390 - Recife/PE
Fone: (81) 3231-4445 / 3221 7314
Fax: (81) 3222-2943
E-mail: ctppe@terra.com.br

PARÁ

Rua Barão do Triunfo, 3151 - Bairro Marco
66093-050 - Belém/PA
Fone: (91) 3226- 5258
Fax: (91) 3226 -6491
E-mail: ctpa@conectus.com.br

PARANÁ

Rua Paula Gomes, 703-1o. Andar
Bairro S. Francisco
80510-070 - Curitiba/PR
Fone/Fax: (41) 3224 -7433
E-mail: cpt@cpt.org.com.br

PIAUI

Rua Dês. Pires de Castro, 631
Centro Norte
64000-390 - Teresina/PI
Fone: (86) 222 - 4555
Fax: (86) 226-9370
E-mail: ctpi@veloxmail.com.br

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155
Bairro Passo das Pedras
91230370 - Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3344-4415
Celular: (51) 9958 -0398
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

Rua Sen. Álvaro Maia, 1034
Bairro Olaria
78900-970 - Porto Velho/RO
Fone: (69) 224-4800
Fax: (69) 223-1135
Celular: (69) 9984-9964
E-mail: cpt@enter-net.com.br

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 243
69301-320 - Boa Vista - RR
Fone: (95) 224- 4636
E-mail: cptrr@technet.com.br

SANTA CATARINA

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Bairro Pantanal
88040-001 - Florianópolis/SC
Fone/Fax: (48) 234 4766
E-mail: cpts@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Rua Campos Sales, 86
Brás - São Paulo - SP
CEP 03.041-090
Fone: (11) 3271-9515/9354-3475
E-mail: cptsp@ig.com.br